

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – FIC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM**

**QUÉZIA DE ALCÂNTARA GUIMARÃES LEITE**

**A COMUNICAÇÃO PÚBLICA CIDADÃ:  
ANÁLISE TEXTUAL FUNDAMENTADA SOBRE O GRUPO  
“FRENTE DE LUTA GOIÁS CONTRA O AUMENTO  
DA PASSAGEM DE ÔNIBUS” EM GOIÂNIA**

**Goiânia**  
**2015**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Quezia de Alcantara Guimarães Leite		
E-mail:	Quezia.alcantara@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:			Sigla:
País:	Brasil	UF: GO	CNPJ:
Título:	A Comunicação Pública Cidadã: Análise Textual Fundamentada sobre o grupo Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus em Goiânia		
Palavras-chave:	Comunicação Pública, esfera virtual, cidadania, mobilização social		
Título em outra língua:	Public Citizen Communication: Textual Analysis based on the Grounded Theory about the group: In Frente Goiás Against Increased Bus Ticket in Goiânia		
Palavras-chave em outra língua:	Virtual Public Sphere;		
Área de concentração:	Comunicação, Cultura e Cidadania		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	29/04/2015		
Programa de Pós-Graduação:	Mestrado em Comunicação		
Orientador (a):	Dr. Tiago Mainieri		
E-mail:	tiagomainieri@gmail.com		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

**3. Informações de acesso ao documento:**

Liberação para disponibilização?<sup>1</sup>       total       parcial

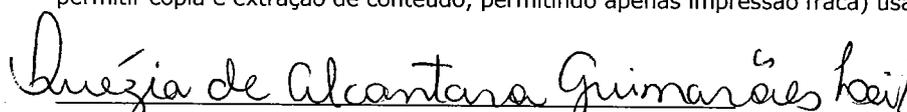
Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: \_\_\_\_\_

Outras restrições: \_\_\_\_\_

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

 Data: 22 / 05 / 2015.  
Assinatura do (a) autor (a)

<sup>1</sup> Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – FIC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM**

**QUÉZIA DE ALCÂNTARA GUIMARÃES LEITE**

**A COMUNICAÇÃO PÚBLICA CIDADÃ:  
ANÁLISE TEXTUAL FUNDAMENTADA SOBRE O GRUPO  
“FRENTE DE LUTA GOIÁS CONTRA O AUMENTO  
DA PASSAGEM DE ÔNIBUS” EM GOIÂNIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania

Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania

Orientador: Dr. Tiago Mainieri

**Goiânia**

**2015**

Alcantara, Quezia

A COMUNICAÇÃO PÚBLICA CIDADÃ [manuscrito] : ANÁLISE TEXTUAL FUNDAMENTADA SOBRE O GRUPO FRENTE DE LUTA GOIÁS CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM DE ÔNIBUS EM GOIÂNIA / Quezia Alcantara. - 2015.

178, CLXXVIII f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Mainieri .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) , Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui lista de figuras.

1. Comunicação. 2. Esfera Pública. 3. Mobilização Social. 4. Cidadania. 5. Redes On-line. I. , Tiago Mainieri, orient. II. Título.

**QUÉZIA DE ALCÂNTARA GUIMARÃES LEITE**

**A COMUNICAÇÃO PÚBLICA CIDADÃ:  
ANÁLISE TEXTUAL FUNDAMENTADA SOBRE O GRUPO  
“FRENTE DE LUTA GOIÁS CONTRA O AUMENTO  
DA PASSAGEM DE ÔNIBUS” EM GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação para obtenção do título de Mestre em Comunicação, aprovada em 29 de Abril de 2015 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Tiago Mainieri de Oliveira  
Orientador – FIC/UFG

Prof. Dr. Ricardo Barbosa de Lima  
FCS/UFG

Profª. Dra. Simone Antoniaci Tuzzi  
FIC/UFG

Profª. Drª. Anna Carolina R.P.Temer  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação – FIC/UFG

Goiânia  
2015

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha mãe, Izabel Alcântara Guimarães (in memoriam), por todo o incentivo à minha vida profissional e especialmente por me transmitir o prazer e a disciplina do ato de escrever.

Ao meu pai, Hamilton Ferreira Guimarães, por ser exemplo de educador e por me mostrar que não existe idade para aprender e realizar um sonho acadêmico.

E aos meus preciosos filhos: Leonel Filho,  
Lucas e Pedro Hamilton

## AGRADECIMENTOS

A Deus, “porque d’Ele e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente”. (Apóstolo Paulo, carta aos Romanos 11.36);

Ao meu marido, Leonel Gomes Leite, pela compreensão, apoio e suporte, sem os quais não conseguiria realizar este sonho;

À minha família, especialmente minhas irmãs Gisele, Raquel e Milvia, que mesmo não entendendo meus motivos, aceitaram caminhar comigo nesse momento tão importante;

À minha amiga Wanderleida Rosa de Freitas Queiroz, que não somente me incentivou como me ajudou a ter clareza em minhas análises e escolhas teórico-metodológicas;

Ao PPGCOM e a todos os professores, Simone Tuzzo, Ana Carolina Temer, Luiz Signates, Magno Medeiros, Maria Luiza Mendonça, Daniel Cristino, que bondosamente dividiram seu saber e me fizeram crescer neste processo, e ao Thomaz Santana, pelos conselhos e generosidade;

Ao meu orientador, Dr. Tiago Mainieri, pelo importante apoio acadêmico, incentivo e paciência em mostrar os caminhos teórico-metodológicos para a realização deste feito;

Aos professores Dr. Ricardo Barbosa de Lima e Dra. Luciene de Oliveira Dias pelas correções e sugestões na banca de qualificação;

Aos colegas da linha de pesquisa em Mídia e Cidadania que compartilharam essa jornada e em processos de interação contribuíram para o enriquecimento dessa trajetória.

## RESUMO

As mobilizações sociais, na atualidade, estão sendo impactadas pela nova ambiência da comunicação, a internet. Nesta ambiência, considerada como a nova Esfera Pública Virtual, ocorre interações entre sujeitos que geram participação em ações coletivas nunca antes vistas. Alguns autores denominam tal processo de Comunicação Horizontal e outros como exercício da cidadania. Da interseção dos três binômios: Comunicação Horizontal, Esfera Pública e Mobilização Social nasce a Comunicação Pública Cidadã – processo de diálogo entre atores sociais que atuam na arena pública da sociedade contemporânea. Para verificar se ocorre de fato tal fenômeno foi realizada Análise Textual embasada na Teoria Fundamentada (TF) das ações comunicativas do grupo Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus. Este foi um dos grupos que participou das manifestações durante o Outono Brasileiro no ano de 2013, visando barrar o reajuste da tarifa do transporte público nas principais cidades do país. Em tais mobilizações sociais as redes sociais on-line tiveram destacada participação, o que levou intelectuais, acadêmicos e a sociedade em geral a questionar qual seria o potencial comunicativo que tais plataformas de redes sociais possuíam. Nas ações comunicativas do grupo ativista Frente de Luta Goiás verificou-se que as plataformas de redes sociais da internet foram utilizadas de forma instrumental. Houve igualmente e de forma contundente um processo de mobilização que destacou a existência dos líderes de opinião ou mediadores sociais que podem ter sido os responsáveis pela mobilização de um sujeito composto por cerca de 70 mil manifestantes em Goiânia, à semelhança do que ocorreu no país com a presença de mais de 1 milhão 400 mil pessoas nas ruas de mais de 200 cidades do Brasil, no dia 20 de junho de 2013.

**Palavras-chave:** Comunicação pública; Esfera virtual; Cidadania; Mobilização Social.

## ABSTRACT

Today the new communication environment, the internet, heavily affects social mobilization. At this environment, considered the New Virtual Public Sphere, individuals interact and generate collective actions never seen before. Some authors refer to this process as Horizontal Communication, while others simply name it as an exercise of citizenship. Because of the intersection of the three terms: Horizontal Communication, Public Sphere and Social Mobilization, there is the new concept of Public Citizen Communication. This concept is the process of dialogue between social actors functioning in the public area of contemporary society. In order to verify if the process really occurs, a textual analysis based on Grounded Theory was applied on the communicative actions of the group “*Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus*”. The group was part of the demonstrations and street protests on the “Outono Brasileiro” in 2013 against the readjustment of public transportation fare in the main cities of the country. Social Networks had substantial part on these demonstrations. This led to significant analysis by many intellectuals, academics and society in general, regarding the potential of communication involved in social networks. The verification was that in the communicative actions of the activist group “Frente de Luta Goiás”, social networks were in fact used instrumentally. What happened was a scathing mobilization that proved the existence of opinion leadership and social mediation that could be responsible for the collective action of nearly 70,000 people in Goiânia, similarly to the national level demonstrations with more than 1,400,000 people at 200 Brazilian cities on 20<sup>th</sup> of July of 2013.

**Keywords:** Virtual Public Sphere; Horizontal Communication; Citizen Public Communication; Social Mobilization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Comunicação Pública Cidadã .....	14
Figura 2 – Comunicação e Comunicação Horizontal .....	19
Figura 3 – A Esfera Pública.....	40
Figura 4 – Mobilização Social e Cidadania.....	55
Figura 5 – Página no Facebook do movimento Manif Pour Tous.....	74
Figura 6 – Avenida Champs Elisee, Paris, 24/03/2013 .....	75
Figura 7 – Página do Facebook da Marcha da Família com Deus .....	76
Figura 8 – Monitoramento Scup sobre manifestações.....	79
Figura 9 – Página no Facebook de brasileiro residente em Madri, Espanha.....	80
Figura 10 – Página no Facebook de brasileiro residente em Londres, Inglaterra .....	81
Figura 11 – Página no Facebook de brasileiro residente na Europa, destacando a violência da polícia em São Paulo que feriu repórter do jornal diário Folha de São Paulo no dia 13/06/2013, acesso em 18/06/2013 .....	81
Figura 12 – As principais causas dos protestos nos dias 23 e 24 /06/2013 .....	82
Figura 13 – As principais causas dos protestos nos dias 26 e 27 /06/2013 .....	83
Figura 14 – Como o Estado respondeu às reivindicações .....	84
Figura 15 – Comunicação Pública Cidadã e suas interseções .....	120
Figura 16 – A Cidadania.....	120
Figura 17 – Comunicação Pública.....	121
Figura 18 – Grupos que compõem a Frente de Luta Goiás, criada pela autora.....	135

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teorias dos Movimentos Sociais.....	65
Quadro 2 – Categorias de Análise nos MSR a partir de Castells (2013, p.159-166) .....	101
Quadro 3 – As categorizações para análise de Movimentos em Rede Sociais.....	102
Quadro 4 – Análise Textual: Revista Enfrentamento – Movimento Autogestionário .....	160
Quadro 5 – Novas Propriedades e Categorias de Análise que emergiram dos dados: .....	165
Quadro 6 – Análise Textual Entrevista Tales dos Santos Pinto, do Frente de Lutas, ao jornal Opção.....	167
Quadro 7 – Análise Textual Debate na UFG: apresentação Tiago Madureira.....	170
Quadro 8 – Relatório de pesquisa.....	174
Quadro 9 – Comparativo dos autores – Como denominaram o Outono Brasileiro de 2013..	176

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A COMUNICAÇÃO NA INTERNET	19
1.1 Processo Comunicacional em rede	27
1.2 Ambiência muitos-muitos	33
1.3 Na contra-hegemonia da comunicação	36
CAPÍTULO 2 – A ESFERA PÚBLICA	40
2.1 A comunicação pública	45
2.2 A <i>ágora</i> virtual – esfera pública contemporânea	50
CAPÍTULO 3 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL	55
3.1 O que é cidadania?	57
3.2 A cidadania e as mobilizações no Brasil	60
3.3 A Teoria dos Movimentos Sociais	63
3.4 Os Movimentos Sociais em Redes Digitais	71
CAPÍTULO 4 – A COMUNICAÇÃO E AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS DE 2013 EM GOIÂNIA	88
4.1 A Pesquisa Científica da Comunicação na Internet	88
4.2 A Teoria Fundamentada como Metodologia para Pesquisar a Comunicação na e da Internet	91
4.3 O Grupo Frente de Luta Goiás – Rede Social Horizontal e Mobilização	95
4.4 As Ações Coletivas da Frente de Luta Goiás em 2013	100
4.5 A Comunicação Pública Cidadã e a Frente de Luta Goiás	119
CAPÍTULO 5 – OS LÍDERES DE OPINIÃO E O SUJEITO-CIDADÃO – CONCEITOS QUE EMERGIRAM DOS DADOS	132
5.1 O Papel dos Líderes de Opinião	132
5.2 O Sujeito-cidadão	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	149
ANEXOS	158
Anexo 1 – Grupo fechado no Facebook em que se destacam quatro administradores	158
Anexo 2 – Confirmações de presença para a manifestação do dia 20/06/13 (62.219)	158
Anexo 3 – Perfil institucional criado no Facebook para o Frente de Lutas Goiás	159

APÊNDICES _____	160
Apêndice 1 – Análise Textual da Revista Enfrentamento _____	160
Apêndice 2 – Análise Textual de Entrevista ao Jornal Opção _____	167
Apêndice 3 – Análise Textual de Debate na UFG _____	170
Apêndice 4 – Relatório de Pesquisa _____	174
Apêndice 5 – Denominação do Outono Brasileiro de 2013 _____	176

## INTRODUÇÃO

A sociedade, o mercado e o Estado têm sido impactados com a criação e disseminação de plataformas de comunicação em redes sociais on-line que permitem aos seus usuários não só estarem conectados em tempo real, mas também receberem informações sobre diversos temas e interagirem enquanto sujeitos com outras formas de pensar e existir. Entre os temas divulgados nestas redes on-line estão notícias jornalísticas e postagens opinativas sobre má gestão do Estado, corrupção em governos, péssima qualidade na oferta de serviços públicos, censuras à livre manifestação do pensamento e episódios de injustiça social. Tais práticas ocasionam revoltas nos cidadãos que, indignados se dispõem a participar de mobilizações sociais reivindicando direitos e defendendo ideais, crendo estarem praticando o exercício ativo da cidadania.

Facebook, Youtube e Twitter, entre outras plataformas de redes sociais, estão sendo utilizados como instrumentos de mobilização em manifestações coletivas realizadas tanto na Europa, Estados Unidos, Mundo Árabe e recentemente no Brasil. Exemplos disso podem ser verificados no Movimento Zapatista, considerado como o primeiro a utilizar o potencial da internet como fator de mobilização e participação de grupos em prol de um ideal. O Zapatismo se originou na região de Chiapas, México, em 1992, e desde então muitos outros surgiram, entre os quais: A Revolta dos Pinguins no Chile (2006), O panelaço na Islândia (2010), As indignadas de Madri na Espanha (2011), O Occupy Wall Street nos EUA (2012) e a Primavera Árabe que se iniciou na Tunísia (2010) e foi tomando conta de outros países da região tais como Líbia, Egito, Argélia, Jordânia, Marrocos, Iêmen, Bahrein, Omã e Síria (a partir de 2011). A presença das plataformas de redes sociais digitais é apontada por alguns estudiosos – que serão nomeados ao longo deste trabalho - como fator que potencializou a participação dos cidadãos em ruas e praças em diversas partes do mundo.

No Brasil, o Outono Brasileiro<sup>1</sup>, considerado uma das maiores manifestações de rua espontâneas da história da democracia do país, ocorreu no fim do outono de 2013. Especificamente no dia 20/06/2013 foi realizada, uma mobilização nacional em centenas de cidades do país contabilizando o maior número de pessoas nas ruas - cerca de 1 milhão e 500

---

<sup>1</sup> Analogia ao movimento Primavera Árabe que ocorreu em diversos países daquela região a partir de dezembro de 2010. No Brasil, os protestos aconteceram durante a estação climática do outono, daí que muitos autores, entre eles Cicília Peruzzo (2013), denominarem tais manifestações de Outono Brasileiro, termo que será adotado neste trabalho para se referir ao fenômeno pesquisado.

mil brasileiros<sup>2</sup>, pelo Movimento Passe Livre de São Paulo e pelas Frentes de Luta Contra o Aumento de várias capitais.

As manifestações de 2013 levantaram uma série de questionamentos e reflexões no país, em especial de sociólogos, historiadores, filósofos, cientistas políticos e outros. Enquanto objeto empírico de estudo acadêmico, tais protestos passaram a ser alvo de análises nestes campos. O motivo é que esta ação coletiva não se enquadrava nas descrições de outras ações coletivas relatadas na Teoria dos Movimentos Sociais, além das que ocorreram no Brasil anteriormente, como por exemplo, o protesto das “Diretas Já” em 1984 e o “Fora Collor” em 1992, que igualmente mobilizaram milhares de brasileiros no país recém democratizado.

No campo científico da comunicação, o que se destaca é o fato de que ações coletivas levaram milhares de pessoas para as ruas das cidades brasileiras, mobilizadas por meio de plataformas de redes sociais da internet, esta última configurada como uma nova ambiência comunicacional, o que extrapola o conceito de mídia.

[...] a internet, como parte constituinte de uma rede social, ainda que sendo elemento de mediação, não pode ser concebida como mero suporte, como meio instrumental para o estabelecimento de ligações entre atores [...] sugerimos que a internet [...] é melhor caracterizada não como uma nova mídia, mas, sim, como um (sub)sistema que funciona como ambiente de informação, comunicação e ação – múltiplo e heterogêneo para outros subsistemas. A concepção da internet enquanto (sub) sistema e ambiente numa rede híbrida permite-nos compreendê-la como ente dotado de sua própria dinâmica de funcionamento e evolução e não apenas como suporte tecnológico e elemento de mediação (Palácios, 2006, p.239).

Assim, devido potencialidades técnicas de grande proporção à primeira vista supôs-se ter ocorrido um agendamento público por meio das plataformas digitais visando à participação dos brasileiros nas manifestações. Tal fenômeno vem sendo interpretado como semelhantes aos atos populares que ocorrem em várias partes do mundo desde que as plataformas de redes sociais se alastraram na internet conectando pessoas (Castells, 2013; Costanza-Shock, 2014; Di Felice, 2012; Malini e Autoun, 2013) e permitindo a construção simbólica da vida e do cotidiano ao estabelecer o “*bios midiático*” gerador de vínculos sociais (Sodré, 2002).

A partir destas indagações, este trabalho se propõe a refletir sobre a seguinte questão: A Comunicação Pública Cidadã enquanto interseção da Comunicação Horizontal, Esfera

---

2 Fontes: SINGER (2013, p.26); Infográfico Mapa dos Protestos Portal G1 – Construído com dados da Polícia Militar, (PRF) Polícia Rodoviária Militar, Instituto Datafolha, COPPE-UFRJ, NitTrans. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso em 30/06/2013.

Pública e Mobilização Social ocorre na ambiência da internet? Também subjacente a este problema, ocorrem outros questionamentos: que comunicação é gerada na ambiência das redes sociais da internet que enseja ação cidadã? Os grupos e comunidades que se formam nas redes sociais da internet também atuariam no estabelecimento de uma participação cidadã? Suas ações refletem ou não uma prática cidadã, uma vez que elas se veem inseridas no percurso histórico para o estabelecimento do que se chama cidadania, por meio de mobilizações sociais, revoluções, levantes, jornadas e outras ações coletivas?

O objetivo deste trabalho acadêmico é verificar se as plataformas de redes sociais online constituem-se em ambiência da comunicação que gera ação e que se pode denominar de Comunicação Pública Cidadã (CPC). A revisão teórica, por meio de um diálogo entre Comunicação, Esfera Pública e Mobilização Social, sinaliza uma possível interseção entre estes três elementos, que seriam geradores da CPC conforme a figura:

**Figura 1 – Comunicação Pública Cidadã, criada pela autora**



O objeto de estudo foi sendo construído mediante o conhecimento teórico oportunizado em aulas e discussões empreendidas no curso de Mestrado em 2013<sup>3</sup>, sobre a comunicação na sociedade informacional, a esfera pública e o exercício da cidadania. Também os protestos que ocorreram no mesmo ano na sociedade brasileira repercutido em todo o país, possibilitaram a realização da pesquisa exploratória com coleta de dados assistemática e análise preliminar de notícias veiculadas em jornais e sites jornalísticos iniciando-se assim a

<sup>3</sup> As disciplinas “Seminários de Mídia e Cidadania”, “Mídia, Cidadania e Direitos Humanos” e “Estudos Avançados em Mídia e Cidadania” cursadas pela pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, curso de Mestrado, linha de pesquisa Mídia e Cidadania.

delimitação do tema e do objeto de estudo. Ressalte-se que a pesquisadora é jornalista e sua profissão é comumente atravessada pelos acontecimentos do cotidiano, sendo as mobilizações sociais, importante evento público que geram interesse jornalístico além de pautas, a partir de critérios de noticiabilidade, que encontram nas ações coletivas, interesse público e visibilidade midiática. Conforme esclarece Wolf (1985, p. 87) “esses movimentos produzem tudo aquilo de que se «alimentam» os *mass media* (documentação que pode ser objeto de controvérsia, materiais informativos a utilizar, figuras de líderes, manifestações de massas, por vezes, encontros de rua”, o que contribui para uma grande quantidade de “material visual que pode ser usado”.

Tais movimentos começam a constituir notícia, a ultrapassar o limiar da noticiabilidade, quando se considera que se tomaram suficientemente significativos e relevantes para irem ao encontro do interesse do público ou quando dão lugar a acontecimentos planejados de propósito para irem ao encontro das exigências dos *mass media*. Isto é, estabelece-se uma integração entre as estratégias de noticiabilidade adotadas pelos *single issue movements* e os valores/notícia aplicados pelos órgãos de informação (WOLF, 1985, p.87).

Visando identificar se a CPC esteve presente nas mobilizações sociais do Brasil no ano de 2013, será realizada Análise Textual do grupo “Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus”<sup>4</sup> como um, quiçá o principal, dos protagonistas das manifestações que ocorreram naquele ano em Goiânia, uma das 26 capitais brasileiras. O grupo utiliza a plataforma de rede social Facebook divulgando ações de mobilização social com vistas a protestos e manifestações. Seria a exemplificação de um grupo ativista na cidade de Goiânia que participou dos protestos durante o ano de 2013.

A coleta de dados que ocorreu durante a pesquisa exploratória indicou a necessidade de aprofundamento da análise que possibilitasse visualizar a realidade dos sujeitos deste grupo. A forma comunicativa como foram organizados os protestos apontou para um fenômeno de ação coletiva reivindicatória, própria de uma sociedade civil que se apropria de recursos tecnológicos a fim de promover democracia deliberativa e interferir em políticas públicas do país.

A metodologia a ser utilizada será a Análise Textual, procedimento metodológico indicado pela Teoria Fundamentada de Anselm Strauss e Juliet Corbin, 2008<sup>5</sup>, a fim de codificar os dados de transcrições oriundas de documentos: diários etnográficos, entrevistas

---

<sup>4</sup> Durante este trabalho, o grupo será tratado de Frente de Luta Goiás ou apenas Frente.

<sup>5</sup> A Teoria Fundamentada tem como característica principal o conhecimento da realidade de determinado sujeito individual ou coletivo por meio de sua produção simbólica, sendo que a teoria emerge dos dados codificados da pesquisa empírica.

em profundidade, relatos de grupo focal, matérias jornalísticas, textos literários, relatórios, vídeos e outras mídias eletrônicas, entre outros. Diferente da Análise de Conteúdo a Análise Textual não realiza tabulação de dados quantificáveis e também não gera inferências, porém se assemelha no estabelecimento de categorias. Dos dados explícitos nos textos se nomeiam as Categorias Analíticas que agrupadas por afinidade formam Categorias Centrais, que poderão gerar outras conceituações e novas teorias.

Antes de voltar o olhar analítico para o objeto de estudo desta pesquisa – o potencial comunicativo das redes sociais on-line para a mobilização social, há que se tratar da fundamentação teórica que abarca três temáticas basilares que sustentam a argumentação sobre a Comunicação Pública Cidadã (CPC): a Comunicação Horizontal, a Esfera Pública e a Mobilização Social. Assim, para uma melhor explanação deste processo a revisão bibliográfica será realizada em três capítulos. O primeiro capítulo da revisão contemplará a fundamentação teórica sobre Comunicação e Comunicação Horizontal. No capítulo 2 será realizada a revisão teórica da Esfera Pública tendo a internet como a ambiência da esfera pública virtual. No capítulo 3 será tratada a Mobilização Social com vistas à cidadania, por meio da participação nas redes on-line a partir da revisão da Teoria dos Movimentos Sociais. Os três capítulos podem ser lidos de forma linear ou sequencial, mas também podem ser explorados de forma não-linear ou separadamente, segundo a preferência do leitor. Eles se encontram conectados como se fossem três links de um site possibilitando ao leitor a construção de um novo texto a partir de suas escolhas conectivas entre os três temas. Após esta breve explanação do ‘mapa’ da dissertação, pretende-se pincelar como os temas que compõem a CPC serão tratados em seus devidos capítulos teóricos.

Após se estabelecer de forma dialética o que se entende por comunicação e por não-comunicação, pretende-se situar a internet no âmbito dos contemporâneos processos comunicacionais. Seria ela um meio de comunicação ou uma mídia? Conforme já indicado no início deste trabalho, a internet será tratada como “ambiência de comunicação” e não como mídia ou meio, visto que é muito mais ampla e complexa já que comporta plataformas de *sites* de relacionamento e de *blogs*, recursos multimídias diversos e atua como uma nova esfera pública de expressão do indivíduo na atual sociedade. Após definir comunicação, mídia e internet, será revisitado o conceito contemporâneo de Comunicação Horizontal a partir de Manuel Castells (2003, 2013) e Sasha Costanza-Shock (2014) sob o paradigma Horizontal-Interacionista de Polistchuk e Trinta (2010).

O estudo da Esfera Pública Virtual irá buscar na Grécia, berço da democracia, o primeiro conceito de Esfera Pública descrito por Hannah Arendt (2007). Depois será

revisitado o conceito de Esfera Pública Burguesa de Jürgen Habermas (1984) e pontuado por John Thompson (2008) que indicou o deslocamento do espaço público para a Esfera Midiática. Além do Governo, instituições e empresas, as organizações não governamentais (Ong's) e grupos ativistas também buscam visibilidade midiática – chamada de Comunicação Pública. Tal processo na sociedade contemporânea ocorre em um novo ambiente - a Esfera Pública Virtual. Por isso, a revisão teórica buscará autores clássicos no estudo da sociedade informacional ou em rede, como Castells (2000, 2003 e 2013) e Pierre Lévy (2000, 2003). Também se sustentará apoiada em autores contemporâneos brasileiros, tais como Raquel Recuero (2012) e Marcos Palácios (2006). Uma das características observadas nesta nova Esfera Pública Virtual oportunizada nas redes sociais on-line é encontrada nas discussões de autores como: Denis de Moraes (2009, 2010), Ignácio de Ramonet (2009), Raquel Paiva (2008) e Cicília Peruzzo (2013). Refere-se ao contra-poder ou contra-hegemonia midiática oportunizada por alguns recursos da internet. Outra característica seria a possibilidade técnica de democratização pelo fato de que muitos indivíduos poderiam ter voz dentro desta rede ao contrário dos processos comunicativos realizados pelos sistemas midiáticos, conhecidos por serem monológicos ou de comunicação unívoca.

A revisão bibliográfica também recorrerá ao que a área das Ciências Sociais estabelece como Mobilizações Sociais, até então entendida como uma categoria analítica nos estudos da Teoria dos Movimentos Sociais. Esta revisão, portanto, irá abarcar desde as teorias clássicas até as contemporâneas, a fim de perceber categorias analíticas que podem ser observadas nas ações coletivas do Outono Brasileiro. Além disso, os atuais movimentos sociais em rede (movimentos ativistas que ocorrem na ambiência das plataformas de redes sociais on-line) serão visitados. Os autores que embasam esta revisão teórica são: Maria da Glória Gohn (2007, 2009), Ilse Sherer-Warrem (1996, 1999, 2006), Alain Touraine (1997), Alberto Melucci (2001), Manuel Castells (2013) e Cicília Peruzzo (2013).

Outros autores estudam a comunicação on-line e os processos que ocorrem nas redes sociais da internet aos quais denominam de “net-ativismo” ou “ativismo digital” (Máximo Di Felice, 2013). Os termos “*netwar*”, “ciberativismo” ou “manifestações de biopoder” são utilizados por Fábio Malini e Henrique Autoun (2013) para designar os mesmos processos. Já Thomas Tufte (2013) os descreve como “levantes”, e Castells (2013) os chama de “movimentos sociais em rede (MSR)”. Neste trabalho, todos estes termos serão tratados como um tipo de ação coletiva na e pela internet ao qual denominaremos de Mobilização Social. Ressalte-se, no entanto que, na academia já existe uma gama de pesquisas que consideram o “*netwar*”, “net-ativismo” ou “ativismo digital” como movimentos que se formam nas redes

sociais da internet e ali produzem seus atos, protestos e manifestações não saindo da ambiência on-line. Para este trabalho, no entanto, *on-line* ou *off-line*, todos os tipos de ativismo na atualidade perpassam pela ambiência da internet, seja ela a ambiência onde se oportunizam as manifestações ou um meio de mobilização para as marchas, greves, levantes e jornadas que ocupam praças e ruas das cidades.

Com vertente empírica, o capítulo 4 trará a Análise Textual efetuada por meio da Teoria Fundamentada (Ground Theory) a fim de se conhecer a atuação da Frente de Lutas Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus no ano de 2013, em Goiânia. Este capítulo contempla uma breve abordagem conceitual do que seja ciência da Comunicação, seu objeto de estudo e o potencial existente na internet para as pesquisas acadêmicas. Depois, detalha aspectos da Teoria Fundamentada, metodologia adotada para realizar a Análise Textual do objeto. A seguir contextualiza a história do grupo Frente de Luta Goiás, por meio de pesquisa empírica realizada com coleta de dados em textos veiculados em jornais impressos e digitais, artigos de opinião e debate. Tais textos após serem catalogados e detalhados apontam categorias analíticas e centrais que são descritas e interpretadas por conceitos já existentes em teorias abordadas nos capítulos de cunho teórico.

Por fim, na fase interpretativa busca-se na teorização dos capítulos (1, 2 e 3) da revisão bibliográfica um possível diálogo com as Categorias Analíticas e Centrais que emergiram na Análise Textual. Este diálogo com uso de vários textos – no caso os capítulos da revisão teórica dos capítulos anteriores – visa trazer olhares de vários autores para os conceitos que emergiram dos dados analisados na pesquisa empírica, um dos pressupostos da Teoria Fundamentada (Straus e Corbin, 2008, p.25). Pretende-se a partir de então realizar a revisão teórica dos três elementos constitutivos da Comunicação Pública Cidadã (CPC), iniciando a mesma pelo binômio Comunicação Horizontal.

# CAPÍTULO 1

## A COMUNICAÇÃO NA INTERNET

Neste capítulo, o primeiro da revisão teórica, pretende-se realizar uma breve reflexão do que seja a comunicação e como seu conceito se articula com os sistemas midiáticos, um dos responsáveis pela mediação simbólica na atual sociedade. Também vai abordar o conceito atual do binômio “comunicação horizontal”, visto que tal expressão foi uma das que emergiram das análises textuais do material agrupado na pesquisa exploratória durante a fase de construção do objeto empírico e definições teórico-metodológicas. Passa-se, portanto, da conceituação geral do termo comunicação para o específico que é a comunicação horizontal conforme ilustra a figura 2.

Figura 2 – Comunicação e Comunicação Horizontal



Em latim, a palavra comunicação é escrita como *communicare* e significa “por algo em comum, partilhar algo”. Também guarda relação com a prática do jantar comunitário dos religiosos que viviam isolados em mosteiros, fazendo voto de silêncio nos primórdios do Cristianismo. Tal prática era chamada de *communicatio* e consistia em trocarem informações durante esta refeição. Daí que o conceito de comunicação se articula com o significado destas duas palavras latinas (*communicare* + *communicatio*) e pode ser definido como “ação de tornar algo comum sobre o outro” (Temer, 2009, p. 12).

Viver em grupo, viver em sociedade, é viver em comunicação, pois ela perpassa todas as relações humanas no espaço social. [...] A comunicação é um fenômeno inerente à relação que os seres humanos mantêm quando se encontram em grupo. Por meio da comunicação o indivíduo pode compartilhar tudo que ele viu, pensou, imaginou, desde que para isso use elementos comparativos com algo que tenha significado para ele mesmo e para os outros indivíduos do seu grupo social (TEMER, 2014, p.35).

Assim, para a autora (2014, p.34) a ação é realizada por um indivíduo em direção ao outro num contexto sócio-cultural em que os dois participantes se acham inseridos. Este contexto também é chamado por Habermas (2012, p.231) de “mundo da vida” ou seja, é o ambiente da interação “em que os falantes e ouvintes se encontram; onde podem levantar, uns em relação aos outros, a pretensão de que suas exteriorizações condizem com o mundo objetivo, social ou subjetivo”. O processo comunicativo é tão complexo quanto o “mundo da vida” para lembrar Habermas (2012, p. 227), que o descreve como “um horizonte móvel”. Talvez “líquido” e “fluido” revisitando Baumam (2001, p.4), em que os participantes do processo de comunicação recorrem para interagir. Em suma, o “mundo da vida” é o saber compartilhado por membros de um grupo social que dá coesão à comunidade tendo um “horizonte móvel” que se revela a partir de experiências e saberes adquiridos que sedimentam valores e normas de tal grupo.

Tal comunicação, conceito que ainda não encontrou unanimidade entre os teóricos e que busca seu lugar no campo científico do saber, parece estar centrada em uma utopia, ou ser improvável (Habermas, 2012). Estudos e pesquisas estão sendo efetuados nesta área a fim de se chegar a uma possível definição que abarque a singularidade e a complexidade deste processo social. Mas, se comunicação ainda é um conceito em construção na área acadêmica, como se falar em comunicação na internet? Apesar da imensidão dessa ambiência enquanto *locus* complexo e dinâmico de interação entre sujeitos, estudos apontam para o que esta definição não pode abarcar – ou seja, o que não é comunicação. A necessidade de negar alguns conceitos – ou o anti-conceito – a fim de se entender o conceito é o que se chama de exercício da dialética, conforme demonstrado por Paulo Freire (1983, p.41) ao refletir sobre a comunicação dialógica. Ela é a comunicação no sentido *latto*, em contraponto ao conceito de extensão - que possui “um caráter antidialógico” e que também poderia ser chamada de não-comunicação. É a transmissão de informações, a transferência do saber, a entrega de algo a alguém, o depósito de conteúdos simbólicos - para lembrar a expressão freireana “educação bancária”, da qual se poderia, por analogia, expressar como ‘comunicação bancária’ que seria um tipo de não-comunicação. Para Freire (1983, p. 70) a comunicação não se caracteriza pela “exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado”.

A não-comunicação poderia ser entendida como aquela que não produz ação crítica e política nos termos de Freire (1983) e tem entre suas características o fato de ser monológica, vertical e hegemônica (Thompson, 2008; Castells, 2009; Moraes, 2009; Lévy, 2010; Costanza-Shock, 2014). Ela pode ser observada nos sistemas midiáticos de grandes empresas

de comunicação na atual sociedade, que juntamente com o poder político e econômico, dividem o espaço público hegemônico da fala na transmissão de conteúdos simbólicos.

Na sociedade moderna o partilhar socialmente do “mundo da vida”, que Freire (1983, p.70) chama de “universo comum”<sup>6</sup> em muito se difere das sociedades tribais em que o saber comunitário, a tradição, ditava as normas sociais, o convívio e o cotidiano. Na modernidade, novos elementos foram se incorporando a esse “horizonte móvel”, intercambiável e fluido, no qual são reveladas as formas simbólicas da vida e que passaram a representar o “mundo da vida” - os meios de comunicação ou sistemas midiáticos. Diz Temer que:

[...] as técnicas primárias de comunicação – a fala, a linguagem, os gestos – ou em outros termos, ações que dependiam do uso imediato do próprio corpo humano – passam progressivamente a conviver e ser afetadas por técnicas diferenciadas de comunicação – ações que exigem suportes (papel, pedra, papiro) ou elementos potencializadores do processo comunicativo (veículos diversos, simples ou sofisticados, mas também meios de comunicação eletro-eletrônicos, como rádio, televisão, internet) (TEMER, 2014, p.41).

Desta forma, a comunicação na sociedade moderna complexa, bem como o partilhar do “mundo da vida”, na maior parte das vezes se realiza com a mediação de aparatos técnicos denominados como mídias (Thompson, 2008, p.19). Desde seu desenvolvimento a partir do século XV – com a invenção da prensa por Gutemberg - proporcionou uma “reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social”, conforme Thompson (2008, p.19). Denominada de “comunicação mediatizada” por Temer (2014, p.55), a mídia vem transformando o indivíduo e a sociedade, uma vez que participa do cotidiano e das formas de acessar e partilhar o mundo contemporâneo.

As mídias estão presentes em todos os aspectos das nossas vidas, atuando desde a construção da identidade até a percepção e o entendimento do Estado e de conceitos elementares como cidadania, saúde e até felicidade e liberdade. A comunicação mediatizada não é algo que usamos, mas sim elemento intrínseco e indissociável da vida contemporânea (TEMER, 2014, p. 55).

Os processos comunicativos efetuados pelos sistemas midiáticos são monológicos desde o seu estabelecimento, o que poderia apontar para um processo não comunicativo no sentido lato do conceito. Porém, concorda-se que tais processos têm seu espaço na sociedade

---

<sup>6</sup> “É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito. Se não há este acordo em torno dos signos, como expressões do objeto significado, não pode haver compreensão entre os sujeitos, o que impossibilita a comunicação”. (Freire, 1983, p.67)

pelo fato de interferirem na construção simbólica da vida, ou seja, são processos de “interação social” conforme Thompson (2008, p.77). A primeira mídia que teve seu registro na história da imprensa foram os livros que, a partir da invenção de Gutemberg, puderam ser produzidos em grande escala e consumidos por pessoas comuns, em tempos e contextos diferentes daqueles em que foram escritos, fora dos mosteiros e dos círculos de leitura da aristocracia. A isto, Thompson (2008, p. 79) denomina de uma “quase-interação mediada” e contrasta com outros dois tipos de interação que ocorrem nos processos de comunicação aos quais chama de: “interação face a face” e “interação mediada”. Na interação face a face os sujeitos se encontram no mesmo espaço e tempo, ou seja, partilham o contexto, comungam do mesmo acontecimento. A “mediada” implica o uso de um meio técnico ou de fixação da mensagem, tais como: papel, fios elétricos, ondas eletromagnéticas, e podem ser exemplificadas pela carta, conversa telefônica, telegrama, mas ainda há uma reciprocidade, um dialogismo no processo. Já a “quase-interação mediada” é aquela em que o processo de interação ocorre por meio dos meios de comunicação ou mídias tais como livros, jornais, revistas, rádio, televisão, cinema etc – formas em que “os receptores das mensagens não são parceiros de um processo de intercâmbio comunicativo recíproco, mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica”.

[...] os participantes de uma interação face a face ou de uma interação mediada são orientados para outros específicos, para quem eles produzem ações, afirmação etc; mas no caso da quase-interação mediada, as formas simbólicas são produzidas para um número indefinido de receptores potenciais [...] enquanto a interação face a face e a interação mediada são dialógicas, a quase-interação mediada é monológica (THOMPSON, 2008. p.79).

O fato dos sujeitos receptores não compartilharem o mesmo contexto espaço-temporal não constitui por si só elemento que impede a interação. Mas indica que quem produziu o conteúdo midiático não sabe quem o recebeu e de que forma o recebeu como se apropriou do mesmo e o ressignificou. Thompson (2008, p.79) sustenta que esta interação “tem caráter monológico” pois os que recebem tais mensagens além de não estarem fisicamente presentes no momento do processo, recebem “formas simbólicas produzidas por outros a quem eles não podem responder”. Apesar disso esses sujeitos ainda podem “[...] criar laços de amizade, afeto e lealdade” (idem), já que ocorrem interações entre o público que se apropria de conteúdos simbólicos, na forma de ressignificação das mensagens, adaptando-as ao seu “mundo da vida” e compartilhando com seu semelhante no seu grupo de pertença.

Considerados por teóricos da Escola de Frankfurt como “indústria cultural”, os sistemas midiáticos têm o receptor como um público indeterminado, indefinido, homogêneo, passivo e “permanentemente embotado pela contínua recepção de mensagens similares” (Thompson, 2008, p.31). Esta visão tem sido questionada há alguns anos pelos estudiosos do paradigma dos Estudos Culturais.

Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água. Suposições deste tipo tem muito pouco a ver com o verdadeiro caráter das atividades de recepção e com as maneiras complexas pelas quais os produtos da mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas. (THOMPSON, 2008, p.31).

Há uma nítida defesa de que os processos que ocorrem entre a mídia e o público têm impacto e influência na vida em sociedade, mas não são determinantes. Pelo fato da interação ocorrer em contextos distintos e em tempos não previstos pelo emissor, para um receptor estimado, mas não conhecido, os sistemas midiáticos praticam transmissão de informações, difusão de conteúdos simbólicos, mas não se pode afirmar que façam comunicação. São mídias de interação que têm nos sistemas midiáticos os processos de emissão dos conteúdos simbólicos para um público receptor indiferenciado ou apenas previsto, mas nem por isso, homogêneo, apático e passivo.

Outra característica observada nos sistemas midiáticos tradicionais e que gera processos interativos, mas que é discutível do ponto de vista da comunicação cidadã é a hegemonia do poder simbólico de fala. Esta, aliada ao poder político e econômico, detém o poder hegemônico numa sociedade. Gramsci (2001) definiu hegemonia como a capacidade de dirigir, liderar ou dominar de um grupo, por meio do consentimento ou coerção do grupo dominado, que ocorre seja por negociação política ou persuasão intelectual.

[...] função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 20).

Um grupo hegemônico é aquele que detém o poder do discurso, gerador de um tipo de naturalização a partir do consenso na sociedade. Ele pode utilizar-se do poder simbólico “que nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas” (Thompson, 2008, p. 24), ou seja, dos grupos que detêm o controle da mídia na sociedade contemporânea. A partir das definições de Gramsci, Dênis de Moraes explica o papel que a mídia tem no estabelecimento de uma hegemonia:

A teoria da hegemonia de Gramsci permite-nos meditar sobre o lugar crucial dos meios de comunicação na contemporaneidade, a partir da condição privilegiada de distribuidores de conteúdos, como proposto por Karl Marx: “transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as idéias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia”. Os veículos ocupam posição distintiva no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses (MORAES, 2010, p.08).

Thompson (2008, p.24) descreve quatro tipos de poder – ou hegemonia - que lutam pelo estabelecimento de sua visão e ideologia na sociedade (poder econômico, político, coercitivo e simbólico). Este último é exercido pelos meios de comunicação e de informação juntamente com outras instituições, tais como a família, igreja, escola, universidade, associações entre outras, e esta “atividade simbólica é característica fundamental da vida social”.

Na produção das formas simbólicas os indivíduos se servem destas e de outras fontes para a realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas [...] As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado e sublevar as massas em revolta coletiva (THOMPSON, 2008, p.24).

Moraes (2009, p.20) acrescenta que os grupos que detém o poder midiático regulam “a opinião social através de critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção”. Com base em Gramsci, ele afirma que para tal é necessário formar uma opinião pública unificada em torno de princípios e valores, o que se constitui em uma operação ideológica e disputa do monopólio (Moraes, 2010, p.26). Para minimizar tal situação faz-se necessário, segundo este autor, o surgimento e estabelecimento de meios comunicativos que possam exercer um papel contra-hegemônico:

A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia unísono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma

construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas. Trata-se de apresentar argumentações alternativas para vergar o senso comum, aprofundando e aperfeiçoando o conhecimento crítico da realidade para transformá-la [...] Para a contraposição ao poderio midiático, todos os recursos táticos e canais contra-hegemônicos devem ser mobilizados e aproveitados. As forças renovadoras não podem se dar o luxo de eleger uma única vertente de expressão (MORAES, 2010, p. 21).

Outro fator impossibilita às mídias tradicionais praticarem comunicação que gere cidadania. Trata-se da “confluência de variantes mercadológicas e tecnológicas nas mediações efetivadas pelos titãs da mídia, em seu intuito de organizar e convalidar os discursos da vida e da produção” (Moraes, 2009, p. 10). Entre essas variantes, Temer (2011, p.13) cita a “concentração das mídias em algumas famílias que são proprietárias de jornais, rádios, emissoras de televisão, empresas de TV a cabo e/ou satélite e até mesmo, participação acionária em empresas de telefonia”. Para a autora que avaliou esta questão no Brasil, a concentração se agrava quando a propriedade de empresas midiáticas converge com “interesses político-partidários, relações de poder local e nacional, interesses comerciais globalizados” (Temer, 2011, p.13).

As relações de poder no Brasil continuam privilegiando certos grupos, e nesta ação, aprofundando vácuos no exercício da cidadania pelos grupos excluídos. A análise das relações de poder e sua relação com os meios de comunicação e a atribuição de sentido no âmbito do consumo, abrem espaço para a análise de como, em função das condições oferecidas pelas mídias atuais no Brasil, o poder de escolha passa a ser exercido a partir de uma base hegemônica. (TEMER, 2011, p.16).

Igualmente, Ignácio de Ramonet (2013, p. 63) observa que a missão dos conglomerados midiáticos é “difundir ideologias disfarçadas de informação – ideologia talvez seja uma palavra politizada, digamos que promovem uma visão de mundo, uma maquete do mundo, um mundo ideal”. Relembra (idem) que no passado, quem dava essa visão de mundo ideal para a sociedade era a Igreja, porém “hoje a imprensa e os meios de comunicação têm a missão de ser a ferramenta ideológica da globalização”.

Sendo a comunicação elemento dinâmico na sociedade, cada vez mais, novas tecnologias surgem para dar suporte e magnificar esse processo de disseminação de conteúdos simbólicos e de interpretação do “mundo da vida”. Na contemporaneidade a internet se despontou como uma ambiência onde se abrigam plataformas capazes de hospedar, fixar, transmitir, guardar e intercambiar conteúdos simbólicos advindos de vários tipos de mídias utilizadas por indivíduos os mais diversos, pertencentes a inúmeras culturas e grupos sociais.

Nesta ambiência – muito mais que um instrumento ou um veículo de disseminação de mensagens – perpassa atualmente o “mundo da vida”, sendo ali um novo *bios* que Muniz Sodré (2002, p.192) denominou de *bios* midiático e que:

[...] atua em termos de influência ou poder na construção da realidade social (moldagem de percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos) desde a mídia tradicional até a novíssima, baseada na interação em tempo real e na possibilidade de criação de espaços artificiais e virtuais. (SODRÉ, 2002, p.193).

Discorre Sodré (2002, p. 192) que Aristóteles observou três *bios* no âmbito da existência humana na Pólis: o *bios theoretikos* (vida contemplativa) próprio dos filósofos que tinham na *ágora* um local para expor seus pensamentos assim como no *bios politikos* (vida política) e o terceiro tipo, o *bios apolaustikos* (vida do corpo, do prazer). A esses três tipos de *bios*, Sodré acrescenta o *bios* midiático, como aquele que Aristóteles indicou ao se referir à “esfera de negócios” e que para o filósofo grego não poderia se constituir em um *bios* já que era “algo violento”. Sodré (2002, p. 192) analisa: “O que já se fazia presente, por meio da mídia tradicional e do mercado, no *ethos* abrangente do consumo, consolida-se hoje com novas propriedades por meio da técnica digital” que se denomina de “tecnocultura”.

É que a tecnocultura – essa constituída por mercado e meios de comunicação, a do quarto *bios* – implica uma transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental. Implica, portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas ou com o que se tem convencionalmente designado como verdade, ou seja, uma outra condição antropológica (SODRÉ, 2002, p.194).

Esta nova condição do indivíduo no mundo informacional, misto de interações *on-line* e *off-line* de espaços concretos com espaços desterritorializados - próprios da ambiência da rede mundial de computadores, contempla um tipo de comunicação com características próprias que diferem das mediações que ocorrem, por exemplo, face a face ou por meio das mídias tradicionais. Este processo novo, complexo, policultural de interação não se enquadra nos três tipos de interação descritos por Thompson (2008, p.77). Permite trocas entre os sujeitos, assim como na interação mediada (telefone, carta), com o *email* e chamadas por *Skype*; também permite a fixação de multimídias à semelhança de jornais, revistas em portais e *blogs* e ainda reproduz áudio e vídeo, à semelhança do rádio, da televisão e do cinema. Muito mais que interação entre indivíduos e difusão de mensagens simbólicas, esta ambiência cria novos espaços para o conhecimento, para a participação e para a vida cotidiana. Quais seriam portanto, os pressupostos deste processo que ocorre nesta nova ambiência, cada dia,

mais mutável e fluida. Alguns estudiosos, no entanto, traçam suas considerações conforme se verá a seguir.

### 1.1 Processo Comunicacional em rede

A *www* (world wide web) é um recurso tecnológico e informacional disponibilizado dentro da internet e se constitui, basicamente, em redes distribuídas de conversação e de estabelecimento de conexões que formam grupos sociais on-line, à semelhança dos existentes na vida concreta *off-line*. A comunicação oportunizada pelos *sites* de redes sociais possui entre suas características um processo comunicacional totalmente diferenciado, se levarmos em conta os propostos pelos processos lineares das teorias funcionalistas advindas da retórica aristotélica da comunicação<sup>7</sup>. Trata-se de um modelo de redes sociais, radiático ou reticular. As redes sociais não são novidades. Elas existem no convívio social desde que o homem passou a ter necessidade de pertencimento e de proteção, conforme Castells:

[...] os arqueólogos e os historiadores da antiguidade estão convencidos de que os dados históricos mostram a permanência e a relevância das redes como espinha dorsal das sociedades, desde milhares de anos, nas civilizações antigas mais avançadas de diferentes regiões do planeta<sup>8</sup>. (CASTELLS, 2009, p.47, tradução nossa).

Desde as remotas civilizações até os dias atuais, desta que é considerada a sociedade pós-moderna, são observadas a existência de redes familiares, de vizinhança, de condomínio, escolares, de trabalho, de religião e em cada uma os atores sociais desempenham determinado papel. A novidade na sociedade contemporânea é a utilização da lógica das redes sociais dentro da ambiência da internet, proporcionada pelo incremento das novas tecnologias.

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto, altamente dinâmico, suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento

<sup>7</sup> Emissor (Quem) - Mensagem (Diz o que) – Receptor (a quem). (Hohlfeldt, Martino e França, 2001, p.79)

<sup>8</sup> “[...]los arqueólogos y los historiadores de la antigüedad han reiterado convincentemente que los datos históricos muestran la permanencia y la relevancia de las redes como espinha dorsal de las sociedades, desde hace miles de años, en las civilizaciones antiguas más avanzadas de diferentes regiones del planeta”.

instantâneo de novos valores e humores públicos. (CASTELLS, 1999, p.566).

Diferentemente desta visão ligada à área econômica de Castells, Torres (2008, p.257) acredita que as redes sociais on-line resultam das interações entre “indivíduos, tecnologias e fluxos informativos, e nelas ocorre a manifestação de uma sociedade planetária que se expressa em um espaço público desterritorializado”. Tais processos são considerados como “rede híbrida” na definição de Palácios (2006, p.240) e Di Felice (2013, p. 289).

Segundo Recuero<sup>9</sup> (2009), com base nas Teorias das Redes, o modelo de interação da Internet obedece a uma lógica de grafos em que os *nós* - os atores sociais ao interagirem produzem conexões dos mais diferentes tipos. Conforme as características dessas conexões, a quantidade de *nós* interconectados e uma série de outros fatores intervenientes, forma-se um tipo de grafo, ou um modelo de rede.

Sites de rede social foram especialmente significativos para a revolução da “mídia social” porque vão criar redes que estão permanentemente conectadas, por onde circulam informações de forma síncrona (como nas conversações, por exemplo) e assíncrona (como no envio de mensagens). Redes sociais tornaram-se a nova mídia, em cima da qual a informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conversação, onde é debatida, discutida e assim, gera possibilidades de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades. (RECUERO, 2011, p. 01)

Di Felice (2013, p.277) explica que “o caráter emergente das arquiteturas interativas reticulares coloca o actante em uma dimensão na qual a externalidade e a linearidade perséptica tornam-se impossíveis”. Ele afirma que:

Com o advento das redes interativas digitais assistimos ao comparecimento de um inédito tipo de ação, que pode ser pensado como um particular tipo de ato, realizado tecnologicamente, desenvolvido em interações reticulares com dispositivos e circuitos informativos, capaz de estabelecer uma nova forma de contratualidade não mais apenas social e antropomórfica, no sentido histórico e sociológico, isto é, sujeitocêntrica e devastadora, mas resultante de dinâmicas plurais e colaborativas. (DI FELICE, 2013, p.277).

As plataformas de *sites* de redes sociais têm sido consideradas como facilitadoras de práticas democráticas ao proporcionarem aos cidadãos formas para não só manterem suas redes pessoais físicas, como também se integrem a redes temáticas *on-line*, criando um perfil, adicionando conhecidos e amigos, enfim, formando sua própria rede de

<sup>9</sup> A autora estudou o tema em 2009 e encontrou várias subdivisões das redes, tais como: redes emergentes ou associativas; redes igualitárias, mundos pequenos, em escalas; redes inteiras e redes ego, só para citar algumas subdivisões, cada uma obedecendo um tipo de grafo ou geometria. Destaca-se que este trabalho não pretende efetuar um estudo de redes, mas estudar um caso de um grupo social ativista que foi criado sob a lógica rediática e que se utiliza dos sistemas em rede da internet para comunicação e mobilização.

relacionamentos. Podem, com isso, defender um ideal ou uma causa ou simplesmente interagir com pessoas que possuam interesses em comum.

Sabe-se que as interações das redes sociais on-line podem ser rastreadas e estudadas, resultando disso uma série de teorias das redes sociais. Neste trabalho, apenas um tipo de relação estabelecido entre os *nós* (emissores-receptores) foi estudado: a que se denomina “Comunicação Horizontal” do ponto de vista de um processo que gera ação política a partir das interações comunicativas *on-line*. Há estudos que consideram essas interações da rede mundial de computadores como Comunicação Horizontal. Costanza-Shock (2014) e Castells (2003, 2013) utilizam a expressão para denominar o processo de comunicação realizado pelos movimentos sociais territorializados na rede mundial de computadores e que muitos autores denominam de net-ativismo (Di Felice, 2012; Malini e Autoun, 2013). O binômio foi uma das categorias centrais da CPC que emergiu dos dados da pesquisa exploratória empreendida para este trabalho, realizada *a priori*, no ano de 2013, em matérias de jornais, *blogs* e *sites*. A partir do estabelecimento de um diálogo entre Castells (2013), Costanza-Shock (2014) e Polistchuk&Trinta (2003) a Comunicação Horizontal poderia ser observada nas atuais manifestações e protestos cuja mobilização se deu por meio das redes sociais digitais da comunicação?

A internet transforma o tipo de relação dos elementos do modelo comunicacional, uma vez que pode por meio de algumas de suas ferramentas, tais como *chat*, *messenger* e mesmo o *email*, possibilitarem a troca de mensagens e favorecerem a relação dialógica – condição principal para o estabelecimento da comunicação horizontal conforme já analisado. No entanto, tal diálogo constitui-se um potencial da nova ambiência, não podendo ser atribuído a ela um princípio de causa e efeito como apregoavam os teóricos com base na psicologia behaviorista Ivan Pavlov e John Watson (DeFleur e Ball-Rokeach, 1993, p.55).

Di Felice propõe, a partir de então, que o modelo comunicacional da internet seja reconhecido como reticular, no qual as redes digitais constituem-se no “conjunto de redes de redes” com conexões ou “*nós*” que possibilitem infinitas e imprevisíveis combinações, sobreposições e vínculos numa polifonia de vozes.

A forma rede é sempre um conjunto de redes de redes, isto é, um conjunto de conjunto de inter-relações, cujos limites ou perímetros são ilimitados e remetem, sobretudo, a mais de um sujeito [...] o repasse de informações não é mais frontal (emissor-receptor), este acontece entre diversos membros e coletivos [...] Devemos pensar, portanto, o processo comunicativo em rede como um ecossistema e, portanto, sujeito como todos os ecossistemas a um

conjunto de relações com os outros ecossistemas no interior da biosfera que torna cada um parte de uma rede de redes (DI FELICE, 2011, p.04).

O autor (2011, p.04) argumenta que para observar o processo rediático é necessário fazê-lo de uma perspectiva inclusiva, participante, uma vez que é impossível observá-lo do ponto de vista externo pois “a única forma para observar um processo reticular é fazer parte dele, experimentá-lo e, portanto, alterá-lo, modificá-lo, aspecto este que impossibilita a sua percepção objetiva”. Di Felice (2011, p. 04) conclui que a revolução digital modificou “pela primeira vez na história da humanidade, a própria arquitetura do processo informativo, realizando a substituição da forma frontal de repasse das informações (teatro, livro, imprensa, cinema, TV) por aquela reticular, interativa e colaborativa”.

Castells (1999, p. 566) acrescenta ainda que “a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder” uma vez que conexões que são efetuadas pelas redes ligam os fluxos financeiros que por sua vez mantém “o controle dos impérios de mídia que influenciam os processos políticos”. O que se destaca, com isso, é que mesmo a internet possuindo características técnicas de uma rede distribuída e que conecta os *nós* em infinitas interações, ela também permite uma concentração do controle em mãos de grupos que detém a hegemonia econômica e política e conseqüentemente influenciam os processos e fluxos comunicativos da rede mundial de computadores, repetindo as relações hegemônicas das mídias tradicionais. Daí o autor (2009, p. 108), denominar tal processo de “autocomunicação de massas” pois alcança um grande público à semelhança dos meios de comunicação tradicionais porém, de forma autônoma, tanto produz quanto se apropria de conteúdos simbólicos. Ele explica:

É comunicação de massas porque chega a uma audiência potencialmente global através das redes ‘p2p’ e da conexão à Internet. É multimodal porque a digitalização do conteúdo e do software social avançado, baseado frequentemente em programas de código aberto que se podem baixar gratuitamente, permitem o formato de quase qualquer conteúdo em praticamente quase qualquer forma, distribuindo cada vez mais através de redes ‘inalâmbricas’. Também seu conteúdo está autogerado, sua emissão não é dirigida e sua recepção autosseleccionada por todos aqueles que se comunicam (CASTELLS, 2009, p.108, tradução nossa)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> “Es comunicación de masas porque llega a una audiencia potencialmente global a través de las redes ‘p2p’ y de la conexión a Internet. Es multimodal porque la digitalización del contenido y el software social avanzado, basado frecuentemente en programas de código abierto que se pueden descargar gratuitamente, permiten el cambio de formato de casi cualquier contenido en prácticamente casi cualquier forma, distribuido cada vez más a través de redes inalámbricas. Además, su contenido está autogenerado, su emisión não dirigida y su recepción autoseleccionada por todos aquellos que se comunican”.

Outro elemento no processo comunicativo que se destaca é a alteração de sentido que a internet proporciona com relação às mídias tradicionais. Estas possuem um sentido vertical, numa hierarquia onde o grupo que detém o controle econômico e político dita as regras do jogo. O sentido é de cima para baixo, estabelecendo uma interação midiática, uma transferência de conteúdo, mas não uma comunicação. Conforme Castells:

É verdade que o meio, inclusive um meio tão revolucionário como este, não determina o conteúdo nem o efeito de suas mensagens. Mas tem o potencial de possibilitar uma diversidade ilimitada e a produção autônoma da maioria dos fluxos de comunicação que constroem o significado no imaginário coletivo. (CASTELLS, 2009, p.108, tradução nossa).<sup>11</sup>

Diz Castells (2013, p.106) que “é importante para os diferentes tipos de efeitos sociais que haja o desenvolvimento de uma rede de comunicação horizontal multimodal do tipo da internet” e de acordo com Costanza-Shock (2006, p.1) esta comunicação “organizada horizontalmente tem como características: utilização de ferramentas de produção inexpressivas mas amplamente disponíveis se comparadas às midiáticas que são concentradas em poucas mãos; circulação muitos-muitos em lugar de um-muitos; seleção e filtragem de conteúdo que é realizado socialmente ou por editores delegados de forma transparente em contraste com as que são feitas por profissionais e elite de comunicação conhecidos como *gatekeepers*; e decisão por meio de participação e consenso, de forma horizontal, ao invés de hierarquizada e compulsória, de cima para baixo. Os estudos da Comunicação Horizontal são, inclusive, considerados por alguns estudiosos como delimitador de um novo paradigma nas Teorias da Comunicação<sup>12</sup>.

Na atualidade, algumas ferramentas da internet especialmente aquelas que caracterizam as plataformas de redes sociais, constituem-se em ambientes que proporcionam a Comunicação Horizontal, de acordo com Raquel Recuero (2011, p. 15). Ela afirma que desde os primórdios da web, o ambiente abrigava possibilidades dialógicas com *chats* e *e-mails* e completa:

A mudança está na horizontalização do processo de constituição da mídia que, ao contrário da chamada mídia de massa, distribuiu o poder de distribuição da mensagem ou como André Lemos explica, caracteriza-se

<sup>11</sup> Es verdad que el medio, incluso un medio tan revolucionario como éste, no determina el contenido ni el efecto de sus mensajes. Pero tiene el potencial de hacer posible una diversidad ilimitada y la producción autónoma de la mayoría de los flujos de comunicación que construyen el significado en el imaginario colectivo.

<sup>12</sup> Polistchuk e Trinta (2003) enumeram sete paradigmas na Teoria da Comunicação (Funcionalista-Pragmático; Matemático-Informacional; Conceitual ou Crítico-Radical; Culturoológico; Midiológico; Conflitual Dialético e Horizontal-Interacionista. Temer e Nery (2009) também consideram o Lingüístico-Semiótico como um dos paradigmas da comunicação.

pela liberação do pólo emissor [...] Sites de rede social foram especialmente significativos para a revolução da mídia social porque vão criar redes que estão permanentemente conectadas, por onde circulam informações de forma síncrona (como nas conversações, por exemplo) e assíncrona (como no envio de mensagens) (RECUERO, 2011, p.15 e 16).

Segundo Castells (2001, p.26), pela natureza com que a internet foi criada, de forma heterárquica e código aberto, ela permite que qualquer indivíduo de posse de um computador e tendo uma forma de acesso à *web* possa publicar textos, falar, debater, postar comentários, ou seja, interagir com outros. Disse (2009, p. 101) também que “uma série de ferramentas de software social tem provocado o desenvolvimento de redes horizontais de comunicação interativa que conectam o local e o global em qualquer momento” (tradução nossa)<sup>13</sup>, que seriam formas e instrumentos dos quais a Comunicação Horizontal na internet possibilita:

As redes horizontais de comunicação estabelecidas por iniciativa, interesse e desejo das pessoas são multimodais e incorporam muitos tipos de documentos, desde fotografias (hospedadas em sites como o Photobucker.com, que tinha 60 milhões de usuários registrados em fevereiro de 2008) e projetos cooperativos em grande escala, como a Wikipédia (a enciclopédia de código aberto com 26 milhões de colaboradores, mesmo que somente 75 mil sejam ativos), até música e filmes (redes p2p baseadas em programas de software gratuito como Kazaa) e redes de ativistas sociais/políticos/religiosos que combinam fóruns de debates com base na rede com incorporação de vídeo, som e texto (CASTELLS, 2009, p.104, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Se se considerar a internet somente como uma nova mídia, o que constitui em uma redução conceitual visto seu amplo e difuso papel na sociedade contemporânea, ela seria classificada somente como um meio de interação a mais. No entanto, a revisão teórica já efetuada neste trabalho, aponta para um conceito amplificado que tem a internet como uma ambiência, polifônica e multicultural que encerra em si plataformas multimídias e recursos interativos que possibilitam um novo tipo de processo comunicacional – uma comunicação face a face mediada por um complexo aparato tecnológico desterritorializado e atemporal.

<sup>13</sup> [...]la difusión de Internet, las comunicaciones inalámbricas, los medios de comunicación digitales y una serie de herramientas de software social han provocado el desarrollo de redes horizontales de comunicación interactiva que conectan lo local y lo global en cualquier momento.

<sup>14</sup> Las redes horizontales de comunicación establecidas por iniciativa, interés y deseo de la gente son multimodales e incorporan muchos tipos de documentos, desde fotografías (alojadas en sitios como Phorobucker. corn, que tenía 60 millones de usuarios registrados en febrero de 2008), y proyectos cooperativos a gran escala, como la Wikipedia (la enciclopédia de código abierto con 26 millones de colaboradores, aunque sólo 75.000 son activos), hasta música y películas (redes p2p basadas em programas de software gratuito como Kazaa) y redes de activistas sociales/ políticos/religiosos que combinan foros de debate basados en la red con incorporación de vídeo, sonido y texto

## 1.2 Ambiência muitos-muitos

O acesso a informações e dados tem sido elencado como direito fundamental do cidadão na sociedade contemporânea, visto possibilitar mais recursos que lhe garantam lutar a fim de exercer sua cidadania. Na sociedade industrial, o cidadão obtinha pelos meios de comunicação tradicionais (tevé, rádio e impressos) algumas informações, o que ocorria de forma impessoal e distante. Atualmente estes meios tradicionais dividem o espaço público comunicacional com as novas mídias on-line. Mesmo na geração de programas educativos, culturais e artísticos as mídias tradicionais não possuem condições técnicas e mercadológicas que possibilitem que os atributos da cidadania - participação, mobilização e conscientização - gerem sentidos e significados entre os sujeitos.

Primeiro, porque são veículos monológicos – contrários ao conceito de dialógicos. Eles falam, emitem mensagens de forma unidirecional e desconhecem o público e o impacto que essas mensagens têm sobre milhares de destinatários, e segundo porque o processo de comunicação que veiculam se resume na fórmula “de um - para muitos”. Conforme Castells:

A comunicação de massas tradicional é unidirecional (a mensagem é enviada de um a muitos, em livros, periódicos, filmes, rádio e televisão). Obviamente, algumas formas de interatividade podem se incorporar à comunicação de massas através de outros meios de comunicação. Por exemplo, a audiência pode participar nos programas de rádio ou de televisão ligando, escrevendo cartas ou por correio eletrônico. Mas no geral, a comunicação de massas costuma ser predominantemente unidirecional (CASTELLS, 2009, p. 88, tradução nossa).<sup>15</sup>

Já na internet o fluxo do processo comunicacional dos meios tradicionais é alterado para o “muitos-para-muitos”(Castells, 2009, p. 88). Para ser emissor na atualidade não é mais preciso deter o monopólio de um veículo de comunicação, basta ter acesso à *web* por meio de uma conexão/computador e uma conta em *blog* ou *site* de redes sociais, por exemplo.

Assim, a narrativa noticiosa, que sempre esteve atrelada àqueles que detinham a capacidade de irradiar informação (a imprensa), hoje está em todos os lugares virtuais, que se comportam cada vez mais como mídias de multidão ou seja, mídias cujas produções se dão de forma articulada e cooperativa, cujo produto final é exibido de forma pública e livre, para públicos específicos, que ao mesmo tempo são mídias para outros públicos. A natureza das multimídias é de portar uma linguagem desencarnada da mediação da mídia irradiada, desorganizando o modo tradicional da notícia,

<sup>15</sup> La comunicación de masas tradicional es unidireccional (el mensaje se envía de uno a muchos, en libros, periódicos, películas, radio y televisión). Obviamente, algunas formas de interactividad pueden incorporarse a la comunicación de masas a través de otros medios de comunicación. Por ejemplo, la audiencia puede participar en los programas de radio o de televisión llamando por teléfono, escribiendo cartas o por correo electrónico. No obstante, la comunicación de masas suele ser predominantemente unidireccional

ao mesmo tempo em que elas organizam uma linguagem cooperativa, dialógica, múltipla e comum (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 184).

Malini e Antoun (2013, p. 158) ressaltam outro aspecto que diferencia as mídias on-line das tradicionais. Trata-se do contraponto que a mídia distribuída ou redes da internet fazem ao poder “acachapante de achatamento da diversidade cultural promovida pelos processos de indução e falseamento de opinião típicos desta comunicação unilateral onde poucos falam para muitíssimos”. Esse processo que os autores (2013, p. 177) identificam como “monopólio da narração” teve ruptura com o surgimento da internet, uma vez que “através de suas interfaces, qualquer usuário podia tornar atualizável uma informação, liberando sua comunicação”.

[...] a atividade dos usuários vai construir de forma singular – e nem por isso disputado, conflitivo e contraditório - um campo extenso dos significados dos acontecimentos sociais, onde se entrelaçam as narrativas esmiuçadoras dos fatos, ideias, dados, imagens, ampliadoras da capacidade da rede revelar sentidos até então reprimidos na lógica *gatekeeper* das mídias on-line tradicionais (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 178).

Corroborar tal visão o sociólogo Máximo Di Felice, (2012, p. 01) ao adicionar que a comunicação digital gera “a alteração desse fluxo comunicativo, a criação de uma forma de comunicação em rede onde todos os indivíduos são, ao mesmo tempo, emissores e receptores”. Desta forma passariam, quiçá, a serem partícipes de diálogos necessários para a constituição de uma comunicação horizontal, nos moldes idealizados por Freire (1983, p.66 e 67), com ações de reciprocidade e de participação, enfim, de diálogo, visto que “o mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação”.

Outro aspecto avaliado por Thompson (2009) que impede a verdadeira comunicação na mídia tradicional é que “os produtores olham os receptores não como parceiros co-presentes num diálogo”, mas como espectadores anônimos, dispersos, amorfos e invisíveis aos quais precisam “agradar, persuadir, entreter e informar, cuja atenção eles podem ganhar ou perder e cuja audiência é condição *sine qua non* da existência de suas atividades”.

Por fim, Lévy avalia que a internet produz uma verdadeira libertação das trancas do acesso à esfera pública, assunto que será mais bem discutido no próximo capítulo.

Nem editores, nem os redatores-chefes de revistas ou jornais, nem os produtores de rádio ou televisão, nem os responsáveis por museus, nem os professores, nem os Estados, nem os grandes grupos de comunicação podem mais controlar as informações e mensagens de todos os tipos que circulam na nova esfera pública. Com a previsível perda de influência dos mediadores culturais tradicionais, esta nova situação anuncia um salto sem precedentes na liberdade de expressão (LEVY, 2009, p. 371).

Conforme Moraes (2000, p. 4) a internet rompe com a intermediação e os filtros realizados pela mídia tradicional, já que “uma coisa é ler uma notícia ...em um meio de difusão controlado ou influenciado pelo governo... outra é ler essa mesma notícia sob a ótica de quem se opõe a tal política”, o que significa para ele, “práticas comunicacionais interativas, descentralizadas e não submetidas aos mecanismos habituais de seleção e hierarquização adotados pela grande mídia”.

Assim pensa Torres (2008, p.273) quando diz que “a conexão dos indivíduos em redes sociais digitais inibe a manipulação unilateral das informações e permite uma explosão de pontos de vista possíveis acerca de um mesmo assunto”. Idealmente pode-se concordar com esta afirmação, mas na prática ela não pode se efetivar, uma vez que esbarra na questão da falta de acesso a essa nova ambiência por grande parte da população que se encontra excluída dos processos digitais.

O otimismo de Malini e Antoun (2013), Di Felice (2011), bem como de Pierre Lévy (1999, 2000, 2003) despertam a atenção para o fato de que a internet, enquanto ambiência que abriga múltiplas vozes, ainda engatinha em suas potencialidades democratizantes, necessitando de ampliação do acesso digital a rincões de pobreza espalhados pelo mundo, inclusive em países de primeiro mundo que abrigam em suas megacidades bolsões de indivíduos excluídos dos meios de sobrevivência e do acesso aos direitos mínimos da cidadania.

A desigualdade no acesso pessoal da internet não é só o único tipo de problema apontado por esses autores. Moraes (2009, p. 10) também relata que o acesso à *web*, desigual e de forma assimétrica, gera “desigualdades entre o círculo de países ricos e a extensa periferia de nações submetidas às políticas excludentes do neoliberalismo”. E acrescenta (2009, p. 10) que “o mundo em rede enfeixa contradições, situações articuladas e possibilidades de transformações até então imprevisas. Inclusive aquelas relacionadas a virtualização de conhecimentos, às sociabilidades cooperativas e à meta de democratização da esfera pública”.

A questão da democratização da produção de conteúdos simbólicos bem como de acesso perpassa pelas relações de poder hegemônico dos sistemas de comunicação, que por sua vez é exercido por um capital econômico, sob a lógica da produção da indústria cultural a quem interessa ainda a apropriação da nova ambiência comunicacional, a internet, com o mesmo objetivo de obtenção de lucro.

Caso o acesso universal se estabeleça, permitir-se-á que a internet passe de “muitos-muitos” para “todos-todos” por meio da quebra da hegemonia econômica-política-midiática

do “um-todos” da mídia tradicional que Torres (2008, p. 258) chama de “unívoca”. A rede mundial poderá se tornar um canal não só de entretenimento, interação, envolvimento, mas uma ambiência de construção de laços sociais cimentados em vínculos duradouros de uma sociedade mais igualitária, participativa e que permita a diversidade de atores sociais e de vozes.

### **1.3 Na contra-hegemonia da comunicação**

Uma das formas de se quebrar a hegemonia da fala dos meios de comunicação é abrir espaço para o pluralismo de ideias, para a diversidade e a polifonia, que contribuiriam para que o ator social, na apropriação de conteúdos simbólicos apreendesse e construísse significações próprias. Conforme Mainieri (2013, p.52) “o surgimento de uma comunicação contra-hegemônica impele a sociedade na busca de alternativas midiáticas [...] construção de espaços plurais e democráticos”. Neste sentido, as redes sociais on-line poderiam proporcionar uma corrente contra-hegemônica, pois tecnicamente ampliam canais de divulgação das mais diversas informações, ou seja, oportunizam muitas vozes, que saem do anonimato, da passividade, para interagirem, falarem sobre assuntos de seu interesse e construir um mundo concreto, sentindo-se apoiados pelas redes de convivência, *on-line* e *off-line*.

A forma heterárquica como a internet foi criada e uma série de ferramentas e plataformas de redes sociais digitais permitem a mudança do modelo monológico para um modelo plural e heterogêneo, além da quebra do monopólio hegemônico. A quebra desse monopólio somente é possível por meio dos movimentos de contra-poder que na contemporaneidade são exercidos pelas redes e instituições formais ou informais de ações coletivas que objetivam influenciar a opinião pública a fim de conquistarem direitos inerentes à cidadania e à vida em comunidade.

Na era da informação, como declara Castells (2003, p. 119), há possibilidades de promoção da cidadania e estímulo a práticas democráticas. Fala-se em possibilidades visto que a cidadania ainda não foi conquistada, uma vez que duas questões ainda dificultam que a comunicação nas redes sociais da internet seja de fato e de direito, dialógica e democrática. Uma é a possibilidade de controle e censura por parte de governos, seja na regulação como na detenção do funcionamento dos processos de transmissão e teledifusão.

Há governos que utilizam a internet e o controle dos *backbones* para rastrear desafetos e mesmo censurar acessos a conteúdos que acham ameaçadores. Um deles é a China, que tem a prática de censurar conteúdos, fechar *sites*, bloquear redes sociais, prender usuários ‘suspeitos’, interrogar internautas, entre outras ações.<sup>16</sup> Castilho (2011, p.2) relembra casos que ocorreram na Primavera Árabe quando os governos da Tunísia e do Egito cortaram o acesso nesses locais numa tentativa de sufocar a rebelião popular que se comunicava por meio de plataformas de redes sociais. Essa medida, no entanto, é inoperante já que sem acesso à internet “a economia acaba sofrendo as consequências e o isolamento internacional do país afeta também áreas vitais, como comércio exterior e segurança”, e, além disso, os usuários podem “recorrer a servidores internacionais ou à ajuda de *hackers* para violar as proibições de acesso” (Castilho, 2011, p.2), conforme foi observado em 2011 durante os protestos nos países árabes. A segunda é a falta de acesso da população às condições mínimas de interpretar e ressignificar a avalanche de informações que a net comporta, chamado analfabetismo digital. A segunda é a falta de acesso da população às condições mínimas de interpretar e ressignificar a avalanche de informações que a net comporta, chamado analfabetismo digital.

Em um viés otimista Lévy (2012), André Lemos (2010) e Di Felice (2012) creem que a internet é uma ambiência democrática. Também o ideal da democratização da informação poderia sinalizar uma possibilidade na visão de Ignácio de Ramonet (2013, p. 66), já que “[...] a internet proporciona isso, uma vez que ter um veículo/meio de expressão próprio na rede é relativamente barato e fácil do ponto de vista tecnológico”. Possibilita que haja uma “blogosfera” onde a diversidade e o pluralismo se destacam. Estes autores, no entanto, não focam os problemas de acesso à nova tecnologia, o controle das redes e a censura. Antes, utilizam argumentos defendendo o uso da internet como solução e possibilidade tecnológica para a cidadania das mais diversas questões no âmbito da troca de informações e na construção de uma sociedade em rede conectada virtualmente.

Difere desta visão otimista o francês Dominique Wolton (2012, p. 203) para quem a internet permite considerável interação, de forma muito rápida, “mas enquanto a informação está sendo transmitida com grande velocidade, os homens, os povos e a cultura caminham de forma extremamente lenta”.

Nos séculos XIX e XX, houve um enorme progresso tecnológico. Em menos de 60 anos, com o telefone, o rádio, a impressão, a televisão, o computador e a internet, nós passamos a produzir bastante informação e, de maneira muito rápida, a fazer com que ela se espalhasse pelo mundo todo. E a questão que

---

<sup>16</sup> Fonte: Matéria do jornal O Popular -02/04/2012: “China fecha 16 sites, suspende rede social e prende 6 pessoas”.

agora vem a ser a mais importante já não é a informação, mas sim a condição com que a população, os povos e os indivíduos vão aceitar ou rejeitar a informação que recebem. Na comunicação o mais simples é a mensagem; e o mais complicado é a relação entre o emissor e o receptor (WOLTON, 2012, p.203).

Para que ocorra uma comunicação efetiva, destaca o diálogo mais aprofundado e mais demorado a fim de que gere compreensão, uma vez que em “cada extremo da internet não estão apenas computadores, e sim homens”(Wolton, 2012, p. 203). Ele reafirma (2012, p. 204) que há uma grande diferença entre comunicar e transmitir, sendo a primeira compartilhar e a segunda, transferência de mensagens de um ponto a outro, de forma hierarquizada. Corroborar tal visão, Malena Contrera (2012, p. 145) que faz uma ressalva sobre a propalada ciberdemocracia ou cibercidadania. Para ela, a internet não promoveu cidadania, mas sim, a “virtualização das relações” e uma ideia de que o ciberespaço reproduz o sentido de comunidade perdido na sociedade midiática.

O problema é que a virtualização das relações não apaga ou resolve nossas relações territoriais e nossas formas de lidar concretamente com as questões primárias da existência (comer, habitar/estar, mover-se fisicamente etc) na realidade, temos uma intensificação das incompetências relacionais, uma forma de sociopatia branda que se evidencia na falta de jeito generalizado do homem contemporâneo frente à alteridade (CONTRERA, 2012, p.145).

Além disso a autora destaca a hipertrofia da emissão que ao invés de dar sentido comunitário aos indivíduos em relações efetuadas por meio da internet, gera falsas ideias levando o indivíduo supor que é participante de uma ‘realidade democrática’.

A criação de uma sociedade da emissão, bem estratégica para nossa área, deu-se a partir da prática da superinformação que, na realidade, significou apenas uma multiplicação infinita das emissões. Esse processo abrigou uma espécie de pseudodemocracia muito festejada: a ilusão de que participar é emitir num cenário em que todos falam mas ninguém escuta.(CONTRERA, 2012, p.148).

Somente com uma comunicação cidadã para estabelecimentos de vínculos e laços de pertencimento, que não simulam, mas revelam solidariedades, o cidadão tornar-se-á sujeito de seu destino. De outra forma, mesmo com acesso aos meios digitais, continuará a perpetuar o modelo verticalizado de emissão se assujeitando ao sistema midiático que possui um lugar de fala privilegiado em meio à complexa e conturbada ambiência on-line.

Este breve capítulo abordou a Comunicação a partir da reflexão do que não é comunicação, indicando que os sistemas midiáticos, comandados por conglomerados de empresas de comunicação possuem uma lógica de hegemonia que se coaduna com interesses

políticos e econômicos. Daí terem um local privilegiado da fala, da emissão de conteúdos simbólicos na sociedade contemporânea, e por isso praticam uma “quase interação mediada” e não comunicação.

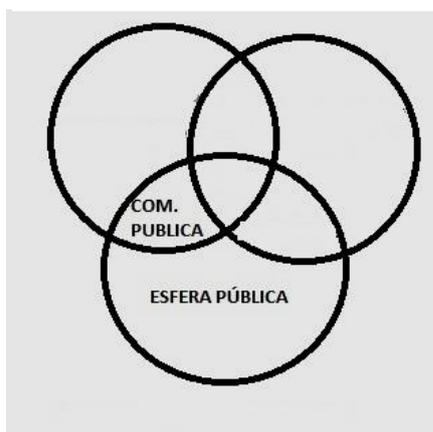
Comunicação é um processo que se estabelece entre sujeitos individuais ou coletivos gerador de vínculos interpretativos e apropriação de conteúdos simbólicos motivando ações com vistas a práticas do cotidiano e à participação no mundo da vida. O processo de comunicação ocorre por meio da mediação que, na sociedade contemporânea, necessita de aparatos tecnológicos tais como a internet e suas múltiplas e multiformes plataformas sociais, como também das mídias tradicionais que promovem interação entre os partícipes do processo. Denominada de quase-interação mediada, ela é monológica, verticalizada e enseja a hegemonia da emissão sobre a recepção de mensagens - pode ser denominada de interação, mas não comunicação no sentido *latto*. Apesar disso, a sociedade atual tem no poder simbólico – que a mídia divide com família, escola, igreja, e outros grupos – importante âncora na qual se firma para a construção do “mundo da vida”. A interação que ocorre na nova ambiência da internet, porém, novíssima área para os estudos acadêmicos em diversas áreas do saber, extrapola a caracterização dada às mídias tradicionais, tais como jornais, revistas, televisão, rádio. Enquanto uma ambiência que congrega plataformas multimídias, otimizando os processos comunicativos e amplificando a participação, a internet poderia ser considerada como a nova *ágora* da cidadania? Este é o assunto que será visitado a seguir.

## CAPÍTULO 2

### A ESFERA PÚBLICA

Este capítulo, o segundo da revisão teórica, abordará a relação entre Esfera Pública e Comunicação Pública. A Esfera Pública tem sido um binômio trabalhado na área de Ciências Sociais, especialmente, na área da política, enquanto sinônimo de um espaço público para a prática da democracia no Estado Moderno. Já o conceito de Comunicação Pública está vinculado ao processo de divulgação dos atos da administração pública e é estudado no âmbito da comunicação. Neste capítulo os dois termos alcançam uma dimensão fluida em que um depende do outro e com o advento da internet e suas mídias sociais, acabam, por diversas vezes, sendo considerados sinônimos. Da interseção da Comunicação com a Esfera Pública surge a Comunicação Pública conforme a figura 3.

**Figura 3 – A Esfera Pública**



Com base nas definições de Marcos Palácios (2006, p. 239) de que a internet é uma “ambiência” de comunicação e não uma mídia pode-se associá-la ao conceito de Esfera Pública. Assim como Esfera Pública, “ambiência” não se refere a um espaço delimitado, localizado e criado pelo homem. Antes, se constitui no abstrato das conversações e diálogos que se encontram na espontaneidade de uma dimensão e ali se firma, mantendo determinado grupo ligado entre si espontaneamente, por tempo necessário para a prática da cidadania com vistas a um ideal. Conforme diz Habermas que:

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza

através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis (HABERMAS, 1997, p. 92).

O termo Esfera Pública foi descrito por Hannah Arendt (1958, p. 61) como o “mundo comum” no qual “as coisas possam emergir da treva da existência resguardada” que “reúne-nos na companhia uns dos outros”. Para a filósofa (1958, p. 62) “o termo público significava o próprio mundo na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”. É esse sentido de público onde a presença dos outros que “veem o que vemos e ouvem o que ouvimos” que “garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”, acrescenta.

Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade [...] ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública. (ARENDRT, 1958, p. 59 e 67).

A autora (1958, p. 34) descreveu, com base nos escritos de Aristóteles, a *pólis* grega e a *ágora*, um tipo de praça pública onde os homens exercitavam sua cidadania, por meio de discursos visando persuadir aos demais. De todas as atividades que os gregos realizavam “apenas duas eram consideradas políticas, faziam parte da *bios politikos*”, lembra Arendt: a *práxis* (a ação) e a *lexis* (o discurso). Para ela (idem) a ação política era realizada “por meio de palavras adequadas no momento certo, independentemente da informação ou comunicação que transmitem, constitui uma ação”, para o cidadão grego “o ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão e não através de força ou violência”.

Segundo Brown e Coenen (2000, p. 371), a *ágora* era um local destinado à reunião pública. Na Grécia clássica foi identificada como “[...] a praça do mercado, o centro da vida comunitária, que empregava regularmente para reuniões políticas, audiências judiciais e, especialmente para o comércio”. Para estes autores a *ágora* grega se diferenciava do que Arendt (2007, p.35) descreveu como sendo um local destinado à livre expressão do homem em sua condição de cidadão - local que Aristóteles (apud Arendt, 2007, p. 34) reporta como de discussões, de convencimento, um local para as realizações do ser político ou próprio do “*bios politikos*” descrito por Sodré (2002, p.192). A partir da significação da palavra grega *ágora* (Àyopá), Brown e Coenen (2000, p.371) definiram tal ambiente como de diversidade, de polifonia de vozes e de atividades diversas, entre elas, as comerciais, o que reporta para a *ágora* virtual, a internet, que abriga em seu seio, uma rede emaranhada de sites e domínios de

todas as etnias, formas, opiniões, línguas, costumes, cultura, setores da economia e da política, ou conforme disse McLuhan (1967, p.14) um caleidoscópio multiforme e polifônico.

Expressar publicamente os pensamentos era dar-lhes vida, torná-los realidade. Isto proporcionava naquela sociedade o *status* de cidadão, privilegiando a contemplação e a reflexão filosófica como atividades inerentes à condição humana. Apesar de excludente, pois da *ágora* grega não participavam mulheres, escravos e serviçais, pertencentes à esfera privada - o *oikos*, ela é considerada um modelo básico da democracia. Conforme Barbero e Rey (2001, p. 85) “a *ágora* como representação física e social está associada à ideia do aberto, ao cenário pelo qual circula a palavra, oferecendo uma série de perspectivas”. Eles (idem) descrevem que o cidadão ateniense, ao passear entre um grupo e outro que proferia discurso, poderia saber o que acontecia na *pólis* e se apropriava dos conteúdos simbólicos ali transmitidos, dando-lhes novos sentidos. Barbero e Rey (2001, p. 85), ao analisar a praça grega afirmaram que ali a “comunicação não permite estabelecer hierarquias, perspectivas de altura, mas uma infinidade de pontos de estância, diversas posições para os participantes”. Para os autores (idem) o grande desafio da sociedade hoje é a formação desse espaço comum, dessa Esfera Pública, onde os atores sociais possam dar visibilidade aos seus anseios, ter reveladas suas angústias e participar decisivamente da cidadania e expressar sua pluralidade.

A partir da descrição dos filósofos clássicos sobre a existência desse espaço público, que Arendt (1958, p. 61) denominou de Esfera Pública, Jürgen Habermas (1984) cunhou a expressão “Esfera Pública Burguesa”. Na Europa dos séculos XVIII e XIX existiu um ambiente criado de forma espontânea, em que indivíduos privados se encontravam em público para debaterem assuntos de interesse dessa nova classe que surgia – a burguesia. O “público politicamente pensante”, para Habermas (1984, p. 134), tem autonomia uma vez que “[...] está arraigada na esfera do intercâmbio de mercadorias e por isso, também coincide com o interesse em sua manutenção como uma esfera privada”.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p. 42).

Os encontros realizados em cafés e saraus e os assuntos debatidos construía a opinião pública, que por sua vez obrigava governos a darem publicidade aos seus atos, antes realizados na esfera secreta e glamourosa dos governos absolutistas e monárquicos. Habermas (1997, p. 98) detalha que a ligação entre a esfera pública e a privada “começou a aparecer nas

formas de reunião e de organização de um público leitor, composto de pessoas privadas burguesas, que se aglutinavam em torno de jornais e periódicos”. A Esfera Pública Burguesa exercia um tipo de pressão sobre o Estado que necessitava, a partir de então, dar transparência de seus atos. Isto foi importante para o estabelecimento do Estado democrático de direito e a consolidação da democracia naqueles países e que posteriormente alcançaram nações colonizadas pelo mundo.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997, p. 92).

Habermas (1984, p. 213) também detecta a mudança da Esfera Pública Burguesa, antes espontânea, informal, volátil para um novo *locus* que se institucionalizava - a imprensa - que até então funcionava de forma artesanal. De um periódico que veiculava pequenos anúncios o deslocamento ocorreu para um jornal do tipo opinativo, amplificador das vozes que emergiam dos salões e cafés, para no dia seguinte pautar as discussões que ocorriam ali.

Com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica se alivia das pressões sobre a liberdade de opinião; agora ela pode abandonar a sua posição polêmica e assumir as chances de lucro de uma empresa comercial. Na Inglaterra, França e nos Estados Unidos uma tal evolução da imprensa politizante para uma imprensa comercializada ocorre mais ou menos à mesma época durante os anos 30 do século XIX (HABERMAS, 1984, p. 216).

O filósofo descreve esse processo como uma transformação de um imprensa literária, opinativa, “para um empreendimento capitalista”, cujos interesses fogem aos de uma empresa jornalística, mas coadunam aos de uma imprensa comercial manipulável.

Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública. (HABERMAS, 1984, p. 218)

Este caminho poderia ter sido diferente segundo Habermas (1984, p. 225) se os interesses públicos e os privados caminhassem dentro da instituição jornalística por diferentes dimensões, apesar de reconhecer que uma empresa jornalística não sobrevive sem atender interesses econômicos, como venda de publicidade.

A invasão da esfera pública pela publicidade – invasão tomada economicamente necessária – não precisaria ter enquanto tal por consequência, provocar por si, a modificação dela. Assim como, desde o segundo terço do século passado, os jornais começaram a se separar da parte redacional um espaço para anúncios, assim também uma separação das funções jornalísticas ligadas ao pensamento das pessoas privadas enquanto público poderia ter deixado essencialmente intacta a esfera pública. (HABERMAS, 1984, p. 225)

Apesar de a Esfera Pública Burguesa discriminar as mulheres, ainda que a sociedade moderna já admitisse a força de sua mão de obra nas indústrias em ascensão, tal espaço de formação da opinião pública contribuiu para que o Estado se tornasse mais transparente ao dar publicidade aos seus atos. Este é um dos princípios democráticos que se coloca como condição para a eficiência e eficácia das administrações públicas.

É na argumentação de Thompson (2008, p. 205-211) que se localiza a dificuldade apontada por Habermas no estabelecimento de fronteiras entre os interesses públicos e os privados. Na sociedade moderna não há fronteiras delimitadas entre as duas áreas, antes, os limites são intercambiáveis, fluidos, sobrepostos. Ele aponta o deslocamento da esfera pública para o terreno midiático e esclarece que a atuação política dos cidadãos foi profundamente modificada pela presença das mídias, numa comparação com a vida pública da *polis* grega.

[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação criou um novo tipo de publicidade muito diferente da concepção tradicional de vida pública. Este novo tipo de publicidade mediada não implica que indivíduos se reúnam em lugares compartilhados para discutir questões de interesse comum. Ao contrário, ela é uma publicidade de abertura e visibilidade, de tornar disponível e visível, e essa visibilidade não mais envolve o compartilhamento de um local comum. (THOMPSON, 2008, p.207)

Também reafirma (*idem*), conforme pensamento de Habermas (1984), que os meios de comunicação exerceram papel decisivo para o estabelecimento de novas formas de vida, “na articulação de um tipo de opinião pública que se distinguia das doutrinas oficiais do estado e exercia contra elas um crescente poder crítico”. Esta comunicação descrita por Thompson (2008, p. 213) criou um espaço midiático com especificidades e abrangência próprias, ao qual denominou “espaço do visível” que “é um espaço não localizado, não dialógico e aberto”. Igualmente, “é um espaço não localizado no sentido de que não se vincula a locais espaciais ou temporais particulares”(idem).

É um espaço no sentido de que é uma esfera aberta de possibilidades na qual formas simbólicas mediadas podem aparecer; mas não é um lugar, isto é, um local particular no qual indivíduos possam agir e interagir. Assim como o

desenvolvimento dos meios de comunicação permite que formas simbólicas circulem além dos contextos de sua produção, assim também ele subtrai o fenômeno da publicidade do local comum compartilhado: a esfera da publicidade mediada se estende no tempo e no espaço, e é potencialmente global em abrangência. (THOMPSON, 2008, p. 213)

Alguns anos após publicar a obra que abordou a esfera pública burguesa, Habermas (1997) voltou a analisar tal espaço no âmbito da sociedade contemporânea que adquiriu novos contornos, entre eles, o de ter como característica a complexidade. Ele percebeu a existência de outras esferas, tal como a esfera pública política, que entre outros objetivos luta para ser legitimada pela sociedade, por meio da visibilidade midiática. Thompson (2008, p. 215) ressaltou que se tornou central na sociedade moderna o fazer-se ver e ouvir por meio da mídia. Tal visibilidade tornou-se objetivo a ser incorporado no planejamento das atividades de instituições, governos, empresas, partidos políticos, sindicatos e inclusive, organizações que representam movimentos sociais.

Este processo nasceu da necessidade dos governos de prestarem contas de sua administração à sociedade, princípio estabelecido nos países que primam pela democracia no Estado de Direito. O princípio da publicização dos atos e transparência das contas públicas é uma cobrança que emerge com a formação da opinião pública da sociedade burguesa (Habermas, 1997, p.92). Na era da modernidade encontrou nos meios midiáticos de comunicação massiva terreno próprio para a citada visibilidade (Thompson, 2008, p.215). Para atender a prescrição legal e moral de publicizar seus atos, o Estado recorre à área de comunicação, utilizando-se de técnicas e ferramentas para divulgar suas decisões, dando visibilidade aos seus projetos e programas e satisfazendo as cobranças advindas da opinião pública da sociedade. A comunicação que é estabelecida entre o Estado, o governo e a sociedade têm sido denominada de Comunicação Pública (CP). Ela se constitui um *lócus* de discussão acadêmica profícuo, porém, sem uma concordância entre os teóricos quando à sua conceituação.

## **2.1 A comunicação pública**

A Comunicação Pública é vista como sinônimo de comunicação governamental ou institucional por autores como o francês Pierre Zémor (1995). Ele influenciou os estudos da área no Brasil a partir da tradução de um texto clássico de sua autoria realizada pela professora Elizabeth Brandão (2009). Para Zémor (1995, p. 1), Comunicação Pública “é a

comunicação formal que diz respeito à troca e a partilha de informações de utilidade pública, assim como à manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas”. Já Brandão (2009, p. 9) afirma que “[...] é possível encontrar um ponto comum de entendimento que é aquele que diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania”.

Brandão (2009, p. 9) destaca que no Brasil o termo passou a ser utilizado em substituição a outros tais como “comunicação governamental, comunicação política, publicidade governamental ou propaganda política”. Isto ocorreu com o intuito de legitimar “um processo comunicativo de responsabilidade do Estado que não quer ser confundido com a comunicação que se fez em outros momentos da história política do país”. O que se pensou em evitar foi a associação da Comunicação Pública com o Marketing político:

A Comunicação Pública encontra-se no domínio do que é público, exposto, colocado à luz, “visto e ouvido”, conforme conceitua Hannah Arendt<sup>17</sup>. Já a Comunicação Política que é praticada atualmente seria aquela própria do marketing político<sup>18</sup>, ou seja, aquela do domínio privado, no sentido de pertencer atualmente ao âmbito do que é particular, à esfera dos negócios. Esta seria um tipo distorcido de Comunicação Política que no nosso país está a serviço do favorecimento pessoal ou de lobbies que privilegiam o agente político em detrimento da verdadeira política exercida, por exemplo, na *pólis* grega. (ALCANTARA; MAINIERI, 2013, p.9).

Heloiza Matos (2006, p.71) discutiu o assunto apontando que somente com o aprofundamento dos estudos em Comunicação Política poder-se-ia estabelecer uma fronteira entre as duas áreas. “O estudo indica que a Comunicação Política vai além da comunicação governamental, comunicação eleitoral ou marketing político. Por outro lado, a Comunicação Pública se articula com a Comunicação Política na esfera pública” (Matos, 2006, p. 72).

Não importa a nomenclatura dada, seja de Comunicação governamental, institucional, política, o fato é que estudiosos da área são unânimes em afirmar que tais processos não são de Comunicação Pública. Conforme Matos (2009, p. 53) “o interesse geral e a utilidade pública das informações que circulam na esfera pública são pressupostos da comunicação pública”. Ou ainda, segundo Duarte (2009, p. 61) “praticar comunicação pública implica assumir espírito público e privilegiar o interesse coletivo em detrimento de perspectivas pessoais e corporativas”.

Em outro viés, Wilson Bueno (2009, p. 136) afirma que “a comunicação de interesse público busca abranger as ações e atividades que têm como endereço a sociedade,

<sup>17</sup> Arendt, 2007, p. 57

<sup>18</sup> Zémor, 1995, p. 3

independentemente de sua origem (pública ou privada)”. Ou seja, para ele, empresas e organizações privadas devem também priorizar a Comunicação Pública no sentido de uma prática de responsabilidade e compromisso social para com a sociedade, o consumidor e/ou cidadão. No entanto, afirma Bueno (2009, p.134) diversas organizações estão se utilizando dessa prática de forma instrumental e com vistas a garantir somente “a sustentabilidade dos negócios”. Ele é categórico ao dizer (2009, p.139) que “a comunicação de interesse público, assim como os conceitos de responsabilidade sociais, não podem resumir-se a ações isoladas porque corre o risco de se confundir com práticas meramente comerciais”. A comunicação pública ou aquela de interesse público que precisamos “praticar passa longe das ações oportunistas de governantes sem espírito cívico e de empresas inescrupulosas que sobrepõem sua ambição pessoal e seus lucros às demandas reais da população” (Bueno, 2009, p.150). Destaca (2009, p.150) que a Comunicação Pública “deve ser respaldada na experiência exitosa da comunicação popular, da comunicação empreendida por inúmeros movimentos sociais no Brasil, na América Latina”.

Corroboram tal definição as autoras Raquel Paiva (2008) e Cicília Peruzzo (2009a, 2009b, 2013) que definem o processo comunicacional da sociedade civil, representada pelos movimentos sociais, como comunicação comunitária ou alternativa. Acredita-se que nos estudos da Comunicação Pública esta também seja uma das dimensões da CP, pois estas organizações, enquanto atores sociais, também buscam visibilidade midiática, assim como o governo e instituições. Peruzzo observa que:

[...] esse tipo de comunicação tem em comum – de forma institucionalizada ou não – o interesse de ampliar o respeito aos direitos humanos e o estabelecimento de uma justiça social... Diferentes atores e modos de produção da comunicação, em lugares diversos, realizam atividades visando o bem comum, e assim, vão se complementando como agentes de transformação, mesmo que não haja articulação funcional. (PERUZZO, 2009a, p.70).

A autora reconhece que a comunicação sempre fez parte dos processos de mobilização nos movimentos sociais que se adequavam aos recursos que tinham para se comunicarem com seus públicos:

No Brasil, eles sempre usaram meios próprios de comunicação, até pelo cerceamento à sua liberdade de expressão por meio da grande mídia. Do panfleto ao jornalzinho e dele ao blog e ao website na internet, do megafone ao alto-falante e dele à rádio comunitária, do slide ao vídeo e dele à TV livre e ao Canal Comunitário da televisão a cabo, todos são evidências do exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitar das lutas pela conquista de direitos de cidadania. (PERUZZO, 2009b, p. 59).

Já Raquel Paiva, pesquisadora do Lecc-Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da Escola de Comunicação da UFRJ<sup>19</sup>, descreve uma série de iniciativas na área da comunicação alternativa ou popular, já consolidadas na cidade do Rio de Janeiro e que podem ser tomadas como exemplo de Comunicação Pública com o viés comunitário:

[...] mídias cidadã, comunicação comunitária, veículos de comunicação socialmente responsáveis, materiais de divulgação de conteúdos de educação para a cidadania, campanhas de conscientização de jovens, eventos de integração pela cultura, entre outros aspectos. Nesse cenário, emergem, principalmente, iniciativas oriundas dos movimentos populares organizados, que expressam as manifestações culturais das periferias do sistema, especialmente as favelas. (PAIVA, 2008, p.10).

A comunicação comunitária e/ou alternativa enquanto Comunicação Pública, na visão de Paiva (2008) e Peruzzo (2009a, 2009b, 2013), referem-se aos processos de mobilização dos atores coletivos a fim de garantir cidadania, fazer contraponto a uma cultura, a um discurso e um “*quefazer*”<sup>20</sup> imposto pelos meios de comunicação que se torna um pensamento hegemônico e naturalizado. Daí a validade de se ter uma estrutura de comunicação a serviço da cidadania nas organizações de movimentos sociais conforme Mendonça:

É a partir do conhecimento das estratégias hegemônicas de designar a cada um o seu lugar no mundo, com a naturalização das vicissitudes e opressões a que são cotidianamente submetidos indivíduos e grupos subalternos, que se pode contestar valores e hierarquias, elaborar meios de resistência e de transformação. Por outro lado, é necessário que também se identifiquem as condições que propiciam o surgimento e a apropriação de novos lugares de enunciação (MENDONÇA, 2009, p. 39).

Dentro de um processo de Comunicação Pública com viés comunitário, poderiam os movimentos sociais, cada vez mais, se apropriarem dos recursos das novas tecnologias, especialmente os disponíveis na internet, inclusive com plataformas gratuitas, a fim de se estabelecer um novo local de enunciação dos conteúdos. Afirma Mendonça (2009, p. 39) que tal procedimento, é uma “possibilidade de auto-representação, de retratar-se em seus próprios termos que, em princípio, garante a mudança do lugar social da enunciação”. E este local é o espaço público da cidadania defendido desde Zémor (1995) e por diversos estudiosos da Comunicação Pública no Brasil. Jorge Duarte (2009, p. 61), por exemplo, afirma que a CP “coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da

<sup>19</sup> O objetivo do Lecc segundo Paiva (2008, p. 11), é “propor alternativas para a espetacularização, para os excessos da midiaticização”, uma vez que a grande mídia tende a ocultar o que é realizado na periferia das cidades priorizando os conteúdos com apelo comercial.

<sup>20</sup> Neologismo criado por Paulo Freire (1983, p. 41) para o fazer cotidiano do sujeito.

garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo”. E mais, ele diz que isso ocorre com o “estímulo à participação ativa, racional e corresponsável”.

É um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito a aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, às empresas privadas (DUARTE, 2009, p.61).

Márcia Duarte (2009, p. 98) adiciona que tanto o conceito de Comunicação Pública como o de cidadania estão vinculados ao processo de participação política, que nos dias atuais, ocorre inclusive, por meio das novas mídias on-line. O desenvolvimento cada vez mais acelerado dos meios de comunicação, no caso “novas tecnologias e a revolução digital”, que impactaram a esfera política na sociedade informacional, transformaram tanto o discurso político como as relações entre os representantes e representados. Também alteraram “[...] o acesso do cidadão aos vários nichos de poder, a desmistificação dos líderes políticos, as mudanças dos conceitos de tempo e espaço, de organização da vida social e, principalmente, na percepção do mundo e de uma nova realidade midiática” (idem). Para a autora (2009, p. 106), a inclusão de novos atores sociais e novas mídias amplia a participação cidadã, pois “o direito à comunicação passa necessariamente pela participação do cidadão como sujeito ativo em todas as fases dos processos de comunicação, tornando-se também emissor”.

A crescente demanda pela participação social nos meios de comunicação, especialmente locais e comunitários, permitiu a inclusão de novos atores e novas mídias, que têm promovido a diversificação de programas, de conteúdos e até mesmo de canais midiáticos específicos para as necessidades de diferentes públicos/comunidades. (DUARTE, 2009, p.107).

Partindo da definição triádica de que Comunicação Pública seria o intercâmbio entre sociedade, Governo e Estado que marcou os primeiros estudos de CP no Brasil, o elemento ‘cidadania’ opera modificando estas relações estabelecidas pela CP. Sob o viés da cidadania define-se como um processo de troca, compartilhamento, partilha em que sociedade civil conversa com instituições que compõem o Estado, legitimando assim o processo de participação e transparência visando ideais democráticos, possibilidade que existe atualmente por meio da nova ambiência da internet (Lemos e Lévy, 2010).

Com a globalização que a sociedade moderna passou a partir do século XX, Thompson (2008, p. 142) relata como os processos de comunicação se distanciaram do sentido democrático e dialógico das duas primeiras esferas aqui descritas: a grega e a habermasiana. O desenvolvimento de novas tecnologias de transmissão por ondas eletromagnéticas, o desenvolvimento de comunicação via satélite e também “a emergência

das organizações nacionais e internacionais de administração do espaço das ondas eletromagnéticas” impulsionaram o processo de globalização de forma assimétrica e desigual (Thompson, 2008, p. 142).

Segundo descreve (idem), na esfera pública midiática, os atores sociais que participam do processo de comunicação mediada se diferem em muito dos cidadãos das *ágoras* grega e habermasiana (Thompson, 2008, p. 117-118). Os acontecimentos que ocorrem no mundo são vistos por uma quantidade maior de indivíduos situados em diversos e dispersos contextos, mas não totalmente identificados, já que as pesquisas de audiência usam os recursos de amostragem. O espectador, diferentemente do ator social em uma ação dialógica, não escolhe seu ângulo de visão, pois aquilo que vê é controlado e administrado pelos produtores das mensagens; a direção da visão, no caso da tevê ocorre em sentido único, uma vez que o telespectador não pode ser visto, enquanto o que aparece na tela é visto por milhões de pessoas.

O Estado, por sua vez, por meio do processo de Comunicação Pública veicula somente mensagens de seu interesse. O cidadão, porém, na condição de público, não possui, na mesma equidade, condições para “pronunciar a palavra” numa concepção freireana. O cidadão somente é considerado sujeito enquanto eleitor. Neste momento a ele é dado o direito político de exercer cidadania. O advento da internet trouxe a possibilidade técnica de ampliar esta participação e assim, tornar mais democrática a gestão governamental (Di Felice, 2012; Lemos e Lévy, 2010). A internet criou uma nova ambiência que oportuniza um lócus de cidadania ao indivíduo desta era, que Castells (2000, p.41) denomina de informacional.

## **2.2 A *ágora* virtual – esfera pública contemporânea**

A nova ambiência comunicacional, a internet, também pode ser considerada como a Esfera Pública da atualidade. Ela tem sido um poderoso elemento que solidificou a globalização, o processo de interconexão das nações no mundo, permitindo que este se tornasse uma “aldeia global” como previu McLuhan (1977). Essa nova tecnologia permitiu o surgimento de uma nova sociedade, denominada de informacional por Castells (2000, p.41<sup>21</sup>) e de ciberespaço por Pierre Lévy (1999, p.17). Este último afirma (idem) que o ciberespaço “especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam

---

<sup>21</sup> A primeira edição foi lançada em 1996.

e alimentam esse universo”. O novo ambiente perpassa todos os aspectos da vida atual, gera pontos de vista diversos, influencia o fazer e o produzir humanos, agora dependentes da lógica digital na qual a informação e o conhecimento tornaram-se importantes elementos das relações sociais.

A informação e o conhecimento, de fato, são doravante a principal fonte de produção de riqueza [...] passaram a constar entre os bens econômicos primordiais, sua posição de infraestrutura – fala-se em infoestrutura – de fonte ou de condição determinante para todas as outras formas de riqueza tornou-se evidente, enquanto antes se mantinha na penumbra (LÉVY, 1999, p. 34).

O ciberespaço, o novo espaço público da contemporaneidade, é um ambiente complexo, difuso, heterogêneo e requer dos atores sociais e das organizações novas vivências, novos comportamentos - mais ativos e participativos. Lévy (1999, pág. 3) afirma que “com o espaço cibernético temos uma ferramenta de comunicação muito diferente da mídia clássica, porque é nesse espaço que todas as mensagens se tornam interativas, ganham uma plasticidade e têm possibilidade de metamorfose imediata” .

Lévy (1999, pág.03) descreve que “longe de ser uma massa amorfa, a *Web* articula uma multidão aberta de pontos de vista; porém, essa articulação opera-se transversalmente, em rizoma, sem ponto de vista de Deus, sem unificação superior”. Ele se refere aos recursos da internet que possibilitam a expressão de opiniões diversas e diferentes pontos de vista, construindo um novo tipo de saber que chama de “inteligência coletiva” e que para ele pode “dar voz para quem não as tem... uma nova política porque se trata de uma nova *pólis* que está se construindo”. Outro entusiasta, Castells (2003, p.230), destaca o fato de a internet colocar as pessoas em contato umas com as outras à semelhança da *ágora* grega, onde discussões e debates são travados, conhecimentos são ampliados e uma conversação se estabelece com vistas à cidadania:

A internet encerra um potencial extraordinário para a expressão dos direitos dos cidadãos e a comunicação de valores humanos... ao nivelar relativamente o terreno da manipulação simbólica, e ao ampliar as fontes de comunicação, contribui de fato para a democratização.... A internet põe as pessoas em contato numa *ágora* pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças. (CASTELLS, 2003, p.135)

Apesar do otimismo de citações como esta, o sociólogo espanhol faz ressalvas quanto à nova ambiência, destacando a necessidade de interações que se iniciam no meio *on-line* gerarem ações no campo do *off-line*, como forma de se garantir um processo democrático. Ele (2013) estuda atualmente o ambiente da internet como forma de mobilização de movimentos sociais e como a cibercultura tem imenso potencial para promover redes democráticas de

participação popular. Afirma (2003, p.115) que “o ciberespaço tornou-se uma *ágora* eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques”.

Defensores de que a internet constitui-se na nova *ágora*, Lemos e Lévy (2010, pág.193) destacam o “ciberespaço como um todo que constitui uma imensa *ágora* virtual, labiríntica e fractal”. Também acreditam que a nova ambiência pode ser incentivadora da criação de “comunidades virtuais especialmente concebidas para favorecer o diálogo e a deliberação política”.

As *ágoras* virtuais são provavelmente um dos melhores instrumentos capazes de transformar essa condição favorável em realidade efetiva, contribuindo à emergência de uma cidadania tensionada em direção a uma melhor inteligência coletiva [...] as *ágoras* virtuais são comunidades virtuais multipartidárias, centradas sobre questões políticas cujo principal objetivo é apoiar o diálogo, a deliberação, a decisão e a ação de todos os cidadãos que desejam delas participar (LEMOS e LÉVY, 2010, pág.192).

Igualmente, Di Felice (2012, pág.01) enfatiza o potencial democratizador da *Web*, quando diz que “o conceito de esfera pública se altera profundamente e, se cria uma relação onde qualquer indivíduo pode dialogar com os demais, criar conteúdo e experimentar novas formas de participação on-line”. Os movimentos sociais em redes utilizam-se da internet e mais recentemente das plataformas de redes sociais on-line para mobilizar o cidadão, convocar manifestações públicas e promover visibilidade midiática, construindo com isso, uma opinião pública favorável às suas lutas, bandeiras e reivindicações. “A internet fornece a base material que permite a esses movimentos engajarem-se na produção de uma nova sociedade”, diz Castells (2003, p.119). Concordam com esta ideia as autoras Alcantara, Ribeiro e Temer:

Hoje é inegável a utilização do espaço virtual como espaço público semelhante ao dos cafés e salões analisados por Habermas: espaços que possibilitam a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opinião, ou seja, espaços de livre ação comunicativa que abrindo oportunidade de livre expressão de vários indivíduos ou grupos gera um filtro opinativo que condensa a opinião pública em temas específicos, as novas *ágoras* virtuais. Mais inegável ainda é a existência de uma virtualidade cidadã, que cresceu com a internet e utiliza-se dela para se articular dentro e fora da virtualidade e se reafirmar no mundo da vida enquanto movimento de mudança. (ALCANTARA, RIBEIRO e TEMER, 2013, p.09).

O papel da rede mundial de computadores tem sido apontado por vários autores como fundamental nesse processo, a fim de incrementar a participação da sociedade civil dando-lhe vez e voz no sistema de representação política e social na contemporaneidade.

Esfera pública ou não, talvez ainda seja cedo para se definir, mas de forma alguma devemos desconsiderar a forma como esse espaço possibilita horizontalizar a produção informacional, o que propicia uma descentralização do poder sobre a informação e seu maior fluxo. É importante ainda considerar a forma como a internet é utilizada para se articular as lutas sociais e como a virtualidade modificou a forma de se discutir assuntos públicos e de se manifestar com relação a eles, porém ainda é cedo para excluir a presença das mídias tradicionais e principalmente da esfera pública habermasiana (ALCANTARA, RIBEIRO e TEMER, 2013, p.10).

A internet e suas redes sociais digitais possibilitam um número incalculável de conexões e interações que se estabelecem entre sujeitos ou entre sujeitos e grupos sociais identitários, podendo gerar comprometimento social e político em prol de uma cidadania ativa e solidária em movimentos sociais organizados ou em mobilizações reivindicatórias. Pode-se inferir que o modelo reticular de comunicação na internet promoveria a horizontalidade das relações, o que gera vínculos mais intensos de pertencimento, que iniciados de forma *on-line* podem se concretizar na vida *off-line* ou na esfera pública das *ágoras* contemporâneas híbridas.

Atualmente, de acordo com dados da pesquisa do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, divulgada em março de 2014<sup>22</sup>, a média dos brasileiros que têm acesso à internet é de 40,8%, mas o acesso é desigual, sendo que no Sul e Sudeste mais de 50% das residências têm computador contra 60% das pessoas do Nordeste que não têm o equipamento. Se comparado com dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil<sup>23</sup>, em 2001, o número de usuários era de apenas 6,84% percebe-se que houve crescimento na quantidade de acessos à *web*. A pesquisa, porém, não trata do tipo de interação que se estabelece entre grande parte dos internautas que não possuem um certo capital social e informacional para se tornarem sujeito enquanto aquele que se apropria e ressignifica os conteúdos midiáticos e virtuais.

Conforme Palácios (2006, p. 230), os estudiosos que antes enfatizavam os obstáculos técnicos como acesso ao computador e à conexão, passaram a considerar “os obstáculos de cunho socioculturais”, como um tipo de “alfabetização digital” e a capacidade de “buscar, selecionar e utilizar informações em função da bagagem cultural”. Tais obstáculos se refletem nos direitos do cidadão ou na cidadania, palavra tantas vezes utilizada para designar a nacionalidade de um indivíduo, mas que carrega em seu bojo mais que um título, condição do local de nascimento ou de vivência. A palavra cidadania leva consigo os ideais da

<sup>22</sup> Fonte: [www.economia.estadao.com.br/economia-brasil,mais-de-50-já-tem-internet](http://www.economia.estadao.com.br/economia-brasil,mais-de-50-já-tem-internet), acesso em 26/05/14; [www.ipnews.com.br/telefonaiip](http://www.ipnews.com.br/telefonaiip), acesso em 26/05/14

<sup>23</sup> Fonte: [www.cgi.org.br/faq/informações-02.html](http://www.cgi.org.br/faq/informações-02.html), acesso em 2012

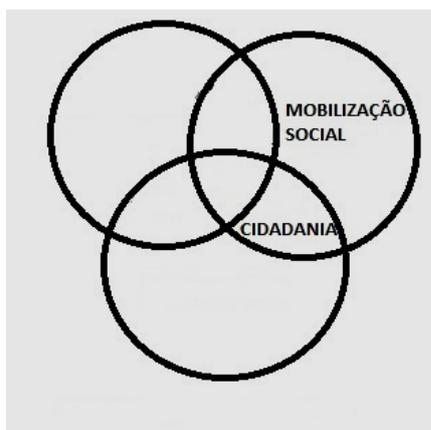
democracia, desde os mais remotos tempos da Grécia antiga até a contemporaneidade da sociedade informacional, assunto que será mais bem tratado no próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3

## MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Mobilização social com vistas à cidadania é o tema que constitui este capítulo. Mobilização social, neste trabalho, é um dos três elementos que, juntamente com a Comunicação e a Esfera Pública, sustenta a Comunicação Pública Cidadã (CPC). Os dois termos, Mobilização social e Cidadania (Figura 4) são na Teoria dos Movimentos Sociais, duas categorias analíticas determinadas por meio de estudos acadêmicos já consolidados desde a década de 1950 da área das Ciências Sociais. Outras categorias analíticas que foram sendo identificadas ao longo dos estudos nessa área e já reconhecidas por vários autores (Gohn, 2009, p.44) são: participação, experiência, direitos, exclusão social e identidade coletiva<sup>24</sup>. Atualmente, porém, o binômio “Mobilização Social” vem adquirindo nova forma, impulsionado pela dinâmica social e pela complexidade desta era considerada de pós-moderna. Diz Gohn (2009, p.54) que esta categoria adquiriu novos contornos sendo traduzida como “instrumento estratégico para construir ações coletivas a partir de projetos previamente formatados” e juntamente com sua junção à noção de redes sociais adquiriu novo significado principalmente na América Latina.

**Figura 4 – Mobilização Social e Cidadania**



Mobilização Social foi também considerada pelos estudiosos como uma das fases de um movimento social. Gohn (2007, p.266) enumera tais fases como: 1) identificação de uma carência, conjunto de metas a seguir; 2) formulação de demandas pelos líderes e assessores; 3) aglutinação de pessoas; 4) as demandas são transformadas em reivindicações; 5) organização

<sup>24</sup> Outras categorias elencadas pela autora são: 1) no paradigma marxista: justiça social, igualdade, cidadania, emancipação e direitos; 2) nos novos paradigmas: capital social, inclusão social, empoderamento, autoestima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade, vínculos e laços sociais.

elementar; 6) criação de estratégias; 7) práticas coletivas que podem ser assembleias, reuniões, atos públicos ou concretização da mobilização que dará visibilidade; 8) encaminhamento de reivindicações; 9) difusão e divulgação; 10) negociação com opositores e 11) institucionalização do movimento. A autora está, nestes termos, ressaltando que, o termo Mobilização Social significando uma fase para a consolidação de um movimento social, tal como a fase da ação coletiva ou manifestação, passou a ser considerado como uma categoria analítica com propriedades que a destacam de um simples item na organização do movimento, tornando-se ela própria, muitas vezes, o objetivo e o fim da manifestação.

Alberto Melucci (1994, p.147) afirma que a mobilização tem uma função simbólica que se processa em diversos níveis: por um lado, proclama sua oposição à lógica da tomada de decisões com respeito às políticas públicas adotadas pelo Estado e opera como um meio uma vez que indica ao restante da sociedade a relação existente entre um problema específico e a lógica dominante do sistema. Também “mostra que são possíveis modelos culturais alternativos, que a ação coletiva pratica e difunde (Melucci, 1994, p.147, tradução nossa)”<sup>25</sup>.

Desde já, para fins deste trabalho, entende-se Mobilização Social como um tipo de ação coletiva - e não somente uma categoria analítica para estudos dos movimentos sociais. Refere-se na sociedade informacional à atuação do sujeito coletivo, que se identifica com uma causa, um ideal e que por este luta e se expressa e atua na e pela ambiência on-line, participando de atos na concretude das ruas ou em net-ativismo, com vistas à cidadania. Tanto net-ativismo como ciberativismo são conceitos que vêm sendo empregados para designar os atos que nascem, tomam forma e obtêm resultados por meio de ações na internet. Alguns autores também chamam tais ações de “netwar” (Malini e Antoun, 2013, p. 67).

A outra categoria a ser trabalhada nessa análise, Cidadania, é uma conquista do homem ao longo do tempo e da história. Seu estabelecimento não ocorreu da mesma forma nem simultaneamente, nos primórdios da civilização. Muitos países, constituídos mais recentemente, geralmente colônias de nações europeias, herdaram uma série de leis e direitos que seus colonizadores conquistaram séculos antes, apesar de por inúmeras vezes não aplicarem tais leis que garantiam direitos nas colônias. Mas nem por isso, a luta e a participação popular deixaram de ocorrer ou podem ser diminuídas nestes locais. Ainda hoje, direitos que na Inglaterra e França foram adquiridos nos séculos XVII e XVIII, por exemplo, não foram instituídos em várias nações árabes e africanas, por exemplo. Outros países, onde a cidadania já é uma prática há mais tempo, lutam atualmente por novas demandas sociais,

<sup>25</sup> “[...] muestra que son posibles modelos culturales alternativos, que la acción colectiva practica y difunde. La movilización también potencia la coordinación de los impulsos de innovación cultural, las demandas de carácter conflictivo y el resto de los componentes que se integran em la acción del movimiento”.

como diminuição da poluição no meio ambiente, acesso às novas tecnologias, entre outros. Mas, afinal, o que é essa cidadania tão almejada pelos indivíduos, que se difere culturalmente, mas que ocupa o mesmo espaço cada vez mais interligado da sociedade global?

### 3.1 O que é cidadania?

A palavra cidadania deriva do latim *civitas* que, traduzida, significa “cidade”, nomenclatura dada pelos romanos à *pólis* grega. De *civitas* também derivaram as palavras *civis* e *cidadão*. Em Roma, a cidadania era exercida apenas pelos homens de posse. “Estavam excluídos da cidadania as mulheres, os estrangeiros, os comerciantes, os artesãos (estes dois grupos por não terem, supostamente, tempo livre para as tarefas públicas) e evidentemente, os escravos”, descreve Funari (2008, p.50). O espaço público de exercício da ação cidadã era o Fórum, local em que se julgavam as causas e decidiam os destinos dos cidadãos. Tais julgamentos se baseavam em leis que eram elaboradas pelo Conselho dos Patrícios (parlamentares) e Tribunato da Plebe - criado posteriormente para atender os plebeus que serviam no exército e ameaçaram abandonar seus postos de segurança (idem, p. 52). Uma série de direitos adquiridos pela sociedade ocidental possui raízes nas leis e decretos criados pelos romanos, pois o Direito romano pautou o mundo ocidental e influenciou a constituição do Estado moderno. “Roma apresentava diversas características em comum com as modernas noções de cidadania e participação popular na vida social” (idem, p.76). Entre o legado romano à cidadania moderna estão: o voto secreto; o fórum com a participação dos cidadãos (hoje Tribunal do júri); os grêmios corporativos (primeiros sindicatos) de pequenos comerciantes, artesãos e escravos libertos; a divisão do poder Legislativo em Senado e Câmara; Câmaras Municipais; a obrigatoriedade de publicizar os atos governamentais e divulgação da propaganda política de candidatos com epígrafes – tipos de murais que foram encontrados nas paredes de Pompeia com divulgação de espetáculos e de candidatos. (idem, p.63-65).<sup>26</sup> Destes e de outros legados da cidadania romana, juristas atribuem ainda princípios constitucionais de grande importância para a democracia e o exercício da cidadania moderna, tendo influenciado inclusive as revoluções inglesa, americana e francesa (idem, p.74).

---

<sup>26</sup> Funari (2008, p.75) relata que a Lei das Doze Tábuas, a primeira lei escrita, datada do século V a.C., já previa a publicação de “editos, fórmulas judiciais e interditos” que deveriam ser “anunciados e publicados nesse município, de modo que se possa ler, com facilidade da própria rua”. Como resultado de lutas e reivindicações da plebe foram editadas outras leis como: Lei Poetélia Papíria de 326 a.C. que aboliu a servidão por dívida; Lei Hortência em 287 a.C. que permitia que os plebiscitos tivessem força de lei mesmo sem a aprovação do Senado, uma vez que antes, as decisões das Assembleias do povo podiam ser vetadas pelo Senado.

O conceito clássico de cidadania pode ser embasado a partir da definição do sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall (1967, p. 76), para quem a cidadania é um “status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status”. Neste sentido, afirma Tuzzo que:

Ser cidadão é ter os direitos e deveres de uma determinada localidade, por isso a cidadania brasileira é diferente da cidadania italiana, portuguesa, chinesa, por exemplo. No sentido ideal, a cidadania representa muito mais do que nascer, mas, sobretudo, significa o existir socialmente (TUZZO, 2014, p.161).

O termo, no senso comum, é relacionado com a nação em que o indivíduo nasce e vive, ou então a um título honorífico que os poderes Legislativos outorgam a certos cidadãos que se destacam em seus municípios apesar de terem nascido em outro. Mas conforme destacou Tuzzo (2014, p.161), cidadania está ligada à identificação deste indivíduo com respeito aos direitos e deveres instituídos em seu grupo de pertencimento do qual se sente participante e assujeitado.

Para Marshall (1967, p.62) a cidadania está apoiada em três elementos conquistados sucessivamente pela sociedade moderna: os direitos civis, os direitos políticos e os sociais. É a partir dessa definição que se descreve a conquista histórico-geográfica da cidadania de cada um dos três direitos acima citados. O primeiro direito outorgado ao indivíduo foi o da liberdade, já no século XVII na Inglaterra, e a ele foram se juntando os demais direitos civis, tais como: Hábeas Corpus; Toleration Act; emancipação católica; fim dos Combination Acts e censura à imprensa, conquistados com muita luta<sup>27</sup>. Ressalte-se que a sociedade moderna estava saindo de um período feudal e conforme explica Dallari (2004, p. 31), “... no contexto do feudalismo, a pessoa humana era vista como parte do patrimônio do senhor feudal, tendo ele inclusive direito sobre o corpo das pessoas”. Já os direitos políticos, surgidos por volta do século XIX, podem ser entendidos como o “o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor” (Marshall, 1967, p. 63). A consequência dessa conquista é descrita por Bobbio (2004, p. 52), com “...a participação cada vez mais ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade no poder político (ou liberdade no Estado)”. Nesta fase foram fundamentais as revoluções que garantiam os direitos individuais e políticos como a Inglesa (século XVII) e

---

<sup>27</sup> Este feito do século XVIII, interrompido pela Revolução Francesa, e completado após a mesma, foi em grande parte o trabalho dos tribunais, tanto em sua labuta diária, quanto numa série de processos famosos em alguns dos quais lutavam contra o Parlamento em defesa dos direitos individuais, conforme descreve Marshall (1967, p. 66).

a Francesa (século XVIII) que influenciaram diversos países na criação de leis que garantissem tais direitos aos seus cidadãos.

Quanto ao elemento social, conquistado no século XX, Marshall (1967, p. 63) afirma que este “se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança [...] As instituições mais intimamente ligadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais”. Para Bobbio (2004, p. 52) os direitos sociais “expressam o amadurecimento de novas exigências, como os do bem-estar e da igualdade através ou por meio do Estado”. Ações mais pontuais contribuíram para seu estabelecimento, especialmente os direitos trabalhistas. Singer (2008, p. 196) descreve algumas lutas travadas na Europa tais como levantes, greves e manifestações. Chamadas “combinações” tais ações eram realizadas pelos trabalhadores assalariados, os proletários, que trabalhavam nas fábricas inglesas. Com o crescimento do capitalismo industrial, o século XIX foi marcado por intensas lutas de classes com a participação dos trabalhadores, que com o êxodo rural foram empurrados para as cidades que se expandiam. Faltava emprego para muitos e os que os conseguiam geralmente viviam situações de exploração com longas e desumanas jornadas de trabalho em ambientes insalubres e perigosos, sem o mínimo de segurança e de direitos (Singer, 2008, p. 197). Ideias socialistas e marxistas corriam entre os países europeus conscientizando a mão-de-obra assalariada sobre as condições de exploração pelo capital a que era subordinada. As duas grandes guerras contribuíram, para que esses direitos chegassem aos trabalhadores, mas ainda, como uma forma dos Estados compensarem os longos períodos em que a população se envolvia nos embates e abria mão de protestar ou fazer paralisações nos locais de trabalho (Singer, 2008, 247).

No final do século XX com as novas definições geopolíticas do mundo os países se viram inseridos em uma lógica de economia do capitalismo globalizante. Surgiram novos limites geopolíticos e os indivíduos passam a ser cidadãos do mundo. Alguns direitos surgiram nesse contexto. Chamados de direitos de terceira geração (Barros, 2014, p.1), tais direitos são também denominados de “direitos difusos”, porque “protegem genericamente a sociedade em si mesma, difusamente como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito à paz, o direito à saúde, o direito à educação”, cidade sustentável e comunicação. E eles continuam se ampliando no contexto histórico, pois no lugar “[...] de gerações estanques, há uma geração contínua, uma constante ampliação [...] para proteger o ser humano contra as agressões antijurídicas, os direitos vão compreendendo cada vez mais objetos e estendendo-se a cada vez mais sujeitos” (Barros, 2014, p.1).

### 3.2 A cidadania e as mobilizações no Brasil

No Brasil, José Murilo Carvalho (2010) analisou o histórico das conquistas da cidadania e dos direitos do homem. Ele retratou diversas lutas de brasileiros objetivando a conquista da cidadania tais como, as revoltas dos Palmares (século XVIII) e a Revolta dos Alfaiates (1798) na Bahia. Estas revoltas envolveram cidadãos de várias camadas sociais e contribuíram para mobilizar a opinião pública a favor da abolição da escravatura no país. Outra revolta conhecida historicamente como “Inconfidência Mineira”, mobilizou em 1789, setores dominantes da política brasileira que lutaram contra o domínio português sobre o Brasil colônia. Tais ações traziam em suas concepções, ideais políticos e civis da Revolução Francesa.

Entre os grandes protestos de rua destacados por Carvalho (2010, p.95) a Revolução Constitucionalista foi uma das mais importantes no país. Ele descreve que “entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de grande agitação política”. Além de alcançar vários setores sociais como operários, classe média, militares reunidos pelo tenentismo, oligarquias com problemas econômicos devido à queda do preço do café, contribuiu para a organização de sindicatos e associações de classe, além de criação de vários partidos políticos. O dia 23 de maio foi um dos mais emblemáticos para o movimento – após a morte de quatro estudantes em confronto com a polícia, levou centenas de paulistas para as ruas de São Paulo contra o governo Vargas que fechara o Congresso e anulara a Constituição. Outro momento importante na política do Brasil foi a mobilização popular de grupos organizados da sociedade, que pediam reformas na estrutura agrária, fiscal, bancária, educacional e políticas (voto para analfabetos, legalização do Partido Comunista, plebiscito a favor da volta do presidencialismo) nos anos 1960.

Ferrovários, portuários, metalúrgicos, petroleiros, todos operários de empresas estatais, estavam sempre entre os principais sustentáculos das greves e movimentações políticas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) também adquiriu grande dinamismo e influência. Com algum apoio entre estudantes universitários, na época pouco mais de 100 mil... Pela primeira vez na história do país, excetuando-se as revoltas camponesas do século XIX, os trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários entraram na política nacional com voz própria (CARVALHO, 2010, p.131).

Mas, apesar de tantas entidades estarem unidas em favor de um ideal, as manifestações não tiveram apoio popular. As mobilizações de trabalhadores e estudantes fomentavam instabilidade política e institucional - discurso utilizado pelos militares para o golpe militar de 1964 – um dos períodos de retrocesso dos direitos civis e políticos brasileiros. Também foi

um dos períodos de maior desrespeito aos direitos humanos, com tortura de políticos, artistas, intelectuais, jornalistas e estudantes (Carvalho, 2010, p.132).

No período de 1974 a 1976 ocorreu na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro e na Grande São Paulo uma série de protestos que envolviam as linhas de trem da Rede Ferroviária Federal (RFF) e da Fepasa, de acordo com Moisés e outros (1978, p.15). Tais atos surpreenderam partidos políticos, autoridades e opinião pública, “com repentinas explosões de furor que incluíram depredações, quebra-quebras e a queima das unidades de transporte contra as quais se dirigia a insatisfação das turbas urbanas”. Os autores relataram que tais atos coletivos pareciam indicar um “ritual de protesto”, que foram classificados pelas autoridades e pela imprensa de “atos de vandalismo” e “selvageria de maus elementos”. Além destes dois estados brasileiros, usuários de ônibus das cidades-satélites de Brasília também depredaram 40 veículos. “O estopim neste caso, é o encarecimento e a superlotação dos ônibus”, recordam Moisés e outros (1978, p.31). Denominadas de Revoltas Suburbanas esses protestos foram reprimidos com violência pelas Polícias Militares (SP e RJ) e Exército (DF), já que o país atravessava um período de Ditadura Militar, daí sua importância no contexto da história da democracia no Brasil.

[...] assumindo as características de ‘protesto selvagem’ não apenas elas mobilizam esse Estado para responder à sua ação (mesmo que essa resposta seja a repressão e a força), mas também afirmam diante delas mesmas a sua própria potencialidade como força social capaz de intervir, de alguma forma, na sociedade (MOISÉS e outros, 1978, p.22).

Outra manifestação, as “Diretas Já” em 1984, realizada após o fim da Ditadura, pedia a volta da eleição direta para a Presidência da República abolida desde 1964. Ela mobilizou centenas de pessoas na Praça Cívica, em Goiânia (primeira capital a realizar a manifestação), 1 milhão de pessoas no Vale do Anhangabaú na capital paulista e 1 milhão e meio no Rio de Janeiro.

Também o “Fora Collor”, mais conhecido como “Caras Pintadas”, atribuído aos estudantes que saíam às ruas em setembro de 1992 com o rosto pintado de verde e amarelo, cores da bandeira do Brasil utilizada por Fernando Collor em peças de propaganda durante sua campanha eleitoral à presidência na primeira eleição direta, em 1989, após o fim da Ditadura Militar. Eles pediam o *impeachment* de Collor, acusado de atos de corrupção e tráfico de influência. As manifestações impactaram o país naqueles que foram os primeiros atos populares após a volta da democracia no país.

Em junho de 2013, no final do outono, milhares de brasileiros foram às ruas em dezenas de cidades nos 26 Estados do país, pedindo melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados à população, fim da corrupção, da impunidade e controle dos gastos e verbas públicas. Os protestos assustaram os partidos, especialmente de esquerda, acostumados a organizar greves e manifestações como as últimas grandes passeatas (1984 e 1992 já relatadas). Entre os milhares de cartazes, cujas frases traduziam o sentimento geral, alguns manifestantes chegaram a pedir o fim dos partidos e dos parlamentares por não se sentirem representados por eles nas casas legislativas do país<sup>28</sup>.

Não se trata somente de um movimento de esquerda, muito menos só dos setores tradicionais de representação política. Até o repúdio a partidos políticos de esquerda roubaram a cena em alguns momentos nas manifestações de junho e julho. No conjunto, houve uma mescla de segmentos de classe e de tendências político-ideológicas: de esquerda, liberais, conservadores, grupos sem conotação, gente que quer mudar o Brasil. (PERUZZO, 2013, p.07).

As manifestações, a princípio, demonstravam que os brasileiros estão cada vez mais conscientes de seus direitos enquanto cidadãos e despertando para o exercício de sua cidadania ao sair da passividade e buscar espaço público onde possam mostrar sua indignação e inconformismo. Essa nova geração, cada vez mais bem informada pela nova ambiência, a Internet, levanta bandeiras, ou melhor, cartazes, à semelhança dos *posts* de suas páginas pessoais nos *sites* de redes sociais.

Uso da internet, das mídias e redes sociais virtuais e de celulares se constitui num diferencial importantíssimo do novo grande movimento social que mexeu com o País e com as visões sobre ele. As mídias e redes sociais virtuais (*YouTube, Flickr, Facebook, Instagram, Twitter* etc.) se constituem em canais de informação, em ambientes comunicacionais, em pontos de encontro, enfim, em redes e, às vezes, até em comunidades, que facilitaram os relacionamentos (entre os que estão conectados), a articulação entre as pessoas e as ações conjugadas (acertos de dia, local e hora para encontros presenciais).(PERUZZO, 2013, p.07).

Possível manifestação da prática de cidadania, os protestos de rua do Outono Brasileiro não se enquadram nas categorias analíticas até então teorizadas sobre os movimentos sociais, apesar de que alguns analistas os caracterizarem como tal. Há que se conhecer os estudos sobre movimentos sociais a fim de se identificar a qual definição pertence o Outono Brasileiro, do qual, os protestos em Goiânia organizados pelo grupo Frente de Lutas Goiás, constitui-se um recorte metodológico. Documentos pesquisados em *sites* jornalísticos e *blogs* durante a pesquisa exploratória trazem relatos de intelectuais que

---

<sup>28</sup> [www.causabrasil.com.br](http://www.causabrasil.com.br)

consideram os protestos como movimentos sociais e outros que os denominam de manifestações ou protestos (Anexo 5).

Devido aos estudos acadêmicos considerarem esse fenômeno recente para uma se estabelecer uma definição, neste trabalho optou-se por chamá-lo de Mobilização Social, categoria analítica que está adquirindo robustez e muitas vezes substituindo o termo Movimentos Sociais. Considerado como uma forma ampla e consolidada de atuação e participação de grupos sócio-identitários, os movimentos sociais lutam em torno de um projeto de mudança, estabelecimento de direitos ou reconhecimento público de uma condição. Desta forma se diferenciam da mobilização social, que pode ser um ato coletivo a fim de se alcançar determinado objetivo, mas sem um projeto, um identidade coletiva, entre outros elementos. Antes de adentrar na especificidade da categoria analítica Mobilização Social, faz-se necessária uma introdução à Teoria dos Movimentos Sociais de onde tal categoria emergiu. Tida anteriormente como uma prática ou etapa para o estabelecimento de um movimento social o binômio Mobilização Social adquiriu a condição atual de categoria analítica. Porém caminha para ser definido como uma ação coletiva que não visa mudança no poder hegemônico ou transformações paradigmáticas, mas sim, que têm como fim a reivindicação de direitos ou a expressão de carências sociais de formas pontuais e localizadas.

### **3.3 A Teoria dos Movimentos Sociais**

O estudo acadêmico dos movimentos sociais teve seu início na década de 1960 e hoje é considerado como uma importante área de pesquisa das Ciências Sociais. Desde então, a conceituação do que seja Movimento Social sofreu variações, sendo este termo definido de acordo com o paradigma adotado por determinados estudiosos. Desde grandes revoluções que marcaram extensos períodos de tempo até levantes que impactaram a sociedade moderna, o conceito de Movimento Social vem sendo alterado e readequado conforme a dinâmica social e o realinhamento dos estudos científicos da área.

Castells (1999, p.95) define movimentos sociais como “sintomas de nossas sociedades... todos causam impacto nas estruturas sociais... representam indícios significativos de novos conflitos sociais, germes de resistência social e em alguns casos de transformação social”. Para o italiano Alberto Melucci (2001, p.123) eles “operam como reveladores dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar”. O conceito de Movimentos Sociais que será adotado nesta pesquisa

coaduna com a definição da comunicóloga Cicília Peruzzo, que estuda a comunicação no âmbito destes movimentos e a mídia alternativa há algum tempo. Diz ela que:

Movimentos sociais são articulações da sociedade civil, constituída por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos, mas que ainda não são efetivados na prática. Aqueles de base popular se organizam na própria dinâmica de ação e tendem a se institucionalizar como forma de consolidação e legitimação social (PERUZZO, 2009b, p. 01).

A definição também coincide com a forma descrita pela brasileira Maria da Glória Gohn (2003, p.13) de que seriam “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Assim, a autora que se tornou uma referência no Brasil nos estudos dos Movimentos Sociais, amplia o leque explicativo para o fenômeno que adquire uma série de estratégias de luta:

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc) até as pressões indiretas. Atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação como a internet. (GOHN, 2003, p.13)

Na tradição acadêmica da Teoria dos Movimentos Sociais, pesquisadores de diversos países estudaram, por meio de pesquisa empírica e teórica, desde a década de 1950-1960, uma série de categorias que dão suporte aos conceitos e teorias das ações de atores sociais coletivos. A princípio faz-se necessária uma breve revisão do tema sob a ótica desse campo de estudos na área da Sociologia, com base em Gohn (2003, 2007), Sherrer-Waren (2006), Melucci (2001) e Castells (2003, 2013). A partir de tais autores pode-se apontar pelo menos cinco momentos que servem de divisa para os paradigmas existentes nesse campo de pesquisa que são:

**Quadro 1 – Teorias dos Movimentos Sociais**

1	Teorias Clássicas Norte-americanas	Até os anos 60
2	Teorias Contemporâneas - da Mobilização de Recursos e da Mobilização Política	A partir dos anos 1960
3	Novos Movimentos Sociais	A partir dos anos 1960 na Europa e a partir dos anos de 1970 na América Latina
4	Redes de Movimentos Sociais ou Coletivos de Movimentos Sociais	A partir dos anos 1990
5	Movimentos Sociais em Redes Digitais ou Movimentos Sociais Globais	A partir de 1994

**Fonte: Compilado pela autora a partir de Gohn (2003), Scherer-Warren (2006), Melucci (2001) e Castells (2003, 2013)**

No primeiro paradigma o enfoque é psicossociológico e tem como base teórica o interacionismo simbólico da Escola de Chicago. Seus teóricos acreditavam que as ações coletivas eram frutos de tensões sociais e conflitos que necessitam ser solucionados e apaziguados. Para a teoria baseada nos ideais funcionalistas, o comportamento coletivo era tido como uma desordem ou formas de controle que estariam se desintegrando ou desestabilizando o equilíbrio social. Tinham a visão de sociedade de massa de Gustave Le Bon e Gabriel Tarde, os quais afirmavam que o comportamento coletivo é cego e irracional, fruto de anomia e de condições estruturais de carências, privações ou desviantes (Gohn, 2007, p. 20).

No segundo momento, ainda em território americano, desenvolveram-se teorias contemporâneas tais como a Teoria da Mobilização de Recursos (MR). Esta rejeitou a perspectiva psicossocial das teorias clássicas porque consideravam o comportamento coletivo como irracional e patológico, além de valorizar o ator individual, seus sentimentos, descontentamentos, todos de origem pessoal. Os teóricos da MR enquadravam os movimentos sociais nas categorias funcionalistas: organizações, estruturas e instituições que lutavam pelos direitos de novos atores sociais. Citam as manifestações contra a Guerra no Vietnã e pela paz, movimento feminista e da nova classe média em luta por direitos civis e de consumidor. Para a MR os movimentos sociais jogam no mesmo campo que outros atores coletivos como lobbies e partidos políticos e disputam com esses, os recursos financeiros disponíveis e por visibilidade na mídia, em condições desiguais. Esta teoria sofreu uma série de críticas devido à visão burocrática e a racionalidade instrumental da ação coletiva segundo a lógica custo-benefício.

Ainda no paradigma das teorias contemporâneas surgiu nos estudos norte-americanos, a Teoria da Mobilização Política (MP), que segundo Gohn (2007, p.77) destacava o processo político e o campo da cultura para interpretação das ações coletivas. São valorizados os símbolos, a linguagem, as ideias, as ideologias e as práticas de resistência cultural tais como movimentos contra o racismo, ecológicos, de medicina alternativa, direitos dos animais e dos gays e lésbicas. O paradigma marxista e elementos do interacionismo simbólico foram reativados com destaque para a identidade coletiva, a solidariedade e a consciência (Gohn, 2007, p.79).

Na Europa, a base dos estudos dos movimentos sociais se deu sob enfoque marxista. Os estudos iniciaram na década de 1960, com enfoque na cultura enquanto conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado e na política que foi redefinida, passando a ser uma dimensão da vida e de práticas sociais (Gohn, 2007, p.122) e ficou conhecido como teorias dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Algumas propriedades dos NMS foram elencadas por Joseph Gusfield, Hank Hohnston e Enrique Laraña (1994, p.06) mediante estudos de vários teóricos que pesquisaram este paradigma em território europeu:

- 1- Os movimentos não têm relação clara com os papéis estruturais de seus seguidores. A base transcende a estrutura de classe. As origens sociais têm suas raízes em status social difuso, idade, gênero, orientação sexual, pertencimento a setor de profissões qualificadas.
- 2- As características ideológicas contrastam com as do movimento operário e com a concepção marxista. Caracterizam-se pelo pluralismo de ideias e valores; tem orientação pragmática e perseguem reformas institucionais e uma democratização da vida cotidiana.
- 3- Implicam o desenvolvimento de novos aspectos da identidade, associados a uma série de crenças, símbolos, valores e significados coletivos relacionados com sentimentos de pertencimento a um grupo diferenciado.
- 4- Amalgamento da relação entre o indivíduo e o grupo. A ação é uma afirmação de identidades individuais e coletivas difusas, sem uma base clara ideológica, são fontes de particularidades e definições que seus membros têm de si mesmos.
- 5- Implicam aspectos íntimos da vida humana. Vão desde os aspectos da vida diária como o que comemos, como nos vestimos e desfrutamos das coisas até como fazemos amor e enfrentamos problemas pessoais.

- 6- Táticas de mobilização radical, de resistência e perturbação do funcionamento das instituições. São mobilizações de desobediência civil, desafio às normas de comportamento vigentes.
- 7- São relacionados com a crise de credibilidade dos modos convencionais para a participação na vida pública nas democracias ocidentais. A ação coletiva busca formas alternativas de participação e decisão nos assuntos de interesse coletivo, mas próximas a eles e mais diretas.
- 8- Organização difusa e descentralizada em contraste com as estruturas hierárquicas, burocráticas e centralizadas dos partidos de massas tradicionais. Há autonomia das entidades em níveis locais. Formas de liderança flexíveis, cambiantes e pouco profissionalizadas.

Gohn (2007, p.130) explica que nos Novos Movimentos Sociais “a formação da identidade envolve demandas inegociáveis que surgem da interação coletiva em contraste com os movimentos clássicos, tradicionais, como os partidos e os sindicatos que trabalham com demandas negociáveis”. Destaca ainda outras características dos NMS tais como:

[...] os conflitos internos e externos são vistos como parte do processo de construção da identidade e o movimento cresce em função da defesa dessa identidade e recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e focam direitos civis e sociais. Atuam como redes de cooperação (GOHN, 2007, p.125).

Para Touraine (1997, p.130), sociólogo francês que há mais tempo estuda os movimentos sociais, “toda ação é uma resposta a um estímulo social... os movimentos sociais são ações de um ator coletivo”. Ele institui a categoria de análise “sujeito histórico” ao invés de classe social - categoria do marxismo ortodoxo, enfatizando o “papel dos indivíduos que são agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas e não simples representantes de papéis atribuídos pelo lugar que ocupam no sistema de produção” (Gohn, 2007, p.143). Estudioso dos movimentos sob o paradigma acionalista, Touraine (1997, p.130) afirmou que os atuais movimentos em muito se diferem das antigas ações coletivas ligadas aos movimentos históricos, tais como o movimento operário na Europa, próprio da sociedade industrial. Diz (idem, 1997, p.132) que “neste sentido, podemos afirmar que os movimentos sociais se tornaram movimentos morais, enquanto no passado tinham sido religiosos, políticos ou econômicos”. Explica (idem, 1997, p.135) que num movimento societal o “discurso moral fala de liberdade, de projeto de vida, de respeito dos direitos fundamentais, que não podem

reduzir-se a ganhos materiais ou políticos”. Com base em Touraine, Gohn descreve o novo ator social como:

[...] provenientes de camadas médias e bem informadas, atuam em nome da coletividade, em função de conteúdos que tratam dos direitos humanos, da paz, da ecologia, de discriminações, das formas alienadas de trabalho. Os valores básicos defendidos são autonomia pessoal e identidade, em oposição à forma de controle centralizada. Os modos de atuar são, internamente, predominância de informalidade, espontaneidade, baixo grau de diferenciação horizontal e vertical (GOHN, 2007, p.167).

Resumindo, os autores diferenciam os NMS dos antigos, já que os novos movimentos não se definem por propostas orientadas para a proteção econômica, tais como protestos contra impostos ou de reivindicações de categorias econômicas, ou ainda, os movimentos operários e sindicais, analisados nas categorias do marxismo ortodoxo de classes sociais, emancipação do sujeito, entre outras. Antes, os NMS visam reafirmar valores, identidades, etnias, direitos à igualdade, pela paz e solidariedade. Dizem respeito à atuação política do ator coletivo, não circunscrito à esfera da representação político-partidária, mas ao direito à participação, a interferir, enquanto sujeito coletivo, de seus destinos de vida na *pólis*.

Na América Latina, a brasileira Ilse Scherer-Warren (1996, p.14) descreve os primeiros movimentos (1959-1970) como ligados aos movimentos de lutas de classes. A teoria produzida neste período via as sociedades sob dois enfoques: o marxista que analisava os processos de dependência do país frente aos países ocidentais e o funcionalista que apontava o processo de modernização do país. Eram análises macrossociais das estruturas desses países.

Num segundo período (anos 70), as ações se referiam à resistência de grupos durante os regimes da Ditadura Militar destacando as articulações popular-democráticas. No terceiro período (anos 80) a autora descreve os anos já com a redemocratização da sociedade, em que ocorreram os movimentos de base, com a presença de intelectuais e religiosos que apóiam associações, incluindo neste período a visão da cultura popular como positiva no terreno das resistências e as análises passam para o terreno do micros social. Nos anos 1990 surgem novos temas e firmam-se as ONG's - Organizações Não Governamentais como intermediadoras dos conflitos entre atores sociais e instâncias de representação do Estado.

Nos anos recentes novas formas de auto-organização e de relacionamento interorganizacional têm sido propostas pelos atores sociais interessados nos processos de transformação social com base na ação coletiva. Uma das formas vem sendo chamada de rede [...] possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta. (SCHERER-WARREN,1999, p.28).

Peruzzo (2013, p.77), relata que os brasileiros protagonizaram movimentos de muitos matizes e formas. Pode-se sintetizar que alguns desses movimentos atuam sob o paradigma ideológico do marxismo, como os relacionados a categorias profissionais ou ligados a sindicatos e outros relativos ao paradigma culturalista da ação coletiva:

a) Movimentos vinculados a melhorias das condições de trabalho e de remuneração (movimento de professores e de outras categorias profissionais);

b) Os que defendem os direitos humanos relativos a segmentos sociais a partir de determinadas características de natureza humana (gênero, idade, raça e cor – como, por exemplo, o movimento de mulheres, dos índios, dos negros, dos homossexuais, das crianças etc. – Exemplos: Movimento de Mulheres, Meninos e Meninas de Rua etc.);

c) Aqueles voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades que afetam grandes contingentes populacionais (movimentos de transporte, moradia, terra, saúde, lazer, meio ambiente, paz, contra a violência, defesa dos animais etc. – Exemplos: Movimento Nacional pela Moradia, Movimento Passe Livre e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Alguns são apoiados por instituições que os incentivam ou os abrigam, tais como igreja, partido político, escola e universidades, a exemplo da Pastoral da Terra e do Movimento Fé e Política;

d) Movimentos político-ideológicos (lutas por participação política, protestos por antagonismos políticos, reivindicações por democracia, mudança de regime etc.) (PERUZZO, 2013, p.77).

Em um mesmo cenário da Esfera Pública observa-se a convivência de movimentos que expressam um viés mais conservador ou liberal, sem esquecer os que defendem causas religiosas. Alguns exemplos seriam: a Marcha da Família com Deus; A Marcha dos Ruralistas; Marcha para Jesus (evangélicos) e Jornada da Juventude (católicos).

A partir dos anos 2000 Scherer-Warren (2006) centra seus estudos na constituição de redes de organizações ou seja, o intercâmbio de ideais, planejamento, apoio e suporte entre instituições e movimentos sociais a fim de terem mais força e legitimidade nas ações coletivas que planejam e executam, sejam de conflito como de negociação de pautas junto ao Estado. Scherer-Warren (2006, p.111) analisou a formação de redes sociais de apoio como uma tendência das ações coletivas no final do século XX.

Tais organizações para a autora seriam “os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as ‘redes de redes’ que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil”. Ela destaca que essas redes somente são possíveis de se formarem porque existem meios técnicos tais como “internet e e-mails” que são práticas cotidianas uma vez que os encontros presenciais são mais esporádicos. Scherer-Warren (2006, p.112) descreve que tais redes podem articular grandes manifestações públicas que incluem simpatizantes “através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a

sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo”. Adepta de definições dos teóricos europeus, tais como Touraine (1997), Melucci (1996) e Castells (1996), Scherer-Warren define movimentos sociais como:

[...] identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas... o movimento social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção. (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

Ela defende a articulação dos atores coletivos em redes para atender demandas da era da globalização em que as sociedades tendem a serem mais complexas, multiculturais e plurais, gerando identificações entre causas transversais, tendo lutas semelhantes em nível político e direitos civil e social, a fim de causarem maior visibilidade midiática e impacto na opinião pública.

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações – e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que este diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural. (SCHERER-WARREN, 2006, p.116)

Para essa autora (1999, p.28), a organização em rede possibilita não somente o intercâmbio de forças em prol de lutas em comum, mas a “construção de uma nova utopia de democracia, em que as relações políticas sejam mais horizontalizadas” além de proporcionar “maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico”.

O destaque de vários movimentos sociais desta geração é a luta antiglobalização e a política neoliberal, num período que vai das manifestações de Seattle em 1998 a de Nova York em 2002 durante o Fórum Econômico Mundial. “Ele é movido para a busca de soluções alternativas aos problemas sociais e a própria preservação da vida no planeta, e não para a sua destruição” (Gohn, 2003, p.33) pautando para a criação de um mundo baseado em respeito às diferenças culturais, “voltada para um novo tipo de modelo civilizatório, com desenvolvimento econômico mas também com justiça e igualdade social”. O movimento antiglobalização é formado por redes de movimentos e organizações sociais nos quais se destacam a “defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, ong’s, movimentos sociais rurais, alas de partidos políticos e organizações de esquerda, redes de interlocução de

pequenos grupos” (Gohn, 2003, p.35). Sintetizando, Melucci (1994,p.145, tradução nossa)<sup>29</sup>define os movimentos sociais na atualidade como profetas de uma mensagem que anuncia que “existem outros caminhos, que sempre haverá outra forma de focar um assunto” pois eles “trazem à luz o que o sistema não disse por si mesmo, a quota de silêncio, de violência, de arbitrariedade que sempre está implícita aos códigos dominantes”.

### 3.4 Os Movimentos Sociais em Redes Digitais

Os protestos que ocorreram no mundo desde os anos 1994 tais como: o movimento Zapatistas no México; a Revolta dos Pinguins no Chile em 2006; a Primavera Árabe em 2010 e o Outono Brasileiro no ano de 2013, despertam a comunidade acadêmica das Ciências Sociais para o estabelecimento de uma nova categoria de análise dos movimentos sociais, denominada por Castells (2003, 2013) como Movimentos Sociais em Redes (MSR). Ele (2003, p.114) define movimento social como “ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade”. De acordo com Gohn (2007, p.247) existem duas acepções básicas de movimento social e o conceito adotado por Castells se aproxima da primeira acepção, ou seja pode ser considerado um movimento social amplo.

Podemos ter duas acepções básicas de movimento: uma ampla, que independe do paradigma teórico adotado, sempre se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários, conservação de privilégios, obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos. A outra acepção se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo e localizados num espaço determinado. (GOHN, 2007, p.147)

Aluno de Touraine, Castells (1999, 2013) focou seus estudos no potencial que a internet dispõe para a mobilização de grupos para a ação coletiva, especialmente sendo a “base material que permite a esses movimentos engajarem-se na produção de uma nova sociedade” além de transformar a Internet “de ferramenta organizacional [...] numa alavanca de transformação social”. Para ele, (2003, p.119), a internet constitui-se em “um meio essencial de expressão e organização para esses tipos de manifestações” porque, tanto na ambiência *on-line*, como na vida *off-line*, “provocam seu impacto através do mundo da mídia, e atuam sobre instituições e organizações por meio das repercussões de seu impacto sobre a

<sup>29</sup> “ [...] los movimientos anuncian que existen otros caminos, que siempre habrá otra forma de enfocar un asunto [...] cuya función principal es la de sacar a la luz lo que el sistema no dice por sí mismo, la cuota de silencio, de violencia, de arbitrariedad que siempre subyace a los códigos dominantes”.

opinião pública”. Esclarece ainda (2013, p.163) que a rede mundial de computadores “se ajusta aos movimentos sociais porque basicamente possui as mesmas características dos Novos Movimentos Sociais” que são: autonomia, rede horizontal que favorece “a cooperação e a solidariedade e ao mesmo tempo reduz a necessidade de liderança formal; são plataformas multimodais que criam companheirismo”.

Os brasileiros Fábio Malini e Henrique Antoun (2013, p.56) denominam tais ações coletivas de “manifestações biopolíticas”. Independentemente da nomenclatura dada - manifestações biopolíticas, net-ativismo ou movimentos em redes sociais - convém destacar alguns movimentos sociais estudados, tais como o movimento Zapatista em 1994, um dos primeiros a utilizar da nova ambiência *on-line* para expandir seu poder de divulgação e legitimação de suas ações junto à sociedade. O surgimento desse movimento, para Malini e Antoun (2013, p.55) “vai marcar o reencontro da política dos movimentos sociais ancorados nas comunidades virtuais com a política dos grupos marxistas radicais enredados nas guerras de guerrilha”. O movimento Zapatista era formado por uma rede de diversos movimentos – o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), comunidades de camponeses e índios que viviam em um assentamento em Chiapas desde a década de 40, localizada na divisa do México com a Guatemala. Eles também tiveram apoio de diversas Organizações Não Governamentais mexicanas e internacionais na luta que travavam “contra o capitalismo global em sua essência”, segundo Castells (1999, p.133) e “por dignidade e posse definitiva de suas terras”.

O sucesso dos zapatistas deveu-se, em grande parte, à sua estratégia de comunicação, a tal ponto que eles podem ser considerados o primeiro movimento de guerrilha informacional... A utilização amplamente difundida da internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações e sua causa a todo o mundo de forma praticamente instantânea, e estabelecerem uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala. As imagens e as informações provenientes dos zapatistas, e a respeito deles, atuaram de maneira decisiva sobre a economia e a política mexicanas. (CASTELLS, 1999, p. 105)

O autor (1999, p. 134), que também estudou o Zapatismo, defendeu as novas tecnologias de comunicação como “fundamentais à existência desses movimentos” uma vez que “cumprem o papel de infraestrutura organizacional dos movimentos”. Diz Castells (1999, p. 134) que sem a internet “os zapatistas provavelmente estariam fadados à condição de guerrilha isolada e local, a exemplo de várias ainda travando lutas na América Latina”.

Os movimentos sociais exercem o contra-poder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detém o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. (CASTELLS, 2013, p.14).

Também Malini e Antoun (2013, p.83) corroboram com tal visão ao demonstrar “a convergência de diferentes redes [...] construindo uma comunidade em movimento que partilha uma agenda comum de reivindicações e ação”. Os autores ressaltam que:

Através das comunidades virtuais do ciberespaço, a multidão se armou e as redes que sempre construíram para lutar contra o poder político burguês metamorfosearam-se nas poderosas redes de guerra em redes.. a comunidade virtual é uma rede de guerra que usa a contrainformação para lutar contra os Estados global e local, mas seu combate se desenvolve através de sua própria construção como um modo surpreendente de inventar valores e práticas democráticas no seu interior, utilizando-se da comunicação distribuída em rede interativa em vigor na internet. (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 85).

Para os autores (2013, p. 189) as ações coletivas, impulsionadas pelo ambiente da internet, mostram transformações sobre o comportamento dos atores sociais e da coletividade, pois “são lutas em que informação como catalisadora do afeto das populações revela-se fator determinante na condução das ações e paixões, pondo os movimentos sociais sob a forte influência das expressões incorporais”.

[...] a comunicação deixou de ser um mero condutor de informação que alimenta a decisão consciente de um eu individual. Nestas vastas redes entrelaçadas de interfaces comunicacionais, distribuídas indiferentemente em salas, mesas e mãos, os afetos e interesses circulam modulando as intensidades capazes de orientar os movimentos e sustentar a coesão de uma multidão em face das normas e ditames imperiais. Através destas lutas, as ruas e praças ecoam uma demanda irreprimível característica dos processos atuais de subjetivação. (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 190).

Por meio de pesquisa no Twitter, os autores descreveram a força de mobilização das redes sociais on-line no movimento #15M, também denominado de Indignados, que levou milhares de espanhóis a ocuparem as principais praças da Espanha em 2011. O estopim para esses protestos foi a aprovação da Lei Sinde permitindo que fossem tirados do ar, *sites* de *downloads* considerados ilegais pela Justiça. Malini e Antoun (2013, p.220) relataram que os manifestantes se inspiraram na Primavera Árabe e que o “#15M se propagou no interior da internet, mas especificamente em *blogs* de grupos organizadores, no *Twitter*, *Facebook* e em diversos outros *site* atraindo jovens e simpatizantes”.

Graças à participação popular na web, as hashtags do #15M logo apareceram nos Trending Topics do Twitter e ali ficaram por muitos dias, fazendo parte de uma agenda global de informação. Em geral, as hashtags convocavam os cidadãos para as manifestações nas praças públicas. Em Madrid, mais de 1 milhão de pessoas se reuniram ao redor da Puerta del Sol, o marco zero da cidade. Em Barcelona, na Praça da Catalunha. Era um movimento de ocupação permanente do espaço público por meio de acampamentos nas praças, em que rua e internet se misturavam. (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 221.).

Os ativistas que se territorializaram na rede mundial de computadores são oriundos de diferentes matizes e identidades. Não são somente os que têm uma visão sob o paradigma crítico marxista ou socialista, mas também, aqueles que apóiam causas ligadas à teorias advindas do positivismo funcionalista. Um deles ocorreu em Paris, em 24 de março de 2013 e reuniu milhares de pessoas nas imediações da avenida Champs Elisée. Os manifestantes do “La manif pour Tous – Le retour Manifestation Nationale” vieram de diversos países tais como Portugal, Suíça e Holanda em uma concentração contra a adoção de filhos por *gays* e a favor dos tradicionais modelos de família patriarcal. Eles protestavam ainda contra projeto de lei que estava sendo votado e que retiraria as palavras, “marido”, “esposa”, “pai” e “mãe” no Código Civil daquele país<sup>30</sup>.

Figura 5 – Página no Facebook do movimento Manif Pour Tous



Fonte: [www.facebook.com/LaManifPourTous/?ref=ts&fref=ts](https://www.facebook.com/LaManifPourTous/?ref=ts&fref=ts), acesso em 25/03/2013

<sup>30</sup> Dados do grupo fechado do Facebook “La Manif Pour Tous”, acesso em 25/04/2013

**Figura 6 – Avenida Champs Elisee, Paris, 24/03/2013**

Fonte: <http://www.fdesouche.com/550159-manif-manuel-valls-epingle-defenseur-droits>, acesso em 12/02/2015

Com um viés conservador, tais movimentos de contestação políticoeconômico formados por associações que defendiam, segundo Castells (1999, p.121), os “valores tradicionais, religiosos e familiares”, podem ser definidos como “um movimento cultural e político... contra os valores cosmopolitas e de um governo autônomo da população local, contrário à imposição de uma nova ordem global”. Ele (1999, p.112-122) descreve o movimento conhecido como Patriotas, que passaram a atuar nos Estados Unidos, por volta de 1990. Foi composto inicialmente por fazendeiros insatisfeitos no oeste e centro-oeste americano e por diversos segmentos de cidades do interior daquele país, mas o movimento igualmente atingiu grupos em áreas metropolitanas como os da Coalização Cristã, considerado fundamentalista cristão. Além deste, apoiaram tal causa, os movimentos antiaborto, antifeministas, anti-homossexuais e os que defendem a família e a conservação dos papéis tradicionais do homem e da mulher e da nação, contra o que “considera excesso de privilégios concedidos pela sociedade às minorias raciais, culturais e de gênero, mediante a legislação que dispõe sobre a ação afirmativa e discriminação racial” (Castells, 1999, p.122).

No Brasil, grupos semelhantes, com ideias conservadoras e ligadas à tradição familiar, igualmente utilizaram as redes sociais para angariar mais adeptos e convocar atos públicos. Um destes grupos organizou em 2014 manifestações chamadas de Marcha da Família com Deus mas não conseguiu grande repercussão. O intento era repetir marchas semelhantes que ocorreram em cerca de 49 cidades brasileiras durante o ano de 1964 e que objetivavam

“impedir a entrada do socialismo no Brasil”, do qual o presidente João Goulart “seria representante”. Foi sob esse argumento que o regime militar foi legitimado<sup>31</sup>.

**Figura 7– Página do Facebook da Marcha da Família com Deus**



Fonte: <http://www.facebook.com/MarchaDaFamilia2013>, acesso em 13/02/2015

Independentemente da posição político-ideológica, um dos motivos pelos quais Castells (2009; 2013) se mostra otimista com o uso da internet pelos movimentos sociais, refere-se à possibilidade do estabelecimento de um contra-poder. Os sistemas de comunicação se constituem em redes de construção de poder, já que detêm um tipo de hegemonia que lhe garante espaço privilegiado para um discurso. Apesar de não exclusivo, uma vez que outras instituições tais como a família, escola, igreja, sindicatos, associações e grupos de interesse, da mesma forma geram construção de significados no mundo contemporâneo. O sociólogo espanhol elenca algumas especificidades dos Movimentos Sociais em Redes (MSR) em seu mais recente livro “Redes de Indignação e Esperança” (2013). Ele considera tais mobilizações como movimentos sociais, o que não contradiz a revisão literária realizada até o momento, visto que Gohn (2007, p. 247) cita dois tipos de movimentos: os amplos e os específicos. Pode-se classificar os MSR como amplos, já que se referem às ações coletivas que visam a defesa de interesses coletivos e a obtenção de benefícios e bens coletivos, independentemente do paradigma teórico no qual se embasam, conforme descrito no início deste capítulo.

Por meio da pesquisa empírica a partir da observação participante e coleta de dados em fontes documentais, Castells (2013, p.9) analisou os seguintes movimentos: Panelaço na Islândia, A Primavera Árabe; As Indignadas de Madri, na Espanha e o Occupy Wall Street,

<sup>31</sup> Dados de pesquisa exploratória realizada pelos alunos de graduação em Jornalismo, Ana Paula Holzbach, Letícia Antoniosi, Lorena de Sousa e Wygner Inácio de Oliveira na disciplina do Núcleo Livre da UFG – Comunicação, Ciberespaço e Cidadania, da qual a autora foi uma das docentes, no período de agosto a dezembro de 2014.

nos Estados Unidos, que ocorreram após 2010. Algumas características descritas por Castells (2013, p.160-165) naquelas ações coletivas puderam ser analogicamente observadas no Outono Brasileiro em junho de 2013. A brasileira Raquel Rolnik concorda com tais semelhanças:

Esses movimentos transformaram da praça Tahrir, no Egito, à praça do Sol, em Madri, da praça Syntagma, na Grécia, ao parque Zuccotti, nos Estados Unidos, passando pela praça Taksim, na Turquia, em palcos de protestos majoritariamente compostos por jovens, convocados por meio de redes sociais, sem a presença de partidos, sindicatos e organizações de massa tradicionais. (ROLNIK, 2013, p.17)

Neste trabalho, a pesquisa de cunho exploratório, primeiro passo metodológico na abordagem teórica fundamentada, analisou fontes documentais de jornais de circulação nacional disponibilizadas em seus sítios na internet, tais como notícias, além de artigos de opinião e comentários em blogs. Por meio de uma análise de conteúdo não sistematizada desses documentos, pode-se inferir que algumas características elencadas por esses jornalistas, intelectuais e outros, do Outono brasileiro de 2013, encontram semelhanças nas definições de Castells (2013, ps.159-166) para os Movimentos Sociais em Rede (MSR).

Durante os meses de maio, junho e julho ocorreram no Brasil uma série de mobilizações sociais que levaram milhares de pessoas às ruas das principais cidades do país em protesto, a princípio, contra o aumento das passagens dos ônibus coletivos. À medida que os protestos continuavam e iam sendo reverberados nas redes sociais da internet e na mídia tradicional, a pauta de reivindicações foi sendo estendida englobando outros problemas que afetam a vida dos cidadãos brasileiros.

Castells (2013, p. 162) observou que geralmente há uma centelha ou estopim da indignação, que desencadeia a mobilização social, “[...] um evento específico com impacto e que gera emoções”. Na Primavera Árabe a autoimolação de um jovem feirante na Tunísia foi o evento que desencadeou o movimento (Castells, 2013, p.189). No #15M, lembram Malini e Antoun (2013, p.220), foi a aprovação da “Lei Sinde” permitindo que a Justiça tirasse do ar sites de *downloads* tidos como ilegais. No Outono Brasileiro, a violência da policial em São Paulo, durante os protestos nas avenidas Paulista e Consolação nos dias 12 e 13 de junho de 2013<sup>32</sup>, foi como um estopim, desencadeando a solidariedade em rede tanto no Brasil como em outros países. Os relatos da violência e repressão ‘pipocaram’ nas plataformas de redes sociais, sendo replicados nos noticiários televisivos e na mídia impressa. Porém, Rolnik exprime que:

---

<sup>32</sup> Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/2013/06/13>, acesso em 10/12/2013

[...] a fagulha das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis – que entre catraços e ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop (ROLNIK, 2013, p.13).

A mobilização social do Brasil em 2013 foi sendo pautada pela opinião pública via Facebook e Twitter, principalmente. O pico das convocatórias<sup>33</sup> nas redes sociais se deu nos dias 18 e 19/06/13, sendo mais intensa dia 20/06/13, decaindo nos dias subsequentes. O dia 20 de junho de 2013 tornou-se um marco na história da democracia do país, com mais de um milhão 400 mil manifestantes em centenas de cidades do Brasil. Segundo o Ibope<sup>34</sup>, 62% dos manifestantes ficaram sabendo dos protestos pelo Facebook, 29% por outros sites da internet e 3% por jornais on-line. Sites de monitoramento, tais como o Twittelevel<sup>35</sup>, apontaram por meio de ‘*hashtags*’ nas duas plataformas (Twitter e Facebook), as que obtiveram maior quantidade de *posts*: #ogiganteacordou; #vemprarua; #obrasilacordou, #contraaumentodobusão, #verasqueumfilhoteunaofogealuta, entre outras. Já um mapeamento da empresa Scup realizado entre os dias 13 a 21 de junho de 2013 contabilizou a postagem de mais de dois milhões de menções com os seguintes termos: protesto, manifestação, passelivre, tarifazero, protestoSP, changebrasil, o giganteacordou, vamoprarua, acordabrazil, entre outras. Tal feito contabilizou 79 milhões de pessoas ‘falando’ sobre as manifestações pelas plataformas de redes sociais Facebook, Twitter e Youtube, Google News e Google Blogs<sup>36</sup> com 941.295 usuários únicos. O dia 20/06/13 foi o dia em que o número chegou ao maior quantitativo de postagens – 467.485 menções dos temas acima citados, tanto no Scup quanto no Twettelevel.

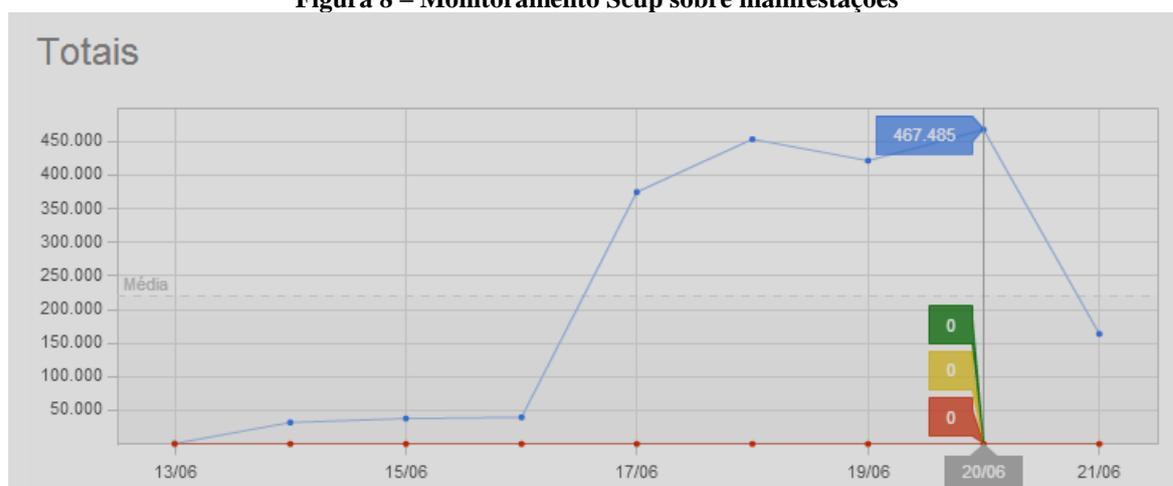
<sup>33</sup> Fonte: [www.tweetlevel.edelmam.com/topicsearch](http://www.tweetlevel.edelmam.com/topicsearch), acessado no dia 21/06/2013

<sup>34</sup> Fonte: <http://g1.globo.com/Brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa>. Acesso em 12/02/2015

<sup>35</sup> Fonte: [www.tweetlevel.edelmam.com/topicsearch](http://www.tweetlevel.edelmam.com/topicsearch), acessado no dia 21/06/2013

<sup>36</sup> Fonte: <http://estadao.br.msn.com/ultimas-noticias/pelas-redes-sociais>. Acesso em 18/06/2013

**Figura 8 – Monitoramento Scup sobre manifestações**



Fonte: [www.ideas.scup.com/PT/eventos/monitoramento-publico-no-scup-sobre-protestos-contratarifa-do-transporte-publico](http://www.ideas.scup.com/PT/eventos/monitoramento-publico-no-scup-sobre-protestos-contratarifa-do-transporte-publico), acesso em 13/02/2015

Portanto, há evidências de que possivelmente os usuários dessas e outras redes sociais tenham saído da ambiência *on-line* e ido às ruas durante o mês de junho em 2013, ocupando praças onde os prédios públicos, como prefeituras e sedes dos governos estaduais, estão instalados. O espaço de autonomia descrito por Castells (2013, p. 160) ocorreu quando os indivíduos saíram da internet, ambiência que possibilitou a troca de mensagens durante os meses anteriores (abril e maio) e foram às ruas manifestar sua indignação<sup>37</sup>, realizando inclusive assembleias presenciais durante os atos para deliberar as próximas ações. Estes movimentos sociais abordam a horizontalidade das redes, cooperação, solidariedade e falta de liderança formal; destacam as mudanças ocorridas na gestão dos movimentos sociais descritos no capítulo 3 como Novos Movimentos Sociais. Os NMS se organizam, realizam ações coletivas e por fim se institucionalizam, seguindo uma lógica administrativa e de gestão baseada em seus moldes, diferindo de qualquer organização que conta com liderança formal e hierarquização dos cargos. Além disso, também caminham para o estabelecimento de coletivos de redes com outras entidades.

Contra esse modelo baseado em estruturas verticais e centralizadas, movimentos como o Occupy e outros propõem formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças nem comando de partidos e comitês centrais. Esta foi também parte da surpresa das ruas: onde estão as bandeiras e os carros de som com os megafones? Quem são os líderes? Quem manda? (ROLNKI, 2013, 19).

Castells (2013, p. 163) destaca essa mudança nos movimentos sociais digitais, já que possuem uma coordenação, mas não um líder, pois funcionam sob a lógica de redes desde os primeiros níveis hierárquicos – se comparados a outras organizações. Mas, Vianna (2014,

<sup>37</sup> Fonte: [noticias.uol.com.br/](http://noticias.uol.com.br/) [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)

p.4) é temerário com esse tipo de movimento que traduz como “[...] multitudinário, que vai às ruas, sem lideranças conhecidas”, o que constitui “[...] um perigo. Tudo pode acontecer. Abre-se campo para a selvageria. Com quem negociar?”

No Brasil os manifestantes ocuparam ruas e praças de várias cidades, começaram pelas capitais e se estenderam para o interior do país. Também mobilizaram brasileiros em vários países que, inclusive, criaram grupos nas redes sociais<sup>38</sup>, solidários aos manifestantes que foram alvos de intensa repressão policial que ocorreu em São Paulo, desde o dia 6 de junho de 2013 quando o MPL organizou o primeiro protesto, intensificando nos dias 12 e 13 de junho de 2013 quando os manifestantes tentavam chegar à avenida Paulista, sendo bloqueados na avenida Consolação por forte aparato policial. Este espaço não territorializado, formado num espaço local e ao mesmo tempo global (Castells, 2013, p.161), pode ser denominado de ‘glocal’. Isso se observa por meio de *prints* de páginas do Facebook (Figuras 9, 10 e 11) em grupos formados dentro de perfis de brasileiros que moram em diversos países, tais como Inglaterra, Irlanda, Estados Unidos, Espanha, Portugal entre outros<sup>39</sup>.

**Figura 9 – Página no Facebook de brasileiro residente em Madri, Espanha**



Fonte: <http://www.facebook.com/625940557418200/>, acesso em 18/06/2013

<sup>38</sup> Um exemplo são os grupos Democracia Sem Fronteiras, criados em vários perfis do Facebook de brasileiros residentes em diversos países.

<sup>39</sup> Fonte: [g1.globo.com/brasil/protestos-013/infografico/platb](http://g1.globo.com/brasil/protestos-013/infografico/platb), acesso em 01/09/2013

**Figura 10 – Página no Facebook de brasileiro residente em Londres, Inglaterra**



Fonte: <http://www.facebook.com/183382041822867/?ref=3>, acesso em 18/06/2013

**Figura 11 – Página no Facebook de brasileiro residente na Europa, destacando a violência da polícia em São Paulo que feriu repórter do jornal diário Folha de São Paulo no dia 13/06/2013, acesso em 18/06/2013**



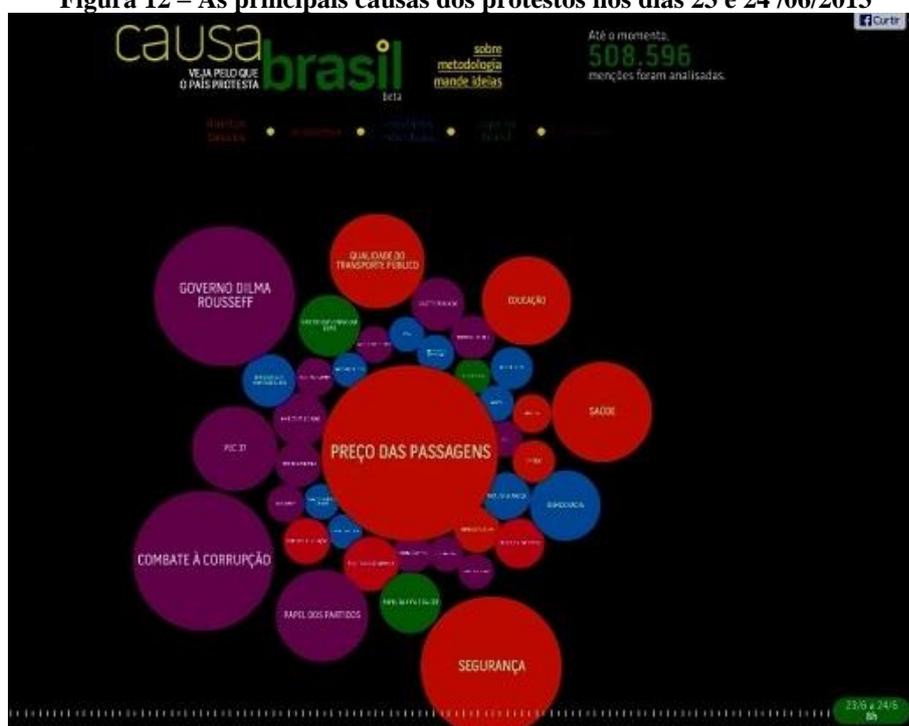
Fonte: <http://www.facebook.com/165396716966531/>, acesso em 18/06/2013

Os atos violentos da PM em São Paulo para reprimir a manifestação resultou em 200 presos e muitos feridos, entre eles uma repórter e um fotógrafo da Folha de São Paulo que faziam cobertura jornalística para o veículo<sup>40</sup>. As manifestações com episódios de violência, segundo Pichonelli e Martins (2013, p.18), ocorreram como resposta ao modo como a polícia tentou reprimir os protestos que se iniciaram de forma pacífica, mas se radicalizaram após serem recebidos com gás lacrimogêneo, spray de pimenta, balas de borracha que feriram muitos manifestantes. A partir deste episódio, componentes do Black Blocs começaram a participar de forma mais intensa e até mesmo com radicalismo, afirmando que estavam ali para proteger os cidadãos comuns (Peruzzo, 2013, p. 84). Houve denúncias de infiltração de pessoas pagas para agirem de forma violenta para desqualificar as manifestações.

<sup>40</sup> Fonte: [www.g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/policia-militar-utiliza-violencia-para-reprimir-protesto-em-sao-paulo.html](http://www.g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/policia-militar-utiliza-violencia-para-reprimir-protesto-em-sao-paulo.html). Acesso em 12/02/15

Observando os cartazes e faixas nas manifestações de junho de 2013, podia-se constatar que as reivindicações iam desde a redução do preço das passagens de ônibus, que foi a pauta inicial, até a qualidade do transporte, dos hospitais, das escolas, além de temas específicos tais como: corrupção, gasto excessivo com obras para a Copa, o que demonstra demandas fragmentadas e falta de uma reivindicação programática<sup>41</sup>. No site “Causa Brasil” são elencadas as principais pautas e como mudavam, se alternavam ou se sobrepunham com o passar dos dias. Nos primeiros dias do mês de junho, por exemplo, as principais causas eram o transporte público e o aumento da tarifa dos ônibus (Figura 12). Depois dos atos de repressão na Avenida Consolação/Paulista nos dias 13 e 14, as principais causas passaram a ser democracia e direito à livre expressão (Figura 13).

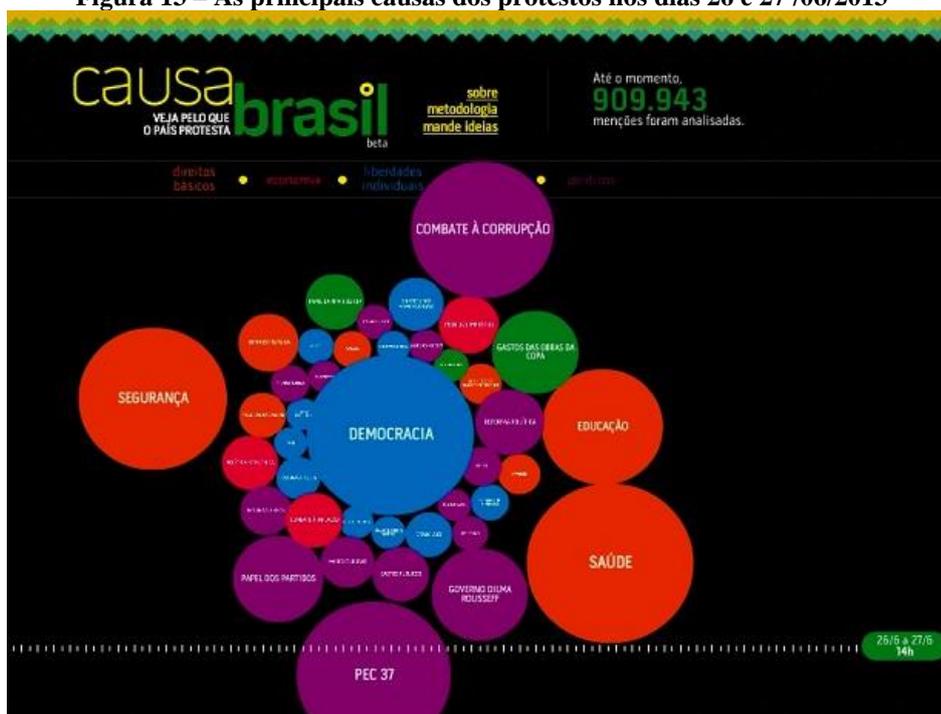
**Figura 12 – As principais causas dos protestos nos dias 23 e 24 /06/2013**



Fonte: [www.causabrasil.com.br](http://www.causabrasil.com.br) / [google.com/images](https://www.google.com/images). Acesso em 10/12/2013

<sup>41</sup> Fonte: [www.causabrasil.com.br](http://www.causabrasil.com.br) / [google.com/images](https://www.google.com/images). Acesso em 10/12/2013

Figura 13 – As principais causas dos protestos nos dias 26 e 27 /06/2013



Fonte: [www.causabrasil.com.br](http://www.causabrasil.com.br) / [google.com/images](http://google.com/images). Acesso em 10/12/2013

A análise do sociólogo espanhol indica que os movimentos sociais digitais “são voltados para a mudança dos valores da sociedade e não para a tomada do poder” (Castells, 2013, p. 165). Pode-se inferir que a partir das causas dos protestos, dos temas e das pautas, explícitos em milhares de cartazes levados para as ruas, os manifestantes não buscavam a tomada do poder político ou governamental, mas sim, melhorias nas políticas públicas voltadas para a cidadania e para os direitos difusos. Pediam eficiência nos serviços públicos e na gestão da máquina pública, que foram colocados em xeque, como ineficientes, burocráticos, alinhados com corrupção e fraudes. Conforme Vianna (2014, p.4) “setores mais ressentidos tiveram a oportunidade de manifestar sua fúria, num protesto pela sua exclusão, pelo fato de não serem reconhecidos, pelas políticas públicas que não funcionam”.

No entanto, esta forma de ação coletiva que foi construída pela troca de conteúdos simbólicos visando mudança da sociedade revela-se como nova política, ao utilizar formas de redes híbridas – *on-line* e *off-line*, esta sim, como algo singular que caracterizou as mobilizações de 2013 no Brasil à semelhança da Primavera Árabe, dos Indignados, do Occupy Wall Street. Algumas bandeiras levantadas durante os protestos visaram tão somente mudanças de valores e obter visibilidade para suas causas com impacto na opinião pública. Trata-se de tipos de manifestações próprias dos Novos Movimentos Sociais, descritos no capítulo anterior deste trabalho. Essa mobilização *on-line* e *off-line* tem como resultado a interferência na agenda pública dos governos, alcançando resultados positivos com diversas

reivindicações sendo atendidas, conforme quadro que resume pesquisa realizada pelo Ibope no dia 20/06/2013, em sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE e BA), com 2002 manifestantes<sup>42</sup>.



Fonte: [g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb](http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb). Acesso em 12/02/2015

No Outono Brasileiro os participantes obtiveram outros benefícios além da revogação do aumento das passagens dos ônibus coletivos em várias capitais e em outras, a tarifa sequer chegou a ser reajustada. Outros ganhos foram a aprovação do projeto que transforma a corrupção em crime hediondo no Senado; a promulgação da emenda que prevê o fim do voto secreto para cassação de mandatos dos parlamentares e a rejeição do Projeto de Emenda Constituição - PEC 37 que retirava poderes do Ministério Público. Analistas políticos afirmaram que tais projetos tiveram estes encaminhamentos legislativos devido ao clamor das ruas (Segalla, 2013, p.63). Além destas, Maricato acrescenta conquistas pontuais em São Paulo e Rio de Janeiro, que ilustram a dimensão que o Outono brasileiro tomou em cada local onde ocorreram as manifestações:

E a partir de junho nós conquistamos coisas que eu estou perplexa disso ter sido possível em tão pouco tempo. Só na área de transporte na cidade de São Paulo nós conquistamos: os vinte centavos da tarifa, uma CPI dos Transportes, a suspensão de uma licitação que tivemos sorte de estar em aberto quando estourou, teve o cancelamento desse túnel criminoso e imobiliário... No Rio de Janeiro tivemos duas conquistas que para mim

<sup>42</sup> Fonte: [g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa](http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa), acesso em 12/02/15

foram fantásticas, quem diria alguns meses atrás que isso iria acontecer. A privatização do Maracanã não é só a privatização do estádio, era também a demolição de dois parques esportivos que servem os moradores do entorno, renda média e baixa... E finalmente a Vila Autódromo, esse governo que ele sim é vândalo, isso é um governo de vândalos, também desistiu da remoção de moradores. (MARICATO, 2015, p.5)

Ainda é cedo para descrever mudanças que tais protestos geraram no país, além dos pontuais benefícios já citados. Pelos cartazes empunhados pelos atores sociais expostos nas ruas podia-se ler: “Desculpe os transtornos, estamos mudando o país”; “Estamos reformando o país”<sup>43</sup>, pautas que descrevem a esperança do manifestante por mudanças não só a curto, mas a longo prazo no país. A afirmativa de Castells (2013, p.165) de que as mobilizações sociais que ocorrem no mundo, impulsionadas pelas plataformas de redes sociais na ambiência da internet, apontam para uma nova política não encontra eco entre autores brasileiros tais como Rolnik:

[...] a participação, através de sua expressão mais radical, a autogestão, e as novas maneiras e métodos de fazer política tomaram as ruas como forma de expressar revolta, indignação e protesto. Isto não é novo na política. Mas hoje o tema da ocupação – no sentido de controle do espaço, mesmo que por um certo período, e a partir daí, a ação direta na gestão de seus fluxos – tem forte ressonância no sentimento, que parece generalização, do alheamento em relação aos processos decisórios na política. (ROLNIK, 2013, p. 15).

Ou seja, outras manifestações semelhantes já ocorreram na história democrática do Brasil, mas ainda assim, a maioria dos brasileiros se encontra alheia aos processos de decisão dos rumos do país. Essa pode ter sido a tônica principal que se extrai das mobilizações que tomaram as ruas brasileiras no ano passado, conforme opinião do sociólogo Luiz Werneck Vianna:

É um sentimento de exclusão da arena pública. A falta de participação dessa geração na política é algo que chama a atenção. Por outro lado, a busca por reconhecimento social desses grupos emergentes das classes médias é muito forte e o tema do reconhecimento é muito associado ao tema do ressentimento. As pessoas querem ser reconhecidas, querem que sua dignidade e identidade sejam respeitadas, legitimadas. O tema do reconhecimento, por um lado, e o da participação política, por outro, foram o combustível dessa movimentação (VIANNA, 2014, p.3).

Parte-se da constatação de que há possibilidades técnicas para que o indivíduo que possua acesso aos processos comunicativos que se estabelecem na ambiência da internet tenha uma prática mais próxima da cidadania. “Trata-se de um indicativo a mais para se avaliar a importância das redes virtuais e da internet na mobilização das pessoas, haja vista a presença

<sup>43</sup> Fonte: [www.google.com/images](http://www.google.com/images), acesso em 08/12/2013

e o aprendizado de uso crescentes das mesmas na vida das pessoas”, destaca Peruzzo (2013, p. 81). Isto ocorre por que a nova ambiência oferece ao cidadão a chance de maximizar suas redes pessoais existentes *off-line* e oportuniza ao sujeito pertencer a outras redes antes por ele desconhecidas, já que estavam ancoradas em uma localidade, mas agora, se desterritorializando, podem lhe dar um tipo de capacitação para atuar social e politicamente em prol da construção de sua cidadania, segundo Torres:

[...] novas formas de participação e de expressão da opinião constitui uma abertura que permite repensar a relação entre instituições e cidadãos, indo na direção de novas formas de participação nos processos decisórios e de transparência. Seja nas formas de democracia eletrônica, seja nas práticas de ciberativismo, os mundos da política e da cidadania resultam em profunda transformação (TORRES, 2008, p. 273).

Para Tuzzo (2014, p. 164) as questões da cidadania e como a mídia trata deste assunto necessitam de mais reflexão, já que antes o conceito “fazia referência ao bem-estar coletivo, mas este se perdeu e chegou à atualidade com a clara emergência do consumidor como novo sujeito social e, portanto, contrário à questão do cidadão como coletivo”. A autora (*idem*) explica que o cidadão moderno foi redefinido pelo consumo. Atualmente poder adquirir certos produtos e bens traz àquele indivíduo a sensação de ser cidadão, de ser sujeito de direitos na sociedade do consumo, onde tudo passa a ser mercadoria – cultura, informação, arte – influenciando as interações em determinado grupo social.

Na questão da cidadania, outra instância em que se observa a influência da sociedade midiática refere-se ao convívio, à comunicação que antes ocorria nas ruas, praças, entre vizinhos e conhecidos, semelhante à da *pólis* grega. Na contemporaneidade, até mesmo por questões de segurança, lembra Tuzzo (2014, p.165), as famílias preferem o isolamento em suas casas, tendo como um tipo de interlocutor, os meios de comunicação – rádio, televisão e internet, por exemplo.

[...] podemos então pensar que a relação de cidadania foi transferida das ruas, da cidade para uma relação existencial transmitida pelos meios de comunicação, o que nos faz refletir sobre a possibilidade do reconhecimento do que seja ser cidadão ser recriado pela mídia, que redefine o conceito e reapropria de valores o cidadão atual. (TUZZO, 2014, p.166)

Neste sentido observa-se que por meio da internet pode o cidadão abrir espaço para importantes reflexões – apesar de grande parte da população ainda não ter acesso ao computador e à internet. Este tipo de exclusão se assemelha ao que ocorria nos primórdios da televisão no Brasil, em que poucas famílias de elite possuíam o equipamento, situação superada, constatada nos dias atuais já que este eletroeletrônico está presente na maioria dos

lares, inclusive de baixa renda como em favelas. Apesar disso, a autora (2014, p. 175) ressalta que a mídia trata o tema cidadania do ponto de vista do “assistencialismo estatal, do atendimento emergencial, da resolução parcial dos problemas que, supostamente, já deveriam ter sido suplantados (esgoto, asfalto, segurança, saneamento, educação etc)”. Ou seja, para esta autora (idem), ser cidadão é ser “pedinte, deficiente, pobre e ignorante [...] periférico, alheio e fora dos centros decisórios”, sendo lembrado apenas durante os períodos de campanha eleitoral. Devido a isto, tais indivíduos podem ser considerados subcidadãos.

Os desprivilegiados economicamente são subcidadãos, categorizados no discurso midiático dos desejanteres, buscadores da cidadania, pedintes de uma doação do Estado que deve lhe oferecer saúde, educação, lazer e segurança para que ele também atinja o status de cidadão (TUZZO, 2014, p.176)

Este capítulo que se iniciou com a definição de Mobilização Social como uma destacada categoria analítica da Teoria dos Movimentos Sociais, trouxe ainda um percurso histórico para o estabelecimento da Cidadania - conquistado com lutas, greves, protestos, manifestações, revoluções – ações coletivas em que o ator social teve especial participação. Mobilizações sociais que fizeram a história da democracia e foram fundamentais no estabelecimento da cidadania entre os povos. Tais ações somente foram possíveis devido à participação popular do ator social. Conforme Castells (2013, p. 08), esse indivíduo “superou o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo”. Ações coletivas que nasceram do anseio do cidadão e se consolidaram em entidades que canalizam ações em prol da ampliação da cidadania, ocupando espaços públicos, inclusive virtuais.

## CAPÍTULO 4

### A COMUNICAÇÃO E AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS DE 2013 EM GOIÂNIA

Este capítulo relata a pesquisa empírica realizada pela pesquisadora a fim de se verificar a existência da Comunicação Pública Cidadã durante os protestos do final do Outono Brasileiro em 2013. Para isso foi efetuada análise sobre o grupo ativista social denominado de “Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem”. Formado por diversos coletivos que atuam no âmbito da universidade e em entidades ligadas a lutas minoritárias por reconhecimento e por direitos sociais na cidade de Goiânia, este foi um dos grupos identificados durante as manifestações em Goiânia como responsáveis pela mobilização contra o aumento da passagem de ônibus durante o ano de 2013.

Antes, porém, é mister conhecer como se estabelece a teoria que embasa a metodologia e o recorte do objeto empírico deste trabalho no campo científico da Comunicação. Também são necessários alguns esclarecimentos quanto aos procedimentos metodológicos adotados, a Análise Textual numa abordagem da Teoria Fundamentada (Strauss e Corbin, 2008).

A análise do objeto empírico se iniciou situando o grupo Frente de Luta Goiás, num percurso histórico desde sua criação até as manifestações de junho de 2013 por meio de fontes documentais. Depois, por meio da Análise Textual foram nomeadas categorias analíticas que emergiram da codificação dos dados de dados documentais, que agrupadas formaram as categorias centrais. Um novo olhar, igualmente foi trazido por meio de referências de publicações de analistas em *blogs* e *sites* que tentaram analisar o fenômeno de 2013 e que neste trabalho corroboraram situações e elementos observados na atuação da Frente de Luta Goiás no mesmo período.

#### **4.1 A Pesquisa Científica da Comunicação na Internet**

O campo da pesquisa científica em Comunicação, já consolidado enquanto ciência, tem em autores como Braga (2001), Martino (2001) e Muniz Sodré (2001) alguns expoentes brasileiros que teorizam para identificar o campo comunicacional e seu objeto de estudo. Sodré (2001) defende que “a Comunicação tem como objeto a vinculação entre o eu e o outro, seja considerado do ponto de vista do indivíduo, seja do coletivo...”.

[...] a especificidade da vinculação social que, em sentido lato, é o objeto de uma ciência da comunicação. Em sentido estrito, a evidência de que as práticas sócio-culturais ditas comunicacionais ou midiáticas vêm se instituindo como um campo de ação social correspondente a uma nova forma de vida, que propomos chamar de *bios* midiático. (SODRÉ, 2001, p.111).

Sodré (2001, p.112) ainda afirma que o campo do *bios* midiático deve ter autonomia e ser desvinculado da chamada interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade, próprias das primeiras pesquisas em comunicação que apareciam “como sub-tema das disciplinas do pensamento social sistematizado no século dezenove – sociologia, psicologia, antropologia”. Compartilha da mesma opinião Luis Martino (2001, p.73) ao reafirmar a autonomia da área de Comunicação. Martino acredita que a partir do momento em que a comunicação passou a ser mediatizada por veículos, “[...] a partir de certas condições sócio-históricas que denominamos modernidade, um valor e um sentido histórico, o qual podemos considerar como único ou original, se comparado a outros tipos de organização social (sociedades tradicionais, comunidade primitiva)”.

Desta forma, ao invés de reivindicar todo e qualquer processo comunicacional, (uma determinada disciplina se ocupasse apenas do que há de original e decisivo nos processos comunicacionais à luz das transformações trazidas pela modernidade) e de certa forma, um tanto irrefletida, é o que já fazem a franca maioria dos estudos em comunicação, que raramente discorrem sobre processos comunicacionais que não os do século XX. (MARTINO, 2001, p73).

De acordo com Braga (2001, p. 15) o objeto de estudo do campo comunicacional oscila entre os estudos de “toda e qualquer conversação do espaço social... de trocas simbólicas e de práticas interativas nas diversas instâncias e situações da vida social” e uma visão de que o objeto passa a se constituir quando esta conversação se desnaturaliza, “enfocando apenas o que ocorre nos meios de comunicação social (MCS ou mídia)”.

Braga (2001, p.24) enfatiza, no entanto, que “os MCS são apenas o fenômeno empírico” de “uma percepção crescentemente complexa sobre o que sejam as interações comunicacionais na sociedade”. Além das três angulações para os estudos da comunicação propostos pela Compós<sup>44</sup> : “Estudos de Meios; Práticas de Comunicação; Interpretação de produtos e Recepção”, Braga (2001, p.31) acrescenta a Sociabilidade/Subjetividade e Comunicação.

<sup>44</sup> A Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, congregando como associados os Programas de Pós-Graduação em Comunicação em nível de Mestrado e/ou Doutorado de instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil.

Trata-se, portanto, dos estudos que enfocam respectivamente o sistema e suas estruturações; a produção; o produto; e os usos feitos dos produtos na recepção. A estas quatro subáreas é possível acrescentar uma quinta, em que o enfoque não se volta diretamente para a mídia, mas para aquilo que, na sociedade e no indivíduo, interage com os processos comunicacionais amplos. (BRAGA, 2001, p.31).

Atravessado por tantos outros saberes, o estudo da Comunicação tem avançado no sentido de se estabelecer como campo autônomo e para isso, as análises desta área têm a tendência a se concentrarem nos processos comunicacionais a partir de quando precisaram da mediação de aparatos técnicos ou de mediação (Sodré, Martino e Braga, 2001). Neste ponto é a internet, e todos os demais sistemas que dela advém – celulares, *tablets* e outros dispositivos móveis de comunicação, assim como outros meios considerados tradicionais tais como, a televisão, o rádio e a imprensa escrita - um dos possíveis ambientes onde tal comunicação se processa. Estabelecido o campo de estudos comunicacionais como autônomo, mas que perpassa por conhecimentos já adquiridos de outras áreas, em especial, da Linguística, da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia, e definido o objeto de estudo como relacionado à existência dos meios de comunicação ou mídias, pretende-se mostrar, a partir de então, a orientação teórico-metodológica que norteou a pesquisa empírica e a análise dos dados neste trabalho.

Uma das metodologias que vem se destacando no estudo acadêmico da comunicação na e pela internet é a Grounded Theory = Teoria Fundamentada (TF). Tida como um multimétodos, a TF vem adquirindo importância crescente como método de pesquisa na área de comunicação on-line (Fragoso, Recuero e Amaral, 2012). Isso por ser uma proposta flexível, fluida e dinâmica como é a própria ambiência da internet na denominada “sociedade da informação” (Castells, 2002). Há que se ressaltar que Straus e Corbin (2008, p.25) declaram que a TF tanto pode ser utilizada visando identificar conceitos por meio de categorias que emergem dos dados, como para estender ou reafirmar uma teoria já existente. É o que se pretende nesta pesquisa, conforme será tratado mais adiante, visto que uma revisão bibliográfica inicial foi elaborada a partir dos conceitos que emergiram dos dados da pesquisa exploratória realizada a partir de junho de 2013, tais como: Comunicação Horizontal, Esfera Pública, Mobilização Social, interseção que gera o ideal democrático.

A internet enquanto ambiência para a pesquisa acadêmica é considerada uma nova área de estudo. Por isso teorizações existentes ainda não contemplam toda a riqueza de informações e processos que ocorrem nessa ambiência. Assim a Teoria Fundamentada revela-se como uma metodologia possível para o pesquisador que percebe fenômenos de interação e

comunicação ocorrendo na web, mas ainda não encontra suficiente material bibliográfico que reflita tal evento, visto que na TF a teoria emerge dos dados. Igualmente, devido à dinâmica e à fluidez do ambiente web há possibilidade de mudanças nos processos e até mesmo no objeto de estudo durante o período de recorte metodológico da pesquisa científica. Neste sentido a TF contribui com seu caráter flexível para as adaptações que o pesquisador necessitar fazer em função de mudanças ocorridas durante os procedimentos teórico-metodológicos, fato comum nas pesquisas em áreas dinâmicas e complexas como a das Ciências Sociais e mais especificamente, a da Comunicação.

#### **4.2 A Teoria Fundamentada como Metodologia para Pesquisar a Comunicação na e da Internet**

A Teoria Fundamentada tem como pressuposto central o surgimento das “[...] teorias a partir da pesquisa baseada em dados, em vez da dedução de hipóteses analisáveis a partir de teorias existentes” (Charmaz, 2009). Foi criada pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss e publicada em 1967 no livro “The Discovery of Grounded Theory”. Os dois autores, após um tempo, seguiram por caminhos diferentes, mas Strauss encontrou em Juliet Corbin a parceria ideal para aprofundar o desenvolvimento desta metodologia. A aluna de Strauss, Kathy Charmaz, seguiu os passos do mestre ampliando os procedimentos metodológicos bem como sua operacionalização. Enquanto metodologia, sua “perspectiva pressupõe que a interação é inerentemente dinâmica e interpretativa e trata de como as pessoas criam, representam e modificam os significados e as ações”. A Teoria Fundamentada adota pressupostos do “interacionismo simbólico, uma perspectiva teórica que compreende que a sociedade, a realidade e o indivíduo são construídos por meio da interação e assim, conta com a linguagem e a comunicação” (Charmaz, 2009, p.21). Isso faz com que os procedimentos metodológicos da TF sejam adotados prontamente nos estudos de processos comunicacionais, com mais especificidade naqueles cujos objetos sejam ou estejam na nova ambiência comunicacional, a internet. Afirma Frago, Recuero e Amaral que:

Apesar de não ser um método simples, é interessante para quem deseja pesquisar o ciberespaço, pois propõe a atuação da análise em conjunto com o processo de coleta de dados, de forma a permitir que a teoria emersa do empírico. Assim é particularmente interessante aos dados obtidos em um campo onde ainda há uma profusão de dados para coleta e ainda um pequeno

corpo teórico, como é o caso dos fenômenos do ciberespaço. (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2012, p.87).

Um dos problemas apontados por pesquisadores acadêmicos para o estudo científico da e na internet refere-se à característica dinâmica deste ambiente enquanto meio de comunicação da contemporaneidade. Para Fragoso, Recuero e Amaral (2012, p.17) um dos maiores desafios para a academia, no que se refere aos estudos da internet é delimitar ou recortar o objeto de estudo. As autoras explicam que:

A internet pode ser tanto objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, instrumento de pesquisa (por exemplo, ferramenta para coleta de dados sobre um dado tema ou assunto) [...] o desafio da pesquisa empírica na internet, sobre a internet e com a internet (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2012, p.17).

Apesar de conter um vasto material que favorece a coleta de dados em uma pesquisa, a rede mundial de computadores (web) também pode ser um terreno árido para a descoberta de conceitos, processos e ações sociais ainda não discutidos no meio acadêmico, fazendo com que o pesquisador encontre dificuldade para realizar o embasamento teórico necessário para seu estudo. Portanto, a adoção da Teoria Fundamentada surge como uma possibilidade viável para a pesquisa acadêmica sobre a internet, na internet ou pela internet (Fragoso, Recuero e Amaral, 2012, p.17), pois dela os conceitos emergem dos dados, do empirismo, possibilitando inclusive, surgimento de novas teorias e conceituações.

[...] o pesquisador começa com uma área de estudo e permite que a teoria surja a partir dos dados. A teoria derivada dos dados tende a se parecer mais com a “realidade” do que a teoria derivada da reunião de uma série de conceitos baseados em experiência ou somente por meio da especulação - como alguém acha que as coisas devem funcionar. (STRAUS e CORBIN, 2008, p.25).

Entre os procedimentos metodológicos adotados por Strauss e Corbin (2008) estão: a definição do problema da pesquisa; a coleta de dados empíricos e/ou documentais; a codificação; a análise textual; a teorização; a revisão bibliográfica e a redação do manuscrito.

Um pesquisador deve entrar no campo com uma noção geral sobre o que quer estudar [...] Uma boa maneira de começar é fazer algumas entrevistas e observações iniciais. Se o pesquisador estiver ouvindo cuidadosamente ou observando o discurso e as ações dos respondentes, então a análise deve levá-lo a descobrir questões importantes ou problemáticas na vida dos informantes. (STRAUSS e CORBIN, 2008, p.50).

No presente trabalho, a pesquisa exploratória com a coleta de dados foi realizada em jornais impressos e *on-line* e no perfil do Facebook da entidade responsável pelas manifestações de junho na cidade de Goiânia – a Frente de Luta Goiás contra o Aumento da Passagem de Ônibus. Também foram selecionados artigos de intelectuais brasileiros, cientistas políticos, sociólogos, historiadores, comunicólogos que realizaram análises durante e após os protestos. Desta forma o objeto de estudo desta pesquisa – a Comunicação Pública Cidadã enquanto interseção da Comunicação Horizontal na ambiência da Esfera Pública que se concretiza nas Mobilizações Sociais – surgiu a partir dos primeiros dados levantados e das primeiras análises textuais deste material. Segundo a Teoria Fundamentada, definido o problema a ser estudado, parte-se para a coleta de dados, a fase empírica da pesquisa de campo. Esta fase ocorre simultânea à fase de análise dos dados.

A análise começa com a primeira entrevista e observação, que conduz à próxima entrevista ou observação, seguida por mais análise, mais entrevistas ou trabalho de campo, e assim por diante. É a análise que conduz a coleta de dados. Por conseguinte, há uma interação constante entre o pesquisador e o ato de pesquisa (STRAUSS e CORBIN, 2008, p 53).

A TF é reconhecida como uma metodologia que envolve “multimétodos ou triangulação” (Strauss e Corbin, 2008, p.55) ou seja, ela oferece possibilidades de variados procedimentos metodológicos de coleta e análise de dados que melhor se adaptem ao pesquisador e ao objeto de estudo, o que permite “obter pontos de vista múltiplos sobre um fato”. Fragoso observa que:

Os métodos de coleta de dados utilizados nessa abordagem podem ser variados, provenientes de entrevistas, observações do campo e de fontes documentais. Apesar disso, a TF baseia-se em análise de textos e, portanto, considera relevante que as observações sejam transcritas, bem como as entrevistas e estudos de fontes [...] pode acontecer através de outros métodos, como a etnografia (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012, p.92).

Em suma, as autoras reafirmam que a TF é uma metodologia flexível, de multimétodos e de descobertas, aproximando cada vez mais, com a possibilidade de realização de estudos de comunicação, especialmente na internet. O processo de análise dos dados coletados é realizado em três etapas: Codificação Aberta, Codificação Axial ou Focal e Codificação Seletiva. Em todos os momentos dessas análises ocorre comparação, importante técnica de operacionalização para a descoberta das categorias. Nesta fase de análise do material a atenção é focada na “identificação, descrição e categorização do fenômeno”, ensina Fragoso, Recuero e Amaral (2012, p.96). Para Charmaz (2009, p.72) “a codificação inicial

requer uma leitura atenta dos dados...depois você utiliza a codificação focalizada para detectar e desenvolver as categoriais que mais se destacam”.

Fragoso, Recuero e Amaral (2012, p.96) lembram que as categorias “genéricas” já classificadas, relacionadas e comparadas “vão constituir-se na base para a emergência da teoria” a qual surge da codificação Axial. A última fase da codificação, a Codificação Seletiva consiste no “processo de integrar e de refinar categorias” (Straus e Corbin, 2008, p. 143) até que tomem a forma de uma categoria central que gerará uma teoria fundamentada na pesquisa. Os autores descrevem alguns critérios para que o pesquisador escolha a categoria central:

[...] todas as outras categorias importantes podem ser relacionadas a ela; deve aparecer frequentemente nos dados. Isso significa que em todos os casos, ou quase todos, há indicadores apontando para este conceito; a explicação que resulta da relação das categorias é lógica e consistente [...] o conceito consegue explicar variações e também o ponto principal dos dados. (STRAUSS e CORBIN, 2008, p.146).

Na pesquisa exploratória deste estudo, a primeira categoria central emergiu das pesquisas preliminares e se refere ao processo interativo em plataformas de redes sociais on-line com vistas à participação de milhões de internautas no Outono Brasileiro, a possibilidade de existência da “Comunicação Horizontal”, conceito trabalhado no primeiro capítulo da revisão teórica. Há que se estar aberto e flexível para cientificamente acolher a teorização e os conceitos que emergirem dos dados analisados no objeto de estudo, tais como sugerem os criadores do método da Teoria Fundamentada, Anselm Straus e Juliet Corbin. Não cabe ao pesquisador determinar a priori as teorias, conceitos e categorias a serem observadas. Deve o pesquisador ter em mente que a confiabilidade de sua análise dependerá da fidelidade com que trata os dados coletados e na flexibilidade em admitir que a realidade altamente complexa e dinâmica pode não corresponder ao que ele previa quando iniciou seu trabalho de pesquisa.

Tais preceitos foram cuidadosamente levados em conta durante o processo de coleta e codificação dos dados deste trabalho. Todos os achados estão relatados em um caderno de anotações, à semelhança das pesquisas de cunho etnográfico. Os dados que emergiram das análises foram comparados com bibliografia existente a fim de validar a veracidade dos mesmos e como tais conceitos e teorias vem sendo trabalhados academicamente nas áreas que tangenciam esta pesquisa: a Teoria da Comunicação e a Teoria dos Movimentos Sociais, ambas pertencentes à grande área das Ciências Sociais. Estas teorias e conceituações foram detalhadas na revisão teórica, nos capítulos 1, 2 e 3.

Após a codificação dos dados a fim de se confirmar ou não os pressupostos basilares – Comunicação Horizontal, Esfera Pública e Mobilização Social – como pilares que sustentam a Comunicação Pública Cidadã, foi realizado um diálogo entre as interseções dos três binômios e os resultados apontados nas categorias analíticas e centrais.

### **4.3 O Grupo Frente de Luta Goiás – Rede Social Horizontal e Mobilização**

A fim de se verificar empiricamente a existência da Comunicação Pública Cidadã, que se estabelece a partir da interseção da Comunicação Horizontal oportunizada na ambiência da Esfera Pública e que se concretiza com as Mobilizações Sociais, optou-se por estudar o grupo “Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus”. Isso se justifica pelo fato de o grupo ter sido o responsável pela articulação das principais manifestações que ocorreram na cidade de Goiânia (Mergulhão, 2013) durante o ano de 2013, e guarda semelhanças com os grupos que igualmente articularam protestos em todo o país no chamado Outono Brasileiro.

O *corpus* da análise foi composto de cinco artigos e o editorial publicados na revista eletrônica Enfrentamento - edição especial de julho de 2013<sup>45</sup>, com 59 páginas. A revista foi editada pelo grupo denominado Movimento Autogestionário (Movaut), que é um dos muitos integrantes que compõe a Frente de Luta Goiás; uma entrevista de quatro páginas, tamanho tablóide, veiculada no semanário Jornal Opção (30/06 a 06/07 de 2013) do representante da Frente, Tales dos Santos Pinto (2013, p.18-19), pertencente ao Coletivo Tarifa Zero (naquele momento ocupava a função de interlocutor na comissão de imprensa da Frente de Luta); e a transcrição de um debate realizado dia 29/07/2013, pelo Núcleo Interdisciplinar e Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos NDH/UFG com um dos coordenadores da Frente, Tiago Madureira, que se denomina independente e anarquista<sup>46</sup>, e que foi publicado na plataforma Youtube, no canal “Marcos Aleotti – Vídeo Ação”<sup>47</sup>.

Conforme relatório para o Comitê de Ética sobre as entrevistas e os contatos com os sujeitos do grupo analisado (Anexo 4), *a priori* houve dificuldade em se identificar a liderança - um líder ou uma pessoa que respondesse pelo movimento, visto que esta é uma estratégia de organização. Alegam que não tendo a figura de uma liderança centrada em um indivíduo, há uma distribuição de atribuições e dificulta-se, inclusive, a repressão dos órgãos estatais e coercitivos visto que todos os coordenadores assumem tal papel (Pinto, 2013, p.20; Mateus,

<sup>45</sup> <http://www.enfrentamento.net/Enf%20esp.pdf>, acesso em 20/08/2013 <http://msociais.blogspot.com.br/2013/.../revista-enfrentamento-especial-sobre-as.html>, acesso em 01/09/2013.

<sup>46</sup> Longo e Abreu (2014)

<sup>47</sup> Disponível em: [www.youtube.com.br/watch?v=P3MFoE13DXw](http://www.youtube.com.br/watch?v=P3MFoE13DXw), acesso em 28/01/2015.

2013, p.14). Diante desta característica, houve a identificação de alguns participantes da Frente por meio de pesquisa exploratória em fontes documentais em jornais locais que repercutiam o movimento e as manifestações, tais como os jornais O Popular, Diário da Manhã e Opção. Também o *blog* “Passa palavra”<sup>48</sup>, publicou durante o ano de 2013, uma série de notícias, entrevistas e informativos dos grupos que coordenavam as manifestações no país, dos quais, a Frente de Luta Goiás, foi um deles. Ainda pelos perfis do Facebook alguns membros da Frente foram localizados, mas não puderam ter seus nomes divulgados<sup>49</sup>. Estas pessoas se dispuseram a responder o formulário com questões abertas da entrevista em profundidade, que inclusive foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFG, mas não retornaram com as respostas, deixando dúvidas quanto ao interesse dos mesmos em participar da pesquisa. Há indícios de que o movimento ativista se encontra na fase de refluxo reativo devido aos momentos de repressão sofridos durante novos protestos no ano de 2014.<sup>50</sup> Daí esta pesquisa trabalhar com dados documentais oriundos de publicações impressas ou on-line que se encontram sob o domínio público<sup>51</sup>.

Outra dificuldade encontrada na fase de coleta de dados se refere ao fato de o Grupo Fechado do Facebook, criado em 15/04/2013, do qual a pesquisadora fazia parte como observadora, ter sido retirado desta rede social. Em seu lugar houve a criação de um perfil próprio (Anexo 3), com viés institucional, na mesma rede social a partir de 30 de junho de 2013. Isso fez com que postagens anteriores a esta data (Anexo 1) fossem retiradas e o acompanhamento das ações do grupo no Facebook e dos *posts* publicados em 2013 não pudessem mais serem acessados, incluindo as postagens do período do recorte do objeto de estudo, que vai de abril a julho de 2013. Por outro lado, o Frente de Luta continuou com suas ações, mesmo após o arrefecimento das manifestações no país. Em 2014, o grupo voltou a

<sup>48</sup> <http://passapalavra.info/2013/06/79985>

<sup>49</sup> Destaca-se que o grupo Frente de Luta Goiás voltou a organizar protestos em Goiânia contra os jogos da Copa do Mundo em 2014, o que teve por consequência a prisão de três estudantes da UFG no dia 23/05/14. A fim de pressionar a Justiça de Goiás para conceder habeas corpus a eles, foi feito Abaixo – assinado por meio do Blog Passa Palavra, que foi assinado por 62 entidades, entre eles, grupos de pesquisa universitários, movimentos sociais contra racismo, feministas, ambientalistas. Fonte: Disponível em: [www.aredacao.com.br/44186/apos-queima-de-onibus-em-manifestacoes-3-estudantes](http://www.aredacao.com.br/44186/apos-queima-de-onibus-em-manifestacoes-3-estudantes), acesso em 05/06/2014

<sup>50</sup> É relatada na literatura da Teoria dos Movimentos Sociais a existência de momentos de fluxos e refluxos. O refluxo é uma fase de retração, encolhimento, falta de ações coletivas, protestos, greves, levantes e outros atos. Historicamente podem ser motivados por razões - ideológicas (Gohn, 2003; Maricato, 2014) quando a liderança dos movimentos se subordinam ao Estado na forma de obtenção de cargos em Conselhos e secretarias de governos, geralmente de esquerda; também há momentos que alguns teóricos chamam de imersão (Melucci, 2001) quando aparentemente os movimentos estão em silêncio, mas é uma fase de institucionalização e planejamento de futuras ações que se assentam sobre bases construídas nos momentos de imersão. E por fim, o refluxo por repressão do aparato Estatal que usa de violência policial para coibir as manifestações coletivas (Karls-Dieter Opp e Wolfgang Roehl apud Arbache, 2014, p.2), como a que ocorreu em maio de 2014 contra quatro estudantes goianienses, dos quais três foram presos.

<sup>51</sup> Relatório da Pesquisa detalhado encontra-se no final deste trabalho, no Anexo 4.

realizar protestos e de forma mais radicalizada, o que resultou em indiciamento de quatro integrantes da Frente e prisão de três destes, no dia 23/05/14 além da criminalização do movimento. Isso ocasionou uma série de manifestos de apoio aos estudantes de cerca de 60 entidades e grupos ligados às Universidades: Federal e Estadual de Goiás, com repercussão em todo o país<sup>52</sup>.

A revista eletrônica *Enfrentamento* editada pelo Movimento Autogestionário (Movaut), um dos grupos que compõem a Frente, não reflete a opinião dos demais membros. Porém, a falta de material publicado sobre este grupo e as dificuldades já apontadas justificam a utilização de dados da citada revista. Em vista disto, durante a fase interpretativa da Análise Textual optou-se pela utilização desses dados de forma descritiva, não se atendo ao conteúdo ideológico da mesma que se auto define como marxista ortodoxa (Editorial, 2013, p.3). Vários coletivos que compõem a Frente possuem diferentes posições ideológicas, que vão desde o marxismo ortodoxo até o anarquismo, passando por vários tipos de socialismo (utópico e real) etc. Porém, o que os levou a se unirem, se organizarem e atuarem na arena pública foi uma pauta comum - a redução da passagem dos ônibus coletivos naquele momento.

Os textos que compuseram o *corpus* da pesquisa foram codificados segundo os critérios estabelecidos por Straus e Corbin (2008), com atualização de Charmaz (2009). A primeira codificação decompôs o texto em pequenas unidades dos quais se fez uma breve descrição (Apêndices 1, 2 e 3). Após essa codificação foi feita uma segunda, que se caracterizou por uniras descrições similares sob uma categoria que as definia. Esta categorização, conhecida de Codificação Axial identificou 12 categorias de análise (Quadro 2). Por fim, a última codificação, a Seletiva, agrupou as 12 categorias de análise sob três categorias centrais: Comunicação Horizontal; Esfera Pública; Mobilização Social (Quadro 3), que se constituem nos três pilares que sustentam a Comunicação Pública Cidadã (Figura 1).

O grupo Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus, criado em abril de 2013, é um coletivo de diversos movimentos sociais, centros acadêmicos, grêmios e diretórios centrais estudantis, além de grupos de pesquisas de universidades. O grupo foi formado por universitários e secundaristas e receberam apoio de professores, pesquisadores de universidades e indivíduos independentes. Entre seus componentes estão alguns ativistas que participaram de outros movimentos tais como o Coletivo Tarifa Zero, parceiro do Movimento Passe Livre (MPL) nacional que foi criado em 2005 durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. O coletivo Tarifa Zero mantém contato com este movimento, mas

---

<sup>52</sup> Fonte: [www.aredacao.com.br/noticias/44186/apos-queima-de-onibus-em-manifestacoes-3-estudantes](http://www.aredacao.com.br/noticias/44186/apos-queima-de-onibus-em-manifestacoes-3-estudantes)

tem autonomia de organização e atuação. Por sua vez o MPL se integra à Ação Global dos Povos, criada em Genebra em 1998 cujo objetivo é combater a globalização (Mergulhão, 2013, p.23). Além desses, outras entidades fazem parte, tais como o Diretório Central dos Estudantes (DCE), Centros acadêmicos da UFG, grupo de pesquisa da UFG Proluta, Movimento Autogestionário (Movaut), Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), Movimento Classista dos Trabalhadores da Educação (Moclade), líderes religiosos e anarquistas, autonomistas e pessoas independentes (Pinto, 2013, p.19). Conta ainda com o apoio dos movimentos: negro, feminista e de gays, lésbicas, travestis e transgêneros. Tem uma pauta específica: a redução da tarifa do transporte coletivo e definem o movimento como apartidário, mas não contrários aos partidos políticos, visto que alguns de seus membros são filiados ao PSTU, PT, PCB, PCdoB e PSOL (Mateus, 2013, p.9). Cada entidade, cada grupo tem autonomia e os membros da Frente podem ter uma vivência política, com posições políticas e ideológicas que são debatidas abertamente (Pinto, 2013, p.19). Assim, se definiram como de esquerda, já que “dificilmente pessoas de direita estariam atuando em uma frente de luta popular para conseguir tarifa zero” (Pinto, 2013, p.19).

A Frente é composta de aproximadamente 40 pessoas possui uma forma de organização “sem estrutura hierárquica” o que a difere dos conhecidos movimentos sociais e ong’s. O grupo tem coordenadores, mas não um líder. Esta é uma forma de se garantir a divulgação de todas as informações dos participantes e de posse dessas informações as pessoas têm o poder maior de decisão, o que permite uma forma mais democrática de gestão à Frente de Luta Goiás (Pinto, 2013, p.18; Mergulhão, 2013, pág. 23). Há porém organização e uma relativa formalização das propostas, conforme documento aprovado em assembleia pelos membros da Frente e que pode ser acessado na revista *Enfrentamento*:

A Frente contou no seu bojo de uma série de princípios, dentre os quais podemos destacar: a) autonomia política, organizativa e econômica; b) apartidarismo; c) combatividade; d) autogestão interna; e) livre associação; f) ação direta; g) horizontalidade interna; h) decisões coletivas baseadas em assembleias gerais; i) revogabilidade e temporalidade a qualquer momento das comissões; j) solidariedade entre membros. (MATEUS, 2013, p.14).

A Frente de Luta Goiás iniciou as reuniões, aproximadamente dois meses antes dos primeiros protestos e realizou seu primeiro ato coletivo em Goiânia no dia 8 de maio de 2013 com objetivo de “barrar o aumento que seria anunciado nos próximos dias” (Mateus, 2013, p.9).

De forma semelhante aos protestos na cidade de São Paulo sob a liderança do Movimento Passe Livre – MPL e foi o responsável pela articulação das manifestações naquela cidade em 2013, em Goiânia lutas anteriores estavam sendo travadas até então pelo Coletivo Tarifa Zero. A greve dos motoristas do transporte coletivo em Goiânia, no dia 1º de maio potencializou a revolta da população e dos estudantes que compareceram à manifestação, saindo da Praça Cívica à Praça Bandeirantes, interrompendo o trânsito por mais de três horas, queimando pneus e pautando os noticiários locais (idem).

O segundo ato do grupo ocorreu dia 16/05/2013 e foi reprimido pela Tropa de choque da Polícia Militar, sendo condenada pela opinião pública, redundando em mais visibilidade ao grupo. O terceiro protesto ocorreu no dia 21 de maio de 2013 e saiu da Praça Universitária até a sede do Palácio do Governo. Ali, representantes da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC) e das prefeituras que fazem parte da região metropolitana, estavam reunidos discutindo o reajuste da passagem que foi majorado de R\$ 2,70 para R\$ 3,00.

Com isso, a Frente organizou a quarta manifestação dia 28/05/2013. Neste dia, a repressão da PM foi intensificada, com uso de “bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, balas de borracha e até mesmo, uso de armas de fogo letal [...] duas dezenas de manifestantes foram presos e dentre eles, alguns menores”. Alguns ônibus foram incendiados pelos manifestantes (Mateus, 2013, p.11).

No quinto ato, que ocorreu dia 06/06/2013, os estudantes saíram da Avenida Tocantins foram até a sede do Setransp e depois, à CMTC. Resulta das observações que este ato teve um caráter lúdico, quando um grupo teatral encenou uma peça satirizando a violência policial. A Frente foi seguida à distância pela Polícia Militar do centro da capital até as dependências do Instituto Federal de Goiás. Após uma assembléia geral os manifestantes foram se dispersando, “despistando a PM, salvaguardando a proteção de seus manifestantes” (Mateus, 2013, p.11).

Nos dias 18 e 19 de junho, ocorreram manifestações que chamaram de “espontâneas”, pois não tiveram a coordenação do grupo Frente de Luta Goiás. Três ônibus foram depredados no dia 18 no Terminal Padre Pelágio e um incendiado no dia seguinte no setor Itatiaia. Estes atos espontâneos, disseram os coordenadores do grupo, “nada mais são do que uma resposta à altura da constância de violências que sofrem cotidianamente os usuários do transporte coletivo!” (Mateus, 2013, p.13).

O dia 20 de junho foi um dia emblemático para a história da democracia no Brasil. Um ato nacional possibilitou a presença de mais de 1 milhão e meio de manifestantes nas ruas de centenas de cidades em todos os estados do país. Em Goiânia o grupo Frente de Luta Goiás obteve a confirmação de mais de 62 mil internautas no dia 19/06/2013 (Anexo 2) e

possivelmente foi o principal grupo de mobilização que conseguiu levar para as principais ruas do centro da cidade, cerca de 70 mil pessoas (Mateus, 2013, p.12). A multidão, munida de cartazes pedindo escolas, hospitais com o padrão Fifa, fim da corrupção, direito à livre expressão e outras reivindicações, percorreu importantes vias da cidade, tais como a Avenida Goiás, a Praça Cívica, a Avenida 85. Para a Frente de Luta Goiás este protesto teve tonalidade de cunho pacífico, desvirtuando as ações que até então haviam organizado. Relataram que houve “tom muito mais de festividade do que de manifestação popular” (Mateus, 2013, p.12). Porém, nem todos da Frente veem a participação de grupos heterogêneos e que empunhavam outras bandeiras de luta e reivindicações difusas de forma. Disseram que pregam a liberdade ao direito de acesso à cidade, e que os cidadãos goianienses têm o direito de apresentar suas reivindicações. Para a Frente de Luta Goiás o ato do dia 20/06/13 também significou a comemoração do “movimento” pela revogação no preço da passagem coletiva que voltou para R\$ 2,70. (Pinto, 2013, p.19).

O último protesto ocorreu no dia 27/06/2013. Um número reduzido de pessoas percorreu as ruas do setor Universitário até a sede do Ministério Público, onde conseguiu se reunir com promotores para pedir a não criminalização dos movimentos sociais, além da libertação dos presos nas manifestações anteriores. Estas foram as principais manifestações organizadas pelo grupo em 2013. O grupo permaneceu em imersão por algum tempo e voltou a postar mensagens no Facebook em 2014. Para fins do refinamento dos dados, conforme preconiza a Teoria Fundamentada (Charmaz, 2009), a pesquisadora voltou a campo recolhendo dados destas manifestações, porém com o intuito de verificar algumas hipóteses e compreender alguns elementos e processos que emergiram dos dados analisados durante a codificação. O recorte temporal da pesquisa, no entanto, continuou o mesmo, 8/5/13 a 27/6/13 e as citações efetuadas sobre o ano de 2014 tiveram como objetivo compreender as mobilizações de 2013, o que na Teoria Fundamentada se denomina de refinamento dos dados.

#### **4.4 As Ações Coletivas da Frente de Luta Goiás em 2013**

Após esta breve descrição das ações e atos coletivos do grupo Frente de Luta Goiás, pretende-se demonstrar os procedimentos metodológicos orientadores da codificação dos dados do *corpus* da análise: 1- uma entrevista no jornal Opção do representante da comissão de imprensa da Frente de Luta Goiás, Tales Pinto, coordenador do Coletivo Tarifa Zero (um dos grupos que compõe a Frente); 2- seis artigos da revista Enfrentamento, que descreveu e analisou as manifestações que ocorreram em Goiânia em 2013 e que traz a posição do

Movimento Autogestionário (outro integrante do grupo Frente de Luta); 3- a transcrição de um debate realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH) da UFG, que ocorreu em julho de 2013, com um dos coordenadores do grupo, Tiago Madureira, que se denomina independente.

As categorias de análise elencadas no capítulo 4, que foram criadas a partir da caracterização que Castells (2013) fez das ações coletivas, serão as mesmas utilizadas neste trabalho.

**Quadro 2 – Categorias de Análise nos MSR a partir de Castells (2013, p.159-166)**

<b>nº</b>	<b>Categoria de análise</b>
1	<i>Espaço híbrido</i>
2	<i>Espaço da autonomia</i>
3	<i>Localização 'glocal'</i>
4	<i>Forma atemporal</i>
5	<i>Estopim de indignação</i>
6	<i>Lógica Viral</i>
7	<i>Democracia por Deliberação</i>
8	<i>Rede Horizontal</i>
9	<i>Autorreflexividade</i>
10	<i>Caráter pacífico</i>
11	<i>Mudança de valores</i>
12	<i>Nova Política</i>

Já as categorias centrais foram detalhadas nos capítulos 1, 2 e 3 e constituem os fundamentos teóricos deste trabalho: Comunicação Horizontal, Esfera Pública e Mobilização Social. A tabela a seguir detalha a descrição efetuada por Castells (2013) para os Movimentos Sociais em Rede (MSR), as categorias de análise criadas a partir de tais caracterizações e o agrupamento delas para a constituição de três categorias centrais, conforme indicação da Análise Textual da Teoria Fundamentada:

**Quadro 3 – As categorizações para análise de Movimentos em Rede**

<b>Nº</b>	<b>Descrição das características (Castells, 2013)</b>	<b>Categoria de Análise</b>	<b>Categoria Central</b>
1	São conectados em rede de múltiplas formas on-line e off-line.	<i>Espaço híbrido</i>	<b>Esfera Pública</b>
2	Inicia-se nas redes de sites para depois ocupar o espaço urbano, geralmente prédios simbólicos.	<i>Espaço da autonomia</i>	<b>Esfera Pública</b>
3	São movimentos simultaneamente globais e locais.	<i>Localização 'glocal'</i>	<b>Esfera Pública</b>
4	São atemporais, agem no presente e projetam novas formas de vida “no futuro do processo de construção histórica”.	<i>Forma atemporal</i>	<b>Esfera Pública</b>
5	São movimentos virais, seguindo a lógica das redes da internet.	<i>Lógica Viral</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
6	A passagem da indignação à esperança se dá por deliberação no espaço da autonomia. São movimentos sem lideranças políticas ou instituídas.	<i>Democracia por Deliberação</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
7	Horizontalidade das redes, cooperação, solidariedade e falta de liderança formal.	<i>Rede Horizontal</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
8	São desencadeados por uma centelha de indignação ou um evento específico com impacto e que gera emoções.	<i>Estopim de indignação</i>	<b>Mobilização Social</b>
9	São profundamente autorreflexivos.	<i>Autorreflexividade</i>	<b>Mobilização Social</b>
10	Não são violentos já que é fundamental sustentarem sua legitimidade por seu caráter pacífico.	<i>Caráter pacífico</i>	<b>Mobilização Social</b>
11	Não são programáticos, tem muitas demandas levantadas voltadas para a mudança dos valores da sociedade e não para a tomada do poder.	<i>Mudança de valores</i>	<b>Mobilização Social</b>
12	São muito políticos no sentido fundamental, pois propõem e praticam a democracia deliberativa direta.	<i>Nova Política</i>	<b>Mobilização Social</b>

Durante a codificação inicial, o detalhamento das unidades buscou a verossimilhança com o texto do artigo. Já na segunda fase, foram utilizadas as categorias de análise criadas a partir do texto de Castells (coluna central da tabela) nas quais foram agrupadas as unidades.

Tais categorias foram as mesmas utilizadas para descrever a atuação do movimento Frente de Luta Goiás durante o Outono Brasileiro. Este esforço comparativo buscou identificar características nesta mobilização social com as descritas por Castells (2013) para a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, as Indignadas de Madri, citando alguns exemplos. Na fase final, para se agrupar as 12 categorias de análise em três categorias centrais foram utilizadas as discussões teóricas sobre Esfera Pública, Mobilização Social e Comunicação Horizontal empreendidas nos três primeiros capítulos.

Ressalte-se que outras categorias de análise emergiram dos dados após a Análise Textual, conforme descreveram Strauss e Corbin (2008). Estas também foram classificadas de acordo com as três categorias centrais. Com isso, as tabelas da decodificação dos dados do *corpus* da análise tiveram outras descrições na primeira coluna, mantendo, no entanto, a nomenclatura dada às categorias de análise e às categorias centrais, pois que estas foram igualmente aplicáveis (Anexos 4, 5 e 6). Destaca-se que quase todas as categorias de análise, nomeadas a partir das características que Castells (2013) viu nos MSR, semelhantemente foram observadas nas ações coletivas do grupo Frente de Luta Goiás. Também as três categorias centrais aplicaram-se ao grupo Frente de Luta Goiás, e serviram como indicadores de que nesse grupo ocorreram processos comunicacionais próprios da Comunicação Pública Cidadã durante as ações de 2013. Vejamos detalhamento desta análise:

***Comunicação Horizontal*** – esta categoria surgiu na pesquisa exploratória durante as primeiras análises de materiais de intelectuais e jornalistas, que ainda no calor das manifestações do Outono Brasileiro tentavam explicar o fenômeno de 2013. Afirmava-se, na ocasião, ter se iniciado nas redes sociais on-line e depois alcançado as ruas. A forma organizativa baseada na horizontalidade, conceito que emergiu dos dados, surgiu a partir da análise textual sobre a Frente de Luta Goiás. Dentro desta categoria central observou-se três categorias analíticas: *rede horizontal*, *democracia por deliberação e lógica viral*. A Comunicação Horizontal se constitui por elementos presentes em gestões compartilhadas, próprias de organizações que surgem na sociedade informacional e complexa.

***Rede Horizontal*** - opera “abolindo a divisão social do trabalho entre dirigentes e dirigidos”, significando não existir hierarquia entre os integrantes da Frente (Pinto, 2013, p.18). Isto permite a “livre associação dos indivíduos tendo a liberdade de se desligar do coletivo assim que quiser entendendo que suas ações estão ligadas com as responsabilidades coletivas”. Estas ações diretas se pautam pelo “princípio pautado na horizontalidade” de forma que haja “horizontalidade interna entre os membros, não cabendo superioridade entre

nenhum de seus componentes”, permitindo a solidariedade entre membros. A descrição desse tipo de gestão na Frente é elencada como tendo “autonomia política, organizativa e econômica”, o que lhes assegura suas próprias maneiras de se gerir e autogerir as ações, não tendo financiamento público, empresarial, religioso ou de Ong’s. Também se destaca a “autogestão interna, ou seja, a autorrepresentatividade” que se faz na forma de decisões coletivas, tomadas em “assembleias geral como ato supremo de suas decisões, respeitando o direito de fala das posições minoritárias garantindo a igualdade” (Mateus, 2013, p.14). A rede horizontal descreve não somente a estrutura organizacional interna do movimento social, mas também uma “organização federativa”, uma forma que se articula com entidades que possuem lutas semelhantes, algumas com os mesmos princípios, nome, estatuto, como por exemplo a Frente de Luta Vitória, Teresina, Porto Alegre entre outras (Marques, 2013, p.15). Cada grupo ativista teve autonomia para executar a luta da forma que achava melhor. O “movimento” sobre melhorias no transporte público, passe livre, contra majorações de preços faz articulações com várias entidades: Movimento Passe Livre (MPL), Coletivo Tarifa Zero, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e União Nacional dos Estudantes (UNE) (Pinto, 2013, p.19). Enfim, tendo uma estrutura de gestão horizontalizada ocorrem processos comunicacionais de troca de informações e partilhamento de experiências:

Nosso movimento foi construído com uma estrutura organizativa muito dinâmica, sempre pautado na horizontalidade, na democracia interna e na participação efetiva das pessoas que compunham a movimentação, mas sempre, com uma dinamicidade muito grande, o que permitiu que o movimento se adaptasse às mudanças de conjuntura que se sucediam semana após semana, ato após ato, as coisas mudavam e essa dinâmica de organização da Frente conseguiu que a movimentação se ‘mantesse’, ganhasse força no decorrer do processo e terminasse, por assim dizer, essa jornada contra o aumento, vencendo, barrando o aumento; inclusive impondo o passe livre estudantil como uma pauta que teve de ser assumida aí pelos vários setores políticos e institucionais de Goiânia. (MADUREIRA, 2013, p.1)

***Democracia Deliberativa*** – Esta categoria pode ser definida como o viés participativo da Comunicação Horizontal, sendo considerada de suma importância nos coletivos sociais tais como a Frente de Luta Goiás, que prima pelo direito de seus integrantes terem voz e vez nas reuniões presenciais, por exemplo. Tal processo se vincula com “[...] a sociedade por intermédio da opinião pública e do processo de formação de uma vontade coletiva”, que se dão em processos de reflexão realizados por “movimentos sociais, associações, partidos, grupos sociais etc, construindo um modelo dialógico de intervenção pública” (Gohn, 2009, p.55).

Segundo Castells (2013, p. 160) trata-se da “[...] passagem da indignação à esperança se dá por deliberação no espaço da autonomia”. Esta deliberação pressupõe que o cidadão sinta o desejo de determinar seu destino e não mais ser representado seja por partidos políticos, seja por sindicatos e até mesmo, organizações não governamentais, ou até mesmo, do terceiro setor, ao que Vianna (2014, p.3) traduz como “uma recusa” da política representativa.

Ao longo desses anos essa geração cresceu vendo e se confrontando com uma situação em que os partidos e a classe política em geral se desmoralizavam a cada dia. Basta ver o noticiário dos jornais: corrupção disso, negociata daquilo. Tudo isso foi distanciando a população, especialmente os jovens, da vida institucional [...] Tomara que os processos desses dias sirvam como uma sinalização poderosa para que mudanças importantes na política brasileira comecem a ser encaminhadas. É um sinal de alerta (VIANNA, 2014, p.3).

Sob este novo modelo, a Frente de Luta GO se baseia em decisões coletivas tomadas em assembleias gerais. Alguns detalhes de como se processam tais reuniões, presenciais, podem ser conhecidos nas descrições analisadas: “Respeito ao direito de fala das posições minoritárias”; “Para ter direito a voto é só participar das discussões e assumir tarefas”; “ Desta forma conseguimos garantir a divulgação de todas as informações dos participantes e com todas as informações as pessoas têm o poder maior de decisão” (Pinto, 2013, p.18). (Mateus, 2013, p.14). Destacou-se nas observações sobre a Frente algumas ações visando à *democracia deliberativa*, tais como a intenção, não concretizada por intervenção da polícia, de realizar assembleias populares com a presença dos usuários, os cidadãos goianienses, nos terminais da Praça A e Praça da Bíblia, para conscientizá-los sobre:

[...] o transporte coletivo que a gente usa diariamente, uma pauta de necessidade básica das pessoas, especialmente dos trabalhadores, especialmente da população da periferia que para se locomover dentro de uma cidade igual Goiânia, uma metrópole não tem outro mecanismo que não seja este sistema de transporte, atualmente parasitado por essas empresas, escudados pelo Estado e pelas prefeituras da região metropolitana (MADUREIRA, 2013, p.9).

Estes princípios trazem à tona formas organizativas bastante peculiares e semelhantes às descritas por vários teóricos dos Novos Movimentos Sociais (Touraine, 1997; Melucci, 2001; Scherer-Warren, 2006; Gohn, 2009; Castells, 2013 e Peruzzo, 2013). Acreditam

Gusfield, Johnston e Laraña (1994, p.8, tradução nossa<sup>53</sup>) que os novos movimentos sociais têm a tendência a serem organizações difusas e descentralizadas, em contraste com a estrutura centralizada e burocrática dos partidos políticos tradicionais. Esta característica, para eles, é um elemento ‘autorreferencial’ e um diferencial em relação à hierarquia e centralização do movimento operário e posteriormente aos sindicatos.

Contra esse modelo baseado em estruturas verticais e centralizadas, movimentos como o Occupy e outros propõem formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças nem comando de partidos e comitês centrais. Esta foi também parte da “surpresa” das ruas: onde estão as bandeiras e os carros de som como megafones? Quem são os líderes? Quem manda?(ROLNIK, 2013, p.19).

Melucci (2001, p.95) observa nos coletivos de mobilizações sociais “uma estrutura segmentada, reticular, policéfala” em contraste com a “inadequação das formas tradicionais de representação política para colher de maneira eficaz as questões emergentes”, como ocorre com os partidos políticos. As mobilizações nas sociedades complexas operam em redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. “Trata-se de uma transformação profunda do modelo organizativo que se apresenta como uma estrutura qualificante e específica das formas emergentes do conflito” (Melucci, 2001, p. 97).

**Lógica Viral** – É o modo ágil e simples como se alastram determinados conteúdos nas redes on-line. Melucci (idem) explica ainda que em forma de pequenas redes, vivem submersos na sociedade, de “forma latente” e cada uma tem vida própria, é autônoma, mantendo-se ligada ao movimento por meio da troca de informações, ou seja, por canais comunicativos, que lhes permitem “emergirem” nos momentos de mobilização social e que são essenciais para reforçar a solidariedade do grupo e impedir a fragmentação e dispersão. A Frente de Luta é composta de unidades diversificadas e autônomas, que dedicam uma parte significativa dos seus recursos e tempo à solidariedade interna. Uma rede de comunicação e de intercâmbio mantém, todavia, essas células em contato entre elas. “Informações, indivíduos, modelos de comportamento circulam por muito tempo nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra” (Melucci, 2001, p.95), que remetem para o que Castells (2013, p. 162) denomina de lógica viral: “[...] a propagação das bandeiras levantadas pelos movimentos em rede digitais pode ser comparada ao que se conhece no Marketing como

---

<sup>53</sup> “En contraste con la estructura de cuadros y las centralizadas burocracias de los partidos de masas tradicionales, la organización de los nuevos movimientos sociales tiende a ser difusa y descentralizada. Esta característica ha sido designada como el elemento autorreferencial de los nuevos movimientos sociales”.

virais” por se propagarem como uma epidemia. A a lógica viral, que se utilizando de expedientes próprios das plataformas de relacionamento da internet consegue disseminar informações e mobilizar ações por contágio. Tais virais correm pela internet por meio de “memes”, recadinhos ilustrados em quadros que são compartilhados no Facebook ou “repostados” no Twitter. Na fase exploratória da pesquisa empírica, em vários perfis surgiram grupos que convocavam os demais seguidores para a manifestação de 2013. Supõe-se que cada grupo atingiu sua rede de amigos, que reverberou para seus seguidores e estes para outros grupos seguidores, assim por diante. Autores como Recuero (2012, p.210) explicam a lógica das postagens tidas como virais e como as redes facilitam sua propagação tais como uma epidemia, ou chamado “efeito cascata”. Seria o efeito das redes sociais *da internet* consequente da “ação individual dos atores e evidenciam o potencial informativo dessas redes, uma vez que o coletivo funciona como um meio capaz de difundir rapidamente e globalmente uma determinada informação” (Recuero, 2012, p.212). Já, Autoun (2013, p.72) descreve o processo de “*sharming*” ou enxameamento, quando as lideranças conseguem mobilizar manifestantes em um ajuntamento.

***Rede Submersa e Fluida*** – Esta é uma nova categoria de análise pertencente à categoria central *Comunicação Horizontal*, que emergiu dos dados empíricos e dos estudos da revisão teórica. Latência e visibilidade, para Melucci (2001, p.123), são duas condições permanentes e cambiáveis nos movimentos, sendo que nesta passagem, “alguns atores desaparecem, outros se formam, consolidam-se processos de institucionalização e de modernização, mas nascem também novos problemas e se revelam novos espaços de conflitos”. Resulta das análises que dois grupos, entre todos compõem a Frente de Luta – o Coletivo Tarifa Zero e o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR)<sup>54</sup> atuam há algum tempo mobilizando estudantes e trabalhadores para suas lutas e bandeiras, sendo a do passe livre uma das mais antigas. Tais grupos estavam submersos, mas não inativos ou em refluxo como previam alguns estudiosos da área relatados por Bringel (2015, p.7): “nas últimas duas décadas, muitos autores diagnosticaram de forma precipitada a cooptação, o refluxo, a desmobilização e inclusive, o fim dos movimentos sociais no Brasil”. Bringel (idem) destaca que os movimentos sociais tendem a ser ciclos pendulares, “vão e vem, alternando picos de maior e menor intensidade, momentos de visibilidade e invisibilidade. O fim das mobilizações de massa nas ruas não implica o fim de um cenário conflituoso”. Pelo contrário, nesses momentos podem surgir novas etapas e articulações, “novas convergências dentro de pólos críticos de esquerda, uma necessária autocrítica de muitos grupos sociais

<sup>54</sup> O coletivo Tarifa Zero atua desde 2005 (Pinto, 2013, p.20) e o MEPR desde 1995 (Longo e Abreu, 2014).

progressistas, uma tematização e maior especialização das reivindicações” (Bringel, 2015, p.7). Pode ter sido o que ocorreu com o Movimento Passe Livre, por exemplo, que em Goiânia é coordenado pelo Coletivo Tarifa Zero e equivale ao MPL de São Paulo (Pinto, 2013, p.19).

A Frente se apresentou de forma espontânea, com fronteiras indefinidas e fluidas, e “limitada aos objetivos específicos”. Diversos indivíduos puderam assumir gradativamente papéis de coordenador, desempenhando “determinadas funções” conforme previu Melucci (2001, p.96). Isso pressupõe um modelo organizativo peculiar e que não se adaptaria às formas de organização institucionalizadas nos parâmetros do funcionalismo. Na Frente de Luta Goiás observou-se tal processo de “antiliderança”, movimento “sem líderes” mas com “responsabilidades coletivas” (Mateus, 2013, p.14). Na fala de que “os coordenadores somos todos nós” infere-se a possibilidade de os integrantes da Frente, a depender das decisões tomadas em coletividade, ocuparem funções transitórias durante o processo de mobilização coletiva e protesto (Pinto, 2013, p.18). Notou-se, ainda, que a aparente disfuncionalidade, ligada à duplicação de funções e de papéis, revelou-se um meio que permitiu enfrentar eventuais descrenças, resistir à crise organizativa ou às repressões que golpeiam singulares parcelas do movimento (Melucci, 2001, p.96). Conforme Touraine:

A formação de movimentos, ao mesmo tempo fracos, porque dispersos, e muito fortes, porque decididos a autogerenciarem-se, a definirem por si mesmos seus fins e meios, sem que estejam subordinados a partidos ou a teóricos, deve criar novas formas de ação coletiva [...] Esses grupos de ação se organizam em moldes que se pretendem opostos aos dos partidos e que podem ser mais bem observados pela ausência, neles, de centralismo. À busca de soberania e de união sucede a busca de autonomia e iniciativa. Não seria, mais exatamente, uma deliberada e permanente vontade de inventar uma democracia de base? (TOURAINÉ, p.88, p.138).

As pesquisas mostram, porém, que fortes incentivos à solidariedade e à participação direta, como condição para a ação, asseguram aos indivíduos uma notável coesão que lhes permite manter-se, também, nas fases básicas do ciclo de mobilização coletiva. Este ‘modo de fazer’ dos atuais movimentos sociais, segundo Melucci (2001, p.98) tem como ponto forte o fato de permitir flexibilidade, maleabilidade e imediaticidade. Conseguem “mobilizar solidariedades primárias que nenhuma organização poderia estavelmente ter em conjunto” (idem). A solidariedade entre os integrantes da Frente de Luta Goiás foi observada pelo rodízio das funções, inclusive na liderança e na comissão de imprensa, geralmente os que alcançam visibilidade midiática e devido a isso podem tornar-se alvo de repressão e criminalização. Esta forma flexível que não se centraliza em uma pessoa mantém um nível de

segurança frente aos órgãos repressores do Estado e a “antiliderança além de ser um ato político e de concepção teórica é também um elemento de estratégia” uma vez que o Estado “necessita da criação de líderes para atuar com maior veemência” (Mateus, 2013, p.14). O grupo partiu para ação direta após tentarem, sem sucesso, dialogar com representantes da CDTC, inclusive entregando documentos reivindicatórios, medida que não surtiu efeito. Nas próximas manifestações o grupo relatou que a polícia passou “a agredir de forma brutal as pessoas que não tiveram outro mecanismo pra se defender a não ser confrontar minimamente para dar tempo para as pessoas correrem” (Madureira, 2013, p.10).

A questão da solidariedade é um componente necessário para que a rede horizontal se estabeleça, já que permite ajuda mútua entre os integrantes e solidifica o tecido que costura a rede social dos novos movimentos. Alguns integrantes da Frente de Luta Goiás apontaram, além da solidariedade, as decisões coletivas baseadas na livre manifestação de opiniões, inclusive de posições minoritárias na tomada de decisões. Outros sugeriram a participação popular nos conselhos gestores do transporte coletivo como possibilidade de se expandir direitos, praticando democracia e promovendo a cidadania dos indivíduos que participam da esfera pública na cidade de Goiânia.

***Esfera Pública*** – A partir do detalhamento das análises efetuadas nos documentos, o que se observou com relação a esta categoria central é que enquanto espaço público para o exercício da cidadania com vistas à participação da vida pública, houve a ocupação de um *espaço híbrido*, um *espaço de autonomia*, com especificidades próprias tais como: *localização ‘glocal’ e forma atemporal*.

***Espaço híbrido*** – Refere-se ao espaço *on-line* e *off-line* para as ações desse tipo de movimento social (Castells, 2013). Assim grupos ativistas se mobilizaram, por meio de encontros presenciais e utilizaram as plataformas de redes sociais da internet, *blogs*, *Twitter*, *Facebook* e *Youtube*, principalmente, para divulgar as ações e convocar os manifestantes (Castells, 2013; Peruzzo, 2013). Pichonetti e Martins (2013, p.24) reiteraram o caráter híbrido das mobilizações quando disseram: “[...] os brasileiros voltam às ruas em grandes manifestações convocadas pela internet”. Peruzzo (2013, p. 79) afirma que os processos de comunicação que ocorrem nas redes sociais servem “de arena de debate, de difusão, acesso e troca de informação [...] no que se refere ao ambiente interno no ciberespaço e no que diz respeito ao processo de mobilização que acaba por desembocar nas ruas”.

Assim como descreve Castells (2013) tais plataformas, além de facilitar, aceleram o processo de mobilização dos movimentos sociais a fim de reunir as pessoas em um mesmo local, na mesma esfera pública, aquela em que na presença do outro, compartilhando a mesma experiência, torna significativa a luta por novos valores na sociedade. “Apesar de se iniciarem nas redes de sites da internet, se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano, geralmente prédios simbólicos” (Castells, 2013, p.160).

Castells (2013, p. 159), ao defender o uso das redes tecnológicas on-line pelas organizações das ações coletivas, alerta que “o uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal”. Inclui redes sociais *on-line* e *off-line*. Alguns recursos que a internet dispõe foram utilizados pelos ativistas sociais de forma a manter suas redes de relacionamento em constante e imediato contato, mas não substituiu os encontros presenciais que a Frente de Luta GO realizou por diversas vezes antes de iniciar as manifestações, além da convivência durante a ocupação do espaço público nas manifestações de 2013. Ocorre que tal espaço ocupado por um *sujeito-cidadão* é um local do espaço urbano, simbólico ou estratégico para o movimento, geralmente as principais avenidas, uma praça onde está instalado um prédio da administração ou do governo daquela cidade. O espaço *on-line* da Frente foi observado no Grupo Fechado do Facebook, administrado por quatro coordenadores (Anexo 1). Já o espaço *off-line* se deu nas avenidas do centro de Goiânia em frente à sede do Governo de Goiás e em frente ao Paço Municipal no setor Park Lozandes, região sudoeste da capital, para citar os principais.

*Espaço da Autonomia* – na visão de Castells (2013) é um espaço ocupado pelas pautas do cidadão, no meio concreto, *off-line* mesmo que iniciado nas redes sociais do meio *on-line*. Em Goiânia tal espaço foi possibilitado na Praça Cívica, nas avenidas Anhanguera com Goiás na praça Cívica onde está instalado o governo estadual – que é o elemento de maior peso na gestão do transporte metropolitano (um *pool* de municípios, entre eles, a capital Goiânia e mais 10 cidades do entorno). Outros locais que podem ser tidos como tais espaços foram a Avenida Independência, Avenida 85 e os terminais da Praça da Bíblia e da Praça A onde ocorreram as manifestações. Os ativistas de Goiânia, na sua maioria estudantes universitários, fecharam importantes avenidas goianienenses, em horário de intenso tráfego, queimando pneus e chamando a atenção da opinião pública para o futuro aumento da passagem de ônibus. Para os articulistas da revista *Enfrentamento* o primeiro ato da Frente de Lutas ocorreu dia 8 de maio de 2013. Em vista da Frente ser um amplo leque de participantes a realização dos primeiros protestos em abril podem não ter sido acompanhados pelos

articulistas da citada publicação, que inclusive, é um grupo dissidente dentro do movimento. Além da Praça Cívica, no centro da cidade, outros espaços urbanos foram ocupados a Avenida Independência onde está situada a Câmara Deliberativa de Transporte Coletivos (CDTC), que operacionaliza o transporte na região metropolitana da grande Goiânia. Também a Avenida Universitária que dá acesso à sede do Ministério Público de Goiás, local onde os manifestantes marcharam pedindo a descriminalização dos movimentos sociais e a liberdade de manifestantes presos em protestos anteriores (Mateus, 2013; Pinto, 2013; Madureira, 2013).

**Localização glocal** – A localização da ação coletiva extrapola o âmbito local, ganhando adeptos e apoio em outros pontos geográficos, daí ser considerado como uma *localização 'glocal'*. É uma conexão multimodal com “redes dentro do movimento com outros movimentos do mundo todo com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral”(Castells, 2013, p.159). Quando explodiram as manifestações pelo Brasil a fora, em Goiânia, o grupo ativista já estava há mais de um mês nas ruas, sendo uma das capitais que iniciou os protestos, que aos poucos foram ganhando o país<sup>55</sup> (Madureira, 2013, p.14). E não somente no Brasil, mas as causas acabaram por obter apoio popular, devido às notícias veiculadas pela imprensa e redes sociais da internet que chegou ao exterior(Viana, 2013, p.28). Conforme observado na plataforma de rede social Facebook, após a repressão policial que ocorreu nos dias 13 e 14 de junho em São Paulo, houve repercussão fora do país. Dezenas de brasileiros que residem no exterior criaram ‘eventos’ sob o mote “Democracia não tem fronteiras” e promoveram ações coletivas em algumas cidades como: Londres, Dublin, Madri, Nova York e outras.

**Forma atemporal** – A esfera pública da qual se fala neste trabalho é deslocada igualmente no tempo, assim como é geograficamente. Os protestos são “atemporais, pois têm suas próprias formas de tempo, vivem experiências no presente e projetam novas formas de vida no futuro do processo de construção histórica” (Castells, 2013, p. 161). Tendo forma atemporal, ela reverbera reivindicações, pautas atuais, mas projetam outras para o futuro, para uma sociedade mais solidária e participativa, democrática. A Frente divulgou que não somente era contrária ao aumento da tarifa dos ônibus coletivos, mas também que reivindicava um novo sistema de transporte público, uma pauta futura. Neste novo sistema, o

---

<sup>55</sup> A manifestação do Outono Brasileiro teve início em três capitais, ainda no mês de abril (Florianópolis (17/04/13), Porto Alegre (20/04/13) e Goiânia (28/04/2013).

transporte deverá ser gratuito, não somente para os estudantes, mas para todo cidadão. Além disso, deve ter qualidade, mais capilaridade nos bairros, com horários e rotas discutidas junto aos moradores locais e participação popular na gestão, o que possibilita a abertura das planilhas de custos e lucros para avaliação dos usuários. A participação dos usuários implica em direito a voto na Câmara Deliberativa do Transporte Coletivo (CDTC) como uma forma de tornar o sistema mais transparente e democrático (Pinto, 2013, p.20; Madureira, 2013, p.7). Desta forma, a Frente conta com objetivos a serem alcançados a curto e em longo prazo, de forma atemporal. Suas ações coletivas e articulações refletiram essas bandeiras e reivindicações, indicam a análise textual.

***Mobilização Social*** – Esta é a terceira categoria central, binômio que retrata a sociedade complexa e informacional com suas *ágoras* ocupadas pelos cidadãos. Ela ocorre por meio de alguns elementos que guardam semelhança entre si, indicando o ‘modo de fazer’ dos atuais movimentos sociais. Tais elementos foram identificados por Castells (2013) e nomeadas como categorias analíticas nesta Análise Textual: *Estopim de indignação; Autorreflexividade, Caráter Pacífico*, geradores de *Mudança de Valores e Nova Política*.

***Estopim de indignação*** - apontado por Castells (2013) se refere àquele episódio que desperta a consciência e deixa o cidadão indignado a ponto de se unir a outros, igualmente indignados com determinada situação. Em Goiânia, a análise apontou que a repressão policial, com atos de violência contra os manifestantes do segundo protesto realizado no Terminal da Praça A, em Campinas (o bairro mais antigo da cidade) se comportou como um fermento na massa (Pinto, 2013, p.19)<sup>56</sup>. Este é um dos 13 terminais existentes na cidade e interliga ônibus do centro para as zonas leste e oeste da cidade<sup>57</sup>. Além deste terminal, a Frente de Luta Goiás também promoveu um ato coletivo no Terminal da Praça da Bíblia, no setor Universitário, tendo sido igualmente alvo de repressão policial. Esses episódios foram reverberados pela imprensa local nas mídias tradicionais, especialmente em programas jornalísticos das televisões, além de filmagens feitas pelos ativistas na rede Youtube, canal criado sob o nome Frente de Luta Goiás<sup>58</sup> (Marques, 2013, p.43). O estopim de indignação funciona como um gatilho que provoca aumento de adeptos à mobilização, cria efeito

---

<sup>56</sup> Semelhantemente às ações da PM na Avenida São Paulo nos dias 13 e 14 de junho de 2013 que veiculadas nas redes sociais, pela Mídia Ninja –canal alternativo que fez ampla cobertura jornalística durante as manifestações pelo país.

<sup>57</sup> Disponível em: [www.rmtcgoiania.com.br/terminais](http://www.rmtcgoiania.com.br/terminais), acesso em 21/01/2015  
<sup>58</sup> [www.youtube.com/watch?v=P3MFoE13DXw](http://www.youtube.com/watch?v=P3MFoE13DXw)

contrário ao desejado pelo poder público, que desejava acabar com os protestos já que os consideram como perturbação da ordem pública da sociedade.

O *caráter pacífico* relatado por Castells (2013) não se aplicou às características elencadas às manifestações organizadas pela Frente de Luta Goiás. O sociólogo espanhol (2013, p. 164) aferiu que os protestos que ocorreram na Europa e Estados Unidos “não são violentos já que é fundamental sustentarem sua legitimidade por seu caráter pacífico”. Em Goiânia, para a Frente de Luta Goiás, apenas o sexto ato ocorrido no dia 20/06/2013, foi considerado pacífico, tendo ar de festividade cívica, com a presença de setores por eles desconhecidos (Mateus, 2013, p. 12). Os demais tiveram um caráter mais radical. A explicação pode se dar pelo fato de a Frente ter entre seus componentes alguns setores radicais que veem atos de confronto, destruição de patrimônio público ou de simbologia do capital empresarial, como atos necessários na luta contra a lógica capitalista, tais como o Movaut – Movimento Autogestionário que editou a revista Enfrentamento.

Nenhum outro tipo de ação é realmente ação do ponto de vista das classes exploradas e oprimidas. A via institucional (eleições, recorrer a órgãos públicos como Ministério Público, Procon, ações via partidos ou sindicatos no poder ou na oposição etc) não leva a absolutamente lugar nenhum. A prova disto foram as jornadas de junho. Até então, a normalidade da dinâmica institucional do capitalismo caminhava a décadas sem grandes distúrbios. Tal normalidade foi abalada e o poder do estado e do capital viram-se afligidos diante dos fatos. (EDITORIAL, 2013, p.6).

Porém, se para o Movaut, a Frente deveria se pautar pela radicalidade, promover atos de depredação de prédios públicos, bancos e concessionárias de veículos, para o Coletivo Tarifa Zero o objetivo deve ser alcançado sem violência. Mas declara que entende que estes episódios são atos espontâneos oriundos dos cidadãos indignados e revoltados com a forma como são tratados pelo governo e pelo sistema de gerenciamento do transporte público, que é considerar os usuários “como animais e não como pessoas” (Pinto, 2013, p.17).

Outro grupo que pertencia até então à Frente, mas que possui posição ideológica divergente à da maioria na Frente é o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR). Formado em 1995 por dissidentes de outros movimentos estudantis tais como a UNE (União Nacional dos Estudantes) a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) e o MR-8. Foi criado em um congresso de estudantes em Goiânia, e é um grupo que prega a radicalidade dos movimentos. Abandonou a Frente devido divergências ideológicas e políticas que se acentuaram quando houve a ocupação da Câmara Municipal de Goiânia, em 11/06/2014, por servidores públicos da educação. O MEPR entendia que a Frente de Luta deveria lutar por causas mais abrangentes e defendia não só apoio àqueles manifestantes, mas uma participação

mais ativa e com radicalidade. A Frente, no entanto, optou por dar apoio político e não participar diretamente da ocupação. Assim, a cisão ocorreu entre esses grupos, ficando a Frente de Luta Goiás determinada a continuar com suas ações em prol de melhorias no transporte público e o MEPR a expandir sua causa para uma defesa mais radical de uma nova sociedade tendo como base a filosofia maoísta do ex-presidente chinês Mao -Tsé Tung (Longo e Abreu, 2014).

As redes, assim como quaisquer relações sociais, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Portanto, o que interessa é saber como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos e que, freqüentemente, são as denominadas “populações-alvo” desses mediadores, explica Scherer-Warren (2006, p.121). Para ela (idem) mesmo nessas redes, há “elos mais fortes (liderança, mediadores, agentes estratégicos, organizações de referência etc) que detém maior poder de influência, de direcionamento nas decisões, do que outros elos de conexão da rede”. Com relação a esses agentes estratégicos, observou-se na Frente de Luta Goiás que a presença de grupos de pesquisadores das universidades, tais como o Proluta da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, permitiu a existência de acadêmicos com diferentes níveis de formação universitária, tais como doutores, mestres e especialistas, que atuaram nesses grupos juntamente com estudantes da graduação. Tais acadêmicos são formadores de opinião, o que na visão marxista chama-se de intelectuais, e atuaram de forma muitas vezes doutrinária, como se autodefinem os pesquisadores do Movaut na defesa da ampliação da luta para uma “proposta de ação, de intervenção, de ampliação, de radicalização dos protestos” (Editorial, 2013, p.7).

***Autorreflexibilidade*** – Aponta para os debates e discussões travados dentro dos movimentos sociais com vistas à sua estruturação, organização e ações. Estão sempre refletindo sobre as ações realizadas e as futuras. As mobilizações sociais conectadas em rede “são profundamente autorreflexivos”, observa Castells (2013, p. 163). É um elemento necessário para que o movimento não se feche em si mesmo, que observe a realidade, as mudanças sociais e as formas como o poder institucional lida com os problemas e angústias do cidadão são de vital importância. Melucci (2001, p.98) destaca que são períodos em que o potencial de mobilização social se encontra em construção ou preparo, ou seja, é um período de reflexão sobre a identidade coletiva e a reafirmação de laços de pertencimento. Durante a fase de intensa ação coletiva da Frente de Luta Goiás ocorreram momentos de

autorreflexibilidade, conforme demonstra o resultado das análises deste trabalho. O discurso da mídia tradicional criminalizando os movimentos sociais influenciou integrantes da Frente: “[...] a gente teve que ter muita habilidade política pra que esse discurso da mídia da bandidagem, do terrorismo não fosse tragado pelo nosso próprio movimento”, o que para ele proporcionou “[...] amadurecimento político, especialmente desses adolescentes, estudantes secundaristas e mesmo universitários” (Madureira, 2013, p.8).

A Frente de Luta Goiás demonstrou ainda preocupação em ampliar a luta. No primeiro momento a pauta se restringia ao transporte público, mas acabou sendo a outras reivindicações tais como: educação e saúde com qualidade (padrão Fifa) e fim da corrupção. Para os membros do Movaut, por exemplo, é preciso ampliar e estabelecer uma nova sociedade, baseada em princípios marxista e autogestionário, o que necessita da adesão da classe trabalhadora, deixando clara a ideologia marxista que permeia as reflexões que fazem nesse grupo. Já para o Coletivo Tarifa Zero, o fato da passagem dos ônibus ser paga e ter o preço elevado fere um dos direitos elementares da Constituição Brasileira - o direito de ir e vir. A Frente defende que o passe livre estudantil deva ser uma pauta a ser assumida pelos vários setores políticos e institucionais de Goiânia. (Pinto, 2013, p.20; Madureira, 2013, p.2; Viana, 2013, p.33).

A Frente de Lutas GO também refletiu sobre a manifestação do dia 20 de junho de 2013, unificada com outros movimentos em todo o país, e que levou mais de 70 mil pessoas para as ruas de Goiânia. A Frente, enquanto coletivo social, não pode rechaçar ou desconsiderar o imenso apoio popular daquele dia, pois não tem o monopólio das ruas e que o cidadão é livre para se manifestar e expressar suas carências e indignações, além de trazer outras bandeiras e pautas para qualquer ato coletivo (Pinto, 2013, p.18). Porém, o Movaut tem posição diversa, já que para ele, o protesto do dia 20 desvirtuou as ações da Frente com a tonalidade pacifista porque tinha um tom de festividade cívica (Mateus, 2013, p. 12).

Estes são alguns exemplos das reflexões que a Frente fez tanto na publicação eletrônica, como na entrevista e no debate que constituem o *corpus* da análise textual de abordagem Fundamentada. Percebe-se que a Frente, além de ser ampla e complexa, também tem aspectos de contradição uma vez que agrupa pessoas com diferentes posições ideológicas, apesar de todas terem posição política de esquerda e pertencerem a movimentos sociais progressistas.

Ainda como parte integrante da categoria central Mobilização Social, as categorias analíticas: *Mudança de Valores* e *Nova Política* trazem à tona alguns resultados e consequências estabelecidos após os embates, o que para Klandermans (1994, p.203, tradução

nossa<sup>59</sup>) são efeitos duradouros para a vida das pessoas que tomam parte deles, pois formam novas identidades coletivas e reafirmam a cultura da solidariedade.

*Mudança de Valores* – Esta categoria se verificou na análise, já que a causa das manifestações em 2013 extrapolou a redução do preço da passagem dos ônibus em Goiânia. Foi ampliada projetando novos valores, tais como participação popular na gestão pública, além de reivindicações de todo tipo quanto à prestação de serviços públicos de qualidade, com eficiência e sem corrupção, que levou inigualável quantidade de cidadãos às ruas. Os integrantes da Frente demonstraram que também buscavam a revogação do contrato de concessão, além da possibilidade de participação popular na CDTC. Isto constitui em mudança de valor já que atualmente o sistema de transporte público segue a lógica de transferir para a iniciativa privada a gestão do mesmo, o que se legitima com a realização de licitações e outros mecanismos da administração pública, cabendo aos governos a fiscalização do mesmo. Com a criação de uma gestão popular na CDTC, a lógica atual seria modificada. Foi sugerido durante a mobilização social que sejam estudadas outras plataformas a serem implantadas em Goiânia, tais como o uso de bicicletas e bondes elétricos, e foram rechaçados os estudos que Prefeitura de Goiânia e Governo de Goiás fazem para implantação do VLT - Veículo Leve sobre Rodas, já que demandaria vultosos recursos e será implantado onde o atual sistema é satisfatório, o Eixo Anhanguera. (Pinto, 2013, p.18)

Outra luta que surgiu paralelamente à da melhoria do transporte público é a descriminalização dos movimentos sociais e foi conseqüente às prisões de manifestantes, efetuadas pela Polícia Militar durante alguns dos seis atos de protesto organizados pela Frente de Luta Goiás. Para os integrantes do Movimento Contra a Criminalização da Luta Popular<sup>60</sup> os manifestantes não podem ser tratados como criminosos, pelo fato de estarem lutando por seus direitos o que é garantido por um sistema democrático. Com relação a estes episódios um dos atos organizados pela Frente, o sétimo ato, levou alguns manifestantes ao Ministério Público de Goiás pedindo a soltura dos presos que eles afirmaram serem presos políticos (Madureira, 2013, p.17).

Na análise da revista *Enfrentamento* há uma extensa lista de mudanças sociais nas quais o Movaut acredita tais como: gestão dos trabalhadores em escolas e hospitais que

---

59 “Los episodios de una acción colectiva tienen un efecto duradero en las personas que toman parte en ella. En los primeros se forman y transforman las identidades colectivas”.

60 Se autodenomina como uma fórum que agrupa pessoas de distintas tradições e posições ideológicas, manifestando contra o processo de transformação das reivindicações populares em delitos e foi formado para apoiar as ações dos manifestantes, especialmente os mais atuantes que foram alvo de repressão estatal. Fonte: [passapalavra.info/2014/05/95539](http://passapalavra.info/2014/05/95539), acesso em 06/06/2014

devem ser coletivizados e apropriados pelos trabalhadores, além de emancipação social, fundando uma sociedade radicalmente diferente. Estes ideais não são partilhados por todos os integrantes da Frente de Luta Goiás. Vários membros do grupo, no entanto, destacam o objetivo da Frente: melhorias e participação popular na gestão do sistema de transporte da região metropolitana, sendo também este um dos objetivos para a criação da Frente.

*Nova política* – O sociólogo espanhol (2013, p. 165) constatou que os MSR “são muito políticos no sentido fundamental [...] praticam a democracia deliberativa direta, baseada na democracia da rede e projetam utopias baseadas em comunidades locais e virtuais em interação”. Uma nova política ecoa das manifestações do Outono Brasileiro de 2013 da mesma forma que ecoaram de diversos atos realizados em todo o mundo desde 1994, quando a mobilização Zapatista iniciou sua luta, inaugurando um novo paradigma nos movimentos sociais: os que utilizam a lógica rediática horizontal no espaço híbrido – *on-line* e *off-line*. Tais pessoas podem ser descritas com um novo sujeito social agindo de forma a marcar sua presença com uma nova política, ativa e deliberativa, ainda não estabelecida.

Associam sua insatisfação a uma rejeição aos sistemas políticos, aos partidos tradicionais e às formas convencionais de organização política (inclusive a certos movimentos sociais e sindicais hierarquizados e ligados ao aparelho estatal). Querem participar da vida política, mas não encontram canais adequados. Para muitos deles, conselhos, fóruns e espaços institucionalizados não são suficientes pois mostraram seus limites nos últimos anos (BRINGEL, 2015, p.5).

Daí que tal mobilização clama por novas ações solidárias e formas de vida associadas ao coletivo, ao dialogismo, o que ultrapassa a esfera pública política incidindo sobre o cultural e o meio simbólico – uma nova comunicação precisa ser criada. Entre outras pautas, essas mobilizações que surgem visam também:

Criticar a centralização, a hierarquização e as perspectivas de mudança social da “velha esquerda”, defendendo a autonomia, a organização horizontal e reticular, a pluralidade de identidades associadas à política do cotidiano e a importância de uma mudança social que contemple a transformação do próprio indivíduo. (BRINGEL, 2015, p.6).

Viana (2013, p.33) corrobora tal visão ao declarar que partidos e sindicatos perderam a legitimidade. Os partidos “ [...] se comprometem e se afastam da população cada vez mais, principalmente dos setores mais politizados e da juventude” (idem) além do que não há uma oposição efetiva da direita, o que igualmente não muda o quadro de descontentamento político. Dos dados empíricos analisados, os representantes da Frente de Luta Goiás

reafirmam o desejo de uma nova política quando dizem que suas bases são “antiparlamentares, apartidárias” que ligadas à noção de autonomia “completou e deixou claro que suas teses devem vir diretamente das ações práticas e cotidianas, não deixando entrever interesses burocráticos de partidos em si” (Mateus, 2013, p.14). A Frente reconhece que seus integrantes são provenientes de outras lutas, outras construções sociais, e que “obviamente há militantes de partidos participando, só que não há estrutura partidárias dentro do movimento” (Pinto, 2013, p.18).

A Frente, organização que surgiu para impedir o aumento da passagem de ônibus, atua muito além dos partidos e do Estado, visa a superação de todos eles e representa uma crítica à burocracia, pois não é organizada e nem liderada por integrantes de partidos políticos (Mateus, 2013, p. 17 e Marques, 2013, p.21). Antes considera que as estruturas partidárias não têm legitimidade, pois “a recusa dos partidos é generalizada” e a “desilusão com a democracia representativa também” (Viana, 2013, p.27). Quanto a isto é oportuno trazer a voz de Sakamoto:

O paradigma do sistema político representativo está em grave crise por não ter conseguido dar respostas satisfatórias à sociedade, sobretudo aos mais jovens. Muito pelo contrário, apesar de ser uma importante arena de discussão, esse paradigma não foi capaz de alterar o *status quo*. Apenas lançou migalhas por intermédio de pequenas concessões, mantendo a estrutura da mesma maneira e a população sob controle (SAKAMOTO, 2013, p.171).

Nos momentos de reflexão, os representantes da Movaut, que compõem a Frente, sintetizaram algumas conclusões observadas durante as manifestações. 1 - Os partidos de esquerda tentaram se integrar às ondas dos protestos, mas foram rechaçados pelos manifestantes; 2 - Há uma recusa dos partidos pela população; 3 - Falta a eles capacidade mobilizadora e proximidade junto aos manifestantes; 4 - Há uma desilusão com a democracia representativa, seja de partidos políticos ou de sindicatos. Apesar disso, destacou-se que há membros da Frente de Luta Goiás que são militantes de partidos de esquerda, sendo que somam entre duas ou três pessoas de cada sigla (PT, PSTU, PSOL e PCdoB), mas não há estrutura partidária dentro da Frente. Também não foi definida uma posição ideológica única, o que impediria a reunião dessas pessoas em um amplo coletivo que é a Frente de Luta, sendo isto uma característica dela, apesar de aceitar em seu meio, militantes partidários, uma vez que não é contrária aos partidos, mas sim, apartidária (Pinto, 2013, p.18). Outra questão que se observou foi que os membros do Movaut têm uma posição radical pregando o fim do sistema representativo parlamentar por outro baseado na autogestão dos trabalhadores em

todas as instâncias, o que para ocorrer necessitaria de uma tomada do poder hegemônico tanto político como econômico. Já, o coordenador do Coletivo Tarifa Zero, que representa a Frente, adota uma posição de ativista de um movimento social à semelhança do movimento social antiglobalização que ocupa um lugar na esfera pública reivindicando e apontando “injustiças várias, defesa dos direitos, da ética etc” (Gohn, 2003, p.47), tais como melhorias no transporte público como se viu em junho de 2013, não lutando pela tomada do poder ou revolução. Sakamoto (2013, p.179) traduz que não somente as reivindicações do presente, mas uma mudança que gere mais participação resumindo as vozes dissonantes das ruas: “Há um déficit de democracia participativa... Só votar e esperar quatro anos não adianta mais. Uma reforma política que se concentre em ferramentas de participação popular pode ser a saída”.

Portanto, a Frente de Luta, superando diferenças ideológicas, revela um novo modelo de ação social coletiva. Incorpora elementos dos movimentos sociais globais, adicionando formas solidárias de união, centradas em objetivos comuns. Não somente a redução da tarifa dos ônibus era comum, mas acima disso, a busca por reconhecimento de direitos a uma vida mais justa. Igualmente a luta pelo direito a ter direitos permeia os ideais comuns dos coletivos que integram a Frente de Luta Goiás.

#### **4.5 A Comunicação Pública Cidadã e a Frente de Luta**

A Comunicação Horizontal, a Esfera Pública e a Mobilização Social são os pressupostos teóricos básicos que nortearam esta pesquisa. Eles constituem-se em espaços fluidos, porosos e intercambiáveis nos quais se estabelecem interações e trocas simbólicas para a constituição de uma Comunicação Pública Cidadã (CPC). Quais seriam então as possíveis intercessões entre os três pressupostos da CPC, enquanto geradora de vínculos sociais no tecido da sociedade que obedece à lógica de uma trama em rede, complexa, sem padronização nos quais os fios que se tecem adquirem formas próprias e únicas (Figura 15). Dialogando a Revisão Teórica deste trabalho, conforme exposição feita nos capítulos 1, 2 e 3, com a realidade observada por meio da pesquisa empírica, que resultou na Análise Textual Fundamentada sobre o grupo Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem, busca-se finalizar a fase analítica embasada no recorte teórico-metodológico da CPC conforme ilustrado na figura 15:

**Figura 15 – Comunicação Pública Cidadã criada pela autora**



O conceito proposto neste trabalho para Esfera Pública é o de um *locus* de discussão e expressão do pensamento que atualmente poderia ser oportunizada nas redes sociais on-line. O de Mobilização Social seriam ações coletivas que dariam visibilidade aos atores sociais, em atos coletivos e que vão desde protestos, manifestações e marchas na concretude das cidades até o ciberativismo desterritorializado na internet. Da intersecção de Mobilização Social e Esfera Pública (conforme figura 16) tem-se a Cidadania - condição ideal, ainda não real na atualidade, que consiste na condição do sujeito, que consciente de seus direitos, juntamente com outros, levantam bandeiras reivindicatórias, identitárias ou políticas em manifestos na internet e/ou nas ruas visando o interesse coletivo.

**Figura 16 – Cidadania, criada pela autora**



Neste sentido o grupo Frente de Luta Goiás primou por estimular a prática da cidadania não só entre os membros pertencentes ao grupo, mas também enquanto exemplo visível de rede emergente de um coletivo social que lutou pelo direito a um transporte público decente e de qualidade, que possibilite o deslocamento e acessibilidade, até o direito de ir e vir, um direito elementar instituído nas leis de âmbito civil.

Outra intercessão que operou neste cenário (Figura 17) se refere à da Comunicação Horizontal com a Esfera Pública gerando a Comunicação Pública (CP). Esta tem sido conceituada como aquela compreendida pelo processo de interação das instituições públicas (Estado, governos, poderes Legislativos, Judiciários e Ministério Público) em uma única via, do emissor-ente público para os receptores-cidadãos. A CP tem na atualidade, a Esfera Pública virtual como seu maior canal de divulgação dando transparência aos atos administrativos, daí utilizarem-se elementos da Comunicação Horizontal, mediados por aparatos tecnológicos e digitais.

**Figura 17 – Comunicação Pública, criada pela autora**



Tal comunicação é pública no sentido do interesse coletivo, da sociedade e não de um líder, um rei, um governo. A sociedade moderna vem contando com os meios de comunicação também chamados de *ágora* midiática para a formação de uma opinião pública e política, embora seja atualmente uma via unidirecional de comunicação. Essa via única opera entre o emissor – produtor - organização midiática detendo o poder da fala e do discurso e o receptor - o grande público não especificado, apenas suposto, mas heterogêneo e ativo, se apropria desses conteúdos simbólicos e os reelabora no contexto de seus grupos e redes sociais. Com o advento da internet na sociedade contemporânea, a *ágora* virtual, potencial e tecnicamente retorna, para que o cidadão volte a se expressar, a tornarem públicas suas ideias, mesmo que numa interação mediada por um aparato tecnológico.

Saindo de reuniões presenciais, muitas delas ocorridas dentro do espaço acadêmico da universidade e ocupando as ruas em Goiânia, a Frente de Luta Goiás transmitiu à sociedade que as *ágoras* contemporâneas da urbanidade são espaços democráticos e que devem ser apropriados pelo cidadão, de forma a garantir não apenas local de livre expressão de suas necessidades, mas também, de discussão e intervenção, a fim de serem *ágoras* no sentido participativo grego.

Já a Comunicação Horizontal refere-se ao processo comunicacional sem hierarquias que se estabelece entre sujeito e sujeito, entre sujeito e ator coletivo ou entre sujeito e instituições. Ressalta-se, no entanto que tal processo para se configurar em Comunicação Horizontal necessita de uma relação dialógica, sem a qual o processo se efetua apenas em nível de divulgação ou persuasão. Muito já se falou nesta pesquisa sobre a horizontalidade das relações como um ideal de gestão que os membros da Frente de Luta Goiás buscam praticar.

A interseção das interseções e sobre a qual recai o recorte teórico-metodológico desta pesquisa é o da Comunicação Pública, Comunicação Horizontal e Cidadania, produzindo o que se pode denominar como o cerne da Comunicação Pública Cidadã (CPC). Do encontro de uma comunicação horizontalizada, de interação e trocas, que se efetiva numa Esfera Pública plural ocorre idealmente a CPC, conforme a figura 15. Desta forma, utilizando as plataformas de redes sociais, especialmente o Facebook, Youtube e *blogs*, o movimento contra o aumento da tarifa dos ônibus e pelo passe livre, ensaia os primeiros passos para o estabelecimento de uma CPC na cidade de Goiânia. Há ainda um aprendizado para que as redes sociais on-line sejam mais que canais da instrumentalização comunicacional, passando a expressar uma ambiência que promova encontros com vistas aos ideais democráticos e que tragam impactos junto à opinião pública incrementando a participação popular nas ações coletivas. A CPC perpassa pela espontaneidade, pela criatividade, pela coragem de seus participantes em conquistar junto ao Estado e governos, mais que espaços de representatividade. Tais espaços públicos tornam-se locais onde se buscam direitos de toda ordem, geradores de cidadania no processo sócio-histórico-político de uma nação.

Os ativistas sociais, assim como as entidades que os representam, de um modo geral tiveram desde o seu surgimento na sociedade moderna a necessidade do emprego da comunicação para a fase de mobilização dos atores coletivos em prol de alguma ação ou manifestação pública. É a comunicação que possibilita a visibilidade dos atores sociais quando são vistos e ouvidos na sociedade informacional. Assim creem Barbero e Rey (2001, p. 86) quando dizem que:

A comunicação permite a visibilidade, na medida em que abre o espaço da deliberação pública, expõe os temas em controvérsia e suas diferentes interpretações e aumenta a quantidade e, sobretudo, a qualidade das formas de acesso ao debate social [...] se o público é o que “pode ser visto e ouvido por todos, como disse Hannah Arendt, os meios de comunicação são, hoje, instrumentos fundamentais da ampliação ou restrição do público”. (BARBERO; REY, 2001, p. 86).

Para Klandermans (1994, p.198, tradução nossa<sup>61</sup>) o discurso público dos meios de comunicação é de suma importância para a formação e transformação das identidades coletivas. Elas possibilitam a construção de significados que geram vínculos de pertencimento entre os indivíduos que se unindo a outros possuidores das mesmas crenças e valores se encontram em situações semelhantes de carência possibilitando ações coletivas. O autor (idem) ressalta o processo pelo qual o discurso público legitima o grupo que protesta ou o movimento social. Novas informações ou contrainformações sobre determinada questão tornam-se públicas quando a imprensa, ao longo do tempo, dá importância a elas. O discurso dos meios de comunicação se converte em um elemento fundamental neste contexto. Geralmente o debate inicial ocorre nos movimentos sociais em momentos de latência, imersão, que muitos estudiosos creem ser momentos de refluxo. Eles são inseridos na agenda midiática por meio de processos de comunicação efetuados pelos movimentos sociais ou grupos ou ainda através de ações estratégicas, muitas vezes, de espetacularização, de radicalidade, que dão visibilidade àquela causa. Assim também crê Thompson:

O desenvolvimento dos movimentos sociais, como o movimento das mulheres e o movimento dos direitos civis, fornece amplo testemunho de que as reivindicações de grupos até então subordinados ou marginalizados só se conquistam através de lutas pela visibilidade na mídia. A evolução de tais movimentos também comprova o fato de que, ao conquistar algum grau de visibilidade na mídia, as reivindicações e preocupações de indivíduos particulares podem ter algum reconhecimento público, e por isso podem servir como um apelo de mobilização para indivíduos que não compartilham o mesmo contexto temporal-espacial. (THOMPSON, 2008, p.215).

Além de visibilidade as ações repercutidas na mídia incentivam a participação de outros que simpatizam com a causa ou igualmente se sentem injustiçados. “O conhecimento das ações que outros estão realizando com êxito pode mudar um estado de ânimo caracterizado pelo desespero em outro cheio de esperança e motivar assim uma nova ação

---

<sup>61</sup> “En el discurso publico los argumentos se desarrollan en respuesta a contraargumentos, nueva información y nuevos acontecimientos. El discurso de los medios de comunicación se ha convertido en un elemento fundamental en este contexto. Aunque ese discurso varía en función de la importancia que los periodistas conceden a los acontecimientos, el contenido del debate se desarrolla a lo largo del tiempo”.

coletiva” (Klandermans, 1994, p.199, tradução nossa<sup>62</sup>). Isto porque as pessoas tendem a dar valor à informação que obtém pela mídia comparando-a e interpretando-a com a que para elas tem significado. Mas, elas também levam em conta as opiniões já cristalizadas em seus grupos de pertencimento, como família, amigos, vizinhos, conhecidos e líderes de opinião. Klandermans destaca que as pessoas preferem compartilhar suas opiniões com pessoas que elas sabem possuírem ideias semelhantes e modos de vida idênticos aos seus.

Ainda que os meios de comunicação de massas são de vital importância na hora de marcar os argumentos e contra-argumentos do discurso público, a verdadeira formação e transformação das crenças coletivas tem lugar na interação interpessoal, dentro de grupos e categorias sociais com as quais se identificam os indivíduos [...] os argumentos e contra-argumentos que destacam os meios de comunicação podem ter mais ou menos ressonância nestes grupos em função de suas crenças coletivas preexistentes (KLANDERMANS, 1994, p.200, tradução nossa<sup>63</sup>).

Assim, conseguir o apoio da sociedade para suas causas requer esforço da liderança e organização dos movimentos sociais, o que reporta para a categoria analítica *Comunicação Social nos Movimentos Sociais*<sup>64</sup>. Eles utilizam uma série de recursos visando influenciar a opinião pública, dependem não somente da veiculação da mídia que repercute seus ideais e ações, mas também de um trabalho de divulgação entre adeptos e simpatizantes. Conforme Castells (2013, p. 19) “[...] dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível”. O sociólogo espanhol destaca (2013, p. 19) que atualmente “as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal” da internet seriam o canal mais apropriado para as mobilizações dos atores coletivos por serem “veículos mais rápidos, autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história”. Entusiasta do uso da internet pelos movimentos sociais a comunicóloga Cicília Peruzzo acredita no potencial do novo meio para a quebra do monopólio dos meios tradicionais de comunicação:

A possibilidade das pessoas, organizações comunitárias, movimentos sociais, ONG’s etc, tornarem-se emissores de conteúdos, de maneira

62 “El conocimiento de las acciones que otros han realizado con éxito puede cambiar un estado de ánimo caracterizado por la desesperación en otro cargado de esperanza y motivar así una nueva acción colectiva”.

63 “Aunque los medios de comunicación de masas son de vital importancia a la hora de enmarcar los argumentos y contraargumentos del discurso público, la verdadera formación y transformación de las creencias colectivas tiene lugar en la interacción interpersonal dentro de los grupos y categorías sociales con las cuales se identifican los individuos [...] Los argumentos y contraargumentos que destacan los medios de comunicación pueden tener más o menos resonancia en estos grupos en función de sus creencias colectivas preexistentes”.

64 Três Categorias Analíticas surgiram nas análises e que não são enfocadas diretamente nos estudos de Castells (2013) como as demais que contribuíram para a Análise Textual do presente trabalho. São elas: *A Comunicação nos Movimentos Sociais, O Papel das Redes Sociais Digitais e O Papel da Mídia*.

ilimitada e sem controle externo (como é na mídia tradicional), a partir dos interesses e necessidades pessoais, comunitárias e de interesse público, é a grande novidade que a internet traz, o grande potencial revolucionário que o mundo coloca a serviço da humanidade. (PERUZZO, 2005, p. 11).

Moraes (2000, p.01) corrobora tal visão ao dizer que os grupos de ativistas buscam “interagir com quem quer apoiar, criticar, sugerir ou contestar” e outro aspecto que ele ressalta é que podem “driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores sociais empenhados em alcançar a plenitude da cidadania e da justiça social”.

E além dos canais criados no seio dos movimentos sociais, a mídia ativista também trabalha como alternativa comunicacional, como geradores de conteúdos que promovem a participação e a cidadania, a fim de se ingressarem na agenda midiática e conseqüentemente, na agenda pública, conforme sugere Kelly Prudêncio (2010, p. 267).

A mídia ativista deixa visualizar as conexões das redes dos movimentos sociais. Ao desenvolver os serviços de contrainformação, compartilhando textos e visões, os ativistas fortalecem seus laços [...] com isso, a internet pode ser pensada como um cenário de ação política, no qual os problemas sociais são concebidos, percebidos e perlocutoriamente debatidos. (PRUDÊNCIO, 2010, p. 265).

Por outro lado, os *sites* das Ong's e dos movimentos sociais tornam-se fontes confiáveis para a mídia comercial sobre assuntos relacionados ao ativismo e às ações coletivas. Diz Prudêncio (2010, p. 267) que “a internet muda a forma como são feitas as notícias em função da oferta de contrainformação, porque a capacidade de *gatekeeping* se enfraquece diante do surgimento de outras fontes”. Ela (*idem*) alerta, porém, que a concorrência da comunicação dos movimentos sociais com a grande mídia é desigual, porque a internet é um “espaço para habilitados [...] e os ativistas dependem muito do espaço da imprensa convencional para conduzir a sua mensagem a públicos mais vastos”. Daí a necessidade de profissionalização dessas entidades a fim de entenderem o Papel das Mídias na sociedade contemporânea.

O papel da mídia de Goiás nos protestos de 2013 foi dar visibilidade às manifestações porém condenando as ações coletivas e enquadrando os atores sociais como “baderneiros ou vândalos”, revela a análise. Destaca-se que a mídia objetivou “criar uma opinião pública desfavorável aos elementos mais radicais presentes nas manifestações” (Viana, 2013, p.26). Para alguns integrantes da Frente de Lutas a radicalização é uma das armas do movimento, uma vez que o Estado somente ouvirá o clamor das ruas no momento em que o capital econômico protegido por ele for atingido. Então a queima de pneus, a deprecação de ônibus e

a interdição de importantes avenidas da cidade são estratégias de ação e acabam por gerar visibilidade midiática para a Frente de Luta Goiás (Mateus, 2013, p.10; Marques 2013, p.22).

A mídia tradicional ao veicular que os manifestantes eram vândalos e baderneiros, legitimou a violência da ação policial. Isto pautou a opinião pública que passou a defender a ideia de pacificidade, aponta a pesquisa. “Os meios de comunicação estão defendendo é o recuo e limitação das manifestações espontâneas, o seu controle”, disse Marques (2013, p.21). Num segundo momento, quando grande quantidade de brasileiros ocupou as ruas, avenidas e praças das capitais do país, apoiando os que já vinham se manifestando desde o início do mês de junho e que se tornaram alvos da violência policial, a mídia tradicional recuou. Passou a ter um discurso de apoio, desde que o protesto fosse pacífico, já que refletia um momento histórico para o país.

A análise da citada revista deixa brechas nas quais se observa que esse discurso midiático pautou a manifestação unificada nacionalmente do dia 20 de junho de 2013, dando um ar cívico e de festividade à manifestação. O grupo Frente de Luta Goiás participou deste ato, porém, deixou claro que ele foi desvirtuado de seus objetivos, inclusive ampliando as reivindicações, que a princípio se limitavam a impedir o aumento da passagem dos ônibus coletivos (Mateus, 2013, p.12). Outro articulista, avaliou que a ampliação das reivindicações expressa em cartazes e faixas pelos manifestantes, demonstra que “[...] contrariamente ao que aparece cotidianamente nos meios oligopolistas de comunicação, há problemas latentes na sociedade brasileira e estes vieram à luz do dia nas manifestações” (Maia, 2013, p.50). A visão de que a mídia não replica a fala dos movimentos sociais, mas sim, a dos poderes hegemônicos, pode ser corroborada ao se avaliar as planilhas de custos e lucro das empresas do transporte público que demonstram irregularidades apontadas pelo Procon e que não foram veiculadas nos noticiários da imprensa goianiense (Pinto, 2013, p.17).

A Frente de Luta Goiás praticou processos de comunicação de forma instrumental. Revelou que não entende a ambiência internet como um *lócus* da esfera pública que estabelece vínculos capazes de formar uma opinião pública favorável e fortalecer a identidade coletiva do grupo. Ainda assim, concordou com a necessidade futura de um “conjunto de ações, propaganda, lutas, no sentido de incentivar a auto-organização” ou como “propaganda revolucionária de fundamental importância” a fim de atingirem seus objetivos que são de instituir uma nova sociedade (Viana, 2013, p.34; Maia, 2013, p.51). No entanto, deixou entrever que considerara a existência de mediação das mídias, tanto tradicionais, como virtuais, que permeia o espaço público e que perpassa pela visibilidade e coopera para a construção de significados no imaginário coletivo da sociedade.

Na contra-informação as plataformas de redes sociais on-line, estão cada vez mais, sendo apropriadas pelos ativistas sociais a fim de divulgarem suas ações, mobilizarem seus públicos de interesse e dar visibilidade às suas bandeiras e ideais, conforme resultado da categoria analítica *O Papel das Redes Sociais Digitais*.

“As novas mídias digitais exercem um papel central nesses movimentos sociais contemporâneos”, afirma Tufte (2013, p. 63), “circulando a informação, abrindo espaços para críticas sociais e facilitando novas formas de mobilização social”. Ele destaca que processos de participação social como os experienciados em 2011, na Primavera Árabe, não se encaixam na lógica de organizações tais como a dos Novos Movimentos Sociais e das Ong’s, pois são espaços de deliberação horizontais, informais e descentralizadas.

Mobilizações sociais importantes que ocorrem fora das arenas institucionais e formais estão gerando processos não vistos antes de deliberação, crítica social e política, ação coletiva e mudança social. No entanto, eles estão fazendo isso sem estruturas organizacionais claras, sem associação fixa, nenhuma estratégia de Comunicação explícita no papel e, muitas, como um movimento “em fluxo”, que é difícil de identificar, monitorar e avaliar claramente. (TUFTE, 2013, p. 64).

Tais movimentos, fluidos e informais, que promovem as manifestações coletivas com a utilização da ambiência on-line, desafiam as atuais estruturas da esfera política. Além de governo e partidos políticos, como Ong’s, igualmente se surpreendem pela forma espontânea como surgem tais ações e como se propagam por meio do uso da internet e das plataformas de redes sociais on-line.

Central a este processo, vemos a polifonia emergindo como uma condição comunicativa dos nossos tempos. Na música, a polifonia é uma textura que consiste em duas ou mais vozes melódicas independentes. Com as relações e práticas de Comunicação, muitos hoje se comunicam com muitos em um mix de práticas sociais on-line e off-line. A característica mais importante parece ser o caráter da rede de relações sociais e formas de Comunicação, permitindo uma multiplicidade de vozes a falar juntas. Isto é estabelecer novos padrões e produzir novas lógicas de Comunicação. (TUFTE, 2013, p. 85).

Tufte (2013, p.74) destaca que o Estado e os governos não podem mais “não ouvir o cidadão”. Ele analisou a Primavera Árabe e afirmou que após a exclusão histórica a que aqueles povos foram submetidos, “estes processos de desenvolvimento injustos já estão sendo desafiados e 2011 marca uma profunda mudança neste sentido”. Também elenca dois elementos que marcam tal mudança e que por analogia podem ser vistos no movimento de junho de 2013 no Brasil:

Em primeiro lugar, o fato de que as mobilizações sociais massivas que contestam o desemprego em massa, ditaduras políticas e crises financeiras produziram um chamado “acordar” em torno dos custos sociais e do modelo de sociedade que as muitas décadas de liderança autocrática e pensamento desenvolvimentista neoliberal produziram. Em segundo lugar, a nova onda global de ativismo fora das instituições e organizações formais e ligadas aos novos desenvolvimentos de mídia digital trouxe uma dinâmica poderosa na equação das relações entre os cidadãos, o Estado, o governo, a mídia e o setor privado. (TUFTE, 2013, p.76)

Do mesmo modo, Peruzzo (2013, p.79) evidencia a nova ambiência on-line como articuladora de mobilizações, tais como as que ocorreram no ano de 2013 no Brasil, pois se tornam não somente meios de mobilização mas também de encontro dos atores sociais.

Uso da internet, das mídias e redes sociais virtuais e de celulares se constitui num diferencial importantíssimo do novo grande movimento social que mexeu com o País e com as visões sobre ele. As mídias e redes sociais virtuais (*YouTube, Flickr, Facebook, Instagram, Twitter* etc.) se constituem em canais de informação, em ambientes comunicacionais, em pontos de encontro, enfim, em redes e, às vezes, até em comunidades, que facilitaram os relacionamentos (entre os que estão conectados), a articulação entre as pessoas e as ações conjugadas (acertos de dia, local e hora para encontros presenciais). Claro que servem ainda de arena de debate, de difusão, acesso e troca de informação (PERUZZO, 2013, p.79).

Os integrantes da Frente, mesmo não considerando as novas mídias on-line como ambiência comunicacional, demonstram interesse na utilização das mesmas de forma instrumental, ou seja, para divulgar ações do grupo, mobilizar adeptos e simpatizantes.

Um dos pontos positivos de redes como o Facebook e o Twitter é essa possibilidade de ampliação do contato: o que antes se fazia apenas de boca a boca ou com panfletos, hoje, com uma matriz de uma arte, pode-se chegar a milhões de pessoas... por outro lado, são as redes sociais que também facilitam o controle e o serviço de vigilância dos serviços de inteligência e de repressão aos movimentos (PINTO, 2013, p.19).

Enquanto ambiência de comunicação, as redes mediadas pela internet dispõem de sites interativos e participativos que dão ao indivíduo o retorno à sua condição de sujeito, aquele que não somente recebe a mensagem, mas busca, interpreta e republica sua elaboração simbólica mediante elementos de seu repertório social. O cidadão, enquanto ator social, possibilita novas formas comunicativas que estão transformando o processo interativo e de participação da sociedade:

Uma outra comunicação se faz presente. Os manifestantes usaram meios próprios para se comunicar: simples celulares ou *smartphones*, redes virtuais e o audiovisual alternativo municiaram a sociedade com a informação em tempo real do que ocorria nas ruas pelo ângulo de novas fontes, conforme será visto na última parte do texto. Estas se tornaram, inclusive, fontes para a grande mídia que se viu atônita e perdida, sem saber bem o que fazer, pois os acontecimentos fugiam ao seu tradicional esquema de pautas e coberturas. Estes favoreceram o exercício da liberdade de expressão, sem *gatekeepers*, e numa proporção imensurável devido ao efeito de replicação das redes virtuais.(PERUZZO, 2013, p.82)

Nesse sentido, a rede mundial de computadores é um dos elementos que promove a expressão comunicativa do sujeito. Disponibiliza milhares de conteúdos que podem ser acessados, desde *sites* governamentais, oficiais, *blogs* pessoais de conhecidos, amigos ou personalidades e plataformas de redes sociais, que facilitam a expressão do pensamento do sujeito com vistas à autonomia e cidadania. Barbero e Rey (2001, p.88) corroboram tal afirmação ao explicar que o “ver e ouvir” arendtiano (2007, p.59) “se transforma em um paradigma conceitual dos vínculos entre democracia e comunicação, entre cidadania e mídias”. Tal processo institui a Comunicação Pública Cidadã (CPC), enquanto diálogos geradores de vínculos possibilitando o agir político e social em ambientes virtuais e reais no espaço das muitas *ágoras*.

Com relação ao grupo estudado neste trabalho, a Frente de Luta Goiás, verificou-se a existência de pequenas redes – grupos, núcleos de pesquisa, entidades estudantis, centros acadêmicos e outros – que mantêm por meio do perfil da Frente no Facebook, contatos permanentes, além de intercambiar informações entre *blogs* criados e mantidos por esses coletivos. Eles operam de forma autônoma, mas se agrupam a fim de realizar uma ação coletiva sob “um objetivo determinado”. Lembrando Melucci (2001, p.98) “a agregação é do presente e não persegue objetivos de longo prazo e inalcançáveis; a agregação não é possível se não existe uma certa coincidência entre objetivos coletivos e necessidades afetivas, comunicáveis e de solidariedade dos membros”. Isto ocorreu com relação ao grupo Frente de Luta Goiás que foi formado em função do anúncio de aumento das passagens dos ônibus coletivos que ocorreria em Goiânia, assim como em diversas capitais do país. Esse foi o objetivo principal da articulação deste coletivo e contou com apoio de vários grupos e núcleos já citados.

A forma de gestão descentralizada e sem hierarquias, sem a figura de um líder, mas tendo vários coordenadores é “policéfala”. A medida foi adotada pelos componentes da Frente não só por entenderem ser esta forma a mais democrática e participativa, mas como meio de proteger a liderança da repressão policial. Tanto a teoria do papel dos líderes de opinião

quanto a da organização baseada na horizontalidade<sup>65</sup>, que emergiram dos dados da Análise Textual provinda da Teoria Fundamentada deram evidências do essencial processo de comunicação que precisa ser articulado nos “movimentos sociais contemporâneos”, para usar a nomenclatura de Melucci (2001, p.123). É pois, o processo comunicacional que permeia a constituição de laços que permitirá que os diversos ‘nós’ se juntem e se solidarizem num caminho de reciprocidade que vai gerar cidadania e afirmação das identidades e ideais dos inúmeros grupos e movimentos que emergem da sociedade, cada vez mais plural e global.

O trabalho de Análise Textual dos dados coletados e do estudo teórico desta pesquisa apontou Categorias Centrais de análise: a *Comunicação Horizontal, a Esfera Pública e a Mobilização Social* nos processos com vistas às ações coletivas na contemporaneidade e que perpassam pelas redes sociais digitais disponibilizadas pela internet. Estas categorias sinalizam possíveis mudanças estruturais nos processos de gestão e comunicação dos coletivos sociais e da sociedade civil que tendem a ser mais descentralizadas, sem hierarquias, com lideranças compartilhadas, e atuam em parcerias com outras entidades, fortalecendo os laços e ampliando o leque identitário e de reivindicações.

Desta prática surge a Comunicação Pública Cidadã (CPC) processo dialógico que se instaura entre os movimentos sociais, a sociedade civil e os governos, visando mudança de valores e estabelecimento de políticas de interesse social. Tal comunicação concorre com o poder hegemônico midiático na produção e na naturalização de mensagens emitidas pelo capital simbólico. Quando os movimentos sociais falam e o poder público responde, abrindo espaço em sua agenda pública para o atendimento de demandas emanadas dos cidadãos ocorre a CPC – processo de duas vias com objetivo de se chegar a um denominador comum que possibilite a prática cidadã, enfim a democracia.

Ressalte-se que há um potencial democrático quando a CPC amplia as vozes cidadãs, numa polifonia multicultural que convive com o atual sistema midiático tradicional impondo elementos constitutivos do meio on-line, como participação e interatividade entre os públicos e a sociedade.

O processo, no seu conjunto, evidenciou que o universo da comunicação é maior do que o da grande mídia. Há outra comunicação em curso que vem fazendo a diferença há anos, mas que agora ganha novas formas de expressão e capacidade de democratizar conteúdos por meio do empoderamento das tecnologias que facilitam as conexões e a formação de novas redes, as virtuais, porém sem desconsiderar das demais, as básicas e as político-sociais e presenciais (PERUZZO, 2013, p. 91).

---

<sup>65</sup> Este assunto será aprofundado no próximo capítulo.

E finalmente, a CPC oportuniza ambiência para a prática da cidadania, possibilitando espaços de conversação dialógicos, que modificam a Esfera Pública da sociedade contemporânea. Os vínculos firmados nesta esfera pública tecem fios que conduzem os cidadãos para novamente ocuparem a concretude das *ágoras* nas modernas cidades, firmando sua existência, pois que são vistos e ouvidos, de diversos ângulos e perspectivas, e podem ver e ouvir o outro, construindo para si sentidos no mundo da vida.

## CAPÍTULO 5

### OS LÍDERES DE OPINIÃO E O SUJEITO - CIDADÃO, CONCEITOS QUE EMERGIRAM DOS DADOS

#### 5.1 O Papel dos Líderes de Opinião

Conforme preveem Straus e Corbin (2008) na Teoria Fundamentada, da análise dos dados emergem conceitos e teorias. Um dos conceitos que a análise deste trabalho revelou e que será focado neste capítulo refere-se à ocorrência do fenômeno definido na Teoria da Comunicação por Two Step Flow Communication (Wolf, 1985; De Fleur, 1993; Holffeldt, 2001), ou seja, a influência dos líderes de opinião no processo de comunicação. Na Teoria dos Movimentos Sociais tal processo é conhecido como Papel dos Mediadores na formação da ação coletiva (Scherer-Warren, 1996; Klandermans, 1994). A partir da descrição do fenômeno nas teorias, de áreas distintas, mas intercambiáveis, pretende-se avaliar a participação da Frente de Luta Goiás no processo de mobilização social que ocorreu em junho de 2013 em Goiânia, semelhantemente ao verificado nas principais cidades do Brasil.

Na Teoria dos Movimentos Sociais, o papel dos líderes de opinião ou mediadores é exercido nos grupos denominados de primários por Klandermans (1994, p.207, tradução nossa<sup>66</sup>). São os grupos de amigos, colegas, vizinhos, moradores da mesma casa e que muitas vezes são categorizados em função de sua posição social como raça, gênero, religião e etnia. Além destes, para o autor (idem) as mobilizações e protestos necessitam da atuação de organizações tais como igrejas, associações trabalhistas, de bairro, de moradores, clubes desportivos, sindicatos, grêmios, com os quais os indivíduos se identificam e que por meio delas constroem significados e identidade coletiva. Em outras palavras, tais locais são frequentados por pessoas que se identificam com suas crenças e geralmente há a figura de um líder, um coordenador, que influencia e direciona as decisões dos demais. Klandermans (1994, p.206) aplica princípio semelhante ao analisar a construção das identidades coletivas dos movimentos sociais, segundo o qual, se opera em diferentes níveis e etapas, e prescinde da comunicação interpessoal. Diz que os indivíduos nascem em espaços sociais “onde há crenças coletivas que descrevem e interpretam o mundo, são socializados em grupos e organizações

---

<sup>66</sup> “[...] los individuos pertenecen a asociaciones y organizaciones (iglesias, organizaciones laborales, clubs de ocio, asociaciones de vecinos, organizaciones de estudiantes, sindicatos etc) y grupos (amigos, colegas, vecinos, grupos deportivos, compañeros de habitación etc) con los cuales se identificam... divididos em función de una categorización social (raza, género, religión, etnia) que refuerza la identificación con esos grupos.

que compartilham um conjunto de crenças e formam parte de grupos que tem suas próprias identidades coletivas”.

Scherer-Warren (1996, p.55) relata que no Brasil, o surgimento e crescimento dos Novos Movimentos Sociais (NMS) já descritos no capítulo 4, foi possível devido à existência de mediadores, líderes de opinião, que tinham como prática a educação popular e mobilização das bases comunitárias dos movimentos sociais. Ela (1996, p.55) cita os movimentos – de Bairro, Sem-Terra, Barragens - que contaram com o apoio da Igreja Católica que “tem sido a principal estimuladora das formas comunitárias de organização social [...] Muitos destes têm tido como principal mediador a Igreja, sobretudo através das pastorais”. Além da Igreja, Scherrer-Warren (idem) relata o papel dos mediadores ou líderes de opinião em intelectuais, agentes educacionais, religiosos e líderes políticos, inclusive. A autora (idem) aponta algumas contradições dos NMS, visto que rejeitam a ideia de serem representados por partidos políticos ou de terem qualquer tipo de atrelamento ao Estado, como ocorreu com os primeiros sindicatos do país. Porém dependem ainda de um sistema político responsável pela distribuição das políticas públicas, muitas das quais reivindicadas por tais movimentos. Observa-se que muitos indivíduos que participam ativamente dos NMS partem para candidaturas a cargos públicos e outros se unem criando novos partidos, identificados com seus ideais, tornando-se assim nos mediadores entre os sistemas políticos e os movimentos sociais aos quais representam. Conforme Melucci (2001, p.99) “os movimentos nas sociedades complexas não vivem sem algumas formas de representação política. Só a presença de canais de representação e de atores institucionais em grau de traduzir em políticas os impulsos conflituais garante que essas últimas não se dispersem”. O papel dos mediadores também se constitui em elemento chave para a articulação de um grupo com outro, visando parcerias que criem redes de solidariedade e permitam maior visibilidade daquele movimento. São os mediadores que possuem determinado tipo de liderança e conhecimento para estabelecer tais parcerias por meio de encontros, simpósios e atualmente, em sites de redes sociais.

Na Teoria da Comunicação, Wolf (1999, p.20) destaca a abordagem dos efeitos limitados, estudada por Lasarsfeld, em pesquisas sobre os efeitos das mensagens dos meios de comunicação sobre o público receptor. As pesquisas visavam identificar os elementos de influência indireta nos eleitores durante a campanha eleitoral de 1940. Constatou-se a existência de líderes de opinião e um processo comunicacional em dois níveis – das mídias para os líderes, e destes para os eleitores, o qual foi chamado de Two Step Flow Theory. Esses líderes representam a parcela de opinião pública que procura influenciar o resto do

eleitorado, demonstrando uma capacidade de reação e de resposta mais atenta aos acontecimentos da campanha presidencial. Simone Tuzzo discorre que:

O valor simbólico criado na transmissão de uma mensagem, o acúmulo de acertos sobre determinado assunto e o prestígio social também são fatores de construção de um líder de opinião. Estes líderes podem ou não ser celebridades midiáticas. Além da mídia podem ser pessoas reconhecidas em um determinado grupo social, um bairro ou uma cidade. Os líderes de opinião podem ser políticos, por exemplo, pessoas públicas que possuem alto grau de penetração e reconhecimento pela sociedade. Neste sentido, a opinião pública também pode ser responsável por manter ou colocar alguém no poder. A opinião pública pode ser determinante para as decisões políticas em qualquer instância, uma vez que, ações políticas podem ser punidas por eleitores em eleições futuras, condenando o político responsável à não reeleição. (TUZZO, 2005, p.38)

Os líderes de opinião constituem-se assim, no setor da população – transversal no que se respeita à estratificação socioeconômica – mais ativo na participação política e mais decidido no processo de formação das atitudes do voto. (WOLF, 1999, p.20). Essa teoria salienta as ligações entre os indivíduos e a “teia de relações sociais significativas de cada indivíduo” (Wolf, 1999, p. 21). Isto pode ser possível por meio de atitudes partilhadas pelos integrantes de um grupo que tem nos líderes, os “medianeiros” entre os meios de comunicação e os indivíduos menos politizados e interessados. De Fleur e Ball-Rokeach interpretaram esta teoria da seguinte forma:

Aqueles indivíduos que estavam em maior contato com a mídia foram denominados líderes de opinião por ser descoberto não serem meros transmissores neutros da informação: desempenhavam um importante papel ao prover interpretações da campanha que ajudavam a moldar as intenções de voto daqueles a quem passavam informações. Essa forma de influência pessoal tornou-se imediatamente reconhecida como importante processo interveniente, que funcionara entre a mensagem comunicada à massa e as respostas dadas a esta (DE FLEUR; BALL-ROKEACH, 1989, p.212).

As duas teorias, da Comunicação e dos Movimentos Sociais, focam a existência dos mediadores, indivíduos mais bem informados e politizados, que tem como função a formação da opinião pública em níveis mais básicos, populares, comunitários ou menos participativos. Tais indivíduos dependem desse líder para interpretar conteúdos simbólicos, construir identidades, firmar ideais e exercer sua cidadania.

Durante o processo de refinamento da pesquisa empírica a fim de se identificar os coordenadores da Frente de Luta Goiás constatou-se a existência de dezenas de grupos, núcleos de pesquisa de universidades, entidades estudantis, coletivos de defesa dos direitos humanos, feministas, associações de categorias profissionais como professores e partidos

políticos de esquerda que apoiavam a Frente. Este fato foi observado em um abaixo-assinado<sup>67</sup> do qual tais entidades e coletivos participaram a fim de mobilizar a opinião pública em favor da libertação de três estudantes presos<sup>68</sup> no dia 23/05/2014, quando protestavam contra a realização da Copa 2014. Da mesma forma em outras manifestações contrárias ao evento em outras capitais do país, em Goiânia a polícia, sob ordem judicial, a mando do Estado, fez busca e apreensão dos rapazes e de material de propaganda e mobilização de futuros atos. No abaixo-assinado eletrônico acessado em 04/06/2014, 62 assinaturas foram colhidas. Destas assinaturas, algumas puderam ser identificadas como sendo de coordenadores da Frente, tais como o Proluta (grupo de pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da UFG) e do Movaut ( movimento Autogestionário; o Coletivo Tarifa Zero), entre outros. Esta identificação foi possível por meio de blogs <http://movaut.blogspot.net>; <http://proluta.blogspot.net> e do Facebook do grupo. Além destes, outros coletivos assinaram o documento, entre eles, vários centros acadêmicos da Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto Federal de Goiás (IFG), sindicatos, associações populares, movimentos feministas, União Nacional dos Estudantes (UNE); Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR); União da Juventude Socialista de Goiás (UJSG); Movimento contra a Criminalização da Luta Popular além de membros de partidos como: Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), conforme figura 18.

**Figura 18 – Grupos que compõem a Frente de Luta Goiás, criada pela autora**



<sup>67</sup> Disponível em: <http://passapalavra.info/2014/05/95539>, acesso em 06/06/2014

<sup>68</sup> O mandado de prisão foi expedido contra quatro estudantes, Heitor Vilela, Ian Caetano, João Aguiar e Tiago Araújo, todos estudantes da UFG, mas Tiago não foi localizado e por isso não foi detido, conforme matéria divulgada no dia 24/05/2014, pelo jornal O Popular.

Entre as assinaturas do abaixo-assinado encontram-se estudantes e professores que o fazem em nome de grupos, núcleos e entidades, ou seja, entidades que apoiavam a Frente e sua atuação na cidade de Goiânia. Verificou-se que assinaram o documento, os líderes de opinião de tais grupos, os que exercem o papel de mediadores nos movimentos sociais, das coordenações e lideranças dos coletivos para as bases que dependem dessa liderança para interpretar informações e serem mobilizadas. Aqui se destaca que tais entidades e coletivos possuem uma liderança, geralmente ativa, mais bem informada, altamente politizada e participativa e tem seus liderados, seguidores, menos informados, mas igualmente interessados e unidos pelos mesmos ideais e que recebem influência desses líderes de opinião (figura 18).

Esta constatação aponta para o uso das redes sociais on-line como canal de comunicação e não ainda como uma ambiência pelo grupo Frente de Luta Goiás. A Frente considera o perfil do Facebook como um instrumento de comunicação e mobilização com vistas às ações coletivas. O formato em rede da plataforma Facebook possibilita a comunicação não só em dois níveis, como em vários outros, geralmente não lineares, mas fluidos, intercambiáveis e rediáticos. O fato é que os formadores de opinião também atuam nas redes sociais on-line interpretando uma quantidade exponencial de dados, característica própria da web, dando sentido a eles e re-elaborando novos conteúdos simbólicos que construirão as identidades coletivas e permitirão aos movimentos sociais realizarem futuras ações coletivas.

Este processo pode ser visualizado nas avaliações de Malini e Antoun (2013 , p.92-102) sobre o mecanismo denominado na Teoria das Redes de P2P (*peer two peer*). Não se pretende aqui analisar tal teoria criada pela Ciência da Informação e que basicamente trata dos caminhos e conexões de computadores na internet, para se falar grosso modo. O que pode fornecer uma base para o entendimento do papel dos mediadores e dos líderes de opinião é a constatação dessa teoria de que cada máquina, chamada de ‘nó’ se liga a outros ‘nós’ formando uma rede. Tais ‘nós’ se ligam a um Servidor Central que distribui os dados e que possibilita que um ‘nó’ troque também informações com outro. A grande descoberta desta teoria foi a criação da topologia da rede P2P multcentralizada com o agrupamento de vários ‘nós’ aos *super-peer* ou ‘supernós’. Os supernós se conectam entre si e com outros ‘nós’.

Se fizermos a Teoria das Redes dialogar com a dos Dois Níveis (Two Step Flow Communication) e com a do Papel dos Mediadores (Teoria dos Movimentos Sociais), poderíamos deduzir que os ‘supernós’ são os líderes de opinião, os mediadores que mantêm contato com vários sujeitos e os induzem a mobilizarem outros tantos para uma ação coletiva

em causas as quais se identificam ou simpatizam. Desta forma, as três teorias, pertencentes a campos do conhecimento diversos, podem ser utilizadas para explicar o fato de uma rede social on-line gerar mobilização com a quantidade de indivíduos não esperados e sequer previstos pelos seus coordenadores.<sup>69</sup>

Com relação à Frente de Luta Goiás ela seria composta por alguns coordenadores, que poderiam ser denominados de “Supernós” – Coletivo Tarifa Zero, Grupo Proluta, Movimento Autogestionário, Movimento Estudantil Popular Revolucionário e outros. São os líderes de opinião que se conectam a outros ‘supernós’ e que fazem a mediação entre os ‘supernós’ e os ‘nós’. São ainda sujeitos que se encontram na base dos movimentos sociais e que a estes dão corpo e visibilidade numérica durante as ações coletivas, tais como estudantes, categorias profissionais dos professores e pesquisadores.

Destaca-se que para os coordenadores da Frente, a manifestação do dia 20/06/2013, convocada por eles e que reuniu cerca de 70 mil pessoas, foi considerada como uma ação festiva, fora dos padrões estabelecidos de luta pelo grupo. Este foi o sexto ato que a Frente organizou e foi integrado à convocação nacional de outros coletivos tais como as Frentes de Luta de outros estados e o Movimento Passe Livre em São Paulo.

[...] uma quantidade nunca antes vista de pessoas marcaram presença nas ruas centrais de Goiânia. Com a vastidão de bandeiras, deixando em planos inferiores a questão do transporte e do aumento da tarifa que havia sido revogado [...] com uma tonalidade pacifista, desvirtuando as ações que até então a Frente havia organizado, saiu do centro da capital percorrendo várias localidades da cidade com um tom muito mais de festividade do que de manifestação popular (MATEUS, 2013, p.12)

Os coordenadores da Frente de Luta Goiás não esperavam que sua convocação no Facebook gerasse tantos manifestantes. Deixam claro que as redes sociais são um instrumento de comunicação que amplia o poder de mobilização. Descreve Pinto (2013, p.19) que “o movimento não se organiza pela internet, mas a usa para divulgar as ações” definidas em reuniões presenciais. “Um dos pontos positivos do Facebook e o Twitter é essa possibilidade de ampliação do contato: o que antes se fazia apenas de boca em boca ou com panfletos, hoje, com uma matriz de uma arte, pode-se chegar a milhões de pessoas” (idem).

A Frente de Luta Goiás, em seu perfil no Facebook (Anexo 3), no dia 19/06/2013 contou com a maior quantidade de confirmações de presença no protesto do dia seguinte, 20/06/2013 – mais de 60 mil confirmações, quantidade que se aproximou do número de

<sup>69</sup> O grupo fechado do Frente de Luta GO no Facebook obteve a confirmação de presença de 62 mil internautas no dia 19/06/2013 para o ato público no dia 20/06/2013 que no Brasil mobilizou aproximadamente 1 milhão 400 mil pessoas. Em Goiânia, foram às ruas cerca de 70 mil pessoas, conforme Mateus (2013, p.22) na Revista Enfrentamento, publicação do Movimento Autogestionário, um dos grupos que integra a Frente de Luta GO

manifestantes em Goiânia naquela data – 70 mil pessoas<sup>70</sup>. Até o momento, a Frente de Luta Goiás não atribuiu aos seus *posts* no Facebook o fato de mobilizar milhares de goianienses. Não creditaram às redes a responsabilidade pelo grande contingente de indivíduos que participou do sexto ato de protesto em Goiânia, apesar dos números de participantes nas ruas estarem muito próximos à quantidade de confirmações de presença no grupo fechado da Frente no Facebook um dia antes da manifestação, ou seja, foram 62 mil confirmações no Facebook e cerca de 70 mil manifestantes nas ruas. Esse dado, no entanto, pode não ter relação de causa e efeito, uma vez que não existe pesquisa nesse sentido comprovando a validade dos mesmos. Igualmente tal questionamento não foi respondido nesse trabalho, pois este não se constitui no recorte teórico-metodológico dessa pesquisa.

O protesto em nível nacional foi convocado por outras lideranças e por outros meios de comunicação tendo sido reverberado na mídia tradicional, o que pressupõe a hipótese que emergiu dos dados da análise da Pesquisa Fundamentada sobre o grupo e sua atuação durante o Outono Brasileiro. As redes *on-line* ampliaram o poder de penetração e formação de opinião exercida por meio da influência de seus líderes de opinião, que tanto pessoalmente, em seus grupos de atuação e liderança, quanto virtualmente, em seus perfis e *blogs*, convenceram liderados e simpatizantes. Estes, por sua vez, atuaram também como líderes de opinião em seus perfis, mobilizando outras centenas de manifestantes. Tal poder é chamado de ‘*sharming*’ – afluência ou enxameamento (Malini e Antoun, 2013, p.173).

Que tipo de agendamento público ocorre por meio das redes sociais on-line? É possível inferir, a partir da teoria da *Agenda-Setting*<sup>71</sup>, que as redes sociais digitais, à semelhança da mídia tradicional, promova um agendamento de temas a médio e longo prazo? São questões em aberto que se sugere pesquisar em outro momento, pois esta intrigante constatação necessita de pesquisas e aprofundamento analítico, o que extrapola os objetivos deste trabalho e portanto não se encontram no recorte teórico-metodológico desta dissertação. Tal aprofundamento deve passar pelo estudo sobre Opinião Pública requerendo uma nova revisão bibliográfica abarcando autores clássicos: Alexis de Tocqueville, Ortega Y Gasset, Gustave Le Bon, Robert E. Park, Hebert Blumer, Walter Lippmann, J. Meyrowits,<sup>72</sup> aos

---

<sup>70</sup> Dado divulgado pelo Movaut - um dos coletivos que compõe a Frente de Luta Goiás (Mateus, 2012, p. 12).

<sup>71</sup> “A Teoria da Agenda demonstra que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social é fornecida predominantemente pelos meios de comunicação de massa. A imprensa não diz às pessoas o que elas devem pensar, mas sobre que temas devem pensar...seus autores, Mac Comb e Shaw buscaram evitar os inconvenientes, de um lado, das teóricas dos efeitos diretos da mídia, de outro da teoria psicológica e cognitiva dos usos e gratificações”. (Temer;Nery, 2009, p.72)

<sup>72</sup> Citados na revisão teórica sobre formação da opinião pública por Di Felice (2008) em “Do Público para as Redes”

quais se acrescentariam Guy Debord (1997), Elisabeth Noelle-Neumann (1995), Pierre Bordieu (1989) Sarah Chucid Da Viá (1983)<sup>73</sup>, Maria Helena Weber (2000), Luís Mauro Sá Martino (2003), Wilson Gomes (2007), entre outros.

## 5.2 O Sujeito-Cidadão

O outro conceito que a análise textual revelou durante a fase de decodificação dos dados refere-se à formação do *sujeito-cidadão*. A questão do sujeito nas mobilizações sociais é um tema que emergiu dos dados da pesquisa empírica sob abordagem da Teoria Fundamentada neste trabalho. Quem é o manifestante que saiu às ruas em centenas de cidades brasileiras durante o Outono brasileiro de 2013? Analistas<sup>74</sup> observaram que era um sujeito atípico dos que pertenciam aos movimentos operários da era moderna liderados por forças sindicais e/ou partidos políticos. Também não podem ser incluídos nas categorias elencadas na Teoria dos Movimentos Sociais como advindos dos Novos Movimentos Sociais ou representantes da sociedade civil, Organizações Não Governamentais e/ou até mesmo de entidades do Terceiro Setor, esta sendo geralmente ligada aos programas com viés “sustentável” do empresariado, que possui certa aproximação com a defesa de alguns interesses coletivos e direitos sociais mas visando agregar valor às suas marcas ou produtos.

O sociólogo francês Alain Touraine estuda os movimentos sociais desde a década de 1960 e é o principal articulador do paradigma acionalista na Teoria dos Movimentos Sociais. Ele identifica movimentos sociais como ações de um ator social num ambiente de conflito que possui uma dinâmica própria. Também defende a atuação do sujeito histórico no lugar do proletário como o responsável pela transformação do mundo. Touraine acredita que as ações coletivas atualmente não visam criar uma nova sociedade ou tomar o poder, mas mudar a vida, o cotidiano dos atores, defender seus direitos, entre eles, o de livre expressão e o de guiar seus destinos.

Os movimentos sociais encarnaram no passado um projeto de reconstrução radical da sociedade... As primeiras explosões revolucionárias do mundo moderno pretenderam criar uma sociedade de iguais e de puros, simultaneamente, libertos da miséria e da dominação dos senhores. Estes movimentos procuraram instaurar um poder popular absoluto, igualitário e a

<sup>73</sup> Estes autores são indicações de Simone Tuzzo (2005) em “Deslumbramento Coletivo”.

<sup>74</sup> Diversos intelectuais, pesquisadores empreenderam análises publicados em blogs e sites da internet, cujos nomes estão divulgados no Anexo 5.

destruição dos privilégios. A partir de agora, nos países mais industrializados, qualquer movimento social só pode ter ações coletivas diretamente dirigidas para a afirmação e para a defesa dos direitos do Sujeito, da sua liberdade e da sua igualdade. (TORRAINE, 1997, p.132).

Ser sujeito, para Touraine, implica em querer ser ator em seu meio social, participar, atuar, ter voz, ser senhor de seu destino, modificar seu ambiente social e não ser enredado ou determinado por ele. Daí que “[...] a liberdade do sujeito será construída em sua relação com o outro, na alteridade, mas não na subjugação, não na integração sistêmica acrítica, mas na busca do reconhecimento, na sua universalidade e na sua particularidade” (Gadea e Scherer-Warren, 2005, p.42).

O sujeito se constrói simultaneamente pela luta contra os aparelhos e pelo respeito do outro como sujeito; o movimento social é a ação coletiva de defesa do sujeito contra o poder da mercadoria, da empresa e do Estado [...] Não existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito. (TOURRAINE, 1994, p.302).

No Outono Brasileiro, em Goiânia puderam ser elencados pelo menos dois elementos que possivelmente indicam a composição desse *sujeito-cidadão* que participou do Outono Brasileiro de 2013: 1) o *sujeito-cidadão engajado* e 2) o *sujeito-cidadão incógnito*. O primeiro, termo encontrado em Touraine (1994) é apontado por Gohn (2003, p. 49) como um “novo ator sociopolítico” que está “recolocando o tema do sujeito no processo de mudança social, um sujeito político configurado de forma nova, plural e fragmentado pela diversidade de frentes que abrange” e pode ser representado pelo grupo Frente de Luta Goiás. Este *sujeito-cidadão engajado* composto por dezenas de grupos e entidades que se uniu, a despeito de suas diferenças ideológicas para barrar o aumento da tarifa do transporte coletivo e foi vitorioso em sua demanda. O preço da passagem que era de R\$ 2,70 sofreu acréscimo de R\$ 0,30 dia 22/05/13, mas este foi cancelado no dia 13/06/2013 por ordem judicial, sendo que o valor de R\$ 3,00 vigorou por 23 dias. A Frente tem sido considerada por vários integrantes como um grupo ativista, horizontal, descentralizado, com democracia deliberativa e dinamismo próprio, que se articulou sob um objetivo comum, que foi a luta pela redução da tarifa dos ônibus coletivos e posteriormente pelo passe livre.

O outro, um *incógnito sujeito-cidadão* advém das mobilizações que foram realizadas por meio das redes sociais on-line e reverberadas pela mídia tradicional. Esse sujeito foi descrito pela antropóloga Marlene Novaes (2014, p.1) como de “diferentes percursos sociais”, “detentor de potencialidades críticas, disposto a manter a si mesmo no contexto da pluralidade das diferenças, mas também interessado em experimentar subjetividade social”, que

extrapolou os convocados pelos coordenadores dos movimentos tais como o MPL em São Paulo e as Frentes de Luta em vários estados.

O MPL chamou mesmo foi para ir até ali na esquina, em passeata pela revogação do aumento da tarifa de ônibus. Mas a multidão que se foi constituindo nas avenidas vinha com mais fome que os pobres que tem fome na rua. Uma fome velha, sentida, batida, dobrada e redobrada por respeito aos direitos de cidadania plena, pela partilha nas decisões do Estado, por uma vida civil com saúde, trabalho, moradia e educação e, sobretudo, fome de doer entranhas pela moralização na administração política da coisa pública. (NOVAES, 2014, p.1).

Para Novaes (2014, p.2) o sujeito que ocupou as ruas brasileiras era um “sujeito singularizado, aquele que elevava seu cartaz gritando forte; o cartaz que redigiu em sua casa, com sua caneta denunciando aquilo que faz contraponto à sua felicidade particular”. E na avenida as “diferentes singularidades confluíram, entrelaçaram e amarraram forte um desejo e outro desejo e mais outro até tecer uma nova voz para o país”. Isto foi possível porque houve a ativação de uma nova sociabilidade proporcionada pela pluralidade das redes sociais online, nas quais “o sujeito tornou-se o produtor da informação que percorre a rede acompanhada de julgamentos que instigam o ativismo social porque elevam os níveis de consciência geral” (Novaes, 2014, p.2).

Esta opinião, no entanto, não é compartilhada por outros analistas. Sakamoto (2013, p.1) separou os atos contra o aumento nas tarifas de ônibus daquele que ocorreu no dia 20/06/2013 que mostrava a ida às ruas do Facebook e do Twitter: “[...] o chamado feito pelas redes sociais trouxe as próprias redes sociais para a rua”. Esse *incógnito sujeito-cidadão*, na opinião do autor, não pertence às lutas populares e não faz parte de organizações, entidades e coletivos que habitam a esfera pública com suas lutas por direitos ou reconhecimento; antes é um sujeito conservador, da chamada classe média.

Portanto, nem todos os que foram às ruas são exatamente progressistas. Aliás, o Brasil é bem conservador – da elite branca paulistana à chamada nova classe média que ascendeu socialmente tendo como referências símbolos de consumo (e a ausência deles como depressão) [...] os grupos conservadores se organizaram na internet para pegar carona no ato. Lá chegando, foram colocando as mangas de fora com suas pautas paralelas [...] Dentre esses indignados que foram preparados, ao longo do tempo pela família, pela escola, pela igreja e pela mídia para tratarem o mundo de forma conservadora, sem muita reflexão, tem gente simplesmente com muita raiva de tudo e botando isso para fora (SAKAMOTO, 2014, p.3).

Um dos integrantes da Frente, o Movaut, no entanto, faz uma análise desse *incógnito sujeito-cidadão* com base na divisão de classes da sociedade, sob o paradigma marxista. Diz

Viana (2013, p.29) que o discurso de que as manifestações foram fruto da mobilização da classe média “é equivocado por criar uma homogeneidade onde ela não existe”.

A suposta classe média, definida de forma abstrato-metafísico por nível de renda, é composta, na verdade, por diversas classes sociais, com modos de vida, posição na divisão social do trabalho, interesses, distintos [...] As manifestações populares possibilitaram uma ampliação da base social, que era predominantemente estudantil, englobando setores das classes auxiliares da burguesia (burocracia, intelectualidade), trabalhadores (proletários, subalternos etc) (VIANA, 2013, p.29).

Outros elementos desse *incógnito sujeito-cidadão* verificados nas manifestações são os grupos nacionalistas, “[...] de direita, como integralistas, até hoje presentes na sociedade brasileira” (Pinto, 2013, p.20). Também Viana (2013, p.30) destaca que:

[...] há uma hegemonia não só percebida com as cores que as pessoas usam para se manifestar, que é predominantemente verde e amarelo [...] uma tendência de ressaltar a unidade nacional, destacando nos noticiários a posição contra a violência, as bandeiras do Brasil, hino nacional etc. No bojo das manifestações, setores mais reacionários e pequenos grupos fascistas emergiram (VIANA, 2013, p.30).

Alguns analistas, como Pellegrini (2013, p.1), corrobora que a “juventude da classe média, usuária do Facebook tomou a frente e agora manifestações de toda ordem tomam conta do país”. Mas, a Frente de Luta Goiás não entende dessa forma, já que vê o uso das plataformas de redes sociais de forma instrumental, como um canal de comunicação e mobilização com vistas à participação social. Tanto a análise na revista *Enfrentamento*, do *Movaut*, quanto da entrevista ao jornal *Opção* do membro do Coletivo Tarifa Zero (que na ocasião era do comitê de imprensa da Frente), mostraram que as redes sociais são para eles, uma mídia e não uma ambiência de comunicação. Sobre o papel das redes sociais na articulação dos protestos, a Frente crê que “[...] são somente um meio que facilita a organização e nunca a base para que os protestos surgissem [...] isto não implica em dizer que o Facebook é o elemento central, como muitos dizem”. Ainda assim, a internet é um canal de difusão de suas mensagens. “[...] o movimento não se organiza pela internet, mas a usa para divulgar as ações”. (Maia, 2013, p.43; Pinto, 2013, p.19). Apesar disso, foi pontuado que a Frente enquanto um grupo ativista não prescinde de processos comunicativos para incrementar a participação de adeptos. Tampouco negaram a criação de atos que geraram visibilidade midiática como os que ocorreram dias 8 de maio de 2013, como bloqueio de avenidas no centro da cidade e queima de pneus e 6 de junho com encenação teatral em frente à sede da CMTC. Outro exemplo pode ser visto durante a repressão policial que foi

intensificada especialmente no segundo e terceiro atos coletivos nos dias 16/05/13 e 28/05/13, e que foi repercutida pela mídia local, após vídeos terem sido postados na internet por meio do canal do Youtube. Tais vídeos podem ter influenciado favoravelmente a participação da população goianiense nos protestos, conforme deixa claro os integrantes da Frente, “[...] a repressão violenta em várias cidades não gerou terror ou medo na população, mas sua adesão aos protestos”. (Madureira (2013, p.5; Maia, 2013, p.43).

O grupo Frente de Luta destacou que tal *incógnito sujeito-cidadão* foi pautado pela mídia tradicional. A Frente não levou em conta, em nenhum momento das análises, o fato da quantidade de participantes que confirmaram presença na manifestação – cerca de 62 mil – daquele dia ser próxima dos números divulgados por eles mesmos do total de cidadãos nas ruas de Goiânia – 70 mil. “Apesar de todo aquele circo armado pela imprensa, pela polícia, pelas classes dominantes” a manifestação do dia 20 de junho teve como objetivo “esvaziar o seu conteúdo de rebeldia e de justa reivindicação popular”. Esta posição foi defendida pelo grupo, quando expressou que: o discurso midiático muito influenciou os últimos protestos - pacifismo, unidade nacional, hino nacional, bandeira do Brasil” (Madureira, 2013, p.16; Maia, 2013, p.51).

Talvez aqui esteja um importante dado, uma hipótese a ser mais bem estudada em futuras pesquisas, que permitam por meio de outro recorte teórico-metodológico, verificar que: Não foram as redes sociais on-line, mas a junção das mensagens publicadas nelas com os temas veiculados pelos tradicionais meios de comunicação, que juntos, formaram a opinião pública que pautou a agenda coletiva mobilizando cerca de 1 milhão e meio de pessoas no dia 20 de junho de 2013 em todo o país<sup>75</sup>. Assim, a Teoria da Agenda-Setting, unida a outras teorias, possivelmente a Teoria das Redes, a Teoria dos Jogos<sup>76</sup>, a interpretação freudiana e outras teorias nas áreas da Comunicação, Informática, Sociologia, Psicologia, Psicanálise e quiçá outras, dariam conta de explicar o fenômeno inédito que ocorreu no Brasil em 2013, à semelhança dos acontecidos em diversos países que vem sendo realizados desde que a nova ambiência da internet passou a ocupar os sentidos e o cotidiano da vida dos indivíduos, na sociedade informacional.

---

<sup>75</sup> Pesquisa do Ibope realizada no dia 20/06/13 com 2002 pessoas em sete capitais revelou que 95% dos entrevistados souberam da manifestação deste dia por meio da internet, sendo 62% do Facebook. Ainda informou que 14% souberam do protesto também pela televisão, 4% por jornais ou rádio, 3% por familiares e 3% pela base do movimento. Fonte: [g1.globo.com/Brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa](http://g1.globo.com/Brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa), acesso em 12/02/2015.

<sup>76</sup> “Alguns cientistas políticos tentam explicar esse contágio. Rama Larlins e Roger Petersen, por exemplo, se baseiam na Teoria dos Jogos para explicar essas grandes ondas de protestos: quando as pessoas começam a perceber que vão ganhar mais se unindo aos outros, elas participam mais, aí a coisa se transforma numa bola de neve, trazendo cada vez mais pessoas às ruas” (Arbache, 2014, p.2).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral verificar se os binômios “Comunicação Horizontal”, “Esfera Pública” e “Mobilização Social” podem ser tomados como pilares de sustentação da Comunicação Pública Cidadã. Também contou como um dos objetivos específicos identificar de que forma os movimentos sociais lidam com a comunicação em seus processos de mobilização a fim de obterem visibilidade junto aos seus públicos, a sociedade e o Estado nesta era considerada de informacional.

O objeto de estudo a fim de se verificar os pressupostos teóricos que formam a Comunicação Pública Cidadã foi a atuação do grupo Frente de Lutas Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus durante o Outono Brasileiro (2013) na cidade de Goiânia enquanto lócus da interseção dos processos comunicacionais horizontais que ocorrem na ambiência da esfera pública das redes sociais on-line e que se concretizam nas ações coletivas das ruas. Para tal foi realizada pesquisa bibliográfica nos três primeiros capítulos avaliando os três binômios no âmbito da área das Ciências Sociais, passando por campos científicos transversos tais como a Comunicação e suas subáreas (Comunicação Horizontal e Pública), a Esfera Pública das *Ágoras* e a Teoria dos Movimentos Sociais. O método adotado foi a pesquisa sob o enfoque da Teoria Fundamentada, de Straus e Corbin (2008) que se operacionaliza por meio da metodologia da Análise Textual de documentos, neste caso, de domínio público, de onde os conceitos e teorias emergem dos dados empíricos.

O *corpus* da análise foi composto de artigos da revista *Enfrentamento*, editada pelo Movaut, edição especial de julho de 2013; entrevista de membro do Coletivo Zero, que na oportunidade falava em nome da comissão de imprensa da Frente de Luta Goiás e transcrição de um debate empreendido pelo Núcleo Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG. Tais textos foram transcritos e analisados segundo os critérios e procedimentos metodológicos da Teoria Fundamentada. Verificou-se 12 categorias de análise (a partir de teorização de Castells, 2013) que foram classificadas em três categorias centrais: *Comunicação Horizontal*, *Esfera Pública e Mobilização Social*. Ressalte-se a emergência de outras categorias de análise – *Rede submersa, fluida e solidária*, *Comunicação nas Mobilizações Sociais*; *Papel da Mídia Tradicional*; *Papel das Redes Sociais Digitais*.

Este trabalho revelou ainda, por meio da emergência dos dados codificados, a existência das teorias: da Comunicação em Dois Níveis e do Papel dos Mediadores nos Movimentos Sociais. Tais fenômenos foram observados durante a fase de pesquisa empírica e bibliográfica

como práticas para a ocorrência de mobilizações de coletivos, de grupos, entidades e movimentos que compõem a sociedade civil e atuam na esfera pública, tanto virtual quanto real, na concretude das cidades. Há que se aprofundar no assunto, tema para futuras pesquisas, a partir dos indícios de novos caminhos a serem percorridos academicamente para os que se aventurarem a ir, pelas *ágoras* contemporâneas, virtuais ou concretas, observando e analisando os movimentos cuja raiz seja o ‘*quefazer*’ do cotidiano.

A plataforma do Facebook atualmente comporta um perfil próprio do Frente de Luta Goiás e não mais o Grupo Fechado, criado em 15/04/2013 de onde foi incentivada a participação popular para as mobilizações. Em seu lugar foi criado um perfil institucional nesta mesma rede social on-line a partir de 2014. Algumas questões surgem deste fato: 1) A comunicação e a interatividade on-line é mais eficiente quando se está em um grupo fechado (tipo de comunidade temática) do que em um perfil institucional, reforçando a questão dos laços fracos e associativos nas redes (Malini e Antoun, 2013, p.75; Recuero, 2012, p.208); 2) O fato de o grupo contar com cerca de 500 usuários (Anexo 1), o que em uma análise de conteúdo superficial poderiam se referir a formadores de opinião, que reverberando os *posts* em seus próprios perfis potencializaram a participação de mais de 60 mil internautas em uma única manifestação, no dia 20/06/2013; 3) Seria possível estabelecer uma relação causal entre as confirmações de presença dos internautas e os manifestantes que foram às ruas de Goiânia no dia 20/06/2013, visto haver aproximação da quantidade de manifestantes com a dos internautas que confirmaram participação por meio do grupo do Facebook da Frente? Tais questionamentos constituem-se em desafios para a continuidade da pesquisa, com a necessidade de obtenção de dados aprofundados junto a internautas que foram mobilizados por meio da plataforma de rede social Facebook.

A identificação deste *sujeito-cidadão*, incógnito ou engajado, que foi às ruas em junho de 2013 constitui-se em uma brecha que sinaliza a necessidade de pesquisa empírica abrangendo questões tais como: democracia deliberativa em substituição à representatividade político-partidária ou sindical, rechaçadas durante as manifestações. A teoria a ser testada empiricamente junto ao público participante do Outono Brasileiro poderia abranger as redes sociais on-line como elemento potencializador das mobilizações, o que supõe a revisão teórica e pesquisa empírica sobre a influência da opinião pública, do agendamento público midiático, e o desejo de protagonismo do sujeito pós-moderno que se exacerba nas redes de relacionamento da internet.

Conclui-se, portanto que, os processos de comunicação da sociedade civil da era informacional não podem mais ser ignorados por parte da esfera do poder constituído –

Estado, governos e parlamentos. São tais processos que permitiram a expansão e o ajuntamento do mundo de forma globalizante, tendo como principal elemento a circulação cada vez mais veloz da informação, quer seja por meio de canais que detém o monopólio midiático como por disseminação do tipo viral, próprio das redes sociais on-line. O mundo contemporâneo, cada vez mais complexo, é formado de sistemas e subsistemas cujas fronteiras se entrecruzam, surgindo processos que promovem redes de vínculos sociais. Tais vínculos, em comunicação, mesmo que mediada por aparato tecnológico, geram ações coletivas dando visibilidade pública às suas lutas e bandeiras. Interferem na agenda governamental e na esfera midiática, sistemas que detém o poder hegemônico e um privilegiado lugar de fala, respectivamente. A Comunicação Pública Cidadã oportuniza ao ator social e coletivo uma contra-fala, emergida da sociedade que deseja ser protagonista de sua história e conquistas pelos direitos à cidadania. Desta comunicação dialógica que se estabelece em um processo horizontal de interações observa-se a existência de uma esfera pública com vistas à ação política num contexto sócio-histórico.

Após as análises empreendidas em documentos divulgados em jornais impressos, *sites* noticiosos e *blogs* de opinião percebe-se que a Frente de Luta Goiás, à semelhança do MPL de São Paulo e de outras Frentes de Luta do país, se articulou e iniciou ações coletivas com vistas a impedir o aumento da tarifa dos ônibus coletivos nas capitais do Brasil. Para isso foram criados perfis na plataforma de rede social Facebook, com objetivo de divulgar suas ações e angariar adeptos para sua causa. As primeiras manifestações, com tom de radicalidade a fim de chamar atenção da mídia e obter visibilidade, foram violentamente reprimidas pelo aparato policial a mando do Estado. Tais ações sendo reverberadas pela grande imprensa obtiveram grande repercussão, inclusive, no exterior. Como um vírus que se alastra pelos fios invisíveis da internet foi levantada a bandeira da indignação devido situações como: precariedade dos serviços públicos prestados à população, corrupção em obras e descrédito quanto à classe política. A estas causas foram se juntando outras reivindicações, outras necessidades, como a ampliação e garantia de direitos já conquistados, dando uma tonalidade polifórmica e rediática ao movimento. Gritos entalados na garganta por muitos anos: gritos que vieram de todos os lados, de todos os matizes, que se uniram independentemente de classe social, cor, raça, religião, ideologia, afinal, o direito a manifestação, a livre expressão e a querer um país diferente, no qual, o sujeito-cidadão seja ouvido e levado em conta pelos que governam, foi o principal. O direito a ter uma *ágora* democrática e plural.

## REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Quézia; RIBEIRO, Bruna e TEMER, Ana Carolina R. P. **Cidadania e Democracia Deliberativa Na Esfera Pública Digital**. 2013. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-Intercom Nacional, 36, Manaus.SP:Intercom, 2013
- ALCANTARA, Quézia; MAINIERI, Tiago. **O Poder Legislativo como Palco de Embate entre a Comunicação Pública e a Comunicação Política**. Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação-Intercom Região Centro-Oeste, 30/5/2013 a 1º/06/2013.SP: Intercom, 2013.
- ANTOUN, Henrique. **Web 2.0: Participação e Vigilância na Era da Comunicação Distribuída** (org.). RJ: Mauad X, 2008.
- ARANTES, Paulo Eduardo; SCHWARZ, Roberto (orgs). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. SP: Boitempo Editorial e Carta Maior, 2013.
- ARBACHE, Guilherme. **Como explicar a onda de protestos de 2013 no Brasil**. Blog Comunicação e Política, Ensaios. Disponível em <http://www.comunicacaoepolitica.com.br/blog/2014/01/como-explicar-a-onda-de-protestos>. Acesso em 20/02/2014
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. RJ: Forense Universitária, 1958.
- BARBERO, Jesús Martin; REY, Gérman. **Os Exercícios do Ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. SP: Editora Senac, 2001.
- BARROS, Sérgio Resende. **Direito do Consumidor e Gerações de Direito**. Blog Sérgio Resende Barros. Disponível em: [www.srbarros.com.br/pt/direito-do-consumidor-e-geracoes-de-direitos.cont](http://www.srbarros.com.br/pt/direito-do-consumidor-e-geracoes-de-direitos.cont). Acesso em: 28 ago. 2014
- BAUMAN, Zigmund. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. RJ: Horge Zahar Ed., 2001
- BELTRÁN, Luiz Ramiro. **Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal**. In: Comunicação e Sociedade. Revista semestral de estudo de comunicação. São Paulo, n.º 6, setembro de 1981.
- BELTRÃO, Luiz Ramiro. **Fundamentos científicos da comunicação**. Brasília: Thesaurus, 1973.
- BENTIVEGNA, Fernando J. Fatores de Impacto no Sucesso do Marketing Boca-a-boca Online. **SciELO-Scientific Electronic Library Online**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n1/v42n1a08.pdf>. Acesso em 03 abr. 2013
- BERLO, David K. **O Processo da Comunicação. Introdução à Teoria e à Prática**. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

BOBBIO, Norberto. Presente e Futuro dos Direitos do Homem. In: BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 3ª reimpressão. RJ: Elsevier, 2004.

BRAGA, José Luiz. **Constituição do Campo da Comunicação**. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José L.A.; PORTO, Sérgio D. (orgs) . **Campo da Comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Ed.Universitária 2001.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. SP: Atlas, 2009.

BRINGEL, Breno. **Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013**. Revista eletrônica Insight Inteligência. Disponível em <http://insightinteligencia.ig.com.br/?p=377>, Acesso em 08/01/2015

BROWN, Colin; COENEN, Lothar. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. SP: Editora Vida, 2000.

BUENO, Wilson. **Comunicação, Iniciativa Privada e Interesse Público**. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. SP: Atlas, 2009

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura** – vol.II. Tradução de Klauss Gerhardt. SP: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura** –Volume 1. SP: Paz&Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y Poder**. Tradução de María Hernández Díaz. Madri: Alianza Editorial, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. São Paulo: Ed. Paz&Terra, 2013.

CASTILHO, Carlos. **A Crise Egípcia abre o Debate Sobre o Botão Vermelho na Internet**. Observatório da Imprensa, Ano 15, nº 628, 10/02/2011

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o Longo Caminho**. RJ: Civilização Brasileira, 2010.

CHARMAZ, Kathy. **A Construção da Teoria Fundamentada. Guia Prático para Análise Qualitativa**. Tradução de Joice Elias. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CONTRA a Criminalização da Luta Popular-Liberdade aos Presos Políticos. **Blog Passa Palavra**. 2014. Disponível em <http://passapalavra.info>. Acesso em 06 jun. 2014

CONTRERA, Malena Segura. **Acerca da Relação entre Comunicação e Cidadania- Re-significações necessárias**. In: SAMPAIO, Inês (org). **Comunicação, Cultura e Cidadania**. SP: Pontes Editores, 2012.

COSTANZA-SHOCK, Sasha. **Analytical note: Horizontal Communication and Social Movements**. Disponível em: [http://web.mit.edu/shock/www/docs/horizontal communication and social movements.pdf](http://web.mit.edu/shock/www/docs/horizontal%20communication%20and%20social%20movements.pdf). Acesso em 14 jan. 2014

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania**. SP: Editora Brasiliense, 1997.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um Breve Histórico dos Direitos Humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis, RJ: 2004, pp.19-42

DE FLEUR, M.L; BALL-ROKEANCH, S. (1989) **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

DI FELICE, Máximo (org.). **Do Público para as Redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. SP: Difusão Editora, 2008.

DI FELICE, Máximo. **Democracia Direta é Tecnicamente possível**. Blog Observatório da Imprensa. 2008.

Disponível:[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/democracia\\_direta\\_e\\_tecnicamente\\_possivel](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/democracia_direta_e_tecnicamente_possivel). Acesso em 04 jun. 2012.

DI FELICE, Máximo. **As Redes Digitais Vistas a Partir de uma Perspectiva Reticular**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Edição On-line nº 380. Ano XI, 14/11/2011.

Disponível em: [www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4199&secao=380](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4199&secao=380).

Acesso em 10 abr. 2014.

DI FELICE, Máximo. **Net-Ativismo e Ecologia da Ação em Contextos Reticulares**. **Revista Contemporanea** – Comunicação e cultura – v.11 – nº 02 – p. 267-283 - mai-ago 2013

DUARTE, Jorge. **Instrumentos de Comunicação Pública**. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**.SP: Atlas, 2009.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. **Comunicação e Cidadania**. In: **Comunicação pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**.SP: Atlas, 2009

EDITORIAL. **Revista Enfrentamento**. Goiânia: ano 8, Edição especial, ps.5-7, jul.2013.

FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José L.A.; PORTO, Sérgio D. (orgs) . **Campo da Comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Ed.Universitária 2001.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011

FREIRE, Paulo. **Comunicação e Extensão**. RJ: Ed.Paz e Terra, 7ª Edição, 1983.

FUNARI, Pedro Paulo. A Cidadania entre os Romanos. In: PINSKY, J. e PINSKY; Carla Bassanezi.(orgs). **História da Cidadania**. 4ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

GADEA, Carlos; SCHERER-WARREN, Ilse. **A Contribuição de Alain Touraine para o Debate sobre Sujeito e Democracia Latinoamericanos**. Revista de Sociologia e Política n° 25: p.39-45 Nov, 2005

GLASER, B.; STRAUSS, A.L. **The Discovery of Grounded Theory**. New York, Aldine. 1967

GOHN, Maria da Glória (org.) **Movimentos Sociais no início do Século XXI. Antigos e Novos Atores Sociais**. RJ: Editora Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. SP: Edições Loyola, 6ª edição, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. SP: Edições Loyola, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere - Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUSFIELD, Joseph; LARAÑA, Enrique; JOHNSTON, Hank. Identidades, Ideologías y Vida Cotidiana em Los Nuevos Movimientos Sociales. In: GUSFIELD,J.; LARAÑA, E. **Los Nuevos Movimientos Sociales. De la ideología a la identidad**. Madri: Academia, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia. Entre facticidade e validade**. Volume 2. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. RJ: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicação, 2: sobre a Crítica da Razão Funcionalista**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. SP: Editora Martins Fontes, 2012.

HOHLFELDT, Antônio.; MARTINO, Luiz. C. & FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências**. Petrópolis:Vozes, 2001.

KLANDERMANS, Bert. La construcción social de la protesta y los campos pluriorganizativos. In: GUSFIELD,J.; LARAÑA, E. **Los Nuevos Movimientos Sociales. De la ideología a la identidad**. Madri: Academia, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

LAZARFIELD ,P.F. **Communication Research**. New York: Duell, 1949.

LEMOIS, André e, LÉVY, Pierre. **O Futuro da Internet: Em Direção a uma Ciberdemocracia Planetária**. SP: Paulus, 2010

LÉVY, Pierre. **A Nova Relação com o Saber**.SP: Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução e Carlos Irineu da Costa. SP: Editora 34, 2000.

LÉVY, Pierre. **O que é o Virtual?** Tradução de Paulo Neves. SP: Editora 34, 2003.

LONGO, Malu; ABREU, Vandr . **Manifesta es: Presos Tr s da Frente de Luta GO.** Jornal O Popular, Goiânia, p.11, 24/05/2014

MAIA, Lucas. **Para Além dos Protestos.** Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 8, Edi o especial, ps.38-51, jul.2013.

MAINIERI, Tiago e RIBEIRO, Eva M.A. **A Comunica o Pública como Processo para o Exercício da Cidadania: o Papel das M dias Sociais na Sociedade Democrática.** Revista Organicom, ano 8, número 14, 1  semestre de 2011

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a Rua: Ciberativismo e Mobiliza o nas redes sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAPA das manifesta es – Infográfico- **Portal G1.** Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso em 30 jun. 2013.

MARICATO, Ermínia. **Megaeventos são álibi para Aprofundar Modelo de Cidade Excludente.** Funda o Rosa Luxemburgo. Disponível em <http://rls.org.br/texto/erminia-maricato-megaeventos-sao-alibi-para-aprofundar-modelo-de-cidade>. Acesso em 07/01/2015

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

MARQUES, Edmilson. **A Espontaneidade das Manifesta es.** Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 8, Edi o especial, ps. 18-25, jul.2013.

MARTINO, L.C. **Elementos para uma Epistemologia da Comunica o.** In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José L.A.; PORTO, Sérgio D. (orgs) **Campo da Comunica o: caracteriza o, problematiza es e perspectivas.** João Pessoa: Ed.Universitária 2001.

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. **Por uma Vida sem Catracas! Mobiliza es Populares e Luta contra o Aumento da Tarifa do Transporte.** Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 8, Edi o especial, ps.8-17, jul.2013.

MATOS, Heloiza. **Comunica o Política e Comunica o Pública.** Revista Organicom. Ano 3, n 4, 1 Sem, 2006.

MATOS, Heloiza. **Comunica o Pública, Democracia e Cidadania: o Caso do Legislativo.** Líbero, Funda o C sper Líbero, Ano II, n . 3-4, pp. 32-37 São Paulo, 1999.

MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg –A Forma o do Homem Tipográfico.** Tradua o de Leônidas Carvalho e An sio Teixeira. São Paulo: Ed. Nacional-USP, 1977.

MELUCCI, Alberto. **A Inven o do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas.** Tradua o de Maria do Carmo. RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Que Hay de Nuevo em los Nuevos Movimientos Sociales?** In: GUSFIELD,J.; LARAÑA, E. Los Nuevos Movimientos Sociales. De la ideología a la identidad. Madri: Academia, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins. Redes Digitais e Movimentos Sociais: Perspectivas. **Textos de la Cibersociedad**, 2008. Disponível em: [www.redesocial.net](http://www.redesocial.net). Acesso em: 15 nov. 2013.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins.(org.) **Mídia e Diversidade Cultural: Experiências e Reflexões**. Brasília: Casa das Musas, 2009.

MERGULHÃO, Alfredo. **Surpresa até Mesmo para o Grupo**. Integrantes da Frente de Lutas Goiás não esperavam que Atuação Alcançasse o Tamanho da Repercussão. *Jornal O Popular*, Goiânia, p.12, junho 2013.

MOISÉS, José Alvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena; OLIVEIRA, Francisco; LIMA, Sérgio. **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. 2ª ed. RJ: Paz e Terra, 1978.

MORAES, Denis. **Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: A Contribuição Teórica de Gramsci**. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAES, Denis. (org). **Por uma Outra Comunicação. Mídia, Mundialização Cultural e Poder**. 4ª ed., RJ: Record, 2009.

MORAES, Denis. **Comunicação Virtual e Cidadania: Movimentos Sociais e Políticos na Internet**. *Revista Sala de Prensa*, Peru, Ano III, Vol.2, setembro 2000.

NOVAES, Marlene. **Movimentos Sociais Baseados em Rede ou o Que Diz a Voz do Povo**. Disponível em <http://alainet.org/active/65092&lang=es>. Acesso em 13/02/2014

PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano H.R.(orgs). **Comunidade e Contra-hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa**. RJ: Mauad X, FAPERJ, 2008.

PALÁCIOS, Marcos. A Internet como Mídia e Ambiente. In: MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria C.P.S. **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PELLEGRINI, Rosivaldo. **O que Aprender das Manifestações de Rua**. Disponível em <http://alainet.org/active/65291&lang=es>. Acesso em 13/02/2014

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Internet e Democracia Comunicacional: Entre os Entraves, Utopias e o Direito à Comunicação**. In: **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. MARQUES DE MELO, J. SATHLER, L. São Bernardo do Campo, SP – Umesp, 2005.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Movimentos Sociais, Cidadania e o Direito à Comunicação Comunitária nas Políticas Públicas. In: MENDONÇA, Maria Luiza Martins (org.). **Mídia e Diversidade Cultural: Experiências e Reflexões**. Brasília: Casa das Musas, 2009a.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. A Comunicação nos Movimentos Sociais: Exercício de um Direito Humano. In: BARBOSA, Marialva; FERNANDES, Márcio; MORAIS, Osvando (orgs). **Comunicação, Educação e Cultura na Era Digital**. SP: Intercom, 2009b.

- PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Movimentos Sociais, Redes Virtuais e Mídia Alternativa no Junho em que “O Gigante Acordou”**. São Paulo, Revista Matrizes (ECA-USP), v.7, nº 2, 2013.
- PICHONELLI, Matheus; MARTINS, Rodrigo. **Trincheiras na Web**. Revista Carta Capital. Ano XVI nº 652, 29/06/2013
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania**. 4ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.
- PINTO, Tales dos Santos. **Cancelamento do aumento da tarifa só atende uma de nossas reivindicações**. Goiânia, Jornal Opção, Editoria Política, pág. 17-20, 30/06 a 06/07/2013.
- POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação. O Pensamento e a Prática da Comunicação Social**. RJ: Elsevier, 2003.
- PRUDÊNCIO, Kelly. Mobilizar a Opinião Pública. In: **Mídia, Representação e Democracia**. SP: Editora Hucitec, 2010.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.
- RECUERO, Raquel. **A rede é a Mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social**. In: Eduardo Vizer (org.). *Lo que McLuhan no previó*. 1ª ed., vol 1, p.205-223, Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012
- RECUERO, Raquel. A Nova Revolução: as Redes são as Mensagens. In: BRAMBRILLA, Ana. **Para entender as mídias sociais**. E-book, 2001. Disponível em: <http://paraentenderasmidiassociais.blogspot.com.br/2011/04/download-do-ebook-para-entender-as.html>. Acesso em 17 abr. 2013
- ROLNIK, Raquel. Apresentação. In: ARANTES, Paulo Eduardo; SCHWARZ, Roberto (orgs). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. SP: Boitempo Editorial e Carta Maior, 2013.
- SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: ARANTES, Paulo Eduardo; SCHWARZ, Roberto (orgs). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. SP: Boitempo Editorial e Carta Maior, 2013.
- SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação & Pesquisa: Projetos para Mestrado e Doutorado**. SP: Hacker Editores, 2001.
- SCHRAMM, W. **Mass Communication: a Book of Readings**. EUA: Urbana-Universit of Illinois Press. 1960.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2ª ed. SP: Edições Loyola, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem Fronteiras. Ações Coletivas na Era da Globalização**. SP: Ed.Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais**. Revista Sociedade e Estado. Brasília, v.21, nº1, p.109-130, jan/abr 2006.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas**. Revista Novos Estudos Edição 113, novembro de 2013. Disponível em: [novosetudos.uol.com.br/v1/contents/view/1534](http://novosetudos.uol.com.br/v1/contents/view/1534). Acesso em 20/02/2014

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.&PINSKY,C.(orgs). **História da Cidadania**. SP: Editora Contexto, 4ª edição, 2008.

SOARES, Maria Victória Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. In: CARVALHO, José Sérgio. **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SODRÉ, Muniz. **Comunicação, um Novo Sistema do Pensamento**. In: MARTINO, L.C. **Elementos para uma Epistemologia da Comunicação**. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José L.A.; PORTO, Sérgio D. (orgs) **Campo da Comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Ed.Universitária 2001.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. RJ, Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

STRAUSS, Anselm e CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa. Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. Tradução: Luciane da Rocha.2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEMER, Ana Carolina R. P.; NERY, Vanda C. A. **Para Entender as Teorias da Comunicação**. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TEMER, Ana Carolina R. P. Algumas Questões sobre Mídia, Poder e Cidadania. In: TEMER, Ana Carolina R. P.(org.) **Mídia, Cidadania e Poder**. Goiânia: Facomb/Funape, 2011

TEMER, Ana Carolina R. P. **Flertando com o Caos: Comunicação, Jornalismo e Televisão**. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

THOMPSON, John. **A Mídia e a Modernidade. Uma Teoria Social da Mídia**. SP: Editora Vozes, 2008.

TOURAINÉ, Alain.**O Pós-socialismo**. Trad. Sônia Goldfeder e Ramon Vasques. SP: Ed. Brasiliense, 1988.

TOURAINÉ, Alain. **Iguais e Diferentes. Podemos Viver Juntos?** Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1997.

TORRES, Juliana Cutolo. **Cyborgcracia: entre a gestão digital dos territórios e as redes sociais digitais**. In: Di Felice, Máximo. **Do Público para as Redes: a comunicação digital e as novas formas de participação sociais**. SP: Difusão Editora, 2008.

TUFTE, Thomas. **O Renascimento da Comunicação para a Transformação Social – Redefinindo a Disciplina e a Prática depois da ‘Primavera Árabe’**. Intercom – RBCC-São Paulo, v.36, n.2, p. 61-90, jul./dez. 2013.

TUZZO, Simone Antoniacci. **O Lado Sub da Cidadania a partir de uma Leitura Crítica da Mídia**. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone (orgs). Comunidade, Mídia e Cidade: Possibilidades Comunitárias na Cidade Hoje. Goiânia: FIC/UFG, 2014

TUZZO, Simone Antoniacci. **Deslumbramento Coletivo: opinião pública, mídia e universidade**. São Paulo: Annablume, 2005.

VIANA, Nildo. **Manifestações Populares e Lutas de Classes**. Revista Enfrentamento. Goiânia, ano 8, Edição Especial, ps.26-37,jul, 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Busca por Reconhecimento e Participação Política: o Combustível das Manifestações**. Revista do Instituto Humanista Unisinos-IHU On-line, nº435. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521147-a-busca-por-reconhecimento-e-participacao-politica>. Acesso em 20/02/2014

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade: o Uso Humano de Seres Humanos**. São Paulo: Cultrix, 1978.

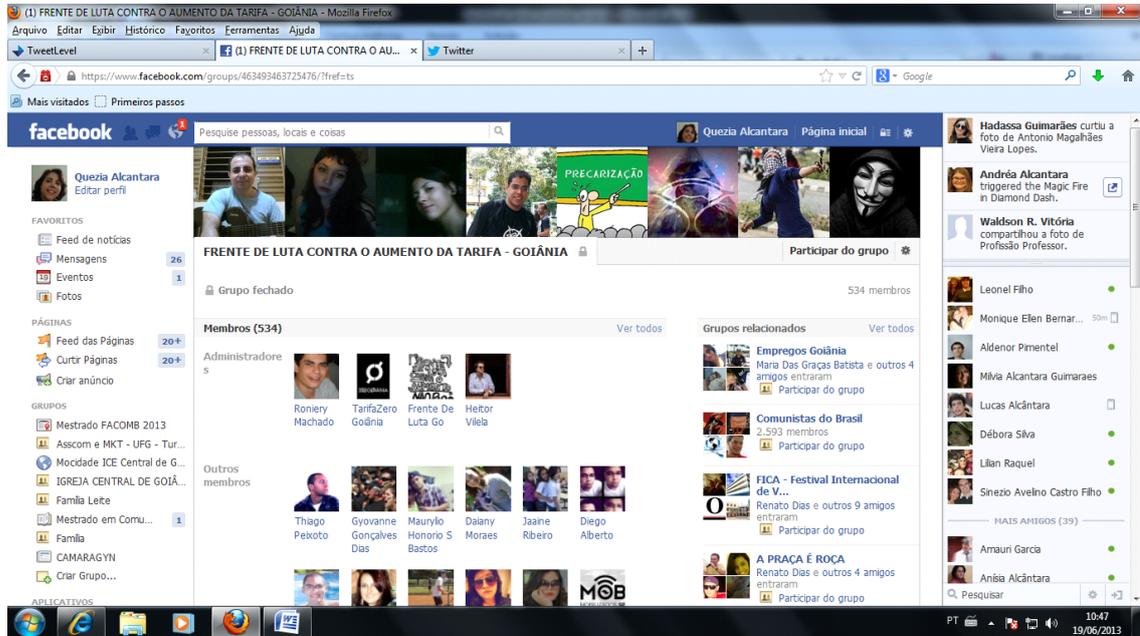
WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação** - 8ª Edição. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1985

WOLTON, Dominique. **É Preciso Diminuir a Velocidade da Informação**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo – SP, Ano 9 vol. 9 nº 25 p.201-212, ago. 2012.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. Puf, Col. Que sais-je? Paris, 1995. Tradução resumida: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elizabeth Brandão (USP).

## ANEXOS

### Anexo 1 – Grupo fechado no Facebook em que se destacam quatro administradores



### Anexo 2 – Confirmações de presença para a manifestação do dia 20/06/13 (62.219)



### Anexo 3 – Perfil institucional criado no Facebook para o Frente de Lutas Goiás

The image shows a screenshot of a web browser displaying the Facebook profile for 'Frente De Luta Go'. The browser's address bar shows the URL [https://pt-br.facebook.com/frente.delutago?directed\\_target\\_id=0](https://pt-br.facebook.com/frente.delutago?directed_target_id=0). The Facebook interface includes a login section with fields for 'E-mail ou telefone' and 'Senha', and a 'Entrar' button. Below the login section is a large banner image featuring a protest scene with people holding signs that read 'FRENTE DE LUTA GO' and 'FRENTE DE LUTA CONTRA O AUMENTO DO NÃO PAGO!'. A white overlay box on the banner contains the text 'Frente De Luta Go está no Facebook. Para se conectar com Frente De Luta Go, cadastre-se no Facebook hoje mesmo.' with 'Cadastre-se' and 'Entrar' buttons. The profile name 'Frente De Luta Go' is displayed below the banner, along with the statistics '5.222 curtiram · 58 falando sobre isso'. The category 'Organização política' is listed below the name. The browser's taskbar at the bottom shows several open files, including '2011\_LucasCoelhoBr...pdf' and 'esfera publica.jpg', and the system tray displays the date '03/12/2013' and time '19:13'.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 – Análise Textual da Revista Enfrentamento

**Quadro 4 – Análise Textual: Revista Enfrentamento – Movimento Autogestionário**

Nº	PROPRIEDADES QUE EMERGIRAM DOS DADOS	CATEGORIA DE ANÁLISE	CATEGORIA CENTRAL
01	<p>-“Organizações autogeridas, sem burocracia” (Mateus, 2013, p.14)</p> <p>-“Autonomia política, organizativa e econômica” (idem);</p> <p>-“Sem divisão social do trabalho”.(idem)</p> <p>-“[...] antiliderança; sem líderes”. (idem)</p> <p>-“[...] ação direta pautada no princípio horizontal [...] horizontalidade interna entre os membros, não cabendo superioridade entre nenhum de seus componentes”.(idem)</p> <p>-“[...] responsabilidades coletivas”.(idem)</p> <p>-“[...] organização federativa que preza pela organização horizontal que articulo espaços de autonomia em nível federal e local”.(Marques, 2013, p.15)</p> <p>-“[...] solidariedade entre os membros e sentimento comunitário”. (idem)</p> <p>-“[...] comitê de greve, forma de auto-organização dos trabalhadores [...] organizações nos locais de moradia, estudo e trabalho”. (Viana, 2013, p.35)</p> <p>- “[...] temos que explicar o significado de algumas palavras: apartidário, autônomo, horizontal. [...] horizontal, ou seja, não existe no interior dos coletivos desta natureza nenhum grupo dirigente, nem formas hierárquicas de tomadas de decisão e ação”.(Maia, 2013, p.45)</p>	<i>Rede Horizontal</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
02	<p>- “Decisões coletivas baseadas em assembléias gerais como ato supremo de suas decisões”.(Mateus, 2013, p.14)</p> <p>-“Respeito ao direito de fala das posições minoritárias”, (idem)</p> <p>-“Ações diretas e fim da intermediação de meios por que não são combativos e autônomos”(idem)</p> <p>- “[...] revogabilidade e temporalidade a qualquer momento das comissões”. (idem)</p> <p>-“A espontaneidade exige atuação, no sentido de deixar a inércia de lado para criar com suas próprias mãos o</p>	<i>Democracia por deliberação</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>

	<p>destino de sua própria vida sem a intervenção do outro, é participação” (Marques, 2013, p.21)</p> <p>-“A sociedade atual está começando a tomar em suas mãos a gestão de sua própria vida” (idem, p.55).</p> <p>-“Atuam para muito além dos partidos, sindicatos e consecutivamente, do Estado, visando a superação de todos eles” (idem, p.17).</p> <p>-“Perda da legitimidade da democracia representativa” (Viana, 2013, p.27).</p> <p>-“Representam em si a crítica à burocracia já não são organizadas nem mesmo guiadas por integrantes de partidos políticos” (idem, p.21).</p> <p>-“A possibilidade da burocracia partidária e sindical ter um papel proeminente está descartada [...] recusa dos partidos é generalizada e que a desilusão com a democracia representativa também” (idem, p.33).</p>		
03	<p>-“Concomitante a estes atos na capital goianiense, outras manifestações ocorrem em centenas de cidades do Brasil”(Mateus, 2013, p.13)</p> <p>-“[...] notemos a forma de organização federativa que preza pela organização horizontal que articula espaços de autonomia em nível federal e local”(idem, p.15).</p> <p>-“[...] as manifestações estudantis geraram manifestações populares espontâneas [...] diversos setores da população passaram a se manifestar e apresentar diversas outras reivindicações” (Viana, 2013, p.28).</p> <p>-“[...] outros elementos vão compondo os protestos e estes adquirem amplitude nacional, mobilizando milhares de pessoas em cada cidade”(Maia, 2013, p.43).</p> <p>-“[...] 300 mil pessoas no RJ, ocorrendo simultaneamente a 100 mil em SP, 60 mil em Belo Horizonte, 40 mil em Porto Alegre etc . E mobilizações semelhantes a estas ocorrendo diariamente nas principais cidades do Brasil” (idem).</p>	<i>Lógica Viral</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
04	<p>-“Grupos de ativistas mobilizados convocando os protestos e as redes sociais da web na articulação dos protestos” (Maia, 2013, p.43)</p> <p>-“Os coletivos que convocam as manifestações...o meio com que os coletivos fazem isto é através das redes sociais, notadamente o facebook” (Maia, 2013, p.43).</p> <p>-“[...] meio de comunicação que facilita e acelera o processo de mobilização [...] para reunir as pessoas num mesmo local” (idem, p.46 e 49).</p>	<i>Espaço híbrido</i>	<b>Esfera Pública</b>
05	<p>-“Desde abril de 2013 que estes protestos vem tomando as cidades brasileiras” (Maia, 2013, p.43).</p> <p>-“[...] consistem basicamente em aglomerar a população em pontos estratégicos das cidades [...] quando ela se radicaliza mais, em depredar prédios públicos, agências bancárias, saque de lojas, depredação de automóveis da</p>	<i>Espaço de autonomia</i>	<b>Esfera Pública</b>

	imprensa corporativa” (idem, p.46).		
06	“[...] geraram protestos e apoio popular, o que foi reforçado por outras manifestações e pelas notícias na grande imprensa e até no exterior”. (Viana, 2013, p.28)	<i>Localização 'glocal'</i>	<b>Esfera Pública</b>
07	-“[...] sinal de uma nova era, uma nova história a ser escrita”. (Marques, 2013, p.24) -“[...] partindo de uma estratégia revolucionária que saiba articular questões imediatas e em longo prazo”. (Viana, 2013, p.34) -“[...] essas lutas podem gerar um mundo novo, a emancipação humana”. (idem, p.36) -“[...] a possibilidade para se criar uma nova sociedade destituída de pobreza, miséria, guerras, enfim, uma sociedade destituída de opressão e exploração pode começar a ser gerada”. (Marques, 2013, p.55)	<i>Forma atemporal</i>	<b>Esfera Pública</b>
08	-“O estopim para o início das mobilizações foi a questão do aumento das tarifas do transporte coletivo”.(Editorial, 2013, p.5) -[...] reivindicações relacionadas à passagem de ônibus, ao descaso do estado com a educação, saúde, segurança etc. O estopim em várias destas manifestações de fato tem uma relação com estas questões”. (Marques, 2013, p19) -“[...] a truculência e política do terror de Estado apareceu de forma cristalina”. (idem, p.28) - “A repressão promovida pelo Estado, via polícia militar, em certos níveis completamente desproporcional acaba por criar efeito contrário ao que esperavam as classes políticas alojadas no poder de estado [...] não gerou terror ou medo na população, mas sua adesão aos protestos” (Maia, 2013, p.43)	<i>Estopim da indignação</i>	<b>Mobilização Social</b>
09	-“Os textos aqui reunidos foram escritos no calor das ações. O tempo de reflexão foi o tempo de observação e análise dos processos que corriam pelas ruas das cidades brasileiras”. (Editorial, 2013, p.6) -“Um dos limitadores daquelas manifestações é que se restringem a reivindicar melhores salários, tarifas menores das passagens de ônibus, melhores condições de trabalho. Pautar a luta pela reivindicação só adia o processo que levará à transformação social [...] essa luta, no entanto, não assume ainda uma ação coletiva e consciente, ou seja, uma consciência revolucionária”. (Marques, 2013, p.23) -“Isto só se tornará realidade quando as lutas espontâneas atingirem o estágio de uma consciência revolucionária, momento em que cria suas próprias organizações, determinada por seus próprios interesses”. (idem, p.24) -“Esse processo todo revela um processo de luta de classes que vem se radicalizando na sociedade brasileira”.(Viana, 20013, p.28) -“As manifestações que radicalizam sua luta têm demonstrado o caminho a ser seguido e que a luta final pela emancipação humana não será uma tarefa fácil”. (Marques, 2013, p.59)	<i>Autorreflexibilidade</i>	<b>Mobilização Social</b>

10	-“[...] o sexto ato com uma tonalidade pacifista, desvirtuando as ações que até então a Frente havia organizado”. (Mateus, 2013, p.12)	<i>Caráter pacífico</i>	<b>Mobilização Social</b>
11	<p>-“A máxima, portanto, deve ser: o poder não há que conquistá-lo, há que destruí-lo”. (Editorial, 2013, p.7)</p> <p>-“Lutas específicas e amplas apontaram para a necessidade de transformações sociais” (Mateus, 2013, p.8)</p> <p>-“[...] exigindo a não criminalização dos movimentos sociais e dos indivíduos que foram presos nas manifestações anteriores”. idem, p.13)</p> <p>-“[...] é o sinal de que uma nova era, o começo de uma nova história a ser escrita pelas mãos das classes oprimidas e exploradas, que erguerão uma sociedade que será gerida por eles próprios”.(Marques, 2013, p.24)</p> <p>-[...] extinção da miséria, da fome, da pobreza, das classes oprimidas e exploradas, em síntese, do descontentamento histórico que perdura até a atualidade, só pode se tornar uma realidade com o fim daquele que o produz” (idem)</p> <p>-“[...] um projeto de uma nova sociedade, fundada na autogestão social”. (Viana, 2013, p.34)</p> <p>-“[...] conquistar a liberdade e emancipação total, construindo uma sociedade radicalmente diferente”.(idem, p.36)</p> <p>-“[...] exigência de participação dos trabalhadores na gestão do mesmo, participação e controle popular da gestão do transporte”.(Maia, 2013, p.50)</p> <p>-“[...] uma nova sociedade destituída de pobreza, miséria, guerras, etc, enfim, uma sociedade destituída de opressão e exploração.”(idem, p.55)</p> <p>-“[...] apropriar das fábricas onde esses ônibus são produzidos de forma que os próprios usuários sejam os organizadores da produção e disponibilização do transporte, cujo objetivo fundamental deve ser o seu uso gratuito por todos [...]“Assim, as escolas, hospitais etc devem ser coletivizados e os particulares abolidos” ”.(idem, p.57).</p> <p>-“[...] uma nova sociedade começa ser gerida a partir da transformação do modo de produção e distribuição de riquezas”.(idem, p.56)</p> <p>-“[...] Outras lutas devem ser indispensavelmente empreendidas ao lado dessa e com o mesmo propósito, ou seja, de coletivizar todas as riquezas. Assim as escolas, hospitais, etc, devem ser coletivizados e os particulares abolidos”. (idem, p.57)</p>	<i>Mudança de valores</i>	<b>Mobilização Social</b>
12	<p>“[...] apartidarismo, que ligada à noção anterior de autonomia complementou e deixou claro que suas teses devem vir diretamente das ações práticas e cotidianas, não deixando entrever interesses burocráticos de partidos em si” (Mateus, 2013, p.14)</p> <p>- “[...] a antiliderança além de ser um ato político e de concepção teórica é também um elemento de estratégia frente às ações do governo”.(idem)</p>	<i>Nova Política</i>	<b>Mobilização Social</b>

<p>-“[...] bases antiparlamentares, apartidárias” (idem, p.15)</p> <p>-“Ressalta-se que o princípio da Frente Única deve ser respeitado, estando acima de questões ideológicas”.(idem, p.16)</p> <p>-“[...] as lutas no Brasil insurgiram de movimentos pelo transporte e foram se ampliando a partir das demandas sociais, que são policlassistas”.(idem, p.17)</p> <p>-“Essa adesão fundada na pluralidade difusa rompeu com os limites orgânicos desses grupos que coordenavam”.(idem)</p> <p>“[...] atuam para muito além dos partidos, sindicatos e consecutivamente, do Estado, visando a superação de todos eles” (idem)</p> <p>“[...] representam em si a crítica à burocracia, já que não são organizadas nem mesmo guiadas por integrantes de partidos políticos”.(Marques, 2013, p.21)</p> <p>-“A espontaneidade exige atuação, no sentido de deixar a inércia de lado para criar com suas próprias mãos o destino de sua própria vida sem a intervenção do outro; é participação, porém, perpassa pela oposição quando há limitações para seu desenvolvimento”. (idem)</p> <p>-“[...] os velhos e desgastados partidos de ‘esquerda’ tentaram se aproximar da população, apesar de sua evidente recuso”.(Viana, 2013, p.28)</p> <p>-“Os partidos ditos de ‘esquerda’ tentaram se integrar na onda de protestos, mas foram rechaçados pela maior parte dos manifestantes”(idem, p.30)</p> <p>“[...] a recusa dos partidos pela população e sua impopularidade e falta de capacidade mobilizadora e proximidade com trabalhadores e juventude os fazem ser apenas apêndices da burguesia brasileira”(idem, p.32).</p> <p>“[...] uma possibilidade de uma alternativa institucional, seja de direita ou de ‘esquerda’ é remota, tendo em vista que a recusa dos partidos é generalizada e que a desilusão com a democracia representativa também”.(idem, p.33)</p> <p>-“[...] questionar o sistema partidário e democracia burguesa representativa e apontar para necessidade de auto-organização da população, fiscalização e poder de pressão e ação sobre o Estado e governos”. (idem, p.35)</p> <p>“[...] o que se pode dizer é que as organizações ditas dos trabalhadores: partidos políticos de ‘esquerda’ e sindicatos não são mais organizações que expressam os interesses das classes exploradas”.(idem,p.46)</p>		
---	--	--

**Quadro 5 – Novas Propriedades e Categorias de Análise que emergiram dos dados:**

Nº	PROPRIEDADES	CATEGORIA DE ANÁLISE	CATEGORIA CENTRAL
01	<p>“[...] é preciso um conjunto de ações, propaganda, lutas, no sentido de incentivar a auto-organização dos trabalhadores”.(Viana, 2013, p.34)</p> <p>-“[...] papel das redes sociais on-line na articulação dos protestos”(Maia, 2013, p.43)</p> <p>-“[...] a propaganda revolucionária torna-se algo de fundamental importância”.(Maia, 2013, p.51)</p>	<p><i>A COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS</i></p>	<p><b>COMUNICAÇÃO HORIZONTAL</b></p>
02	<p>-“O meio com que os coletivos fazem isto é geralmente através das redes sociais, notadamente o facebook”.(Maia, 2013, p.46)</p>	<p><i>O PAPEL DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS</i></p>	<p><b>COMUNICAÇÃO HORIZONTAL</b></p>
03	<p>“[...] a mídia nacional condenou de modo absoluto a radicalidade das ações dos manifestantes [...] quando as manifestações adquiriram dimensões continentais, recebendo o apoio de imensas parcelas da população, viram-se obrigados a recuar e passaram a ‘apoiar’(as aspas são mais importantes do que a palavra que está entre elas)”. (Editorial, 2013, p.6)</p> <p>-“ Para deixar com clareza a nossa diferença com a mídia burguesa, entendemos que a violência contra o capital é de determinada concepção teórica-política”.(Mateus, 2013, p.17)</p> <p>-“[...] emerge a ideia de ‘pacificidade’ que vem sendo aclamada e dirigida à população pelos meios oligopolistas de comunicação”. (Marques, 2013, p.21)</p> <p>-“[...] os meios oligopolistas de comunicação estão defendendo é o recuo e limitação das manifestações espontâneas, o seu controle”. (idem, p.22)</p> <p>-“As recentes manifestações populares ganharam um grande espaço nos meios oligopolistas de comunicação”(Viana, 2013,p.26)</p> <p>-“A truculência e a política de terror do Estado geraram protestos e apoio popular, o que foi reforçado por outras manifestações e pelas notícias na grande imprensa e até no exterior” (idem, p.26)</p> <p>- “[...] a grande imprensa condenava os protestos e manteve essa posição por algum tempo [...] num segundo momento, passaram a aceitar os protestos, mas querendo lhe dar um caráter pacífico e de união nacional, o que influenciou diversos setores da população [...] a imprensa manteve o jogo de apoiar, mas agora contestando os setores mais radicais, acusados de vandalismo”.(idem, p.28)</p> <p>- “[...] o capital comunicacional tenta por todos os modos criar uma opinião pública desfavorável aos elementos mais radicais presentes nas manifestações”. (idem, p.31)</p>	<p><i>PAPEL DA MÍDIA TRADICIONAL</i></p>	<p><b>ESFERA PÚBLICA</b></p>

<p>-“Por isso surge a campanha de governo e grande imprensa contra os vândalos”(idem, p.31)</p> <p>-“A ação dos meios oligopolistas de comunicação, um setor do capital, e mais influente junto à população, e do governo Dilma é unir repressão aos grupos mais radicais com promessas e concessões provisórias”.(idem, p.32)</p> <p>“[...] vem deixando a mídia corporativa, os políticos profissionais e grande parte da intelectualidade aturdidos diante dos fatos. Não sabem explicá-los”.(Maia, 2013, p.44)</p> <p>-“Quando se iniciaram os protestos, a posição da mídia corporativa foi contrária ao conjunto de todos os manifestantes [...] quando a população em massa aderiu aos protestos, a posição da mídia corporativa modificou-se [...] fez uma separação discursiva entre os vândalos e baderneiros e os manifestantes pacíficos”.(idem, p.47)</p> <p>- “Chega-se a dizer que em todas as cidades brasileiras em protesto, chegou-se a reunir quase 2 milhões de manifestantes ao todo. Contudo o tom das manifestações já veio bastante condicionado pelo discurso midiático”. (idem, p.48)</p> <p>-“[...] contrariamente ao que aparece cotidianamente nos meios oligopolistas de comunicação, há problemas latentes na sociedade brasileira e estes vieram à luz do dia nas manifestações”.(idem, p.50)</p> <p>-“[...] estamos sendo bombardeados por informações divulgadas pelos meios oligopolistas de comunicação, que a seu modo, vêm interpretando os últimos enfrentamentos ocorridos [...] o que não é dito pelos meios oligopolistas de comunicação é que o estado é um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (Marques, 2013, p.52)</p>		
--	--	--

## Apêndice 2 – Análise Textual de Entrevista ao Jornal Opção

**Quadro 6 – Análise Textual Entrevista Tales dos Santos Pinto, do Frente de Lutas, ao jornal Opção**

Nº	PROPRIEDADES DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	CATEGORIA DE ANÁLISE	CATEGORIA CENTRAL
01	<p>‘[...]chamamos de horizontalidade porque não tem hierarquia... o que temos são comissões em que algumas pessoas ficam responsáveis por tarefas específicas durante certo tempo’ (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“Não há. Coordenador somos todos nós. (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“A frente não tem articulação com outros movimentos no Brasil, mas temos contatos com Manaus, Aracaju, Natal, Rio, Campinas e Porto Alegre... tendo em vista troca de informações”. (Pinto, 2013, p.19)</p> <p>“[...] não tem uma organização que unifica essas lutas... cada movimento tem autonomia para executar a luta da forma que achar melhor”. (Pinto, 2013, p.19)</p> <p>“Temos o coletivo Tarifa Zero Goiânia que é equivalente ao MPL de São Paulo... o Passe livre estudantil não contempla a totalidade dos usuários do transporte público. Daí surge o Tarifa Zero”. (Pinto, 2013, p.19)</p> <p>Compõe a Frente: “Entidades estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e alguns Centros Acadêmicos da UFG. Fora esses, temos o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), Movimento Classista dos Trabalhadores da Educação (Moclade) líderes religiosos e membros do PT, PCdoB, PSTU, Psol, além de anarquistas, autonomistas e pessoas independentes. (Pinto, 2013, p.19)</p> <p>“É uma frente ampla, mas de esquerda”. (Pinto, 2013, p.19)</p> <p>“Nosso movimento presta solidariedade aos partidos, porque acreditamos na liberdade de manifestação”. (Pinto, 2013, p.20)</p>	<i>Rede Horizontal</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
02	<p>“Para ter direito a voto é só participar das discussões e assumir tarefas”. (idem)</p> <p>“Desta forma conseguimos garantir a divulgação de todas as informações dos participantes e com todas as informações as pessoas têm o poder maior de decisão”. (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“É uma forma de organização totalmente democrática”. (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“A população possa participar das decisões”. (Pinto, 2013, p.18)</p>	<i>Democracia por deliberação</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
03		<i>Lógica Viral</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
04	<p>“O movimento não se organiza pela internet, mas usa-a para divulgar as ações. Fazemos reuniões presenciais... as decisões são tomadas nessas reuniões e a internet serve depois, como um ótimo canal de divulgação”. (Pinto, 2013,</p>	<i>Espaço híbrido</i>	<b>Esfera Pública</b>

	p.19)		
05	<p>“Não temos o monopólio das ruas.Como a gente prega a liberdade de direito ao acesso à cidade, vemos também que as pessoas têm também o direito de apresentar reivindicações”. (Pinto, 2013, p.19)</p> <p>“O ataque a símbolos do poder estatal. Tudo isso é consequencia de toda a exploração e opressão em que a população vive”. (Pinto, 2013, p.19)</p> <p>“Se essa população começar de forma mais duradoura e isso ir das ruas para os locais de trabalho e de moradia... como seria esse novo momento de organização a gente não saberia dizer”. (Pinto, 2013, p.19)</p>	<i>Espaço de autonomia</i>	<b>Esfera Pública</b>
06	-----	<i>Localização 'glocal'</i>	<b>Esfera Pública</b>
07	“A gente continua na luta, reivindicando os pontos de nossa pauta, que não se baseia somente contra o aumento da tarifa”. (Pinto, 2013, p.20)	<i>Forma atemporal</i>	<b>Esfera Pública</b>
08	<p>“A revolta popular é devido os usuários serem tratados como animais”. (Pinto, 2013, p.17)</p> <p>“O que houve foi que a repressão à manifestação desse dia impulsionou a participação... foi como um fermento na massa... porque representou sinal de impedimento à livre manifestação”. (Pinto, 2013, p.19)</p>	<i>Estopim da indignação</i>	<b>Mobilização Social</b>
09	<p>“O fato é que a escolha do horário tem um objetivo o de fazer as pessoas perceberem o problema que está havendo”. (Pinto, 2013, p.17)</p> <p>“Não se pode generalizar a vida social... É preciso ver o que há de negativo, o que há de positivo... percebe-se que há uma grande insatisfação com a situação atual”. (Pinto, 2013, p.19)</p> <p>“A tarifa impede a pessoa de ir e vir. É o direito à cidade, à saúde, ao lazer. Direito de ir e vir”. (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“Nós não temos técnicos para isso, até porque somos uma frente de lutas... as pessoas podem entender das coisas sem necessariamente passar por uma instituição educacional especializada na questão”. (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“O sistema capitalista corrompe os partidos de esquerda mas não estou defendendo... há partidos sectários que impedem a participação popular”. (Pinto, 2013, p.20)</p>	<i>Autoreflexividade</i>	<b>Mobilização Social</b>
10	<p>“Não é nosso objetivo (a quebra de ônibus)... o que nós queremos desde o começo é abrir o canal de negociação”. (Pinto, 2013, p.17)</p> <p>“O movimento não prega a violência, mas quer se reservar frente aos órgãos repressivos, que falam claramente que estão investigando quem está participando das manifestações”. (Pinto, 2013, p.20)</p>	<i>Caráter pacífico</i>	<b>Mobilização Social</b>
11	<p>“Queremos revogar o contrato de concessão”. (Pinto, 2013, p.17)</p> <p>“Queremos a participação popular na CDTC”. (Pinto, 2013, p.17)</p>	<b>Mudança de valores</b>	<b>Mobilização Social</b>

	<p>“O transporte coletivo ideal seria aquele que não atrasa, não pago diretamente pelo usuário e de qualidade”, (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“Queremos ônibus de piso baixo, com acessibilidade, mais qualificado...com mais capilaridade dentro dos bairros... aumento da qualidade... formados núcleos de discussões nos bairros...é possível (tarifa zero)”. (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“Alguém tem que pagar... pode-se criar um fundo de transporte...poderia ser aumentado o IPTU progressivo...quem tem mais pagaria mais... a sociedade ganharia com um trânsito mais fluído e menos poluição”. (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“Apoiamos outras plataformas com qualidade como bicicletas e bondes elétricos”. (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“Queremos ampliar o debate e encontrar formas de solucionar a questão do transporte em Goiânia, com tarifa zero e qualidade. Que as pessoas sejam tratadas como seres humanos e não como animais e que as mulheres tenham o direito de se deslocar sem correr o risco de serem abusadas”. (Pinto, 2013, p.20)</p> <p>“Estamos na luta também contra a criminalização dos movimentos sociais...Não aceitamos que lutador social seja tratado como bandido. As pessoas estão apenas lutando por seus direitos e isso precisa ser garantido em uma democracia”. (Pinto, 2013, p.20)</p>		
12	<p>“Obviamente há militantes de partidos participando, mas só que não há estrutura partidária dentro do movimento”. (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“Não temos posição ideológica, mas práticas como participação popular...até porque se fizermos debates ideológicos não iremos nos unir. Isso é uma característica da própria frente.” (Pinto, 2013, p.18)</p> <p>“A Frente não é contra os partidos, não é contra-partidária, mas sim apartidária...temos uma autonomia diante dos partidos, mas aceitamos militantes sem qualquer problema” (Pinto, 2013, p.20).</p>	<i>Nova Política</i>	<b>Mobilização Social</b>
	<b>Novas categorias analíticas</b>	<b>Novas categorias analíticas</b>	
13	<p>“[...] o Procon já demonstrou irregularidades no cálculo de reajuste...só que isso não é colocado na imprensa... o grupo Jaime Câmara o principal no ramo da comunicação de Goiás, questionou apenas a CMTC e a CDTC mas não questionou o papel das empresas”. (Pinto, 2013, p.17)</p>	<i>O papel da mídia tradicional</i>	<b>Esfera Pública</b>
14	<p>“Um dos pontos positivos de redes como o Facebook e o Twitter é essa possibilidade de ampliação do contato”. (Pinto, 2013, p.19)</p>	<i>O papel das redes sociais digitais</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
15	<p>“[...] o que antes se fazia apenas de boca a boca ou com panfletos, hoje, com uma matriz de uma arte, pode-se chegar a milhões de pessoas...por outro lado, são as redes sociais que também facilitam o controle e o serviço de vigilância dos serviços de inteligência”. (Pinto, 2013, p.19)</p>	<i>A Comunicação nos Movimentos sociais</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>

### Apêndice 3 – Análise Textual de Debate na UFG

**Quadro 7 – Análise Textual Debate na UFG: apresentação Tiago Madureira**

Nº	PROPRIEDADES DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	CATEGORIA DE ANÁLISE	CATEGORIA CENTRAL
01	<p>“A Frente contra o aumento da passagem dos ônibus, que foi uma articulação majoritariamente composta por estudantes, especialmente os secundaristas”. (Madureira, 2013, p.1)</p> <p>“Nosso movimento foi construído com uma estrutura organizativa muito dinâmica, sempre pautado na horizontalidade [...] com uma dinamicidade muito grande, o que permitiu que o movimento se adaptasse às mudanças de conjuntura que se sucediam ” (idem).</p> <p>[...] as pessoas foram dispostas ao diálogo com a população mas com muita coragem pras ruas, com muita decisão pra marcar esse posicionamento político contra esse aumento. (Madureira, 2013, p.8).</p> <p>[...] a gente estava ali tentando levantar o debate sobre uma questão que diz respeito direto às nossas vidas – o transporte coletivo que a gente usa diariamente. (Madureira, 2013, p.8).</p> <p>[...] não querem permitir : que as pessoas se organizem, que as pessoas se juntem e que as pessoas percebam que não tem outro mecanismo real pra disputar seus interesses dentro da sociedade que não seja a organização, a mobilização (Madureira, 2013, p.11).</p> <p>[...] a gente pode ver na rua o apoio popular, onde o nosso bloco passava as pessoas nos aplaudiam, pessoas saíam pra fora de suas casas pra manifestar o seu apoio(Madureira, 2013, p.14).</p> <p>[...] só a luta popular, só a organização do povo e amplas manifestações com debate saído realmente dos manifestantes , uma outra forma de se estruturar os movimentos sociais de forma independente (Madureira, 2013, p.17).</p> <p>Contudo naquele momento pela adesão de vários populares que transitavam ali pela manhã, acabaram somando ali na manifestação junto com os manifestantes(Madureira, 2013, p.4)</p>	<i>Rede Horizontal</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
02	<p>[...] pautado...na democracia interna e na participação efetiva das pessoas que compunham a movimentação”. (idem)</p> <p>“[...] tinha como objetivo realizar uma assembleia popular com as pessoas que estavam no Terminal da Pça. A</p>	<i>Democracia por deliberação</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>

	<p>(Madureira, 2013, p.5).</p> <p>[...] a nossa movimentação tentou de todos os mecanismos legais para ter um debate sobre as questões pertinentes à organização do sistema de transporte coletivo foram buscados, a gente realizou audiência pública, a gente enviou uma série de documentos às instancias que deliberam sobre o transporte coletivo (Madureira, 2013, p.7).</p> <p>[...] foi feito de uma forma autônoma por esses estudantes, levando a cabo uma nova forma de organização de movimento social, uma forma não tão nova, não criada pela gente, mas uma forma que a nossa geração reivindica e está ajudando a construir que se pauta na democracia direta, na organização e na combatividade (Madureira, 2013, p.15).</p> <p>[...] estruturar os movimentos sociais de forma independente, de forma democrática (Madureira, 2013, p.17).</p>		
03	<p>“Falou-se das jornadas de junho aqui em nosso caso, as jornadas foram em maio. Goiânia, inclusive, foi uma das cidades que foi como um estopim das manifestações por transporte coletivo no Brasil a fora”. (Madureira, 2013, p. 3).</p>	<i>Lógica Viral</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
04	<p>“[...] cenas lamentáveis aconteceram no centro de Goiânia, inclusive causaram repercussão e comoção internacionalmente, vários vídeos estão sendo vinculados na internet para quem quiser ver, os policiais agredindo adolescentes, meninas, meninos, jovens de forma muito brutal e logo após esse acontecimento, acabou gerando naquele momento, uma comoção muito grande das pessoas que viam essa cena de brutalidade”(Madureira, 2013, p. 3).</p>	<i>Espaço híbrido</i>	<b>Esfera Pública</b>
05	<p>“[...] quando a gente fechou o cruzamento da avenida Anhanguera com a Goiás”. (Madureira, 2013, p.4).</p> <p>“Na terceira manifestação que aconteceu em frente do Palácio Pedro Ludovico”. (Madureira, 2013, p.6).</p> <p>“[...] uma ação direta mais contundente, que acabou acontecendo na manifestação do Terminal da Praça da Bíblia” (Madureira, 2013, p.8).</p> <p>“[...] houve algumas iniciativas populares de depredação de ônibus no Terminal Padre Pelágio [...] isso não foi organizado nem pela Frente contra o aumento e nem por nenhum outro movimento estrutura e planejado pra isso. Surgiu de forma espontânea devido à revolta das pessoas” (Madureira, 2013, p.13).</p> <p>“[...] a gente já estava há mais de um mês nas ruas e foi quando deu um ‘boom’ no Brasil a fora” (Madureira, 2013, p.14).</p>	<i>Espaço de autonomia</i>	<b>Esfera Pública</b>
06	-----	<i>Localização ‘glocal’</i>	<b>Esfera Pública</b>
07	-----	<i>Forma atemporal</i>	<b>Esfera Pública</b>

08	<p>“Surgiu de forma espontânea devido à revolta das pessoas de serem agredidas por este preço absurdo, por um serviço de péssima qualidade – todo mundo que usa deve saber – e suportar mais um aumento para onerar mais ainda o orçamento das famílias que dependem disso e as pessoas obviamente se revoltaram e algumas vezes quebraram tudo. (Madureira, 2013, p.13 e 14).</p>	<i>Estopim da indignação</i>	<b>Mobilização Social</b>
09	<p>“[...] pode servir como alguns pontos para reflexão dos professores aqui” (Madureira, 2013, p.3)</p> <p>“[...] a gente estava ali tentando levantar o debate sobre uma questão que diz respeito direto às nossas vidas” (Madureira, 2013, p.8)</p> <p>“A gente chegou a um amadurecimento político, especialmente desses adolescentes, estudantes secundaristas e mesmo universitários” (Madureira, 2013, p.8)</p> <p>“A gente teve que se reposicionar perante as pessoas, argumentar com a argumentação que coloquei aqui de que a depredação surgiu como resultado de um processo de luta, a gente teve que levar isso pra todos os espaços possíveis” (Madureira, 2013, p.12)</p> <p>“O que tem que ficar no nosso entendimento, da Frente, o que tem que ficar como lição são as questões, especialmente, relacionadas à combatividade” (Madureira, 2013, p.15).</p> <p>“[...] só a organização do povo e amplas manifestações com debate saído realmente dos manifestantes , uma outra forma de se estruturar os movimentos sociais de forma independente, de forma democrática, pode dar vitórias”(Madureira, 2013, p.15).</p>	<i>Autorreflexividade</i>	<b>Mobilização Social</b>
10	-----	<i>Caráter pacífico</i>	<b>Mobilização Social</b>
11	-----	<b>Mudança de valores</b>	<b>Mobilização Social</b>
12	<p>“O nosso movimento, desde o primeiro instante, se organizou totalmente independente da agenda de organizações, instituições político-partidárias, mesmo de outros movimentos sociais”. (Madureira, 2013, p.15).</p> <p>“Isso é um ato político de um movimento social , não pode ser construído unicamente, dentro da legalidade porque senão a gente não vai transformar nada” (Madureira, 2013, p.10).</p> <p>“Se a gente quer um novo modelo de sociedade, se a gente quer mudanças profundas dentro desta realidade” (Madureira, 2013, p.10).</p> <p>“[...] uma forma não tão nova, não criada pela gente” (Madureira, 2013, p.15).</p>	<i>Nova Política</i>	<b>Mobilização Social</b>
	<b>NOVAS CATEGORIAS ANALÍTICAS</b>	<b>NOVAS CATEGORIAS</b>	
13	“[...] a imprensa, nesse momento, ficou sem saber como agir, já que as imagens eram muito fortes, não tinha como	<i>O papel da mídia tradicional</i>	<b>Esfera Pública</b>

	<p>eles não se posicionarem contra a atuação da polícia naquela ocasião. Então a imprensa passou a adotar uma postura, que na nossa avaliação, também faz parte de uma tentativa de criminalização da movimentação social que foi pegar a pauta pra ela, especialmente a TV Anhanguera que é filiada à Rede Globo” (Madureira, 2013, p.5).</p> <p>“[...] adotar a nossa bandeira contra o aumento da passagem, mas como se fosse uma coisa que eles tivessem levantando e que eles tivessem levando a cabo essa discussão dentro da sociedade e a luta pela possibilidade do não aumento, tentando minimizar a importância da mobilização popular ou mesmo tirar totalmente a visibilidade dessas manifestações” (Madureira, 2013, p.5).</p> <p>“[...] a gente teve que começar a lidar então, com a pressão organizada pela imprensa burguesa em cima da população na tentativa de criminalizar a mobilização contra o aumento” (Madureira, 2013, p.11).</p> <p>“[...] não foi pro ar a nossa entrevista, que foram feitas denúncias das agressões cometidas, do abuso psicológico e de abuso de teor sexual contra umas meninas que eram manifestantes... eles esconderam isso, a mídia, e continuaram mantendo o seu discurso de terrorismo e tudo o mais (Madureira, 2013, p.11).</p> <p>“[...] mesmo a imprensa burguesa, ao entrevistar pessoas aleatórias na rua, a tônica era sempre de apoio às manifestações e contra o aumento, tanto que a Prefeitura e o governo do Estado e as empresas se viram encurraladas pela mobilização popular (Madureira, 2013, p.14).</p>		
14	<p>“[...] vários vídeos estão sendo vinculados na internet pra quem quiser ver” (Madureira, 2013, p.5).</p>	<i>O papel das redes sociais digitais</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>
15	<p>“[...] na visão do movimento aquilo foi um ato político que teve um efeito um pouco melhor que simplesmente entregar alguns panfletos”. (Madureira, 2013, p.11).</p> <p>“[...] procurou-se criar uma pauta própria, inclusive este movimento conseguiu pautar a mídia, de uma forma geral aqui em Goiânia durante dois, três meses, só se falou nisso. (Madureira, 2013, p.15).</p>	<i>A Comunicação nos Movimentos sociais</i>	<b>Comunicação Horizontal</b>

## Apêndice 4 – Relatório de Pesquisa

### Quadro 8 – Relatório de pesquisa

#### 1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

##### 1.1 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA CIDADÃ - Encontro da Comunicação Horizontal, Esferas Públicas e Mobilização Social

O objetivo desta pesquisa é verificar se as plataformas de redes sociais da internet são um tipo de ambiência para o exercício da Comunicação Pública com vistas à cidadania. A ideia é analisar como ocorreu a mobilização que possibilitou centenas de manifestações no Brasil durante o ano de 2013, mais especificamente no mês de junho daquele ano. O Brasil não é o primeiro país a experimentar este tipo de protesto que tem nas redes sociais on-line uma forma de ampliação da participação dos atores sociais. Nos países árabes durante os anos de 2010 e 2011 surgiram uma série de protestos que igualmente foram oportunizados por meio de plataformas de sites de relacionamento. Também na Espanha ocorreu o movimento chamado de Indignados de Madri. Nos Estados Unidos o que se observou foi o Occupy Wall Street. No Chile, a Revolta dos Pinguins e no México, o movimento Zapatista é tido como o primeiro movimento de ativismo on-line. Mas, que comunicação é essa que gera tais mobilizações? É o que se pretende com esta pesquisa. O grupo Frente de Luta Goiás Contra o Aumento da Passagem de Ônibus foi um dos mais atuantes – para não dizer – o que melhor articulou os protestos de 2013 na cidade de Goiânia. Pretende-se conhecer tal grupo e analisar sua atuação, organização e formas de mobilização, entre elas, como são feitos os processos comunicacionais com vistas aos protestos e manifestações?

##### 1.2 METODOLOGIA E COLETA DE DADOS

A metodologia aplicada a esta pesquisa é a Análise Textual da Teoria Fundamentada nos dados. Para que seja operacionalizada, a coleta de dados é feita em documentos secundários ou primários tais como entrevistas com os participantes do público-alvo. Todo o material necessita ser transcrito e depois sofre algumas etapas de codificação tais como: Inicial, Axial ou Focal (que descobre as Categorias Analíticas) e a última que determina as Categorias Centrais.

A priori, definiu-se a coleta de dados por meio da entrevista em profundidade em um formulário com questões abertas que seriam aplicados, sem gravação, entre os coordenadores da Frente. Isto seria realizado de forma a preservar o anonimato dos pesquisados, uma vez que sabe-se que já sofreram medidas de repressão por parte do Estado de Goiás e da Polícia, tendo integrantes da Frente, sido presos, inclusive. Os pesquisados seriam tratados por codinomes e esta pesquisadora não revelaria seus verdadeiros nomes garantindo assim a segurança pessoal dos líderes do grupo. Haveria a garantia do sigilo que assegurasse a privacidade quanto a dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Também garantiria ao entrevistado a expressão de liberdade de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. Também haveria garantia quanto ao direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros) decorrentes de sua participação na pesquisa, em caso de se sentir lesado.

Todas estas garantias constam no **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** –

**TCLE** – que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da UFG, assim como o formulário com as perguntas e termo de compromisso do pesquisador. A pesquisa foi aprovada pelo CEP/UFG em 21/11/2014.

## **2. Etapas seguidas pelo pesquisador e resultados obtidos:**

- 2.1 Por meio das notícias sobre a prisão dos estudantes de Jornalismo e Ciências Sociais da UFG veiculadas em maio de 2014, a partir de 24/11/2014 foram identificados nomes de alguns membros do grupo Frente de Lutas de Goiás.
- 2.2 Com esses nomes foram localizados no Facebook o perfil dos mesmos. Assim a pesquisadora pode-se fazer os primeiros contatos in box com os mesmos, o que foi feito no dia 3/12/14. Dois dos quatro entrevistados responderam que iriam participar da pesquisa no dia 8/12/14. Foram então enviados a eles os questionários assim como o Termo de Consentimento do CEP-Comitê de Ética na Pesquisa da UFG.
- 2.3 Conforme exigência do CEP os entrevistados não poderiam ter seus nomes divulgados e nem as entrevistas gravadas ou filmadas. Assim, foi-lhes enviado os questionários por anexo no Facebook. Não houve resposta aos mesmos.
- 2.4 Em vista disso, foi-lhes enviadas no dia 19/12/14 as perguntas do questionário no corpo do Messenger do Facebook. Foi dado um prazo limite até 06/01/15 devido ao cronograma que precisava ser cumprido na pesquisa.
- 2.5 Assim, foi feito um recorte metodológico do objeto de estudo, optando por substituir as entrevistas em profundidade por análise textual em dados documentais de domínio público, ou seja disponibilizados em publicações tais como jornais, revistas ou em sites da internet. Assim o corpus de análise foi centralizado em três documentos: 1- uma entrevista no jornal Opção do representante da comissão de imprensa da Frente de Luta Goiás, Tales Pinto, coordenador do Coletivo Tarifa Zero, este sendo um dos grupos que compõem a Frente; 2- seis artigos da revista Enfrentamento, que descreveu e analisou as manifestações que ocorreram em Goiânia em 2013 e que traz a posição do Movimento Autogestionário um dos integrantes do grupo Frente de Luta; e a transcrição de um debate que ocorreu na UFG, ainda em julho de 2013, com um dos integrantes, Tiago Madureira.
- 2.6 De posse das duas análises elas foram comparadas e consolidadas em uma Análise Textual de onde surgiram categorias analíticas que foram agrupadas em três categorias centrais (Comunicação Horizontal; Esfera Pública; Mobilizações Sociais) que são os três pilares que sustentam a Comunicação Pública Cidadã (CPC).

Goiânia, 07 de janeiro de 2015.

Quézia de Alcantara Guimarães Leite – pesquisadora

## Apêndice 5 – Denominação do Outono Brasileiro de 2013

Quadro 9 – Comparativo dos autores – Como denominaram o Outono Brasileiro de 2013

	<b>Autor</b>	<b>Como nomeiam os protestos</b>	<b>Fonte</b>
1	Jonas Jorge da Silva	Manifestações de rua	Disponível em: <a href="http://www.ihu.unisinos.br">www.ihu.unisinos.br</a> . Acesso em 22/01/14
2	Leonardo Sakamoto	Atos contra o aumento	Disponível em: <a href="http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br">http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br</a> . Acesso em 20/02/12
3	Rosivaldo Pellegrini	Manifestações de rua	Disponível em: <a href="http://alainet.org/active/65291&amp;lan=es">http://alainet.org/active/65291&amp;lan=es</a> . Acesso em 13/02/14
4	Ermínia Maricato	Luta urbana	Disponível em <a href="http://rls.org.br/texto">http://rls.org.br/texto</a> . Acesso em 07/01/2015
5	Breno Bringel	Levante de junho	Disponível em: <a href="http://insightinteligencia.ig.com.br/?p=377">http://insightinteligencia.ig.com.br/?p=377</a> . Acesso em 08/01/15
6	Eduardo Fagnani	Marchas ou Protestos de junho de 2013	Disponível em <a href="http://alainet.org/active/66471&amp;lan=es">http://alainet.org/active/66471&amp;lan=es</a> . Acesso em: 13/02/14
7	Guilherme Arbache	Onda de protestos de 2013 ou Onda de manifestações	Disponível em: <a href="http://www.comunicacaoepolitica.com.br/blog/2014/01">www.comunicacaoepolitica.com.br/blog/2014/01</a> . Acesso em 20/02/14
8	Diogo Lyra	Protestos	Disponível em: <a href="http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas">http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas</a> . Acesso em 20/02/2014
9	Emir Sader	Movimento	Disponível em: <a href="http://www.cartamaior.com.br/templates/postimprimir">www.cartamaior.com.br/templates/postimprimir</a> . Acesso em 23/09/13
10	Luiz Weneck Vianna	Movimento	Disponível em: <a href="http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521147">www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521147</a> . Acesso em 20/02/2014
11	Chico de Oliveira	Movimento	Disponível em <a href="http://alainet.org/active/70051&amp;lan=es">alainet.org/active/70051&amp;lan=es</a> . Acesso em: 13/02/14
12	Marco A. Nogueira	Movimento	Disponível em: <a href="http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas">http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas</a> . Acesso em 20/02/2014
13	Sonia M. F. Teixeira	Movimento	Disponível em: <a href="http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas">http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas</a> . Acesso em 20/02/2014

14	Marlene Morais	Movimentos sociais baseados em redes	Disponível em <a href="http://alainet.org/active/65092&amp;lan=es">alainet.org/active/65092&amp;lan=es</a> . Acesso em: 13/02/14
15	Maria Alice R. Carvalho	Revolução	Disponível em: <a href="http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas">http://cienciahoje.uol.com.br/blogues/bussola/2013/06/das-redes-para-as-ruas</a> . Acesso em 20/02/2014